

V Conferência Nacional de Direitos Humanos

RELATÓRIO

“BRASIL 500 ANOS:

DESCUBRA OS DIREITOS HUMANOS”

24 a 26 de maio de 2000

Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Promoção

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Parcerias

Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados; Movimento Nacional de Direitos Humanos; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Ordem dos Advogados do Brasil – CNDH; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC; Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente (Fórum DCA); Anistia Internacional; Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos; Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; CFemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Escritório Nacional Zumbi dos Palmares; Comunidade Bahá’í; Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST; Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas; Ágora – Associação para Projetos de Combate à Fome e INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

V Conferência Nacional de Direitos Humanos

Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados

Brasília - DF

-

Programação

Dia 24 de maio - Quarta-feira

18h – Credenciamento e lançamento de livros sobre direitos humanos

-

19h – Cerimônia de Abertura

Declaração do representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein

19h30 – “*Notícias de uma guerra particular*”, exibição do filme documentário de João Moreira Salles

20h30 – Painel _Faces da violência e caminhos para a paz

Expositores: Deputado Marcos Rolim (Comissão de Direitos Humanos), João Moreira Salles (cineasta), Nancy Cardia (Núcleo de Estudos da Violência-USP) e Rubem Cesar Fernandes (Movimento Viva Rio)

Dia 25 – Quinta-feira

-

9h – Painel Apresentação do Relatório do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Expositores: Rev. Romeu Olmar Klich – Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e Luciano Mariz Maia – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

9h45 – Painel Estratégias para a paz: Políticas públicas de combate à violência

Expositores: Jurista Oscar Vilhena (Instituto Latinoamericano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) e Professor Sérgio Adorno (USP)

13h30 – “*O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas*”, filme de Paulo Caldas e Marcelo Lima

14h30 – Grupos de Trabalho (nos plenários do Anexo II da Câmara)

1. Tortura e Maus Tratos

Expositores: Isabel Peres (Associação Cristã de Combate à Tortura – ACAT) e Luciano Mariz Maia (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão)

Relator: Marcos Collares (CNDH-OAB)

Coordenadores: Deputado Nilmário Miranda (CDH) e Simone Ambros (CDH)

2. Preconceito, Discriminação e Exclusão

Expositores: Deise Benedito (GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra) e Lourdes Bandeira (NEPeM/UnB-Agende)

Relatora: Mireya Suarez (NEPeM/UnB-Agende)

Coordenadores: Adriana Maria Godoy (CDH) e Cláudio Iavanovitchi (Associação

Paranaense de Cultura Cigana)

3. Segurança Pública, Estado e Sistema Penal

Expositores: Desembargador Marco Antonio Bandeira Scapini e

Roberto Kant de Lima (UFF)

Relatora: Valéria Getúlio de Brito (MNDH)

Coordenadores: Deputado Cabo Júlio (CDH) e Marcelo Silva de Freitas (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos)

4. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos

Expositores: Antonio Cachapuz de Medeiros (Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores) e Nereu Lima (OAB)

Relator: Renato Zerbini (Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos)

Coordenador: Rev. Romeu Olmar Klich (MNDH)

5. Mídia e Direitos Humanos

Expositores: Deputado Fernando Gabeira (CDH) e

Luiz Martins (Faculdade de Comunicação da UnB)

Relator: Iradj Roberto (Comunidade Bahá'í)

Coordenadora: Jussara de Goiás (INESC)

6. Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, Programas Estaduais e Municipais de Direitos Humanos

Expositores: Deputado Pedro Wilson (Comissão de Educação e CDH da Câmara dos Deputados) e Fernando Salla (NEV-USP)

Relator: Milton de Souza Barros (Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais)

Coordenador: Oscar Gatica (MNDH)

18h - Encerramento dos trabalhos dos grupos

18h30 – Eventos associados:

Seminário “Direitos Humanos das Mulheres: A Proteção Internacional”

Lançamento dos livros “Direitos Humanos das Mulheres Passo a Passo – Guia Prático para

o uso do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos Mecanismos para Defender os Direitos Humanos das Mulheres” e “Protocolo Facultativo – Documento de Trabalho – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”

Entidades Organizadoras: AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, CEPPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informações e Ação, e GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra

Dia 26 – Sexta-feira

9h30 às 12h – Grupos de Trabalho

12h às 11h – Intervalo para almoço

14h – Plenária: Apresentação de moções e recomendações

16h – Apresentação e discussão dos relatórios dos Grupos de Trabalho

18h – Encerramento.

Apresentação

(texto do deputado Marcos Rolim)

ABERTURA

A cerimônia de abertura da V Conferência Nacional de Direitos Humanos foi antecedida pelo lançamento de livros e um coquetel de confraternização. O lançamento coletivo de quatro livros, todos na área de direitos humanos e com a presença dos respectivos autores, sublinhou a importância que o evento atribuiu à Educação para Direitos Humanos e ao compromisso com a difusão dos princípios e valores de nossa plataforma de luta. Veja, entre os anexos deste relatório, resenhas dos livros lançados.

A Mesa de abertura da V Conferência Nacional de Direitos Humanos foi formada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Marcos Rolim; o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro; e o representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein.

(Pronunciamento M. Rolim - texto do deputado Marcos Rolim ou, se ele preferir, transcrição do que ele disse na ocasião)

O presidente declarou aberta a Conferência após o pronunciamento do representante da UNESCO, que destacou os objetivos da Campanha Mundial pela Paz, a vinculação da conferência com a campanha e a parceria da Comissão de Direitos Humanos e outras organizações brasileiras do setor.

Gente do Brasil

A cerimônia prosseguiu com a apresentação de pessoas que de alguma forma simbolizaram segmentos da população sistematicamente violados em seus direitos humanos

ao longo dos 500 anos do Brasil.

O índio **Aurivan dos Santos Truká** expressou com grande dignidade a exigência de respeito aos direitos do seu povo e o protesto contra a violência que marcou a cerimônia governamental dos 500 anos do Brasil no Sul da Bahia.

Os **Adolescentes Unidos**, interpretaram duas músicas no estilo *rap*, narrando as desilusões e esperanças na vida dos jovens moradores de perigosas periferias urbanas. O grupo é ligado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, foi formado na cidade de Paranoá, Distrito Federal, é coordenado pelo educador Rodrigo Garcia e formado por Sidney Pereira dos Santos, Vera Lúcia Pereira de Oliveira, José Pereira de Oliveira, Deilson Pereira Volgado, Cleber Gomes de Jesus, Denis Pereiro Homero, Francisco da Silva Nascimento e Serafim Alves.

As Senhoras **Neiva Iovanovitchi e Tatiane Iovanovitchi**, ciganas, provocaram imensa empatia com a plenária lotada ao executarem belíssimo número de dança tradicional e oferecerem rosas aos conferencistas.

O menino **Josley Caetano da Silva**, de 9 anos de idade, estudante da Escola Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, Distrito Federal, emocionou os presentes ao recitar desejos da infância na sua poesia “Se eu fosse presidente...”

Jacques Jesus, do Grupo Gay Estruturação, de Brasília, teve a coragem de revelar o sentimento de quem é vítima da intolerância face à liberdade de ser e de viver sua própria sexualidade.

Dona **Raimunda Gomes da Silva**, representante das mulheres trabalhadoras rurais extrativistas da Amazônia Legal, quebradeira de côco babaçu, mostrou que a resistência popular pode ser bela e encantou ao protestar cantando.

Dona **Nair Gomes** trouxe a menina **Janaíne Lourenço**. Duas gerações de lavradoras, ainda assustadas com a extrema violência policial que recepcionou a manifestação dos sem-terra no Paraná, naquele 2 de maio, quando tombou o trabalhador Antônio Tavares, morto a tiros porque queria terra para viver.

“Notícias de uma guerra particular”

A exibição do filme de João Moreira Salles na V Conferência Nacional de Direitos Humanos significou nosso reconhecimento da contribuição prestada pelo documentarista que teve a coragem de mostrar os personagens reais interagindo na violência do narcotráfico no Rio de Janeiro. Ao mostrar essa realidade sem maquiagem, o documentário nos trouxe elementos para compreender melhor uma realidade social e, desta forma, mudá-la.

GRUPOS DE TRABALHO

Os Grupos de Trabalho tiveram papel destacado na V Conferência Nacional de Direitos Humanos. Eles permitiram a participação direta de todos os presentes e o aprofundamento do debate sobre os temas propostos. As discussões foram dinamizadas pela participação de expositores altamente qualificados. A programação da Conferência

reservou toda uma tarde e uma manhã para essa fase dos trabalhos. Relatórios sintetizando os debates de cada grupo foram apresentados pelos respectivos relatores à plenária, que pôde fazer emendas ao texto final.

Reunidos nos plenários do Anexo II da Câmara dos Deputados – onde normalmente se reúnem as comissões permanentes e as CPIs da Casa – os grupos contaram com ampla e diversificada participação. Em cada um dos seis grupos, dois expositores apresentavam uma introdução, um coordenador dirigia os trabalhos, enquanto o relator registrava os debates, destacando os consensos alcançados, as propostas com mais apoio explícito e as principais controvérsias observadas. Para contribuir para o debate, a Comissão Organizadora apresentou a todos os participantes de cada grupo uma ementa contendo sugestões de conteúdo.

Como a Conferência Nacional de Direitos Humanos não tem caráter deliberativo, não se procederam, inclusive nos grupos de trabalho, votações para decidir sobre o conteúdo dos relatórios dos Grupos de Trabalho.

Veja a seguir os relatórios dos grupos de trabalho, já com as emendas aprovadas pela plenária final da V Conferência Nacional de Direitos Humanos e com as moções aprovadas em cada grupo.

Grupo 1

Tortura e maus-tratos

Expositores: Isabel Peres (Associação Cristã de Combate à Tortura – ACAT)

e Luciano Mariz Maia (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão)

Relator: Marcos Collares (CNDH-OAB)

Coordenador: Deputado Nilmário Miranda (CDH)

Ementa

De todas as violações de direitos humanos, a tortura é a prática mais repugnante. Com a imposição do sofrimento, o torturador fere o corpo e a mente da pessoa, para extorquir confissões forçadas e como meio de punição. Os instrumentos são cada vez mais diversificados, sendo mais comuns o choque elétrico, afogamento, asfixia, “telefone”, violência sexual. As investigações policiais são quase sempre marcadas por abusos provocados pela polícia.

Apesar de termos uma vasta legislação proibindo e criminalizando essa conduta, as instituições públicas não se mostram ainda motivadas a coibir a tortura. Estatísticas indicam que os principais torturadores são agentes públicos, geralmente policiais civis e militares. Cerca de 15.000 policiais em todo o Brasil são acusados de terem causado homicídio ou graves lesões a cidadãos sob a tutela do Estado.

Como se dá a tortura nas diferentes unidades da Federação? Há diferenças por Estados? Como se dá a tortura nos sistemas de internação? Que estratégias adotar para que este

quadro no país seja alterado? Por que a Lei 9455/97, que tipificou o crime de tortura, não é respeitada? Ela possui falhas? Como é o relatório apresentado à ONU pelo governo brasileiro em relação a Convenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes? Ele é suficiente?

Resumo dos trabalhos

-

Apresentação dos objetivos do Grupo 1 – Deputado Nilmário Miranda (coordenador);

Exposição de relatos de casos previamente selecionados pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Sra. Isabel Peres – ACAT-Brasil; Sra. Iraci Oliveira dos Santos – Caso Alysson/Xinguara-PA; Sr. Cícero Correia – Caso José Roberto/Novo Gramma-DF) e requeridos pela audiência (Sra. Cármen Lapoente – Caso Cadete Márcio Lapoente/Agulhas Negras-RJ; Sônia dos Santos Silva – Caso Miami/Rio de Janeiro);

Exibição de protótipo de funcionamento virtual da Rede Brasileira contra a Tortura – Sr. Roberto Monte/Dhnet – RN;

Relato dos Estados (orais e escritos: CE; PB; MG; SP; AL; PA; BA; TO; ES – e exclusivamente escritos: AM; RS; RJ; PE)

Apresentação pelo Dr. Luciano Mariz Maia, Procurador Regional da República na Paraíba, de Aspectos Jurídicos da Lei 9455/97;

Deliberações.

-

-

Objetivos

Iniciar uma organização ou rede de cooperação - conjugando esforços de entidades de direitos humanos, pastorais, Ministério Público Estadual e Federal, núcleos acadêmicos de direitos humanos, movimentos sociais, Comissões Legislativas de Direitos Humanos, Conselhos Profissionais, outras entidades e indivíduos - para prevenir, combater e erradicar a prática da tortura no Brasil, tendo-se como pressuposto que a tortura está banalizada e que sobre ela impera no País a impunidade. O objetivo é lançar a Rede Brasileira contra a Tortura, com coordenação nacional e regional;

Tendo como desdobramentos da criação da Rede Brasileira contra a Tortura, dever-se-á: a) produzir um relatório alternativo sobre a tortura no Brasil; b) propor a revisão e reformulação da Lei 9455/97; c) organizar ações nos Estados, no dia 26 de junho, em sintonia com o Dia Mundial de Luta contra a Tortura.

Encaminhamentos

Criação da Rede Brasileira contra a Tortura - Aprovado por unanimidade. A Rede deve: a1) criar uma coordenação nacional e coordenações estaduais para recebimento, análise e encaminhamento das denúncias; a2) definir critérios para inclusão de denúncias; a3) elaborar uma cartilha visando a prevenção da tortura, bem como disponibilizar informações sobre quais os órgãos que podem assistir imediatamente o torturado; a4) criar um modelo de ação de reparação de perdas e danos contra o Estado;

Elaborar relatório alternativo até o dia 31 de dezembro de 2000, a ser enviado à ONU, em contraponto ao relatório governamental sobre a tortura (entregue em abril de 2000);

Designar uma comissão para analisar a Lei 9.455/97 e propor sua reformulação;

Organizar no dia 26 de junho - "Dia Mundial de Luta contra a Tortura" manifestações estaduais, diante de locais identificados como centros de tortura, audiências públicas, campanhas, oportunizando a entrega de relatórios da sociedade civil às autoridades competentes;

Recomendação às Seccionais da OAB, Órgãos do Ministério Público e Defensorias Públicas para que impetrem ações de perdas e danos contra os Estados onde se derem atos de tortura por agentes públicos ou sob sua direção;

Definição de data simbólica para ingresso simultâneo de ações de perdas e danos contra o Estado, relativo às práticas de tortura;

Criação de mecanismos de controle externo das polícia militar e civil, ressaltando-se que o Ministério Público deve exercer efetivamente este controle;

Criação de Ouvidorias de Polícias autônomas;

Desmilitarização da polícia e combate à impunidade;

Alteração do artigo 9º do Código Penal Militar, parágrafo único (Decreto-Lei 1.001/69), atribuindo à lesão corporal de qualquer natureza as normas de competência da Justiça Comum;

Substituição do inquérito policial por apuração coordenada pelo Ministério Público;

Desvinculação dos Institutos Médico Legais e dos Institutos de Criminalística, em todo o território nacional, dos organismos policiais; com vista a oferecer-lhes autonomia administrativa, funcional e orçamentária, visando o aperfeiçoamento dos laudos periciais, especialmente nos casos de tortura;

Afixar os cartazes "Tortura é Crime" em bares, comércios, bancos, delegacias, penitenciárias etc;

Diante das denúncias de torturas, requerer aos Conselhos Regionais de Medicina e Conselhos Regionais de Psicologia que designem profissional para acompanhar a produção de laudos de corpo de delito dos legistas ligados às polícias;

Orientar as Entidades para que encaminhem denúncias à OAB, ouvidorias públicas, Ministério Público, Defensoria Pública etc, com o fito de que sejam produzidos relatórios anuais de acompanhamento de tais casos;

Vincular, por meio de legislação específica, o repasse de verbas e convênios à obrigatoriedade do Estado de criação de Conselhos da Comunidade junto às unidades prisionais;

Afixar cartazes em todas as dependências policiais do País informando sobre os direitos da pessoa detida;

Afixar cartazes enfocando os direitos básicos do cidadão nos prédios do Ministério Público, OAB, escolas, dependências policiais etc.

Indicar a criação de um programa federal de amparo às vítimas e famílias dos torturados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Viabilizar mecanismos para apuração e sanção de funcionários, guardas, carcereiros, policiais e outros, que espancam e torturam presos (adultos) e adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, eliminando a impunidade desfrutada por estes agentes do Estado. Tais mecanismos deverão contar com o acompanhamento de entidades de defesa dos direitos humanos;

Garantir a integridade física e moral dos presos que denunciam seus torturadores;

Exigir que médicos que trabalham em prisões o façam em estrita conformidade e observância das normas éticas, nacionais e internacionais de sua profissão e juramento;

Pressionar os governos estaduais para a imediata instalação e pleno funcionamento da Defensoria Pública, para que haja de fato assistência jurídica de qualidade para todos os presos pobres e carentes;

Garantir inspeções livres e desimpedidas por reconhecidas ONGs de direitos humanos e movimentos sociais, nacionais e internacionais, para assegurar transparência ao sistema prisional-penitenciário;

Registrar e classificar todos os abusos policiais;

Promover a capacitação de agentes do Estado anti-tortura, através de discussões, cursos, seminários, conferências etc;

Criar mecanismos que consigam detectar, enfrentar e coibir a ocorrência de tortura psicológica nos locais de trabalho em geral;

z-2) Exigir a instituição de procedimento de apresentação imediata do preso à autoridade judiciária, como meio de inibir a tortura, iniciando o monitoramento no momento em que mais ocorre sua prática.

Moções

-

Que o Estado brasileiro reconheça a jurisdição do Comitê de Direitos Humanos da ONU, apresentando-lhe relatórios periódicos;

Que todos os Estados do Brasil sejam incluídos no Programa de Proteção à Testemunha, sendo encaminhada cópia dessa moção a todos os governadores estaduais;

Apoio aos casos aqui apresentados, exigindo das autoridades ação imediata, cobrando punição aos culpados e repudiando as ações de tortura;

Que os Estados estabeleçam programas e ações imediatos para atendimento médico, psicológico e odontológico aos presos doentes; especialmente paraplégicos, tetraplégicos e doentes mentais, bem como as presas grávidas, com atendimento pré-natal e ao parto, efetivando-lhes em seguida o direito à amamentação;

Que sejam criados em todas as penitenciárias ambulatorios de atendimento médico.

Que o governador do Estado do Ceará instale e edite o Programa Estadual de Direitos Humanos, adote o Programa de Apoio e Proteção às Vítimas e Testemunhas de Violência e instale o Conselho Estadual de Segurança Pública, previsto na Constituição Estadual e na legislação ordinária.

Que esta Conferência solidarize com a família do paciente Damião Ximenes Pereira, morto em virtude dos maus tratos praticados por funcionários da Casa de Repouso Guararapes, em Sobral-CE, em outubro pp, bem como dirija-se ao prefeito municipal da cidade de Sobral-CE, Sr. Cid Ferreira Gomes, no sentido de sejam adotadas medidas administrativas adequadas para impedir a continuidade dos maus tratos, garantindo o tratamento psiquiátrico que respeite os direitos humanos dos pacientes.

Que as autoridades públicas federais e do Estado do Espírito Santo prestem todo o apoio necessário à extinção da Scuderie Le Coq, inclusive solidariedade ao Ministério Público, de modo a servir de exemplo no combate ao crime organizado em todo o País.

Comissão Provisória de Organização da Rede Brasileira Contra a Tortura

Presidência da CDH da Câmara dos Deputados (Marcos Rolim);

Subcomissão contra a tortura da CDH (Nilmário Miranda);

CNDH do Conselho Federal da OAB (Marcos Colares);

ACAT-Brasil (Isabel Peres);

Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (Roberto Monte);

Universidade Federal da Paraíba e Conselho Estadual (Luciano Mariz).

Grupo 2

Preconceito, discriminação e exclusão

Expositores: Deise Benedito (GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra) e Lourdes Bandeira (NEPeM/UnB-Agende)

Relatora: Mireya Suarez (NEPeM/UnB-Agende)

Coordenadores: Adriana Dias Godoy (Comissão de Direitos Humanos da Câmara) e Davi Iavanovich (Associação de Cultura Cigana)

Ementa

Como os preconceitos discriminam e excluem? Partimos da premissa (ou da convicção) de que o preconceito, usualmente incorporado e acreditado, é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão, atuante em todas as esferas da vida. Preconceito de gênero, de etnia, de classe social, credo religioso, orientação sexual e outros estão presentes nos espaços individuais e coletivos, públicos e privados.

O preconceito, a discriminação e a exclusão eternizam práticas de controle, de dominação e subordinação de todas as categorias sociais, reproduzindo situações de menosprezo, desqualificação e intimidação de todos estes coletivos.

Como impedir que passe despercebido do nosso senso crítico tais situações de preconceito e discriminação? O que fazer para desfazer essas relações excludentes e preconceituosas? Como a prática dos movimentos sociais pode colaborar para isto? Que conteúdo de políticas públicas podem ser implementadas nas diversas áreas? Como propô-las e cobrá-las dos agentes responsáveis em todas as esferas?

Resumo dos trabalhos

-

Problemas denunciados

Persistem, no Brasil, a discriminação/contra e a exclusão/das categorias sociais que se afastam do modelo ideal de brasileiro: branco, masculino, profissional, heterossexual, cristão, sem deficiências físicas e portador da cultura ocidentalizada.

O preconceito que desvaloriza e a subsequente discriminação podem ser:

reconhecidos (formadores de opinião importantes aceitam que as mulheres são discriminadas por serem mulheres);

negados (poucos brasileiros brancos reconhecem que os negros são discriminados por serem negros);

afirmados veementemente (como o faz a imensa maioria da população em relação aos homossexuais) ou

simplesmente, ignorados (como o faz a imensa maioria da população com relação aos ciganos).

Entre as violações dos direitos humanos, foram destacadas as seguintes:

A falta de acesso da população negra às condições de igualdade e a inexistência de políticas públicas que garantam o direito ao exercício da cidadania.

Recusa a aceitar as particularidades da cultura dos ciganos, especialmente a sua transumância, de modo que os ciganos acabam invisibilizados, até mesmo juridicamente, e

estigmatizados. Os ciganos são invisíveis ao ponto de praticamente não haver bibliografia sobre eles. A ignorância sobre eles gera medo que, por sua vez, gera preconceito.

A discriminação contra os soropositivos e portadores de HIV começa no âmbito da própria família e se estende aos empregadores que, muitas vezes, solicitam exame clínico como forma de contratação, impedindo o acesso dos portadores ao mercado de trabalho.

Os homossexuais são a categoria social que mais morre pelo preconceito. Dois homossexuais morrem todo dia no Brasil vítimas da homofobia, sendo que são excluídos tanto pela família e a sociedade como pela própria carta dos direitos humanos.

Falta de equipamento e formação da polícia, bem como falta de integração entre a Polícia Militar e grupos discriminados tais como negros, homossexuais, ciganos, etc.

A mídia contribui para o fortalecimento do preconceito e da discriminação, particularmente na sua modalidade televisiva.

Propostas

O combate ao racismo e a exclusão social, bem como a reparação dessa exclusão requer, necessariamente, o reconhecimento da existência de racismo e da discriminação. Porém, como o caso da exclusão das mulheres o demonstra, esse reconhecimento é um primeiro passo que, entretanto, não é suficiente. É urgente que os grupos discriminados possam lutar, que organizem sua resistência, tenham voz pública e façam parte dos grupos de tomada de decisões.

A Comissão de Direitos Humanos desta casa deverá acompanhar todo o processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo e a Xenofobia, no sentido de garantir que o governo brasileiro abrigue a pré-conferência das Américas, bem como publicar o relatório oficial sobre a situação da população afro-descendente no país. Necessário se torna o apoio desta Comissão para efetivar políticas de ação afirmativa, de forma a erguer os grupos minoritários à condição de igualdade

Dar eficácia aos instrumentos de direitos humanos vigentes, devendo, para tanto, ser incluído no Programa Nacional de Direitos Humanos um cronograma para implementação das políticas nele elencadas, bem como a estipulação de sanções em caso de descumprimento.

Criação de um grupo de trabalho pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para estudar, fiscalizar e propor ações para a aplicação efetiva da Lei que trata sobre discriminação e práticas de racismo no Brasil, em particular contra o MND.

Encaminhamento aos executivos (das esferas municipais, estaduais e federal), por parte da Comissão dos Direitos Humanos, de sugestões para quebrar as barreiras arquitetônicas para PPD's e idosos.

É necessária a participação ativa do governo para informar a população sobre a particularidade cultural dos ciganos, para combater as imagens anti-ciganas e para facilitar que os portadores dessa cultura possam ter acesso à documentação que certifica sua cidadania.

É necessário que tenhamos uma educação multicultural para que crianças, jovens e adultos conheçam a história, cultura, modos e costumes dos diferentes povos, objetivando a elevação da auto-estima e o fim da evasão escolar da população negra e demais populações não brancas.

Os direitos humanos dos homossexuais devem ser restabelecidos.

Incentivar a articulação entre a sociedade civil e os órgãos de segurança pública, no tocante a criação de elementos extracurriculares para a promoção dos Direitos Humanos dentro dos organismos policiais, tais como cursos sobre a história da África e do negro no Brasil.

Estabelecer ações que busquem a eliminação de todas as formas de discriminação junto aos agentes de segurança pública. Investimento em equipamento, bem como na formação dos agentes encarregados de administrar conflitos e aplicar a lei.

Criação de núcleos de Direitos Humanos não só na Polícia Militar como também no sistema penitenciário.

Devem ser veiculados nos meios de comunicação imagens positivas das populações discriminadas, tais como a negra, a de mulheres, a indígena e de portadores de necessidades especiais.

Proceder ao reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos (ou comunidades negras rurais) como populações com tradições e história de vida específica, e ocupação ancestral de suas terras. Essas comunidades merecem, portanto, uma compreensão diferenciada e uma visibilização específica no ordenamento jurídico no tocante à regularização fundiária de suas terras.

A próxima conferência dos direitos humanos deverá contar com a presença, como palestrantes, de portadores de deficiências físicas, idosos, agentes de segurança pública e mulheres presidiárias e ex-presidiárias.

Garantir que sejam respeitados e incentivados os Direitos Humanos das Mulheres, particularmente daquelas que sofrem dupla discriminação, como as negras e as indígenas.

No âmbito nacional, o direito à Convenção da OIT, que prevê o período de licença maternidade. O Governo Brasileiro deve assegurar e defender internacionalmente os termos do *Protocolo Facultativo à CEDAW*.

-

No âmbito do trabalho, garantias dos direitos conquistados nacional e internacionalmente, políticas públicas de combate à *feminização da pobreza* considerando que não existe a necessária isonomia salarial e que o desemprego vem afetando mais gravemente essa população, particularmente as mulheres negras e indígenas.

No âmbito da saúde, execução do PAISM, observando-se as especificidades da saúde da mulher.

Atendimento garantido nos casos de aborto previsto em Lei.

Garantir a discriminação do aborto em termos da legislação e que o mesmo, quando previsto em lei, seja realizado no Sistema Único de Saúde (SUS).

No âmbito da violência, incentivar políticas públicas interdisciplinares - jurídica, psicológicas, sociais - voltadas para o combate à violência doméstica destinados às todas as mulheres e crianças de ambos os sexos.

Incentivar a criação de casas-abrigo para as mulheres em situação de violência e a casa de egressas do sistema penitenciário, com infra-estrutura assegurada pelo Estado.

Garantir o direito de denunciar pelas mulheres sem que as mesmas sofram qualquer tipo de ameaça ou de repressão. Destacam-se aqui, as mulheres brasileiras e estrangeiras que se encontram nos presídios.

Garantir equipe treinada nas questões de conflito de gênero para o atendimento nas delegacias especiais de mulheres.

No âmbito do acesso à justiça, garantia efetiva do acesso à justiça oferecendo orientação jurídica, social e psicológica às mulheres e familiares em situações de violência, as mulheres que sofrem discriminação racial, de gênero, por opção sexual, por serem soropositivas ou portadoras de necessidades especiais.

No âmbito da educação, garantir educação e direitos humanos com ênfase na discriminação de gênero e raça, praticadas em sala de aula, transversalizando-se o ensino dos direitos humanos em todas as áreas do conhecimento.

Garantir as condições de acesso à educação para as mulheres de todas as idades, cores, regiões, etc. Destacam-se as mulheres presas com remissão da pena.

Garantir que a livre opção sexual pelas mulheres não seja reprimida ou discriminada, mesmo em estabelecimentos penais.

No âmbito do poder, incentiva a qualificação das mulheres para que possam ocupar cargo, postos de poder e de mando em todas as esferas da vida pública.

No âmbito da mídia, garantir que as imagens femininas não sejam usadas ora como símbolo sexual ora como símbolo da domesticidade ou do mundo privado.

Moções

Moção de Repúdio pelo declínio do Governo Brasileiro em sediar a conferência americana preparatória à Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, evento convocado pela ONU

Os presentes na 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, entendendo que a Conferência Sobre o Racismo acontecerá na África do Sul no ano de 2001, e que este será o espaço legítimo para se discutir todas formas de discriminação que violam os direitos da pessoa humana em todo o globo terrestre;

Considerando que o Brasil é o segundo país com maior população afro-descendente e que seus direitos são sistematicamente violados; incluindo os Pactos de Direitos Civis e Políticos, a Convenção Contra todas as Formas de Discriminação e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Contra a Tortura e Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, a Convenção Sobre os Direitos da Criança, a Convenção Interamericana para Punir a Violência Contra a Mulher e a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher;

Os presentes na 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos repudiam veementemente e apresentam esta moção no sentido de que o Governo Brasileiro viabilize a realização da Conferência Regional que terá o objetivo de aprofundar o debate e buscar soluções para que o nosso país seja verdadeiramente democrático.

Moção de repúdio contra a discriminação das religiões de matizes africanos

Os presentes à 5ª Conferência Nacional de Direitos Humanos repudiam a discriminação e a intolerância religiosa praticadas por segmentos da sociedade e pelos três poderes instituídos, ao não reconhecerem a importância e influência históricas das religiões de matizes africanas na formação do povo brasileiro, só reforçando o papel colonizador exercido em pleno século 20.

Não reconhecer o exercício do sacerdócio aos babalorixás e yalorixás da mesma forma que o reconhece para padres e reverendos, assim como o matrimônio, o batismo e outras cerimônias, é discriminar e violentar os direitos humanos e constitucionais.

A história e a prática colonizadora vêm ao longo dos anos discriminando a população negra e sua religiosidade, forçando seus membros a abandonar sua ancestralidade e o culto à tradição dos orixás, por meio de retaliações praticadas pelas Igrejas Pentecostais e poderes públicos.

Moção de repúdio contra a violência à população negra por ocasião da Marcha Brasil Outros 500

Os presentes na 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos repudiam a violência desencadeada contra a população negra por ocasião da Marcha Brasil Outros 500, perpetrada na Bahia pelo Governo Federal, que esconde ao mundo a realidade maquiada pela imprensa e pelos poderosos de um país forjado sob a mentira da democracia racial.

Governo Federal e seus agentes tentaram ocultar através da violência e da truculência, sua cara Preta. A cara de todo um povo que ainda hoje, não tem ainda reconhecida sua história, religião, direitos sociais, econômicos e cidadania.

Moção de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela violência aplicada aos adolescentes rebelados em instituição da FUNABEM

Os presentes na 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos aprovam a moção de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela violência aplicada aos adolescentes rebelados da FUNABEM, recentemente, quando impôs uma sessão de exorcismo àqueles jovens por pastores evangélicos, violentando assim princípios constitucionais, de direitos humanos e éticos.

É inadmissível que na contemporaneidade ainda se adotem métodos de tortura como forma de educação.

Moção de Repudio ao Governo do Estado de São Paulo

Contra a violência crônica e brutal praticada contra adolescentes que se encontram na FEBEM, dos quais 47% são negros.

É inaceitável que no limiar do século XXI, depois de 384 anos de escravidão, jovens sejam tratados como escravos, sejam submetidos, quando recapturados após fuga a torturas, espancamentos e humilhações públicas. Tais violações são cometidas por agentes do Estado, o qual deveria garantir a vida, a saúde e a integridade física e mental desses jovens.

Propomos que a Comissão de Direitos Humanos, junto com o Alto Comissariado da ONU, UNICEF e MNDH, visite os locais em que estão abrigados esses jovens, verdadeiros depósitos de lixo humano.

Propomos também que sejam punidos severamente todos os Estados que descumpram o ECA e as medidas sociais educativas.

Moção das minorias étnicas Rom Sinti e Calon (ciganos).

Os presentes na 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, entendem que deve ocorrer a inclusão dos Rom, Sinti e Calon – os assim chamados ciganos – como minorias étnicas oficialmente reconhecidas no Programa Nacional de Direitos Humanos.

Elaboração de uma legislação específica para a promoção da defesa dos direitos e interesses das minorias Rom, Sinti e Calon e aplicação imediata, por analogia, dos preceitos de promoção e proteção aos índios e comunidades remanescentes de quilombos, no que couber, educação, saúde, etc.

Como conteúdo mínimo, deverão ser assegurados para os Rom, Cinti e Calon itinerantes, o direito de ir e vir, e de montar suas barracas e estacionar seus trailers em acampamentos com a devida infra-estrutura (água, energia elétrica, sanitários, coleta de lixo etc) indicados para esses fins em todas as cidades com mais de 500.000 habitantes. Cada acampamento deverá abrigar no mínimo 10 (dez) barracas ou trailers.

As barracas e trailers das minorias Rom Sinti e Calon devem ser consideradas suas casas e como tais asilos invioláveis.

Os cartórios de registro civil devem ser proibidos de recusar registros de nascimentos e óbitos de Rom, Sinti e Calon itinerantes. Que as empresas estatais dêem apoio a projetos culturais ciganos, de acordo com a Lei Rouanet.

Grupo 3

Segurança Pública, Estado e Sistema Penal

Expositores: Desembargador Marco Antonio Bandeira Scapini e

Roberto Kant de Lima (UFF)

Relatora: Valéria Getúlio de Brito (MNDH)

Coordenador: Deputado Cabo Júlio (CDH) e Marcelo Silva de Freitas (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos)

Ementa

A generalização e a banalização da violência trazem conseqüências perversas para todos. O senso da moralidade e do respeito aos valores humanos dão lugar a relações de conflito que ameaçam a estabilidade social e o Estado Democrático de Direito.

Os índices demonstram que cresce significativamente, pelo menos nas principais capitais do país, o número de crimes contra a vida, patrimônio e liberdade individual. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado soluções concretas para a superação dessa problemática que já foge ao controle. Em todos os segmentos relacionados ao sistema penal há graves problemas. A polícia se distancia da sua real função de dar proteção aos cidadãos dentro dos princípios dos direitos humanos, transformando-se freqüentemente em mais um agente propagador da violência, deixando de fazer a mediação dos conflitos. Também apresenta-se ineficiente e inoperante no que se refere a investigação das infrações e instrução dos inquéritos. As autoridades policíacas reproduzem os padrões dominantes e estereótipos discriminatórios presentes na sociedade. E muitas condutas delituosas deixam de ser apuradas porque já foram previamente descartadas. Em regra, os indiciados e condenados penalmente integram grupos marginalizados socialmente.

O sistema penitenciário e demais instituições de detenção no Brasil estão em crise. Os estabelecimentos de reclusão estão superlotados. O tratamento desumano e a tortura são práticas cotidianas.

O Grupo de Trabalho procurará discutir entre outras as seguintes questões: que reformas são mais urgentes nas organizações policíacas, sistema penitenciário e outras instituições de reclusão e execução penal? Como alcançar mudanças nos padrões dominantes dos agentes protagonistas pela segurança pública? Como aumentar a participação dos grupos discriminados nas instâncias decisórias das instituições que administram a segurança pública e como a sociedade civil organizada pode alcançar este intento? Que

transformações são necessárias na legislação penal e processual penal?

Propostas

Identificar e reafirmar como grande causa da violência:

o modelo social, econômico e político do país, favorecedor da concentração de renda e desigualdade;

A opção pelo Estado mínimo representada pelo projeto neoliberal que tem o mercado como regulador das relações sociais;

Esse modelo incentiva no ser humano valores como disputa, individualismo, competição, poder econômico;

Esse modelo não incentiva a solidariedade, a fraternidade, justiça social, valores verdadeiramente humanos.

Papel da Polícia

Neste ponto, em especial, o grupo desenvolveu um longo debate sobre a Unificação das Polícias. No entanto, não chegou a um consenso sobre a matéria.

O grupo, ressaltou a necessidade de ruptura com preconceitos e com o corporativismo existente nos distintos atores envolvidos no debate.

A polícia não pode ser um governo paralelo nem é o Judiciário. Não deve ser encarada como um Poder, e sim como um Serviço Público.

A polícia não pode ser militarizada, e sim, civil.

A polícia tem que contar com um Estatuto único, portanto deve ser única.

A polícia tem de estar submetida ao controle social.

Incentivar o desenvolvimento de experiências de Polícia Comunitária e de aplicação dos Direitos Humanos na prática policial cotidiana, como forma de aproximação e integração da polícia e da comunidade.

Desenvolver programas internos nos organismos policiais que promovam a auto-estima e a valorização profissional.

Promover trabalhos que divulguem e aproximem a comunidade da polícia.

Incentivar a criação de iniciativas comunitárias com o objetivo de integrar a polícia e a comunidade nas questões locais.

Desenvolver programas integrados de Polícia e Justiça (Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Magistrados) com objetivo de adoção de medidas pró-ativas, preventivas, repressivas e de recuperação, com o objetivo de aumentar a eficiência e

eficácia das ações.

Promover ações integradas das polícias civil e militar, favorecendo a integração de trabalhos de investigação e prevenção criminal.

Promover a modernização das estruturas policiais, favorecendo a integração entre as diversas instituições.

Promover o desenvolvimento de uma cultura policial no país, que priorize a participação da sociedade organizada (questões como segurança pública local, ações da polícia, dentre outras).

Incluir, nas próximas Conferências Nacionais de Direitos Humanos, a participação ativa de policiais na organização e palestras.

Mudar a forma da hierárquica policial, promovendo a cidadania igualitária.

Integração efetiva e permanente dos atores do sistema de segurança pública vinte e quatro horas por dia.

Criar um modelo de Polícia Comunitária padrão que deve ser adotado em todo o país, este modelo deverá ser elaborado após um longo debate/seminário a ser promovido pelo Ministério da Justiça, levando-se em conta as experiências já em curso.

Adoção de um Programa de entrosamento das guardas municipais e empresas particulares de segurança privada com o sistema de segurança.

Solicitar e estimular que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça promovam um debate com vistas ao estabelecimento de consensos em torno de um modelo de instituição policial compatível a realidade e necessidade nacional, contando com a participação da sociedade civil organizada, representantes de categorias profissionais e dirigentes de instituições envolvidas com a prevenção, apuração e repressão do crime.

Discutiu-se, sem se chegar a um consenso, sobre desmilitarização e desjuridicização da cultura policial.

Políticas Públicas – Criminal/Sistema Prisional - Conselhos

Deve-se priorizar o Sistema de Proteção a Testemunhas.

Criar mecanismos que promovam o efetivo acesso de ex-presidiários aos serviços de capacitação e inclusão social, tendo por fim sua integração na sociedade, bem como o resgate de sua cidadania.

Desenvolver, no sistema de Segurança Pública, uma política social entrelaçada, objetivamente, com a política criminal.

Fortalecer as Defensorias Públicas existentes, como implementá-las nos Estados onde ainda existam, objetivando garantir o acesso da população ao Sistema Penal (Não apenas como ré – como se dá hoje – mas como autora, no sentido de defender seus direitos até

mesmo contra os órgãos públicos).

Instituir Conselhos Comunitários, com a participação das várias instituições interessadas, como o papel de formular as políticas públicas na área de segurança.

Deve-se dar à própria comunidade o direito de dizer não somente onde, mas como o aparelho policial deve agir e operar. De preferência – e até fundamentalmente – com o envolvimento das prefeituras e demais órgãos municipais, objetivando atender a realidade de cada bairro e de cada área.

Reforma do Código de Processo Penal

Rever o instituto da diferenciação de presos com as celas especiais.

No Inquérito policial, a valorização das provas técnicas em lugar da valorização da confissão e testemunho.

Aperfeiçoamento da Justiça Militar, com o julgamento feito por um Juiz togado somente para crimes militares próprios; os crimes comuns iriam para a Justiça comum.

Difundir o debate sobre a questão penitenciária, para que a sociedade forme um juízo e proponha soluções.

A recuperação do preso é possível desde que se adotem políticas públicas que assegurem a inserção desses ex-excluídos.

A adoção de penas alternativas é uma das formas de não tornar ainda pior o sentenciado e o sistema.

Que na próxima Conferência sejam convidados presidiários e ex-presidiários para que também possam opinar sobre a questão prisional.

Que na próxima Conferência a questão penitenciária seja abordada separadamente do tema segurança pública e sob o prisma da socialização e da reinserção social da pessoa presa.

Pugna-se pela participação da sociedade civil na elaboração de política pública de segurança através de conselhos estaduais de segurança pública, com representação paritária da sociedade civil, conforme previsto na Constituição Federal.

Propor a autonomia total das Corregedorias de Polícias e o controle civil destas.

Criar Conselhos Comunitários de Segurança, que funcionem nos bairros. Estes Conselhos poderão estar sob a coordenação do Batalhão da área, representado pelo comandante ou delegado correlato àquela área. Terá como membros titulares pela sociedade civil representantes de associações de moradores, Defensoria Pública, Juizados Especiais, Rotary, etc. Cada titular deverá ter de 1 ou 2 suplentes. As reuniões não deverão ocorrer em quartéis ou delegacias, mas sim, sedes das entidades civis.

Desvincular, em todo o território nacional, os Institutos de Criminalística e Medicina Legal

das instituições policiais, propondo-se a autonomia administrativa, funcional e orçamentária, fomentando desta forma, o reaparelhamento dos órgãos periciais, melhor treinamento e especialização dos seus corpos técnicos, visando acompanhar o desenvolvimento tecnológico hoje empregados por aqueles que praticam ilícitos penais.

Criar e/ou implantar Programas de Atendimento as mulheres vítimas de violência nas delegacias de policias, em todo o território nacional.

Adotar medidas urgentes junto ao Conselho Nacional de Política Penitenciária, no sentido de que o mesmo determine o fim da prática constrangedora e inconstitucional da revista íntima a família e voluntários que visitam as penitenciárias brasileiras. Propor que se adote mecanismos modernos de revista, a exemplo da colocação de detetores de metais nas entradas dos presídios e carceragens.

Que os repasses de verba federal do SUS sejam aplicadas totalmente, assegurando neste contexto a garantia de saúde dos presos. Que as Secretarias de Saúde assumam a responsabilidade pela saúde dos presos, em todos os recintos prisionais, em conjunto com entidades civis, hospitais universitários, etc.

Que sejam construídos, nos Estados, hospitais penitenciários, como também asseguradas, dentro da rede hospitalar, as condições e espaços físicos necessários ao tratamento dos presos.

Que seja analisada a experiência de estrutura dos Conselhos de Segurança Nacional e Conselhos Estaduais de Segurança existentes na Colômbia, no processo de formulação dos Conselhos de Segurança Pública brasileiros (estrutura em anexo).

Educação

Introduzir o conteúdo de direitos humanos nos concursos de ingresso à Magistratura, Ministério Público e carreiras jurídicas afins.

Mudar a forma e metodologia dogmática e de instrução presentes no ensino jurídico e de formação profissional dos juizes, promotores, policiais, adotando em seu lugar discussão: cidadania da polícia que é igual a cidadania dos cidadãos.

Incluir nos currículos de formação de soldados e oficiais, o curso de direitos humanos.

Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional

e a serem propostos

Que esta Conferência se pronuncie contra e pelo arquivamento dos 12 Projetos de Lei em

tramitação na Câmara dos Deputados e 2 no Senado Federal que tratam do rebaixamento da idade penal (relação em anexo).

Que esta Conferência se pronuncie pela aprovação do Substitutivo aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.844-D/97, do Deputado José Anibal, que dispõe sobre Educação em Direitos Humanos. Apoiando, também, em consequência, o recurso ao Plenário, apresentado pelo deputado Pedro Wilson e outros, contra a inconstitucionalidade do referido Substitutivo, declarada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Apoio à PEC que tramita no Senado Federal que prevê a autonomia administrativa funcional das Defensorias Públicas como forma de se garantir a todos os legalmente necessitados de justiça neste país o acesso digno a defesa de seus direitos e garantias.

Apresentação, pela Comissão de Direitos Humanos, de uma PEC dispondo sobre a supressão do art. 15 da Constituição Federal no que diz respeito a suspensão dos direitos políticos das pessoas condenadas criminalmente por sentença transitada em julgado; e para que seja garantido, no âmbito dos estados membros, imediatamente, o exercício do direito de voto aos presos provisórios sob custódia da polícia civil.

Legislação que regulamente as ações da tropa de choque e seu emprego no interesse social.

Legislação que proteja o agente público de ações violentas, punindo com rigor os agressores.

Legislação mais enérgica que puna e investigue o agente público corrupto.

Legislação que proíba o agente policial de desenvolver atividade privada, na sua área de atuação, com carência de 2 anos após descompatibilização.

Regulamentar o § 7º, do art. 144 da Constituição Federal.

Elaborar Leis específicas que tratem do crime organizado.

Propor medidas de aperfeiçoamento da Lei 9.099 (Juizado Especial Criminal) e

consequentemente a alteração do sistema inquisitorial no país.

Apoio a outras iniciativas

Que esta Conferência incorpore em suas resoluções as conclusões contidas na “Carta de Goiânia”, elaborada no período de 15 a 18 de março do corrente ano, por ocasião da realização do 1º Fórum Nacional de Segurança Pública e Cidadania, que contém as seguintes propostas:

Inserção no Plano Plurianual(PPA) da União, de ações de implementação imediata que permitam a estruturação da Segurança Pública nos eixos nacionais de desenvolvimento, redirecionando recursos orçamentários já previstos e corrigindo-se omissões existentes;

Instituição do “Fundo Nacional de Segurança Pública”, a ser mantido com recursos orçamentários e extra-orçamentários, com o objetivo de modernizar, reequipar e capacitar os órgãos de segurança pública;

Criação de um “piso nacional” de vencimentos para os integrantes dos órgãos da segurança pública, com a complementação da remuneração através do “Fundo Nacional de Segurança Pública”, nos moldes adotados no setor educacional;

Captação de recursos externos junto a órgãos de fomento e investimento internacionais, que dispõem desses recursos e têm interesse em investir na segurança pública, como instrumento eficaz de melhoria da qualidade de vida do cidadão;

Proposição de emenda à Constituição Federal, estipulando percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em segurança pública pela União, Estados e Municípios;

Revisão dos convênios não onerosos à União e por ela impostos aos Estados, para o combate ao tráfico e uso indevido de drogas, de forma a estabelecer novos termos com obrigações e direitos justos e equitativos entre as partes;

Mudanças nas leis penais e processuais, objetivando a agilização na apuração das infrações penais e aplicação da reprimenda respectiva, com a conseqüente diminuição da impunidade;

Regulamentação do preceito constitucional previsto no § 7º do art. 144, respeitando-se a autonomia dos Estados federados e estabelecendo as diretrizes básicas para as atividades da área;

Incremento de mecanismos para a indispensável participação dos profissionais da área de segurança pública na formulação de políticas de segurança pública, em prevenção e fiscalização de suas atividades;

Integração dos órgãos da segurança, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do sistema prisional, como partícipes e co-responsáveis pelo sistema de segurança pública, encarregado de proteger o cidadão e assegurar o exercício da cidadania;

Criação inadiável de infra-estrutura prisional, federal e estadual, com capacidade para assegurar a execução penal, diminuir a impunidade, garantir os direitos humanos e a ressocialização.

Grupo 4

Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos

Expositores: Antonio Cachapuz de Medeiros (Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores) e Nereu Lima (OAB)

Relator: Renato Zerbini (Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos)

Coordenador: Rev. Romeu Olmar Klich (MNDH)

Ementa

Os instrumentos e mecanismos de promoção dos direitos humanos têm crescido na mesma medida em que também crescem as violações dos direitos humanos no Brasil. A cada ano, ocorrem novas ratificações de tratados internacionais importantes para a ampliação dos direitos humanos. Embora os sistemas da ONU e da OEA sejam complementares, há diferenças no que se refere ao funcionamento. A OEA vem enfrentando dificuldades para implementação de seus programas, em decorrência da inadimplência financeira de muitos Estados-partes.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) está no centro de uma das mais importantes discussões na agenda internacional. O Brasil já assinou o Estatuto para a criação deste tribunal. Agora, falta a ratificação deste tratado internacional pelo Congresso Nacional. No entanto, a sociedade brasileira e mesmo agentes públicos não sabem ainda o que significa o TPI. Muitos juristas têm feito objeções a aspectos polêmicos relacionados a esta nova jurisdição internacional, indicando que deve haver mais discussão a respeito.

É mister que o grupo também discuta e proponha como impulsionar a ratificação de outros tratados que ainda não foram ratificados pelo Brasil. Ainda queremos buscar estratégias para reforçar esses sistemas de proteção internacional dos direitos humanos. Quais as suas diferenças? Como os movimentos sociais e as organizações não-governamentais podem utilizar mais ainda esses mecanismos? Como reforçar as instâncias da OEA que vêm enfrentando cortes significativos no seu orçamento? Essas e outras questões deverão pautar os trabalhos desse Grupo.

-

-

Resumo dos Trabalhos

Propostas

-

Criação de um Fórum Permanente da Sociedade Civil para Monitoramento e Interlocução

com o Estado Brasileiro em relação aos compromissos internacionais assumidos pelo País em matéria de direitos humanos.

O Fórum envolverá a participação ampla das diversas entidades da sociedade civil organizada assim como pessoas comprometidas com a luta pelos direitos humanos.

Como objetivos, o Fórum reunirá esforços no sentido de:

Promover a divulgação dos sistemas regional (Interamericano) e internacional de proteção dos direitos humanos para toda a sociedade brasileira;

Aprofundar discussões acerca dos temas prioritários da agenda internacional no campo dos direitos humanos de relevância fundamental para a sociedade brasileira;

Definir estratégias de ação no âmbito nacional e internacional para garantir transparência e interlocução com as instâncias oficiais de decisão, no âmbito do Executivo, Legislativo e Judiciário

Articular a sociedade civil organizada na formação de uma Rede, a fim de potencializar os trabalhos de monitoramento da implementação no Brasil dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos.

Promover a discussão e divulgação do Estatuto de Roma, bem como acompanhar a tramitação, no Senado, da Convenção Internacional a respeito. Acompanhar o processo de ratificação do Estatuto de Roma referente à criação do Tribunal Penal Internacional.

As atividades do Fórum serão desenvolvidas em estreita relação e articulação com o monitoramento do Plano Nacional de Direitos Humanos, bem como dos Planos Estaduais e Municipais.

Que o Brasil se submeta efetivamente a todo o sistema de prestação de contas (*accountability*) decorrente da ratificação dos tratados internacionais, em especial que elabore e encaminhe aos Comitês de Supervisão dos Tratados Internacionais, o mais rápido possível, todos os relatórios pendentes sobre as respectivas implementações no País.

É imprescindível que o Estado Brasileiro ratifique o Protocolo Facultativo No. 1 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Protocolo do CEDAW (Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), reconhecendo sem limites a competência dos Comitês de Direitos Humanos, Tortura, Discriminação Racial e Contra a Mulher para receber e processar denúncias individuais de violação aos direitos estabelecidos nas respectivas Convenções. Que o Brasil se empenhe pela criação de um Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Que o Estado Brasileiro vote, na 88ª Conferência da OIT, pela manutenção do atual texto da Convenção 103 da OIT em relação às garantias da licença-maternidade, da estabilidade provisória no emprego durante a gravidez, parto e amamentação, bem como da interrupção da jornada de trabalho para amamentação.

Que sejam criados pelo Estado Brasileiro mecanismos de implementação das decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Que a Conferência se manifeste em repúdio à forma ultrajante como foram tratados integrantes do MST detidos em São Paulo, assim como os que foram vítimas de repressão

policial no dia 2 de maio próximo a Curitiba-PR. Oficiar às autoridades competentes para tomada de providências cabíveis em ambos os casos.

Que o Brasil ratifique a Convenção Contra o Trabalho Forçado.

Que o Congresso Nacional aprove, em urgência, projeto de lei de autoria do deputado João Fassarella, que “dispõe sobre a proibição da destinação dos recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente e do Fundo Nacional da Assistência Social ao pagamento da dívida externa.

Por fim, o grupo deseja destacar a importância do processo desencadeado em torno da elaboração e entrega à ONU e ao Governo Brasileiro do Relatório da Sociedade Civil sobre a Implementação no País do PIDESC, como um desdobramento de decisão da IV Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Grupo 5

Mídia e Direitos Humanos

Expositores: Deputado Fernando Gabeira (CDH) e

Luiz Martins (Faculdade de Comunicação da UnB)

Relator: Iradj Roberto (Comunidade Bahá'í)

Coordenadora: Jussara de Goiás (INESC)

Ementa

-

A mídia deve ser espelho fiel das contradições e conflitos existentes na sociedade. Da mesma forma que atualmente a imprensa se encontra hoje mais sensível a temas como a violência contra as crianças, é também verdade que ela continua alheia a outros assuntos importantes para os direitos humanos.

Os preconceitos, discriminações e exclusões que nascem das questões de gênero, cor, orientação sexual, credo religioso, entre outras, necessitam adquirir maior visibilidade e debate público. A abordagem da mídia em relação aos conflitos e violências que se originam nestas questões podem contribuir para que a própria sociedade desenvolva um posicionamento sobre elas e a percepção da necessidade de superar os modelos que permitem a continuidade de situações de desrespeito aos direitos humanos.

De que forma a sociedade civil pode contribuir para que essas temáticas adquiram maior inserção na mídia? A mídia deve ter algum compromisso em relação à disseminação de uma cultura de direitos humanos? Como fazer isso? Como o jornalista pode conciliar seu direito e seu dever de informar amplamente o público com o a preservação do direito à

intimidade das pessoas? O que o Grupo de Trabalho pode propor ?

As mídias eletrônicas trazem consigo, além de uma formidável possibilidade de democratizar a comunicação, novas formas de violação de direitos. A internet tem sido canal de pregação de ódio, violência e abuso sexual, que têm como vítimas sobretudo as crianças e adolescentes. Como enfrentar essas questões sem enveredar para a censura?

Resumo dos Trabalhos

Consensos alcançados durante os debates do grupo de trabalho

-

Controle social da mídia:

Considerando que os debates destacaram a importância do estabelecimento de instrumentos para que os diversos veículos da mídia possam ser objeto de controle social, não coercitivos ou de censura, mas possibilitadores de um equilíbrio nas programações televisivas, radiofônicas, mídia impressa etc., buscando a máxima da ética do trabalho do jornalista no seu mister de divulgar o interesse público.

Considerando que por vezes a mídia não tem cumprido com sua função social, estando em certas instâncias deslocada dos verdadeiros interesses da sociedade.

Considerando que há por vezes uma “imprensa tribunal” ou “imprensa paredão”, que julga e executa antecipando-se a qualquer processo justo e digno, de investigação da verdade.

Considerando a existência de uma disputa ideológica nos meios de comunicação, levando a uma desconstituição da pessoa humana, quando o elemento fundamental do objeto da mídia, o ser humano, é visto como algo marginal.

Considerando que na mídia os interesses públicos são colocados em segundo plano face aos interesses comerciais, levando a programações e publicações em grande parte de ética questionável, nas quais há uma banalização da violência, da sexualidade, tornando este último um elemento meramente mercantil e de obtenção de poder.

Considerando que pesquisas indicam que a excessiva ênfase na questão da sexualidade nos meios de comunicação social conduz a uma erotização precoce nos adolescentes, com conseqüências socialmente negativas como o aumento da gravidez precoce, DST/AIDS etc.

Considerando que as instituições que anteriormente eram agências socializadoras, como as instituições religiosas e a escola, perdem espaço para a televisão como condicionador maior do comportamento.

Considerando que a banalização da violência e do sexo conduzem a uma crescente incapacidade de reagir e de questionar quanto aos destinos que a sociedade se direciona.

Considerando que não são apresentadas alternativas às crianças que no Brasil somam a 97% com acesso à televisão, assistindo a cerca de 1.200 cenas de violência ou de conteúdo ético inadequado à sua idade (cf. pesquisa Unesco, publicada no jornal *Hoje em Dia*, 25/06/99).

Preocupado com a necessidade de uma política de comunicação que seja de caráter

informativo, educativo e impessoal.

Aprova moção de repúdio ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado Federal, por não ter criado o Conselho de Comunicação Social, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

Propõe à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, promotora da que Conferência Nacional de Direitos Humanos, que urgentemente faça gestões através de audiências com o Presidente do Senado e Presidente da Câmara Federal, com a representação da sociedade civil, para tratar da instalação do Conselho de Comunicação Social, ato conjunto das duas casas do Congresso Nacional.

Propõe a Comissão de Direitos Humanos a necessidade de inserir no projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos, de mecanismos de educação para e pela mídia, preparando os receptores para uma relação de participação e cidadania com os meios de comunicação social,

Propõe o envolvimento da Comissão de Direitos Humanos em futuras discussões sobre a possibilidade de criação de conselhos de imprensa e de mídia no Brasil, entendidos e instalados como locais de promoção e defesa dos direitos humanos, da liberdade de expressão, de acesso público de informação e de mecanismo de participação da sociedade civil na intermediação de queixas relacionadas ao conteúdo veiculado pela mídia escrita e audiovisual;

Propõe o envolvimento da Comissão de Direitos Humanos na discussão e criação de dispositivos legais que garantam a possibilidade da sociedade civil de um real Direito à Comunicação Social. É preciso estruturar análises de aproximação à realidade brasileira a respeito do chamado direito de antena, incluído e atuante nas legislações espanhola, portuguesa e holandesa. Trata-se do acesso à mídia dos grupos sociais e políticos significativos, não apenas os partidos em seus horários eleitorais. O direito de antena, quando bem aplicado, constitui-se do legítimo acesso público aos meios de comunicação social e, a exemplo dos conselhos de imprensa, supera a via de sentido único, e transforma a comunicação numa via de mão-dupla entre emissores e receptores; entre público, profissionais e empresários.

Alerta que o Conselho de Comunicação Social é um elemento de controle social, não podendo se tornar expressão de censura que venha a tolher a oportunidade de qualquer pessoa se expressar-se por meio da mídia de forma adequada.

Propõe uma política permanente de educação e esclarecimento na questão do conteúdo das produções cinematográficas e televisivas, que levam à banalização da violência e sexualidade, de forma a envolver a família e a sociedade como um todo na orientação das crianças e adolescentes na interpretação do conteúdo dessas produções.

Propõe ampla campanha de esclarecimento às delegacias, hospitais etc para que tais órgãos amparem, orientem e auxiliem as vítimas de violência e desrespeito aos direitos humanos,

Reforça a imperatividade de que o Ministério Público, em conjunto com a sociedade civil, na ausência do Conselho de Comunicação Social, seja constantemente acionado para exercer o seu papel preponderante no ajustamento de condutas visando a implementação de políticas públicas com relação à mídia, dada sua legitimidade para levar a um fórum judicial os desrespeitos aos direitos humanos.

Alerta quanto a existência de instrumentos legais como a portaria nº 773/ Ministério da Justiça referente à classificação de programas televisivos que ainda não foi colocada em

prática.

Recomenda às emissoras de televisão, rádios e jornais que divulgam programas ou materiais que promovem apologia aos direitos humanos como direitos de marginais ou bandidos que revejam tais práticas favorecedoras de uma cultura de violência.

Destaca a importância de que as Secretarias de Direitos Humanos estaduais e municipais, bem como veículos de mídia em geral, criem ou dêem maior ênfase ao trabalho de ouvidorias para receber reclamações de atuação inadequada da mídia.

Alerta que ainda que mecanismos de controle social da programação existam, em primeira instância, o próprio indivíduo por meio do seu poder decisório é quem deve selecionar a programação a que deseja assistir.

Capacitação dos Profissionais de Mídia na Temática de Direitos Humanos

Considerando a proliferação de cursos de jornalismo por todo o país, o que é preocupante pelo enfraquecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Considerando, por vezes, a péssima qualidade do ensino de jornalismo, o que já foi motivo de denúncias junto ao MEC em relação a alguns cursos.

Considerando o excessivo número de cursos de jornalismo em certas cidades que não comportam mercado de trabalho para todos.

Considerando que programações de rádio e televisão e conteúdo da mídia escrita defendem aberta ou veladamente a violência, pena de morte etc.

Considerando o sofrível nível de sensibilidade da mídia ao não estar preparada para propiciar um debate sobre fatos, apenas apresentados como notícia.

Considerando que além dos profissionais de mídia, os diretores e donos de veículos de mídia são, por vezes, entraves às denúncias ou necessidades de dar visibilidade a questões de violação de direitos humanos.

Propõe à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que promova um amplo debate quanto a importância do treinamento dos profissionais de mídia por meio de reciclagens, cursos, seminários, conferências ou outros, para que os profissionais tenham conhecimento de causa do que cobrem, atendendo aos anseios e desafios da sociedade brasileira.

Alerta que em um esforço conjunto da mídia e outras instituições da sociedade deve se levar o maior esclarecimento sobre o que são direitos humanos (nas suas facetas política, civil, social, econômica e cultural) à sociedade, particularmente as classes mais pobres que são vítimas maiores do desrespeito a esses direitos.

Estimula que dentro deste processo de sensibilização, capacitação, e reciclagem, a mídia seja estimulada a valorizar as ações de resolução de conflitos, e não somente manter-se no interesse em valorizar ações que propagam conflito.

Publicidade e Propaganda

Considerando que a questão da publicidade/propaganda em seu conteúdo e forma também

deve ser analisada, passando por um controle social.

Considerando que o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária é uma entidade privada, não se encontrando estabelecida em todas as cidades onde há geração de programação televisiva,

Propõe que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal levante o debate sobre o estabelecimento de uma agência reguladora, estudando-se formas de conscientização do cidadão em todo o Brasil na questão da regulamentação e controle do conteúdo publicitário.

Código de Ética para a Mídia

Considerando a importância dos códigos de ética de mídia.

Propõe que os códigos de ética do profissional de mídia, das empresas de mídia, dos sindicatos etc., sejam objeto de ampla divulgação e difusão para a sociedade.

Propõe outrossim a criação de um código nacional de ética para os provedores de internet.

Fiscalidade Participativa

Considerando que o cidadão deve ter a opção de definir para onde quer direcionar parte de seus impostos para veículos de mídia pública.

Considerando que a renda publicitária em televisões alcança valores significativos que poderiam ter um percentual direcionado à programação de utilidade pública em tevês comerciais ou para televisões que não têm renda publicitária.

Propõe que a Câmara dos Deputados intervenha imediatamente junto ao Senado Federal, onde se encontra em debate o FISTEL (Fundo de Telecomunicações), originariamente direcionado ao desenvolvimento da tecnologia nacional a partir de receita publicitária, para que adicionalmente atenda os fins acima definidos, por meio de uma gestão desses recursos pelo Conselho de Comunicação Social.

Propõe uma maior instrumentalização e capacitação de grupos comunitários interessados na obtenção de concessão de frequências de rádio e tevê comunitárias, socializando, democratizando e desburocratizando tais veículos como instrumentos de promoção da cidadania.

Destaca, neste contexto, o interesse de que uma mídia impressa pública, a exemplo das televisões e rádios, também possa ter existência, não sofrendo as pressões mercadológicas que levam a perdas consideráveis do processo de informação do cidadão.

Denúncias apresentadas

A relatoria acolheu denúncias apresentadas a seguir, dando os encaminhamentos abaixo descritos.

ABI - Associação Brasileira de Imprensa:

Violência contra jornalistas em sete estados brasileiros: para apuração pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Nova Lei de Imprensa: denuncia o frágil processo de sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Destaca a importância de uma audiência pública para tratar de seu conteúdo – para ações da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em conjunto com o Senado Federal, onde se encontra o presente projeto de lei.

Lei da Mordaza: denuncia que persiste projeto no Senado Federal, ainda que a proposta tenha caído no âmbito da Câmara Federal na reforma do Judiciário – para apuração da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Denuncia o uso indevido da Previdência Social que foi depauperada para financiar obras governamentais nas últimas 5 décadas – para encaminhamento da Comissão de Direitos Humanos à Comissão de Seguridade Social.

Lei da Anistia: denuncia que deixou de beneficiar mais de 5.000 pessoas pois a lei só ampara aqueles que foram punidos por ato institucional. Para consideração da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Processo eleitoral: denuncia a importância de combater as violações eleitorais dado que grupos menos favorecidos financeiramente não têm ascensão no processo eleitoral – para encaminhamento à Comissão de Direitos Humanos para as providências que entender pertinentes.

Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro Chico Alencar:

Rebelião no Educandário de Menores Infratores do Rio de Janeiro: denuncia a ação, em 25/05/2000, de alguns pastores junto a adolescentes rebelados buscando “exorcizá-los”, conforme apresentado na mídia – para apuração pela Comissão de Direitos Humanos.

Relatório sobre a situação de direitos humanos no Brasil pela OEA: documento que analisa o relatório, assinado por diferentes organizações de defesa de direitos humanos no Rio de Janeiro – para consideração da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Moções gerais aprovadas

Moção de repúdio a tentativa da polícia do Rio de Janeiro de criminalização do documentarista João Moreira Salles (diretor do filme que abriu a V Conferência Nacional de Direitos Humanos, "Notícias de uma guerra particular"), pelo fato de ele ter se empenhado na recuperação de um jovem que manifestara desejo de se reintegrar a sociedade, abandonando o crime.

Moção de apoio ao trabalho desenvolvido pela Secretaria-adjunta de Direitos Humanos de Minas Gerais pelas parcerias que são estimuladas na promoção de uma integração de ações entre sociedade e governo, visando a efetividade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Moção de repúdio à propagação pela mídia da idéia obtusa quanto a baixa da menoridade penal, como uma solução aos problemas de segurança pública enfrentados pelo país.

Moção de repúdio do Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro pelos serviços prestados ao DOI/CODI no início dos anos 70, pelo atual secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Coronel Jozias Quintal.

Grupo 6

Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, Programas Estaduais e Municipais de Direitos Humanos

Expositores: Deputado Pedro Wilson (Comissão de Educação e CDH da Câmara dos Deputados) e Fernando Salla (NEV-USP)

Relator: Milton de Souza Barros (Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais)

Coordenador: Oscar Gatica (MNDH)

Ementa

Lançado em maio de 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) resultou de forte mobilização social interna e pressão internacional originada na Conferência de Viena em 1993. Junto da criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, significou um passo importante na luta pelos direitos humanos no Brasil. No ano passado, em decorrência de proposta formulada na IV Conferência Nacional, foi criada uma comissão nacional para a revisão do PNDH. O objetivo central era incluir os direitos econômicos, sociais e culturais.

Alguns Estados, como São Paulo e Rio Grande do Norte, já possuem seus programas estaduais de direitos humanos, enquanto muitos municípios começam a propô-los inclusive neste período de campanha eleitoral. Como vem sendo implementado o PNDH? O monitoramento tem funcionado? A sociedade civil tem participado da revisão do Programa? Como articular os programas estaduais, municipais com o nacional? Como incentivar a multiplicação de Programas de Direitos Humanos nos municípios e estados?

Resumo dos Trabalhos

Propostas

Monitoramento

Aprovar a criação de um grupo independente para monitorar o Programa Nacional de Direitos Humanos, composto majoritariamente por entidades de direitos humanos da sociedade civil com representação nacional, com sede em Brasília. O grupo teria a missão de monitorar, elaborando relatórios anuais sobre a aplicação do programa e a inclusão do DESC.

Orçamento

Dotação orçamentária específica para a aplicação do PNDH, com recursos suficientes para

a implementação das medidas a serem tomadas.

Liberação de verbas para políticas sociais mediante o cumprimento do PNDH e dos programas estaduais de direitos humanos.

Incentivar a população a ter uma participação efetiva nos orçamentos públicos

Proteção a testemunhas

Manifestar ao Governo Federal a insatisfação dos participantes da V Conferência Nacional de Direitos Humanos pelo descaso para com o programa de proteção a testemunhas.

Disponibilizar recursos humanos para execução do PNDH, especialmente para a aplicação do programa de proteção a testemunhas.

Sistema Prisional

Implantar a educação nos presídios, conforme exigência da LDB.

Facilitar a entrada e credenciar pessoas e entidades nos presídios para assistência e fiscalização de práticas de violação de direitos humanos.

Criar comissões comunitárias de presídios.

Mídia

Atuação ostensiva nos meios de comunicação para divulgar os direitos humanos, com o objetivo também de contestar a forma como os direitos humanos são atacados.

Programas Estaduais e Municipais de Direitos Humanos

Criação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos Humanos para, a partir dessas esferas administrativas, ampliar a adesão aos conceitos e práticas de direitos humanos e criar propostas para aperfeiçoamento do PNDH.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Cobrar das três esferas do Estado a garantia das pessoas de exercerem o seu direito à vida, como o direito à alimentação, à saúde, ao trabalho e à educação.

Cobrar da Câmara dos Deputados a aprovação dos projetos do Estatuto da Cidade e do Fundo de Moradia.

Divulgar amplamente o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, para que os cidadãos, ao conhecer esses direitos, tenham condições de exigí-los.

Procurar fazer uma definição clara do conteúdo dos direitos da pessoa.

Defender a meta ou utopia do direito de construir uma sociedade sustentável, com democracia participativa, cultura de paz e justiça social.

Incluir na atualização do PNDH as propostas do Fórum Nacional pela Reforma Urbana referente ao direito à moradia.

Resgate da cidadania dos usuários da saúde mental.

Resgate da cidadania dos portadores de necessidades especiais.

Estabelecer uma política nacional, estadual e municipal de criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Monitoramento das criações de casas abrigo e mecanismos de denúncias contra a mulher e minorias.

Incluir o respeito aos direitos sexuais e reprodutivo das mulheres através de cursos, oficinas e inclusão desta matéria nas faculdades de direito.

Monitorar a criação de conselhos estaduais e municipais do direito da mulher.

O Ministério da Justiça deve favorecer a criação de casas abrigo e de centro de referência da condição feminina por iniciativa de ONGs e governos.

Popularização dos mecanismos internacionais dos direitos da mulher.

Dívida externa

Assumir a campanha pelo não pagamento da dívida externa.

Intercâmbio de Informações

Realização de oficinas mensais de articulações municipais de entidades ligadas aos direitos humanos.

Criar mecanismos para medir a execução e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos por entidades de direitos humanos.

Unificar nacionalmente os números disque-denúncias e divulgar os números internacionais e e-mails para garantir e facilitar as denúncias e combater a impunidade.

Oficializar duas oficinas anuais para agentes de direitos humanos para conhecimento das parcerias, articulação das ações e clareza da missão de garantia dos DH.

Elaboração de uma agenda física, com datas e referências internacionais e nacionais, com breve histórico e medidas que facilitem o intercâmbio.

Exigir do Ministério Público e do Judiciário relatórios sobre os processos judiciais relativos a promoção e proteção dos direitos humanos.

Promover integração entre as universidades, sociedade e movimentos sociais, como forma de contribuir na implementação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Montar um banco de dados para disponibilizar informações sobre o andamento da implementação do PNDH, unificando dados legislativos, de políticas públicas e de iniciativa da sociedade civil organizada nos três níveis do estado.

Educação

Estimular em toda a sociedade a criação de espaços para o exercício de uma cultura de paz,

por meio de uma educação horizontalizada em projetos de cidadania para a vida.

Incluir direitos humanos nos currículos escolares, matéria transversal obrigatória, com produção de material adequado às faixas etárias para alunos, e capacitação de professores e lideranças comunitárias, pelos ministérios da Justiça e da Educação, com participação das organizações da sociedade civil. Cobrar a sua aplicação.

Promover nas universidades debates teóricos e disciplinas sobre ética, cidadania e direitos humanos, com objetivo de formar núcleo de pesquisa em direitos humanos.

Começar na família o esclarecimento sobre os direitos humanos, com orientações através de cartilhas.

Exigir o cumprimento dos parâmetros curriculares nacionais nas escolas públicas.

Corrupção

Criação de um sistema de combate à corrupção, com mecanismos que impeçam a proliferação da corrupção e combatam a impunidade.

MOÇÕES APROVADAS

A V Conferência Nacional de Direitos Humanos aprovou – e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados já encaminhou – as 40 moções relacionadas a seguir:

MOÇÃO 01/2000

Da Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista, proposta pelo vereador Jackson Miranda, dirigida aos Poderes Executivo e Legislativo, para que, em suas respectivas competências, criem e apoiem leis que proíbam o uso e venda de munição letal para arma de fogo, substituindo-as por munição tranqüilizantes e/ou paralisantes.

MOÇÃO 02/2000

Proposta pelo deputado Pedro Wilson, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, de louvor ao Padre Francisco Reardon, saudoso coordenador da Comissão Pastoral Carcerária da CNBB e da Arquidiocese de São Paulo, falecido no ao passado, pelos relevantes serviços prestados na proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil. Padre Chico defendeu com coragem e abnegação os encarcerados, que formam um dos segmentos mais excluídos da nossa população.

Moção 03/2000

Proposta pelo deputado estadual Gilney Viana (PT-MT) e pelos Grupos Tortura Nunca Mais, moção dirigida aos presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes visando cassar o asilo político concedido ao senhor Alfredo Stroessner, que por mais de 40 anos foi ditador do Paraguai, onde violou sistematicamente os direitos humanos de seu povo. Também propõe às mais altas autoridades do Brasil que não mais concedem asilo político a ex-ditadores e outros violadores de direitos humanos.

Moção 04/2000

Proposta pela Pastoral Carcerária Nacional, dirigida ao governador do Estado de São Paulo,

Mário Covas, solicitando-lhe que garanta aos presos estrangeiros, de acordo com a Constituição Federal, a Lei de Execuções Penais e Decretos Presidenciais, a concessão de indultos e comutações de penas: direito à progressão de regime para o semi-aberto e liberdade condicional; direito à correspondência em língua própria; e direito a se comunicar por telefone com sua família.

Moção 05/2000

Proposta pela Pastoral Carcerária Nacional, dirigida ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, solicitando-lhe que garanta aos presos estrangeiros, de acordo com a Constituição e a Lei de Execuções Penais, o direito à progressão de regime para o semi-aberto e liberdade condicional; direito à correspondência em língua própria; direito de se comunicar por telefone com sua família; e que, tendo constituído família, quer de direito, quer de fato, no Brasil, possa, a partir do direito à concessão do benefício da liberdade condicional, permanecer no Brasil, independente da data da formação da citada família, devendo, para tanto, ser incluído no Estatuto do Estrangeiro a proposta ora apresentada.

Moção 06/2000

Proposta por Paulo Machado Guimarães, membro da CNDH da OAB, dirigida às lideranças políticas do Senado Federal, para que essa Casa aprove, com urgência, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata dos direitos e interesses dos povos indígenas.

Moção 07/2000

Proposta pelo deputado estadual João Alfredo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará, dirigida ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao ministro da Justiça, José Gregori, repudiando a violência utilizada contra manifestantes durante a cerimônia oficial do descobrimento, em 22 de abril na Bahia, bem como as propostas de resgatar, com nova roupagem, a Lei de Segurança Nacional - o mais típico entulho autoritário ainda em vigor - como instrumento de repressão aos movimentos sociais.

Moção 08/2000

Proposta pelo advogado Sérgio Muylaert, em favor da apuração rigorosa das denúncias de assassinatos, seqüestros internacionais, desaparecimento forçado de pessoas, tortura e maus-tratos, relacionados à Operação Condor, organizada por grupos militares e paramilitares das ditaduras do Cone Sul, inclusive a do Brasil, nos anos 70.

Moção 09/2000

Proposta pelo secretário substituto de Justiça e de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Lauro W. Magnago, de apoio e incentivo à instalação de Ouvidorias das Polícias e do Sistema Penitenciário em todos os Estados da Federação, como canal para o cidadão encaminhar denúncias contra as violações dos direitos humanos, a corrupção e outros ilícitos praticados por servidores das polícias e serviços penitenciários. Estas Ouvidorias devem ser dotadas de estruturas e poderes suficientes para exercer um real papel de fiscalização, apuração e punição daqueles servidores que atentarem contra a sociedade.

Moção 10/2000

Moção de repúdio ao Governo de São Paulo pela violação dos direitos humanos com relação ao tratamento dado aos adolescentes que cumprem medidas de privação de liberdade, visto que estão sob a responsabilidade do estado e este não cumpre as medidas

estabelecidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente.

Moção 11/2000

Proposta pelo secretário substituto de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Lauro W. Magnago, de apoio à iniciativa do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia de propor Emenda Constitucional que extingue as atuais polícias estaduais civil e militar, criando uma nova polícia estadual com suas funções preventiva (uniformizada) e investigativa, reduzindo níveis hierárquicos; acabando com o inquérito policial; eliminando a justiça militar como foro para julgar policiais e instituindo outras medidas que visam criar uma polícia de efetiva proteção da sociedade, do cidadão, consoante com o respeito aos direitos humanos.

Moção 12/2000

Proposta por Caroline Dantas, para que a V Conferência Nacional de Direitos Humanos indague publicamente à Associação de Oficiais da PM de Minas Gerais - que apresentou ao governador do Estado uma carta de reivindicações, na qual um dos itens é a revisão das entidades institucionais de direitos humanos e em especial da Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais - que indique quais os procedimentos deseja ver revisados.

Moção 13/2000

Apresentada pelo secretário substituto de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Lauro W. Magnago, dirigida a autoridades públicas federais e estaduais, de apoio e exigência de medidas de apuração e punição, inclusive com a exclusão do serviço público, da corrupção e outros delitos cometidos por policiais, independente de patente, cargo ou grau hierárquico.

Ao mesmo tempo, apoio às iniciativas localizadas de governos estaduais neste sentido, bem como ao trabalho de CPIs (federais e estaduais) que investigam o crime organizado, e que tem exposto as mazelas inclusive de instituições policiais e outros setores do estado.

Moção 14/2000

Proposta pelos deputados Chico Alencar (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Fernando Gabeira (PV-RJ) e Marcos Rolim (PT-RS), de protesto contra o tratamento de uma questão social com "exorcismo", como se verificou no dia 24 de maio durante rebelião no educandário de crianças infratoras de Santo Expedito, no Rio de Janeiro. Os graves problemas por que passam as instituições que albergam crianças e adolescentes infratoras não serão superados senão através de políticas sócio-educativas de ressocialização e de respeito aos direitos humanos, à luz da razão. Demonizar meninos rebeldes e "exorcizá-los" compulsoriamente, além de jogar a questão no plano meramente emocional e confessional, é um desrespeito à liberdade de opção religiosa garantida pela Carta Magna.

Moção 15/2000

Proposta pelo deputado Gilney Viana, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, de cobrança ao Poder Executivo Federal da plena execução do Orçamento da União de 1999 no que concerne aos projetos e atividades de segurança pública. A medida é necessária e possível porque já existe dotação orçamentária, o que viabilizaria de imediato grande parte do "Plano de Segurança" anunciado pela Presidência da República.

Moção 16/2000

Proposta pela Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Olinda e Recife e a Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde, dirigida aos governadores de Estado, especialmente o de Pernambuco, em favor da contratação de agentes penitenciários para a guarda interna dos presídios e penitenciárias.

Moção 17/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 1, dirigida ao Poder Executivo Federal, para que o Estado brasileiro reconheça a jurisdição do Comitê de Direitos Humanos da ONU, apresentando-lhe relatórios periódicos.

Moção 18/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 1, dirigida a autoridades do Poder Executivo em esfera federal e estadual, para que todos os Estados do Brasil sejam incluídos no Programa de Proteção à Testemunha.

Moção 19/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 1, de apoio ao encaminhamento das denúncias de tortura e maus-tratos feitas durante a V Conferência Nacional de Direitos Humanos, dirigida às autoridades públicas responsáveis pela apuração e punição dos diversos casos, exigindo dessas autoridades as imediatas ações legais.

Moção 20/2000

Proposta pelo Grupo 1, dirigida a autoridades estaduais, para que os Estados estabeleçam programas e ações imediatos para atendimento médico, psicológico e odontológico aos presos doentes; especialmente os paraplégicos, tetraplégicos e doentes mentais, bem como as presas grávidas, com atendimento pré-natal e ao parto, efetivando-lhes em seguida o direito à amamentação. Também se requer sejam criados em todas as penitenciárias

ambulatórios de atendimento médico.

Moção 21/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho¹, dirigida ao governador do Estado do Ceará, para que faça instalar e editar o Programa Estadual de Direitos Humanos, adote o Programa de Apoio e Proteção às Vítimas e Testemunhas de Violência e instale o Conselho Estadual de Segurança Pública, previsto na Constituição Estadual e na legislação ordinária.

Moção 22/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 1, de solidariedade com a família do paciente Damião Ximenes Pereira, morto em virtude dos maus tratos praticados por funcionários da Casa de Repouso Guararapes, em Sobral-CE, em outubro de 1999, bem como de solicitação ao prefeito municipal daquele município, Sr. Cid Ferreira Gomes, de adoção de medidas administrativas adequadas para impedir a continuidade dos maus tratos, garantindo o tratamento psiquiátrico que respeite os direitos humanos dos pacientes.

Moção 23/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 1, dirigida a autoridades públicas federais e do Estado do Espírito Santo, de solicitação de todo o necessário apoio para a extinção da Scuderie Le Coq, de modo a servir de exemplo no combate ao crime organizado no país, inclusive prestando solidariedade ao Ministério Público pelo seu trabalho com esse objetivo.

Moção 24/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, de repúdio ao Governo Federal, pelo declínio em sediar a conferência americana preparatória à Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, evento convocado pela ONU para o ano 2001.

Os presentes entendem que a conferência constitui espaço legítimo e privilegiado para se discutir todas formas de discriminação que violam os direitos da pessoa humana em todo o globo; consideram que o Brasil é o segundo país em população afro-descendente e que seus direitos são sistematicamente violados, incluindo os previstos nos pactos e convenções internacionais; e por fim apelam ao Governo Federal para que viabilize a realização no Brasil da citada reunião regional, cujo objetivo é aprofundar o debate e buscar soluções para que o nosso país seja verdadeiramente democrático.

Moção 25/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, de repúdio à discriminação contra as religiões de matizes africanos. Os presentes à V Conferência Nacional de Direitos Humanos denunciam a discriminação e a intolerância religiosa praticadas por segmentos da sociedade e pelos três poderes instituídos, ao não reconhecerem a importância e influência históricas das religiões de matizes africanas na formação do povo brasileiro, só reforçando o papel colonizador exercido em pleno século 20.

Não reconhecer o exercício do sacerdócio aos babalorixás e yalorixás da mesma forma que o reconhece para padres e reverendos, assim como o matrimônio, o batismo e outras cerimônias, é discriminar e violentar os direitos humanos e constitucionais.

A história e a prática colonizadora vêm ao longo dos anos discriminando a população negra

e sua religiosidade, forçando seus membros a abandonar sua ancestralidade e o culto à tradição dos orixás, por meio de retaliações praticadas pelas Igrejas Petencostais e poderes públicos.

Moção 26/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, de repúdio contra a violência à população negra por ocasião da Marcha Brasil Outros 500, perpetrada na Bahia pelo Governo Federal, que esconde ao mundo a realidade maquiada pela imprensa e pelos poderosos de um país forjado sob a mentira da democracia racial.

Governo Federal e seus agentes tentaram ocultar através da violência e da truculência, sua cara Preta. A cara de todo um povo que ainda hoje, não tem ainda reconhecida sua história, religião, direitos sociais, econômicos e cidadania.

Moção 27/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela violência cometida contra adolescentes rebelados, no dia 24 de maio, durante rebelião no educandário de crianças infratoras de Santo Expedito. Os presentes repudiam a imposição de “exorcismo” àqueles jovens, por pastores evangélicos, violentando princípios constitucionais, de direitos humanos e éticos.

Moção 28/2000-05-03

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, de repúdio ao Governo do Estado de São Paulo, pela violência crônica e brutal praticada contra adolescentes que se encontram na FEBEM, dos quais 47% são negros. Os presentes consideraram inaceitável que, no limiar do século XXI, depois de 384 anos de escravidão, jovens sejam tratados como escravos, sendo submetidos, quando recapturados após fuga, a torturas, espancamentos e humilhações públicas. Tais violações são cometidas por agentes do Estado, que deveriam garantir a vida, a saúde e a integridade física e mental desses jovens.

Moção 29/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, em favor da inclusão dos Rom, Sinti e Calon - os assim chamados ciganos - como minorias étnicas oficialmente reconhecidas no Programa Nacional de Direitos Humanos. Para tanto se faz necessária a elaboração de legislação específica para a promoção da defesa dos direitos e interesses dessas minorias, bem como a aplicação imediata, por analogia, dos preceitos de promoção e proteção aos índios e comunidades remanescentes de quilombos, no que couber, na educação, saúde, etc.

Como conteúdo mínimo, deverão ser assegurados para os Rom, Cinti e Calon itinerantes, o direito de ir e vir, e de montar suas barracas e estacionar seus trailers em acampamentos com a devida infra-estrutura (água, energia elétrica, sanitários, coleta de lixo etc) indicados para esses fins em todas as cidades com mais de 500.000 habitantes. Cada acampamento deverá abrigar no mínimo 10 (dez) barracas ou trailers.

As barracas e trailers das minorias Rom Sinti e Calon devem ser consideradas suas casas e como tais asilos invioláveis.

Moção 30/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, para que os cartórios de registro civil sejam doravante

proibidos de recusar registros de nascimentos e óbitos de pessoas Rom, Sinti e Calon itinerantes.

Moção 31/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 2, para que as empresas estatais dêem apoio, com base na Lei Rouanet, a projetos culturais ciganos.

Moção 32/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 5, de repúdio à tentativa de criminalização do documentarista João Moreira Salles - diretor do filme "Notícias de uma guerra particular", que abriu a V Conferência Nacional de Direitos Humanos - pelo fato de ele ter se empenhado na recuperação de um jovem que manifestara desejo de se reintegrar a sociedade, abandonando o crime.

Moção 33/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 5, de apoio ao trabalho desenvolvido pela Secretaria-adjunta de Direitos Humanos de Minas Gerais, pelas parcerias que tem estimulado de promoção de uma integração de ações entre sociedade e governo, visando a efetividade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Moção 34/2000

Proposta pelo Grupo de Trabalho 5, de repúdio à propagação pela mídia da idéia obtusa de que a redução da idade para imputação penal seja uma solução aos problemas de segurança pública enfrentados pelo país.

Moção 35/2000

Proposta pelo Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, de repúdio à prestação de serviços ao DOI/CODI, no início dos anos 70, pelo atual secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Coronel Jozias Quintal.

Moção 36/2000

Proposta pela Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos, dirigida aos parlamentares federais, de apoio ao texto do substitutivo aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei 3.844-D/97, do deputado José Aníbal, que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos. A moção também apóia recurso ao plenário, apresentado pelo deputado Pedro Wilson e outros, contra declaração da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, de inconstitucionalidade do referido substitutivo.

Moção 37/2000

Proposta pela WWF – World Wildlife Found – e pelo ISA - Instituto Sócioambiental, considerando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito das presentes e futuras gerações; considerando que a perspectiva de um mundo ambientalmente justo

associa-se à observância dos direitos humanos fundamentais; considerando que o desenvolvimento sustentável vincula-se diretamente com padrões mais eqüitativos de distribuição da riqueza e do conhecimento; considerando que a conservação das florestas e demais formas de vegetação nativa é fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável; considerando que a biodiversidade das florestas brasileiras é um patrimônio de todos os brasileiros; considerando que a legislação florestal em vigor no país está sob ameaça; considerando que o trabalho realizado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - na proposta de um texto para o projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 1965 foi realizado de forma bastante democrática e norteou-se pelo respeito ao meio ambiente; "A V Conferência dos Direitos Humanos rejeita, com veemência, qualquer alteração na Lei nº 4.771/65 - Código Florestal - que signifique retrocesso em termos de proteção ambiental das florestas e demais formas de vegetação nativa e manifesta seu apoio ao texto proposto pelo CONAMA para o projeto de lei de conversão à MP 1956".

Moção 38/2000

Proposta por familiares de mortos e desaparecidos políticos e militantes da luta em defesa dos direitos humanos, de profunda insatisfação com a forma que foram tratadas as solicitações da Comissão dos Familiares pelo Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, tendo em vista que, dos temas que motivaram a marcação da audiência com o mesmo, a saber: 1) ampliação da Lei 9140/95; 2) abertura dos arquivos públicos e 3) continuação dos trabalhos da Comissão Especial, apenas o primeiro tema mereceu apreciação do Sr. Ministro, através de Projeto de Lei que deixaria de restringir a apreciação de casos que tenham ocorrido até 15.08.79 e reabriria o prazo para requerimentos.

O Projeto de Lei a ser enviado não contempla todos os casos de mortes e/ou desaparecimentos ocorridos durante a ditadura militar, mantendo inalterada a questão relativa ao ônus da prova imposto pela Lei 9140/95 aos familiares.

Diante de tais circunstâncias, torna-se absolutamente imprescindível abertura imediata dos arquivos da repressão política, das Forças Armadas, e aqueles que estão em poder do governo: da Polícia Federal, SNI, P2, Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, (os quais supomos agora estarem na Abin) que só dependem de vontade política.

As justificativas que eventualmente vem sendo dadas pelas autoridades governamentais no sentido de que tais arquivos contém documentos sigilosos ou até que tais documentos inexitem não encontra amparo no estágio de democratização que se pretende dar ao Brasil e demais países do Cone Sul.

Com relação à continuação dos trabalhos da Comissão Especial criada pela Lei 9140/95, o Sr. Ministro não esboçou qualquer iniciativa no que tais respeito à busca dos corpos dos mortos e desaparecidos e das circunstâncias em que tais mortes e desaparecimentos ocorreram, principal bandeira de luta das famílias e das várias entidades ligadas aos direitos

humanos nos planos interno e internacional.

A referida Comissão não obteve resposta às suas mais antigas reivindicações: a busca dos corpos, as circunstâncias das mortes, a punição dos responsáveis.

Moção 39/2000

Proposta pelo Fórum Paranaense de Direitos Humanos e Cidadania, de repúdio à violência praticada pelo governo do Estado do Paraná contra os trabalhadores. As ações da Polícia Militar e Civil são injustificadas e voltadas para reprimir os movimentos sociais organizados, contrariam princípios e atentam contra a Constituição vigente. As iniciativas das entidades civis organizadas, de cidadãos e cidadãs que lutam pelos seus direitos, demonstram que a sociedade paranaense e brasileira não se rendem frente a tantos descasos e abusos contra os direitos humanos.

Os repetidos casos de violência no Paraná são prova da política autoritária e repressiva do governo Jaime Lerner, que em diversas situações vem ferindo direitos individuais e coletivos, tratando a população e a democracia de forma autoritária, já infelizmente registrado em nossa história por outros governos.

Nos últimos cinco anos no Estado do Paraná, 17 trabalhadores rurais foram assassinados, houve 405 prisões arbitrárias, 313 feridos, 19 torturados e 44 ameaçados de morte. Além da violência policial, o governo adota políticas institucionais para destruir organizações sindicais, como cortes nas contribuições sindicais, prisões de lideranças, perseguições aos sindicatos. Além disso, e do desrespeito à cidadania, há que se registrar o envolvimento da polícia no tráfico de drogas, o roubo e desmanche de carros.

Uma das evidências da falta de transparência e democracia é a não implementação do COPED- Conselho Estadual Paranaense dos Direitos Humanos. O Fórum Paranaense de Direitos Humanos, depois de ter protocolado há mais de um ano documento solicitando a imediata implantação do Conselho, denuncia a omissão. Os documentos nesse sentido foram encaminhados ao então Secretário de Estado de Justiça, Sr. José Tavares, conforme protocolo 4.247.994-2, e ao Chefe da Casa Civil, Sr. Pretextato Taborda, protocolo 4.158.586-2.

O que teme este governo?

Repudiamos essa atitude que revela falta de compromisso com a população do Estado do

Paraná e exigimos do governo uma imediata resposta sobre a posse deste Conselho.

A V Conferência Nacional de Direitos Humanos apóia os familiares em seu compromisso de permanecer lutando até que todos os casos de mortes e desaparecimentos políticos sejam efetivamente esclarecidos, bem como sejam apuradas as circunstâncias em que tais fatos ocorreram, inclusive no que diz respeito aos agentes públicos envolvidos.

Moção 40/2000

Carta aberta ao Ministro da Justiça, José Gregori, assinada por Dom Mauro Morelli, bispo católico da Baixada Fluminense e dezenas de outros signatários, lida em plenário e aprovada por aclamação:

DDHH nas ruas ou na sarjeta?

Carta aberta ao Ministro da Justiça

Caro Ministro José Gregori,

Escreve-se quando se acredita em diálogo e se reconhece o interlocutor.

Juntos abrimos estradas para que a cidadania pudesse exercer o direito de ir e vir.

Juntos ocupamos ruas e praças para afirmar a soberania da Nação sobre o Estado e do homem sobre o sábado.

Afrontamos juntos a lei para proclamar que nada pode aprisionar a liberdade humana.

Juntos clamamos por um salário justo e um modelo de desenvolvimento que não humilhasse o Brasil e fizesse sofrer o seu povo.

Sempre juntos nos insurgimos contra a tortura, a negação criminosa da dignidade humana, o banimento e o exílio.

Ainda, juntos, acolhemos os proscritos e os banidos de outras terras.

Juntos sonhamos com uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana para fazer o Pacto Social, a base de uma sociedade democrática e, portanto, comprometida com a igualdade de direitos e de oportunidades para cada mulher e homem que habitam este país.

Caro Ministro,

Os jovens de hoje não estão mais sonhando. Isto é muito perigoso! Não tem futuro o país

em que as crianças não brincam e os jovens não sonham.

Insônia e pesadelo transformam as nossas noites em agitação e não mais repouso.

Os direitos pelos quais lutamos e corremos riscos foram parar na sarjeta ou se escoaram pelos ralos?

Onde está a política que é arte de construir a comunidade? A Ética não encontra assento em nossas cabines de comando!

Vivemos em um país em que a economia reina e impera soberana e impiedosa. A economia brasileira foi atrelada a uma nave-mãe que anda à deriva no espaço, segundo seus próprios timoneiros confessaram.

Sinais alarmantes nos levam a temer os dias que estão pela frente. Clamávamos por justiça para quem trabalha, hoje se mendiga um posto de trabalho. São milhões que estão chorando o desespero da não valia. Não apenas se chora por casa e comida, trabalho e escola, saúde e lazer. Nem a mão se estende implorando uma esmola, mas aberta para ser acolhida como gente. Chegou o tempo de se afirmar que é maldito o progresso que fere a natureza e descarta seres humanos e até continentes.

Onde chegamos, caro ministro?

Não queremos e nem devemos esquecer que caminhamos e sonhamos juntos. Mas, também, não podemos calar quando os arcos e as flechas de nossos indígenas não são mais respeitados como símbolos de sua própria cidadania. Nem mais podem caminhar no chão que há mais de quarenta mil anos lhes pertencem.

Não é digno de nossa herança calar frente à satanização dos movimentos sociais que forçam a abertura das comportas que aprisionam tanta riqueza e tanta energia.

A terra continua prisioneira da ganância e da especulação. A agricultura desvalorizada, quando nossa vocação agrícola significaria mais vida para a humanidade e paz para nosso povo.

A renda concentrada obriga-nos a conviver com um salário que não faz justiça a ninguém e violenta a própria Constituição do país. Por que todo o custo da salvação da economia sempre tem que ser pago pelos trabalhadores? Por que o funcionalismo público sofre o achatamento salarial enquanto que o primeiro escalão da República tem seus ajustes e mordomias assegurados?

O que está escrito na história não poder ser apagado e nem esquecido. Que horror a Doutrina da Segurança Nacional que se transformou na Lei com que se escravizou a América Latina, foram saqueadas as nossas riquezas e os povos perseguidos como inimigos do Estado!

No limiar de um novo século o povo brasileiro é ainda ameaçado em sua dignidade e cidadania. Até quando, afinal, as leis e a burocracia impedirão o povo de ser gente de verdade. Até quando a República perseguirá os que não têm, não sabem e não são?

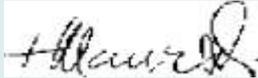
Caro ministro, sem justiça não há paz!

Sem casa, comida, educação, saúde, trabalho e lazer a democracia não passa de deboche e sarcasmo. A cidadania não é um conceito jurídico, mas vida com qualidade, dignidade e esperança.

Este manifesto não é contra o governo, mas a favor de nós mesmos. A Nação deve manifestar sua indignação perante a corrupção do Estado que não serve e cada vez mais se distancia do povo. A Nação deve fustigar os governantes que não lhe são fiéis.

Vamos caminhar juntos novamente?

A você e ao Brasil desejo Paz e Bem.



Dom Mauro Morelli - bispo católico na Baixada Fluminense

Penápolis -SP- 23/05/2000

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DAS PLENÁRIAS DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

CERIMÔNIA DE ABERTURA

DIA 24/05/00

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Declaro abertos os trabalhos da V CONFERENCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Companheiras e companheiros na luta pelos direitos humanos no Brasil, é com enorme satisfação que passamos à composição da Mesa de abertura dos trabalhos, para a qual queremos convidar inicialmente o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro. Convidamos também para compor a Mesa o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Edson Ulisses de Melo, o Dr. José de Jesus Filho, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, e o Sr. Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil. Senhoras e senhores, vamos dar início à V Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Câmara dos Deputados, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC, o Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente - Fórum DCA, a Anistia Internacional, o Centro de Proteção Internacional dos Direitos Humanos, a Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento - AGENDE, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA, o Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, a Comunidade Bahá'í, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a Federação Nacional de Jornalistas — FENAJ, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, a Associação para Projetos de Combate à Fome — ÁGORA e o Instituto de Estudos Socio-econômicos — INESC. Contamos ainda com o apoio do Ministério da Justiça e de sua Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e de muitas outras entidades, personalidades e militantes dos direitos humanos em todo este País. As quatro conferências nacionais de direitos humanos realizadas cumpriram importante papel na história mais recente do Brasil. Foi neste fórum, que reúne a militância de direitos humanos e a vanguarda deste movimento em todo o País, que firmamos nosso entendimento a respeito do Plano Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal. Foi aqui que coordenamos campanhas nacionais unificadas, onde muitas das denúncias mais

graves a respeito da violação dos direitos humanos foram realizadas. Durante as quatro primeiras conferências sobre direitos humanos, as principais campanhas foram elaboradas com a participação de todos os senhores e as senhoras, muitos dos quais participantes ativos de todas essas conferências. Nesta V Conferência, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e as entidades co-promotoras do evento tomaram a decisão, a partir de muitas discussões e vários debates, de centralizar todos os debates a partir desta perspectiva de combate à violência e de luta por uma cultura de paz em nosso País. Os seis grupos, que a partir de amanhã estarão repartindo a conferência para que todos possam aprofundar as discussões, estão todos com essa mesma preocupação de podermos, ao final, elaborar um conjunto de sugestões de políticas públicas que possam ser apresentadas aos Governos, em todos os níveis, para unificar nosso movimento nacional de luta pelos direitos humanos, especialmente neste momento em que o País atravessa situação social tão complexa e marcadamente injusta e que a violência emerge como um fenômeno muitas vezes quase banalizado. Queremos reafirmar o compromisso de toda a militância de direitos humanos, daqueles que não aceitam a emergência da violência, o avanço da criminalidade no Brasil. Que possamos, mais uma vez, assistir à reprodução das mesmas e repetidas alternativas que vêm sendo oferecidas pelo Estado Brasileiro, reforçando a hipótese repressiva. Acreditamos que a violência no Brasil deve ser enfrentada de várias formas, como fenômeno complexo que é, mas sem reproduzir a velha alternativa que faz com que as pessoas ainda hoje acreditem que para se enfrentar a violência e o avanço da criminalidade é preciso mais polícia, mais policiais, mais carros, mais armamentos, mais tiros e mais violência. Acreditamos, ao contrário, que é absolutamente possível que nosso País avance firmemente no combate à violência com políticas públicas, sociais, que ofereçam alternativas de vida àqueles setores hoje marginalizados socialmente e a esta legião de mais de 40 milhões de brasileiros à margem da própria idéia do Direito em nosso País. Para isso todos foram convocados e convidados, para que a experiência de luta de cada um dos participantes desta Conferência nos anime, nos inspire. E que, por esta troca que haveremos de verificar ao longo desses três dias, possamos aprofundar o debate, a fim de que o Brasil seja um dia uma nação onde todos possam ser tratados como seres humanos, com a dignidade inerente a nossa condição. *(Palmas.)* Com essas palavras, damos por aberta a V Conferência Nacional de Direitos Humanos. Nós, da comissão organizadora, tomamos a decisão de realizar a abertura com certa diferença no protocolo. Em vez de uma longa mesa, com muitas autoridades e muitos discursos, permitiríamos que nessa abertura ouvíssemos simbolicamente a palavra de setores sistematicamente excluídos na tradição política brasileira, desconsiderados, objetos de discriminações e de muita violência. É o que faremos a partir da agora. Antes, porém, entendemos que há uma instituição que, pela importância do seu trabalho no Brasil e em todo o mundo, pelo compromisso firmado internacionalmente na promoção de uma cultura de paz, pela campanha que vem realizando em todo o mundo, belíssima, brilhante, e pelos compromissos já firmados pela Comissão de realizar, no segundo semestre, um grande evento em torno dessa luta por uma cultura de paz, poderia perfeitamente saudar todos os participantes dessa V Conferência em nome de cada uma das autoridades e entidades presentes. Com esta intenção, com muito orgulho e satisfação, passo a palavra ao Sr. Jorge Werthein, da UNESCO, para que faça a saudação inicial da V Conferência Nacional dos Direitos Humanos. **O SR. JORGE WERTHEIN** - Boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero expressar a satisfação da UNESCO em participar da Conferência Nacional de Direitos Humanos, evento que trata de tema da mais significativa importância no cenário político e social brasileiro. O respeito aos direitos humanos constitui terreno fértil para que se possa assegurar a democracia e seus valores fundamentais, como a igualdade e a justiça social. Queremos também parabenizar o Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que em 1999, há poucos meses, recebeu o prêmio UNESCO de 1999 na categoria Direitos Humanos de Cultura da Paz. Nunca pensamos que a UNESCO fosse tão premonitória ao premiá-lo, pois em seguida S.Exa. assumiria a Presidência desta importante Comissão. Sua trajetória na defesa intransigente dos direitos humanos é motivo de orgulho para nós, da UNESCO, e para todo o Brasil, que acompanha sua vontade férrea de construir um país mais igual e justo. Cinquenta anos depois da fundação das Nações Unidas e da UNESCO, o mundo se dá conta novamente de que é fundamental transformar a cultura predominante de violência em uma cultura de paz. Hoje o desafio consiste em encontrar os meios de mudar definitivamente as atitudes, os valores e os comportamentos, com o fim de promover a paz,

a justiça social, a segurança e sobretudo a solução não-violenta dos conflitos. A violência, como fenômeno que se vem acentuando no mundo contemporâneo, preocupa porque viola direitos fundamentais do ser humano. A paz, a saúde, a segurança, a harmonia, a alegria, a dignidade das pessoas ficam ameaçadas quando existe violência. Consideramos aqui o conceito de violência numa perspectiva mais ampla, que abarca não apenas danos físicos que os indivíduos podem cometer contra si próprios e os outros, mas também o conjunto de restrições que impedem o pleno gozo de seus direitos essenciais. Por isso, a construção de uma cultura de paz é também necessária para todo o ser humano. É também necessário que seja reconhecido como cidadão, que tenha seus direitos respeitados e garantidos. Tolerância, democracia e direitos humanos são os valores sagrados para a cultura da paz. Para alcançar uma cultura de paz é necessário uma cooperação em todos os níveis entre os países, com o apoio das organizações internacionais que dispõem de competência e recursos indispensáveis para ajudar os indivíduos a fim de que possam ajudar a si mesmos, entre Governo e sociedade, entre instituições públicas, empresas, organismos governamentais e a sociedade civil como um todo. Nesse sentido, a UNESCO vem trabalhando principalmente em duas perspectivas. Primeiro, no desenvolvimento de pesquisas sobre a violência que possam identificar suas principais causas, de forma a promover a discussão de idéias e contribuir para a elaboração de propostas de políticas públicas de combate à violência. Segundo, a UNESCO vem coordenando a campanha do Ano Internacional da Cultura da Paz, a que se referia o Deputado Marcos Rolim. Essa atividade de pesquisa desenvolvida pela UNESCO e seus parceiros tem como finalidade conhecer melhor os problemas, a fim de mobilizar a atenção das instituições públicas, organizações não-governamentais, empresas, etc. para a importância de esforços articulados em busca de soluções eficazes. E a solução eficaz é, mais do que tudo, a prevenção. Duas iniciativas mais recentes, que envolvem um grande número de parceiros públicos e privados, bem como diversos organismos internacionais coordenados pela UNESCO, são as pesquisas nacionais sobre a violência, a AIDS e as drogas nas escolas, iniciadas em abril, e as pesquisas sobre as importantes experiências para a prevenção e a superação da violência juvenil que existem no Brasil. O Programa da Cultura da Paz está voltado não apenas para a prevenção de conflitos armados, mas para as guerras anônimas travadas no ambiente da violência. Estamos falando em prevenir e combater todo tipo de violência, exploração, crueldade, desigualdade e opressão. Substituir a secular cultura de guerra e de violência por uma cultura de paz requer um esforço educativo prolongado, para modificar as reações, a adversidade e construir um desenvolvimento sustentável que possa suprimir as causas do conflito. Este é o desafio que lançamos: construir em nossa sociedade e neste Brasil uma cultura de paz, trabalhar na educação, na construção solidária de uma nova sociedade igualitária e justa, em que o respeito aos direitos humanos e à diversidade se traduzam concretamente na vida de cada cidadão, onde haja espaço para a pluralidade e possamos viver sem violência. A UNESCO acredita que isso é possível e convida a todos a se engajarem nesse grande desafio. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Convido o Sr. Aurivan dos Santos Truká, índio Truká, representante dos povos indígenas, para fazer uso da palavra. **O SR. AURIVAN DOS SANTOS TRUKÁ** - Em primeiro lugar, boa noite a todos. Gostaria de relembrar que os últimos quinhentos anos para as comunidades indígenas neste País foram de sofrimento, massacre, perseguição e discriminação. Depois desses longos quinhentos anos, nós, no último dia 22 de abril, reunimos todos os povos deste País para - como hoje acontece esta conferência sobre os Direitos Humanos - realizar a nossa, com o objetivo de garantir a dignidade, a integridade física, o direito à terra, a educação e a saúde dos povos indígenas. E, mais uma vez, quinhentos anos depois, não vimos simplesmente a chegada das naus de Cabral, mas o próprio Governo brasileiro recebeu o nosso povo, como se fossem bandidos, jogando bombas, a polícia espancando os índios sem motivo algum, simplesmente porque estávamos lá para defender nossos direitos. Não fomos lá para guerrear ou para um momento de enfrentamento. Isso prova para todo o mundo, não só para o Brasil, o desrespeito, o descompromisso que o Governo que aí está tem para com nossas comunidades. Vimos a Constituição Federal, elaborada por muitos de V.Exas., ser rasgada perante todo o mundo. Lembramos que hoje somos praticamente 230 povos no País que não têm direito a nada. Oitenta e cinco por cento dos nossos territórios continuam invadidos. Os latifundiários, garimpeiros, madeireiros continuam nos matando. Perguntamos a V.Exas.: o que acontecerá com os 350 mil índios deste País, os verdadeiros donos dessa terra?

Vimos o Governo Fernando Henrique gastar milhões e milhões e mais milhões, mais de 240 mil, para realizar uma festividade da qual as comunidades indígenas foram excluídas, quando para indenizar os 85% das terras indígenas precisaria apenas de 200 mil. Vimos outro desrespeito do Governo que aí está, quando cortou o orçamento do Ministério da Justiça em 40%, e a indenização fundiária de terras para todas as comunidades indígenas chega a 4 milhões, direito adquirido desde 1988. Disseram que até 1993 todas as terras estariam regularizadas. Cadê? Há mais de um ano e seis meses vimos retomando nossas terras, porque cansamos de esperar pela justiça, por este Governo. Decidimos, então, fazer a autodemarcação e colocar os invasores da nossa terra para fora, quando houve derramamento de sangue, não dos brancos, mas, sim, dos índios Truká, quando morreu uma mulher grávida de 26 anos, três pais de família e muitos vêm sendo ameaçados. Uma nau, construída para afundar, custou aos cofres do Governo 3 milhões e 600 mil reais. O meu povo precisa de 3 mil e 800 para garantir a vida de 5.500 índios. Pergunto: faz sentido - e quando chegaram os portugueses nós já estávamos aqui -, numa festa, quinhentos anos depois, num país que se diz tão democrático, sermos escorraçados, termos, mais uma vez, nosso sangue derramado perante as câmeras do mundo inteiro e até agora nenhuma providência ser tomada? Vimos o Governador de São Paulo, Mário Covas, levar uma bandeira e o Ministro José Serra levar uma ovada do povo. Mas vemos o Sr. ACM, o cacique deste País, querer colocar as Forças Armadas para deter as manifestações populares. Se o povo está-se manifestando é porque não está satisfeito com essa política. Pergunto: que País é este em que estamos? É o Brasil ou uma colônia dos Estados Unidos? Muito obrigado, senhores. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Aurivan. Quero registrar a presença na abertura desta Conferência dos Deputados Pedro Wilson, Presidente da Comissão de Educação e Cultura e Desporto da Câmara; Nelson Pellegrino, 1º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Flávio Arns, Fernando Gabeira; Valdeci Oliveira; Henrique Fontana; Eduardo Barbosa, membro da Comissão de Direitos Humanos; das Deputadas Angela Guadagnin; Maria do Carmo Lara; Luci Choinacki; Esther Grossi; Telma de Souza; Miriam Reid; dos Deputados Dr. Rosinha; Fernando Marroni; Carlito Merss; Padre Roque e Arlindo Chinaglia. Queremos chamar os jovens Sidney Pereira dos Santos, Vera Lúcia Pereira de Oliveira, José Pereira de Oliveira, Deilson Pereira Volgado, Cleber Gomes de Jesus, Denis Pereira Homero, Francisco da Silva Nascimento e Serafim Alves. Eles são os Adolescentes Unidos, um grupo de base do Movimento de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal, formado na cidade de Paranoá/DF. **SIDNEY PEREIRA DOS SANTOS** (representante do grupo Adolescentes Unidos) - Somos do Movimento de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal. E com eles, vamos dizer assim, pegamos uma noção sobre direitos humanos, aprendendo nossos direitos, aprendendo a respeitar os direitos dos outros, os direitos alheios. Nossa forma de protesto é em forma de **rap**. Muita gente sabe que os **raps** são cantados em palavrões. Falam coisas indesejáveis para os ouvidos, mas infelizmente temos que falar isso, porque é o único jeito que temos de demonstrar insatisfação pelas coisas erradas no nosso País, e é uma forma que a gente tem de, infelizmente, passar isso a vocês. **(Não identificado)** - E agora vamos cantar um **rap** para vocês, certo? Vamos falar mais ou menos sobre a realidade do que acontece. Se você quer ter um espelho, quer ter uma visão do que acontece na periferia, basta ouvir o **rap**, porque o **rap** só fala a verdade. É mais ou menos o que vamos falar agora no **rap**. *(Apresentação de rap.)* **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado ao grupo Adolescentes Unidos, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua. Queremos registrar a presença em plenário dos Deputados José Dirceu, Agnelo Queiroz e Paulo Delgado. Foi distribuída a seguinte publicação: A Questão Bahá'í, A Humanidade Ferida, Uma Denúncia sobre o Plano do Irã para a Destruição da Comunidade Bahá'í. Queremos convidar para que venha até nós uma representação daquele povo que foi esquecido pelo Plano Nacional dos Direitos Humanos. Aliás, fala que esta conferência haverá de contribuir para superar. Chamo as duas representantes do Povo Cigano: Neiva Yavinowich e Tatiana Yavinowich. *(Apresentação do Grupo de Ciganas.)* **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Queremos passar a palavra ao Sr. Jacques de Jesus, Dirigente do Grupo Estruturação, que reúne homossexuais de Brasília. **O SR. JACQUES JESUS** - Boa noite. É com muita emoção que venho aqui falar, porque me lembro de vários fatos comuns que se repetem comigo e com várias outras pessoas no Brasil. Para alguns pode ser muito distante, mas para a comunidade homossexual são desastrosas e, com certeza, são para todo o resto da comunidade, toda a sociedade em

todo o Brasil. São desastrosas porque é horrível pensar que no Brasil a cada dois dias um homossexual é assassinado simplesmente pelo fato de ser homossexual. É com essa emoção que venho lembrar também da minha participação nas manifestações de Porto Seguro, onde cheguei a ser questionado por que eu estava representando lá o Movimento Homossexual, dentro de um movimento que seria negro, indígena, popular. A minha resposta foi pensar na presença da discriminação, da homofobia contra os homossexuais, que vem de antigamente, desde a chegada dos portugueses ao Brasil. O descobrimento de uma nova terra, trouxe consigo também uma cultura heterocêntrica, que permeou a nossa cultura, a nossa política, a nossa religião e tudo o que chamamos de Brasil. O que é esse heterocentrismo? É uma heterossexualidade compulsória. É a visão segundo a qual tudo que se dissocia da heterossexualidade dominante é anormal, é desviante, merece ser punido, é pecado. É contra isso que lutamos desde o descobrimento do Brasil. Não é pouco dizer que temos nossos mártires. Temos Felipa de Souza, e o Sr. Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia. No seu livro "Os Homossexuais da Bahia", Felipa de Souza relata a sua vida. Em 1591 foi torturada no Estado da Bahia pelo simples fato de ser lésbica. Vou citar um trecho de seu livro: A mais ousada, nesse instante castigada, de todas as lésbicas das colônias da América, foi Felipa de Souza. Razão pela qual seu nome foi atribuído ao principal Prêmio Internacional de Direitos Humanos dos Homossexuais, o chamado Felipa de Souza Award, conferido pela International Gay and Lesbian Human Rights Commission, de São Francisco, Estados Unidos. Relativo a essa visão heterocêntrica, que domina ainda a política, posso me questionar se o Governo atual não a utiliza e porque ele a utiliza, quando, por exemplo, ele não promove ações públicas, projetos e ações direcionadas à população homossexual. Há tanta violência ocorrendo em nosso País! Não é pouco. Se os senhores prestarem atenção à mídia e ao que é dito, perceberão quantos homossexuais são cruelmente torturados, chacinados, degolados em todo o País. Quero assinalar, apesar disso tudo, a importância de vários projetos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de se tentar pôr fim a toda essa violência, como, por exemplo, o que acabou de ser sancionado no Estado do Rio de Janeiro pela não discriminação por orientação sexual. Espero que projetos desse nível sejam sancionados em todo o território nacional, inclusive na minha terra natal, no Distrito Federal, para que possamos ter armas contra tantas violências, armas legais, não somente armas da palavra ou da ação direta. Desejo terminar dando uma visão até quixotesca que tenho sobre o que seria, num futuro muito distante, um Governo realmente democrático no Brasil. Fico imaginando se no futuro seria possível termos um Presidente assumidamente homossexual ou, quem sabe, um Presidente acompanhado do seu primeiro-companheiro ou uma Presidente acompanhada da sua primeira-dama. Essa visão parece até engraçada e quixotesca. Mas por que ela parece quixotesca? Por que será? Porque os nossos preconceitos e os nossos estereótipos são tão fortes que não nos permitem ver além do óbvio, além do agora. Por causa disso, temos esse hábito de não nos tornarmos humanos. Quando tenho essa visão, esse sonho, eu me torno humano, como todos aqui. Nós somos humanos exatamente porque nunca alcançamos os nossos limites. Todos aqui somos humanos, infinitamente humanos. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Jacques. Esta Presidência deseja registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy. Obrigado. Convidamos o menino Josley Caetano da Silva, de 9 anos, da Escola Granja das Oliveiras, do Distrito Federal, para que possa deixar sua mensagem. **O SR. JOSLEY CAETANO DA SILVA** - Se eu fosse Presidente da República. Se eu fosse Presidente da República acabaria com a pobreza e a violência. Nosso país teria mais segurança, educação e sinalização no trânsito. Nosso país teria direitos, teria Governadores honestos que falassem só o que pudesse dar, e o que não pudesse não daria. Os Senadores iriam ajudar os Governadores e não brigar contra eles. O Brasil iria se tornar um novo país. O Brasil seria símbolo de amor, paz, alegria, honestidade, confraternização. No vocabulário do Brasil não iria existir a palavra problema. Nome do país: Brasil. Apelido: paz. Realização: ver seu povo feliz. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Registro a presença do Líder da bancada do PT, Deputado Aloizio Mercadante, que cumprimento. Chamo agora, para encerrar essas manifestações simbólicas, uma mulher que é quebradora de coco em Tocantins, um exemplo de luta e resistência da mulher brasileira. Ela integra uma comunidade e foi capaz de lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação para firmar-se e ser reconhecida internacionalmente. Falo de Dona Raimunda Gomes da Silva, representante das mulheres trabalhadores rurais e extrativistas da Amazônia Legal. **A SRA. RAIMUNDA GOMES DA SILVA** - Boa noite a todos. Em primeiro

lugar, quero agradecer ao convite. Por coincidência, a gente estava aqui em Brasília. Faz 20 anos que moramos no Estado do Tocantins. É impossível, em três minutos, contar o que a gente passou. Mas vamos fazer um resumo. E para finalizar a gente vai fazer uma apresentação, como fizeram aqui, as crianças de rua, o homossexual e também o índio. Eu participei de uma conferência de direitos humanos no Bicentenário da França. Nós tínhamos dez minutos para falar. Uma advogada iria falar da questão jurídica deste país, e eu, da questão agrária e do sofrimento do pessoal. Eram dez minutos, e eu tinha somente três minutos para falar. Nesses três minutos, a gente conseguiu cantar só a música. Mas a gente vai deixando o recado. Dois minutos que você fala, dizendo coisas concretas, você deixa o recado. Falar dos direitos humanos, falar do salário mínimo que cada pai de família recebe, ver aquela criança de rua dizer que tem gente lá no interior que está pior do que eles que estão aqui, isso é verdade. Está completando oito anos que um pai de família, desempregado, entrou numa fazenda e levou seis tiros, porque matou um macaco para comer com a família. Essas são as coisas que acontecem em nosso País. No começo, quando o Brasil foi descoberto, a gente tinha para onde fugir, tinha muita mata, caça e peixe. O Brasil hoje acabou. Em algumas áreas que estão sendo reservadas ninguém pode entrar para caçar, para tirar algo para comer. Falar em direitos humanos e não falar nas meninas prostitutas que estão pelas ruas, vendendo o seu próprio corpo para poder sobreviver, numa vida marginalizada, falar em direitos humanos e não falar nas crianças de rua que estão na FEBEM de São Paulo. Isso tudo são conseqüências de uma desigualdade social dentro do nosso país, sim, das classes mais pobres e marginalizadas. Então, vou cantar esse poema, que foi feito quando a gente chegou no Estado de Tocantins, na região do Bico do Papagaio. Aquele pessoal que morava naquela região tinha vindo do Piauí, do Ceará e de Pernambuco; toda aquela população tinha vindo para o Estado de Goiás, porque lá não havia dono, era mata, não havia estrada. Eles vieram a pé, passaram um mês, dois meses, até chegar lá. Eram pessoas que estavam com 20, 30, 40 anos. A gente procurar saber deles como era a vida a beira do Rio Tocantins, entre o Tocantins e o Araguaia, que é uma região conhecida como Bico do Papagaio. Em 1986, mataram o Padre Josino Morais Tavares. Aí o povo não se aquietou mais. Como o conflito se alastrou, a gente começou a fazer essa música, porque também estava surgindo a história da democracia dentro do nosso país. Eu vou cantar esse poema, que a gente imaginou dentro de um carro correndo para cima e para baixo, porque não tinha mais sossego para ficar em casa e nem para andar com tanto conflito e tanto sofrimento naquela região. *(Apresentação de poema em forma de canto.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado, D. Raimunda. Registro a presença dos Deputados Wellington Dias, Regis Cavalcante, Gilmar Machado e do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu. Estávamos no aguardo da representação do Movimento Negro, que, por algum motivo, não pôde estar presente, até o momento. Como Presidente dos trabalhos, concedo a palavra a alguém que fale em nome dos negros brasileiros.

A SRA. DEISE BENEDITO - Boa noite a todos. É uma emoção muito grande estar nesta V Conferência, eu que acompanhei todas as Conferências de Direitos Humanos, desde a primeira. Agradeço a todos os presentes e ao meu amigo Deputado Marcos Rolim por esta abertura, que é uma das mais fortes e emocionantes que já presenciei, a oportunidade de todos falarem. Nós, negros, sabemos que nesses 500 anos não tivemos o que comemorar. Continuamos sendo considerados o fim do resto neste País, quando nós, negros, ocupamos as cadeias, as penitenciárias, as FEBEMs, quando não nos é dado o direito de existir porque somos negros, homens e mulheres. Nós, mulheres negras, que levantamos este País, que construímos este País com o nosso leite, sustentamos tantos filhos desta Nação, ainda somos tratadas como cidadãos de segunda categoria; ainda nos olham como se não fôssemos seres humanos. A Declaração dos Direitos Humanos diz: "Todos são iguais perante a lei". Mas, infelizmente, neste País, para nós negros, pobres da periferia, isso não existe. Fazemos os nossos direitos humanos resistindo enquanto podemos, e vamos resistir. A reforma agrária é muito importante para nós, principalmente a titulação da terra dos quilombolas, daqueles que precisaram refugiar-se para ter aquilo com que nasceram: a liberdade. Acredito que esta Conferência dos Direitos Humanos, com todas as pessoas aqui presentes, vai ser um marco na virada desses 500 anos. Para nós, negros, não basta só denunciar. Também temos propostas, principalmente para nossas crianças e adolescentes. E o que tem feito a Polícia de São Paulo, a polícia que simplesmente açoita, de uma outra forma, aqueles que se manifestam, que querem ter os seus direitos? A FEBEM, aquele barril de pólvora, explode dia após dia, pelo descaso do Governo. E quem

está lá dentro são os pobres, os negros, aqueles que não deveriam estar existindo, mas estamos existindo. Temos uma mensagem muito forte neste País. Temos dignidade, raça, coragem e sobrevivemos junto com os povos indígenas nesses 500 anos. O que posso dizer a vocês é que, independentemente de qualquer coisa, vamos continuar a resistir e a lutar, porque queremos a verdadeira democracia, a participação em todos os Estados e lugares, porque nós, negros, acima de tudo, contra a vontade de muitos, ainda somos cidadãos! Muito obrigada. *(Palmas.)* **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigada, Sra. Deise, antiga companheira da luta em prol da reforma penitenciária. Houve alguma solicitação lá atrás? *(Pausa.)* Por favor, fale ao microfone sem fio. **A SRA. SÔNIA DOS SANTOS SILVA** - Fui vítima de discriminação nos Estados Unidos, onde fui torturada, fiquei presa durante sete dias, porque fui fazer uma reclamação no Departamento de Polícia de Miami. Fiquei detida como presidiária durante sete dias. E chegando a este País, no meu Estado, procurei a Comissão de Direitos Humanos. Meu processo foi arquivado. Portanto, pergunto: os direitos humanos, internacionalmente falando, são universais? Direitos internacionais são universais. Como uma Comissão me diz para procurar o Estatuto, que estava vinculado apenas ao Rio de Janeiro? Fiquei sem resposta, e o meu processo foi arquivado. Desculpem-me, fico emocionada, porque ainda sofro. Vim a Brasília procurar um apoio melhor. Tenho um advogado que está tentando entrar em contato com os Estados Unidos, está com muita boa vontade. Já procurei a Anistia, que deu um encaminhamento muito bem elaborado. Tratou-me com boa atenção, mas disse que não podia fazer mais nada. Mas quando vejo meu processo dentro da Comissão de Direitos Humanos sendo arquivado, sem que me dêem uma resposta sensata, concreta, realmente quase que desisto de pensar que existem direitos humanos. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Vamos, de início, assumir o seguinte compromisso: peço a Assessoria da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que colha o depoimento da Sra. Sônia dos Santos Silva ainda hoje. Vamos tratar do seu caso. Fique tranqüila. **A SRA. SÔNIA DOS SANTOS SILVA** - Muito obrigada, Deputado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Com esses depoimentos, abrimos, oficialmente, a V Conferência Nacional de Direitos Humanos. Esta Presidência convida a todos para que, imediatamente, assistamos ao documentário "Notícias de uma Guerra Particular", de João Moreira Salles. Para os que não conhecem, esse documentário é uma oportunidade incontornável para discutir a violência no Brasil. É um documentário de cinquenta minutos e será mostrado a todos os participantes na abertura desta conferência. Antes, porém, quero fazer dois importantes registros. Há um Deputado que certamente estaria aqui hoje nas primeiras filas, mas não pôde se fazer presente porque está enfrentando um problema passageiro, sem maior gravidade. Faço este registro, de coração, referente ao Deputado Nilmário Miranda, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Aqui de cima, desta mesa, estamos percebendo, especialmente pelas fardas orgulhosamente utilizadas, a presença de vários policiais militares de diversos Estados. Sei também que há muitos policiais civis. Peço a todos os senhores e senhoras policiais que se sintam absolutamente à vontade. É uma honra para esta Conferência perceber a presença de tantos policiais e saber que alguma coisa está mudando nas polícias brasileiras. Muito obrigado. *(Palmas.)* Queremos anunciar que já está entre nós o cineasta João Moreira Salles, que logo após participará do painel sobre violência. *(Exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Convido o Sr. Márcio para compor a Mesa. Registramos a presença de membros das seguintes Embaixadas: Dr. Eduwin Martinez, do Equador; Sr. Ricky Suhendar e Sra. Ingrid Dorys Peredo Velasco, da Indonésia; Sr. Jorge Eduardo Navarrete, do México; Sr. Stephan Winkler, da Suíça; Sr. Mustafá Mansor, da Embaixada da Malásia; Dra. Rosângela Magalhães de Almeida, do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça; Dra. Eliana Cristina Ribeiro Crisóstomo, do CONANDA. Estão presentes os seguintes representantes estaduais: coronel Jorge da Silva, representando o Governador do Rio de Janeiro; Dr. Lauro Wagner Magnano, Secretário Substituto da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul; Sr. Antonio Carlos da Costa Coelho, Assessor Especial para Assuntos Fundiários, do Paraná; Sr. Lílio Chaves Cabral, representante do Governo de Santa Catarina em Brasília; Dr. José Francisco da Silva, Secretário-Adjunto de Estado e Direitos Humanos, e Sr. Robson Sávio dos Reis Souza, Diretor da Secretaria-Adjunta de Direitos Humanos de Minas Gerais; Sr. José Adalberto Targino Araújo, Secretário de Cidadania e Justiça da Paraíba. Contamos com a presença da

Dra. Carla Stein, do Ministério Público do Espírito Santo; do Dr. Carlos Cardoso de Oliveira Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo; e da Dra. Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes, do Ministério Público do Acre. Há várias outras entidades e autoridades que estarão sendo aqui representadas. Registraremos essas presenças durante a conferência. Convidamos o Sr. Ruben Cesar Fernandes, do Movimento Viva Rio, e a Dra. Nancy Cardia, do Núcleo de Estudos de Violência da USP, para fazer parte da Mesa. *(Palmas.)* **O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY** - Pela ordem, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Senador Suplicy. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Convido o Senador Eduardo Suplicy e o Sr. Geraldo Brindeiro a fazerem parte da Mesa. Concedo a palavra ao Sr. Geraldo Brindeiro. **O SR. GERALDO BRINDEIRO** - Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes. Conversava com o Senador Eduardo Suplicy e manifestei minha opinião informalmente. Sem querer interferir no trabalho do Ministério Público e da Polícia do Rio de Janeiro, considero que esse filme é instrutivo e nos dá a oportunidade de compreender melhor o tráfico, a violência, a corrupção policial e o envolvimento das crianças com problema tão grave. Falei ao Senador Eduardo Suplicy que tenho certa cautela em manifestar minha opinião publicamente, mas acho que devo fazê-lo. Não tenho conhecimento do que ocorreu de fato. O Senador Eduardo Suplicy contou que o cineasta foi indiciado no Rio de Janeiro. Sob meu ponto de vista, acho elogiável a iniciativa do cineasta. O filme esclarece a população sobre tema sério e relevante. Nunca vi qualquer cineasta se interessar por tal assunto. Alguém poderia dizer que há interesse pessoal em fazer um filme sobre essa matéria. Mas esse assunto é de interesse geral, de toda a coletividade. Quase sempre as informações são passadas de forma diferente da que está no filme. Fiquei surpreso ao saber que houve o indiciamento. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Dr. Geraldo Brindeiro. O Sr. Ruben Cesar Fernandes disse que nos sentimos indiciados com o indiciamento do Sr. João Moreira Salles. Se houver alguma condenação, queremos, juntos, cumprir a pena pelo crime de levar a verdade ao País. Concedo a palavra ao Sr. João Moreira Salles. **O SR. JOÃO MOREIRA SALLES** - Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e ao Procurador-Geral, Sr. Geraldo Brindeiro, o apoio. Na verdade, não houve denúncia. Os jornais do Rio de Janeiro deram uma informação errada. A Polícia do Rio de Janeiro acusa-me de três crimes, dois deles da alçada da promotora, que me inocentou. O terceiro crime não é da alçada da promotora, que encaminhou o processo para outra Vara, que agora irá julgar se houve crime ou não. Os jornais do Rio de Janeiro não informaram corretamente o aconteceu. O jornal **Folha de S.Paulo** publicou corretamente o fato, ao informar que a juíza não acatou a denúncia. Essa é a minha situação neste momento. O documentário foi feito entre 1997 e 1998, em um momento em que o Rio de Janeiro vivia uma situação crítica, mas paradoxalmente sincera. A política de segurança era dirigida pelo general Cerqueira, que acreditava, não fosse ele um general, na solução militar para resolver o problema da violência e do tráfico. Essa solução militar seria o enfrentamento policial, com técnicas de invasão de morros, etc. Houve uma escalada muito grande da violência naquele período. A Kátia e eu - os dois diretores desse documentário, e em parte, no início, o Waltinho, meu irmão, cineasta -, como cidadãos do Rio de Janeiro, quisemos entender o que se passava na cidade em que moramos. E o documentário surgiu dessa vontade, dessa perplexidade de três pessoas que moram na cidade do Rio de Janeiro de entenderem se essa seria uma solução inteligente e que poderia, eventualmente, trazer alguma solução para a cidade do Rio de Janeiro. Então, em não mais de três semanas, pensamos no documentário. O Waltinho acabou saindo, por causa do filme "Central do Brasil". E o documentário foi feito partindo-se do princípio de que seria uma matéria complexa demais para que pudéssemos oferecer alguma solução. Então, simplesmente iríamos ouvir as partes envolvidas, que são o policial, o menino que faz parte do tráfico e o morador. Nesse sentido, o documentário tem uma estrutura muito simples. É uma câmera aberta diante de pessoas, com a disposição de ouvir o que elas têm a dizer. O documentário foi feito em não mais de três semanas também, muito rapidamente. O retrato que se tem da cidade do Rio de Janeiro é esse que se viu aqui. Acho que a síntese do programa é dada no título, que foi dito pelo policial. Infelizmente, é uma guerra particular, e a sociedade civil não tem consciência de que essa é uma guerra nossa também - nem sequer sei se é guerra realmente. Mas, enfim, essa conflagração deveria pertencer a todo o mundo. No entanto, imaginamos que seja um problema apenas da favela e dos policiais. Incomodamo-nos quando uma bala perdida nos alcança ou quando, como vem acontecendo agora, nas últimas duas ou três semanas, o morro resolve descer em protesto contra a ação da Polícia.

Tivemos, no Rio de Janeiro, nas últimas duas semanas, pelo menos quatro episódios de total anarquia nas ruas da cidade em função da ação policial. Então, o documentário não propõe solução, não emite opinião, mas simplesmente ouve as pessoas. Se há alguma coisa que se depreende dele, alguma mensagem, é de fato a falência desse modelo de combate, de enfrentamento, e essa maneira de se solucionar a segurança pública com uma predisposição militar. Está-se tentando encontrar uma solução para esse problema Rio de Janeiro há mais de dez ou quinze anos, e a situação torna-se cada dia mais grave. No primeiro ano do atual Governo pensou-se em soluções alternativas mais inteligentes e mais generosas também. Elas foram implementadas em parte, e é uma incógnita se elas continuarão a ser implementadas. Mas, pela primeira vez, se pensou em segurança pública de maneira mais arejada. Nos dias de hoje, no Rio de Janeiro, as pessoas me perguntam: "Você fez esse documentário há três anos. Será que não está na hora de fazer um novo documentário sobre esse problema?" A minha resposta é a de que seria rigorosamente o mesmo documentário, quer dizer, não mudou nada. A situação continua a mesma, a forma de enfrentar o problema parece-me que continua também sendo a mesma. E a sensação de cansaço, que é percebida no final do documentário, tanto pelo policial quanto pelo morador, permanece. Acho que os policiais são vítimas dessa maneira de se enfrentar o problema. Provavelmente, é a classe com maior grau de letalidade. Morre-se muito no trabalho policial. Evidentemente, morre-se muito também quando se mora em favela. A repressão ao narcotráfico se dá única e exclusivamente nas favelas na cidade do Rio de Janeiro. Particularmente, não acredito que o narcotráfico passe apenas pela favela. Acho que é um negócio grande demais para se imaginar que possa passar por lugares absolutamente desassistidos, em que as pessoas tenham baixíssima escolaridade, sequer sabem o que é uma conta bancária. Como podem operar o narcotráfico, que, em 1991, movimentou cerca de 150 bilhões de dólares ao ano? Acredito que o traficante de morro precisa ser preso. Não discordo disso. Mas imaginar que essas são as pessoas importantes no esquema geral do narcotráfico, como se dá a entender cada vez que um deles é preso, é uma ofensa à minha inteligência. Na verdade, eles são troféus políticos apresentados à imprensa, dando à população a sensação de que alguma coisa está sendo feita em relação ao combate ao narcotráfico. Dessa forma, a população vai dormir mais tranqüila. E o que não sabe é que, cada vez que um desses caras é preso, pelo menos oito disputam o seu lugar, e a vaga não fica desocupada sequer meia hora. Então, de fato é uma guerra sem-fim, é um beco sem saída. O erro é imaginar que isso não é um beco, mas sim uma avenida que continuamos a percorrer. Tenho a impressão de que os problemas percebidos nesse documentário tornam-se cada dia mais agudos na cidade do Rio de Janeiro, pelo menos é a minha sensação como morador. Era o que tinha a dizer. Obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, João. Registramos a presença da Dra. Gleide Gurgel, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da OAB da Bahia; da Dra. Maria Eliane Menezes Faria, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; da Dra. Sônia dos Santos Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro. Com a palavra o Dr. Ruben Cesar Fernandes, do Movimento Viva Rio. **O SR. RUBEN CESAR FERNANDES** - Boa noite. Cada vez que vejo o filme, gosto mais. Vamos percebendo mais coisas, ouvindo mais, confirmando certos sentimentos. Acho que ele nos deixa num estado de percepção generalizada, não só no Rio, mas imagino que também em São Paulo, talvez em maior grau, e em outras cidades. Talvez no Rio e em São Paulo se tenha hoje mais presente o sentimento de falta de saída, de tiroteio não só físico, mas também mental. Há acusações mútuas. Quem é o culpado? Na verdade, essa é uma pergunta errada, porque certamente há culpa por todos os lados. Então, essa perplexidade reflete realmente o fim de uma forma de se lidar com o problema. E nos impressionamos muito com a insistência, a burrice dessa repetição que claramente não produz mais nada. Todo mundo sabe que não é por aí, mas repete-se, repete-se, repete-se. E não se repete de maneira igual. A cada virada desse ciclo, novas situações se apresentam. Quero, então, dar outra informação, que talvez acrescente algo àquilo que todos sabem sobre o Rio de Janeiro. No final do ano de 1998, houve um confronto numa pequena favela chamada Pereirão, o qual assustou o bairro de Laranjeiras inteiro. O dono do morro morreu. Mandaram fechar todos os restaurantes — era um domingo. E todo o mundo fechou, no bairro inteiro, não apenas na favela. Um absurdo. Em resposta a isso, o novo Governo, chegando com muita força e com a promessa de uma nova política de segurança, tentou implementar no Pereirão, que é uma pequena comunidade de 1.200 pessoas, uma nova abordagem para esse problema. Essa nova abordagem foi a

seguinte: chega o BOPE, do capitão Pimentel, mas não chega em missão para trocar tiro. Chega o BOPE avisando que vai chegar. Então, não chega de surpresa, não chega escondido, pelo lado de cima do morro, pelo mato. Chega avisando: "Vamos chegar, amanhã vamos entrar". Entra de maneira tão forte, com uma presença tão clara, que evidentemente não está chegando para trocar tiros, está chegando para acabar com o tiroteio. É o recado que passa. O pessoal do outro lado ouve e entende, porque eles também ouvem e entendem. O pessoal do outro lado se manda, se esconde. No começo, não acreditam que vão ficar muito tempo. Depois de um tempinho, se mandam mesmo. Fica só soldado raso, fica só o pessoal de baixo, se mandam para outras comunidades. O BOPE entra e ocupa. Essa é a expressão: ocupação. Mas a chegada do BOPE, em ocupação, é acompanhada de um esforço enorme e de grande entusiasmo por parte do novo Governo, com uma pessoa à frente, o Luís Eduardo, que tinha muita paixão e muita convicção por aquela estratégia, que conseguia passar a crença de que poderia dar certo. O Luís Eduardo mobiliza vários setores da área social do Governo para chegarem juntos no Pereirão. Então, vem de tudo. Vem o pessoal da documentação, vem o pessoal que faz exame de saúde, mobiliza-se projetos de educação, de qualificação. E convoca também algumas ONGs que tenham algum tipo de serviço a oferecer. Tudo pequeno, tudo miúdo, mas vem chegando. Várias pessoas dos condomínios da Pereira da Silva, que é uma rua de classe média — prédios bons, todos cercados —, muito assustadas pelo Pereirão, que está no final da rua, começam a se interessar pela proposta que se chama Mutirão pela Paz. Começou com o BOPE. Vem o pessoal do social e vem o pessoal da rua. Aí descobrimos que naquela rua há duas escolas, inclusive uma delas estrangeira, francesa; há igrejas, uma igreja presbiteriana de classe média, que por acaso é a igreja que o Governador frequenta; há uma série de instituições capazes de chegar junto para também oferecer alguma coisa. E começaram a oferecer oportunidades, certa reconciliação entre a rua e o morro, o que causou muito impacto. A idéia era de que, em seguida a essa combinação do BOPE com o social, viesse então um policiamento regular que substituísse o BOPE, que é um batalhão de operação especial. O BOPE, que não pode fazer policiamento regular preventivo todo dia, é uma unidade de confronto e para ações especiais. Então, o policiamento do bairro, o batalhão da região, faria a substituição do BOPE, já com outro tipo de policiamento, com uma missão de serviço basicamente no sentido de manter a presença ostensiva da Polícia, mas com uma carga mais do lado preventivo, que é a missão fundamental do policiamento ostensivo. O policiamento preventivo caminhava, imaginava-se, para uma orientação até mais profunda, comunitária. Esse era o modelo do Pereirão. E a gente cantou Pereirão. Saiu no carnaval pela primeira vez. Há sete anos o bloco da Pereira e do Pereirão não saíam. Desfilamos, com o povo cantando um sambinha: "Obrigado Governador, obrigado Governador..." Dizia: "Não cantem isso, vão pensar que é propaganda política". Cantavam mesmo e tal. Foi uma alegria e uma coisa simples, um esquema sem mistério. A dificuldade com o Pereirão foi o fato de que o batalhão não foi capaz de sustentar esse policiamento que se seguiu à ocupação. O batalhão não teve fôlego, não teve efetivo que desse conta. Tinha de ter uma densidade maior do efetivo. Não havia treinamento nem programação específica para o trabalho naquela circunstância. Por que fazer trabalho preventivo e de serviço numa favela? Barulho tem de todo tipo, a começar da rádio comunitária, que é de alto-falante em todas as esquinas. Então, o policial deve ir lá e conversar sobre o barulho. O que é conflito razoável? Como lidar com isso? É uma outra história. Porque é uma comunidade que realmente tem estado à margem da segurança pública nos seus princípios mais elementares. Então, não havia uma programação, não havia um esquema. De fato, o batalhão não agüentou, começou a ralar, e a bandidagem voltou. Aí começaram a passar a informação: "Está voltando tudo ao que era". O Luís Eduardo, Coordenador de Segurança Pública na época, desesperado, disse: "Chama o BOPE de novo". E o BOPE, que é uma unidade de confronto, não é uma unidade de policiamento regular, preventivo e ostensivo, de todo o dia, teve de voltar. E está lá até hoje para que, pelo menos no Pereirão, não volte a ser como era antes. Então, é uma historinha que mostra que não é tão difícil imaginar uma estratégia de superação. É difícil pensar isso na escala do Rio, porque os problemas que o 2º Batalhão de Botafogo teve para operar numa favela de 1.200 habitantes se multiplica numa escala muito maior. Mas houve uma experiência no ano passado que mostra um caminho. O desafio que hoje tem o coronel Jorge da Silva, como Coordenador de Segurança Pública do Rio de Janeiro, substituindo Luís Eduardo Soares, é criar uma perspectiva para nós, moradores, policiais e traficantes. Precisamos compreender isso para sairmos da guerra. Esse caminho

certamente será longo, mas precisa ser um caminho além do círculo vicioso. Há uma experiência no Rio que dá certo exemplo do que estou querendo dizer. Chama-se Projeto Favela-Bairro. A confusão urbana da cidade é tremenda, é tão caótica quanto o problema de segurança pública. E, a partir de 1996, se não me engano, começou a ser implantado o Programa Favela-Bairro, que visava integrar, em termos urbanísticos, a favela ao bairro. Começou em poucas comunidades, criou-se um certo modelo e vem sendo desenvolvida. Hoje já existe em mais de cem comunidades. E mudou-se o conceito — espero que sim — da relação favela e cidade no Rio de Janeiro. Até o Favela-Bairro, não tínhamos sequer no mapa da cidade a presença da favela. O primeiro mapa do Rio de Janeiro que mostrava as favelas foi feito em 1994, para poder informar um programa de urbanização. É de 1994 o primeiro mapa do Rio de Janeiro que inclui as favelas. Então, o Favela-Bairro, embora precise melhorar, mostrou um conceito, um caminho. E, se vemos um caminho, somos capazes de ter esperança e paciência diante dos absurdos que ocorrem todo dia. Muito obrigado. *(Palmas.)* **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Convido a Deputada Miriam Reid para fazer parte da Mesa. Registro a presença dos seguintes Presidentes de Comissões de Direitos Humanos de Assembleias Legislativas: Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro; Deputado João Alfredo Telles, do Ceará; e Luiz Albuquerque Couto, da Paraíba. Passo a palavra à Sr. Nancy Cardia, do Núcleo de Estudos de Violência da USP. **A SRA. NANCY CARDIA** - Boa noite. V.Exas. devem ter notado que eu estava tomando nota enquanto os companheiros falavam, mas eu estava prestando atenção. Isso porque, desde pequena, aprendi a fazer duas a três coisas ao mesmo tempo, ainda prestando atenção.

Eu havia montado uma apresentação com tabelas, mas não tem nada a ver com o que está sendo debatido aqui. Tive de remontar tudo isso em alguns minutos. Foi uma noite muito intensa. Depois de uma noite dessas, faz sentido apresentar dados de uma pesquisa?

Não posso deixar de dizer que esse filme apresentado é muito impactante. O que me chama a atenção nele é que não é guerra particular coisa nenhuma. Para mim, é uma situação em que todo o mundo é vítima. É uma situação ímpar, porque, em geral, se pensa em situações onde há uma vítima e um algoz. Parece-me que essa é bem específica, porque todo o mundo é vítima. Uma das coisas que mais me chamam a atenção no filme inteiro é a condição de vida naqueles morros. Como se pode dizer que existe vida digna naquela situação? Aquilo é um verdadeiro horror. Não há na filmagem que o João fez um lugar que se possa dizer que é bonito. Tinha um tronco de árvore que aparecia, de vez em quando, que se poderia dizer: "Bem, aqui tem potencial". No resto, aquelas pessoas vivem em condições subumanas. Como é possível, depois de quinhentos anos, ainda ter uma boa parte da população brasileira — aliás, uma crescente parte — vivendo em condições subumanas? O problema é que, para as nossas elites governantes, a população continua sendo vista como estorvo, e não como o principal recurso de que este País dispõe. Fico pensando naquele encarceramento dos meninos e faço uma comparação com a experiência que Louis Armstrong teve aos 13 anos, em Nova Orleans, quando foi retirado das ruas e colocado num centro de recolhimento de menores infratores negros. Imaginem: Nova Orleans, começo do século XX, um centro para encarcerar jovens delinquentes negros. Não devia ser nenhuma maravilha. No entanto, toda vez que Louis Armstrong voltava a Nova Orleans, mesmo depois de tornar-se Embaixador dos Estados Unidos, fazia questão de visitar esse centro, dormir na cela onde havia ficado alguns anos e ocupar a mesma cama, porque ele se sentia em paz. Por quê? Porque foi lá que ele aprendeu a tocar trompete. Quando ele saiu desse centro, ele já era conhecido como um grande músico. Neste País, não se vê a possibilidade de ocorrer algum tipo de milagre como esse dentro de centros onde são recolhidos os jovens, porque eles não são vistos como um recurso para a sociedade, mas como algo que tem de ser retirado de circulação. Pergunto-me quando vamos ter políticas com criatividade, com força de vontade. Todas as pessoas querem melhorar de vida. O garoto está no tráfico porque quer comprar um tênis melhor, uma televisão melhor, uma casa melhor. O que assaltou aqueles bancos se vangloria de ter conseguido comprar uma casa. Ele perdeu várias coisas, está dentro de uma cela, mas conseguiu comprar uma casa. São valores extremamente convencionais. Eles não querem fazer revolução. Eles querem uma vida melhor. Será que não é possível fazer isso

legitimamente? Acho difícil. Nossa população não é violenta. Estou comprando aqui uma briga séria, com vários grupos, que vivem discutindo a respeito da cultura da violência. A América Latina inteira, por causa dos seus recordes de mortes por homicídio, está sendo chamada de detentora de culturas da violência. Acho que, antes de começarmos a adotar certos rótulos, que acabam culpando quem é vítima de toda a situação, é melhor começarmos a investigar se são verdadeiros. Dado que essas teorias sobre cultura da violência surgem nos Estados Unidos, precisamos examiná-las, para vermos se a nossa população realmente apresenta traços dessa cultura. Foi o que fizemos no ano passado, graças a um financiamento da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que teve a sensibilidade de perceber que essa é uma questão importante a ser examinada. Conseguimos, pela primeira vez, fazer uma pesquisa quantitativa em dez Capitais brasileiras. Fizemos questão de incluir cidades como Porto Velho e Manaus, que raramente são pesquisadas de forma comparativa. Eu ia mostrar esse estudo para vocês, mas vou fazer uma síntese. Por que resolvemos fazer isso? Sabem quantas pessoas morreram por homicídio, entre 1991 e 1997, no Brasil inteiro? Quase um quarto de milhão, 240 mil pessoas, por baixo, porque, em muitos Estados brasileiros, encontram-se corpos que depois são pessimamente necropsiados. Então, não temos certeza de qual foi a causa da morte, e pode ter sido homicídio. Não é um pequeno problema. Só em 1997, foram 41 mil pessoas. Em 1998, foram mais ou menos 43 mil, e os números são galopantes. A Guatemala, hoje, consegue ser o país que tem a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes. El Salvador, também. Explica-se isso porque os dois países passaram por guerra civil e há uma quantidade gigantesca de armamentos circulando na sociedade. A Colômbia é o terceiro país, o quarto é a África do Sul e, depois, estamos nós, em quinto lugar, um **status** maravilhoso. A América Latina, portanto, contribui com quatro países, sendo que a Venezuela rapidamente se aproxima de todos nós. Por isso, somos chamados de países que têm cultura de violência. O que seria essa cultura da violência? A população tem atitudes, costumes e valores que favorecem a reprodução da violência. Além disso, quando a população tem essa cultura, provavelmente aceita maior arbítrio, ou seja, aceita a violência por parte da Polícia também. Essas teorias foram desenvolvidas nos Estados Unidos para tentar explicar um fenômeno muito interessante. Há muito mais homicídios no sul do país do que nos outros Estados, principalmente do norte. Várias explicações foram buscadas para isso. Talvez porque tenha havido uma forte presença da escravidão, ou porque foi uma cultura de pastoreio. Enfim, chegou-se a uma série de maneiras de medir se existe essa tal cultura ou não. Quando se pega a legislação penal, tal como ela é aplicada nos Estados do sul; quando se pega a posse de armas, as pesquisas em larga escala, repetidas numa periodicidade razoável, ou seja, em séries de trinta ou quarenta anos em que aqueles questionários são aplicados, pode-se saber como vão mudando as atitudes ao longo do tempo. O sul sempre aparece mais aceitando matar em legítima defesa. Oitenta por cento da população do sul dos Estados Unidos concorda em que se tem o direito de matar em legítima defesa. Aparece uma maior crença em armas e no direito que tem a Polícia de bater em alguém que tenha ofendido verbalmente um policial. Então, é todo um pacote que explicaria essa cultura da violência. Adaptamos essas escalas usadas nos Estados Unidos para cá e fizemos vários exercícios para verificar se estávamos medindo exatamente a mesma coisa. Aí, fomos a essas dez cidades, para constatar isso. A outra coisa que queríamos saber era qual a exposição que as pessoas têm à violência, fato considerado como influenciador nessa cultura. Foi medida da seguinte maneira: quanto as pessoas experimentam de violência de que foram vítimas, quanto elas assistem, quanto elas ouvem falar e qual é a proximidade dela. Em terceiro lugar, que tipo de delegação de poder elas fazem às autoridades, em termos de segurança pública. É uma delegação de poder democrática ou autoritária? Elas estão entregando todas as decisões, em termos de segurança pública, nas mãos das autoridades, ou elas acham que a sociedade tem algo a ver com isso? Por fim, queríamos verificar como as pessoas vêem a questão das ações em defesa dos direitos humanos. Fizemos essa pesquisa no primeiro semestre do ano passado, com 1.600 pessoas entrevistadas. O que observamos? Surpresa. Essa pesquisa é quantitativa, não fomos pesquisar só nas favelas. Foram pesquisadas todas as pessoas com mais de 16 anos, morando em diferentes condições. A maioria das pessoas teve algum contato com a violência no ano anterior à pesquisa, mas nada que fugisse dos padrões já detectados em outras pesquisas. O que chama a atenção é que os jovens são muito mais expostos, têm muito mais contato com a violência. Às vezes, é o dobro da experiência dos

adultos, das pessoas mais idosas. Eles são mais vítimas, assistem mais, ouvem falar mais e, pior, conhecem mais agressores e vítimas. Para que vocês tenham idéia, do total da mostra brasileira, 14% dos jovens entre 16 e 24 anos conhecem alguém que já matou alguém e 21% conhecem alguém que foi assassinado. Isso é muito mais alto do que a experiência das pessoas mais velhas. Isso se explica pelo fato de que os jovens têm uma vida mais pública, eles circulam pelas áreas públicas, estão em grupo, precisam desse **status**. Quanto mais pobres eles forem, mais eles estarão nesses espaços público. Além disso, eles tiveram mais experiências negativas com a Polícia. Dez por cento dos jovens entrevistados tiveram alguma experiência negativa com a Polícia no ano anterior, enquanto apenas 6% dos adultos tiveram esse tipo de experiência. Isso é muito importante, como vocês verão mais à frente. Qual é o impacto dessa exposição à violência sobre os jovens? Nos Estados Unidos, costuma ser muito negativo. Quando se pergunta ao jovem qual é a probabilidade de ele estar vivo até os 25 anos, o fato de ele ter experimentado ou assistido a muita violência leva-o a achar que o futuro dele não é muito longo. Já entre os jovens brasileiros há algo muito positivo. Oitenta e cinco por cento acham que têm uma excelente ou boa probabilidade de estarem vivos aos 25 anos. Ou seja, experimentar essa violência não os está levando a serem pessoas fatalistas. Talvez isso explique até o fato de que aquela senhora se referiu o tempo todo, que eles eram suicidas. Muitos jovens querem entrar no tráfico, apesar do que viram acontecer com os amigos. Por quê? Porque muitos deles acham que com eles vai ser diferente, com eles não vai acontecer aquilo.

Além disso, eles também adotam menos medidas de segurança que os adultos. Por exemplo, 60% dos jovens dizem: "Não, eu não uso esse recurso". Enquanto 70% dos mais velhos utilizam o recurso de diminuir as saídas à noite, ou fazer percursos diferentes pela cidade, deixar de circular por certos bairros. Todos esses recursos são muito menos utilizados pelos jovens.

Mas o aspecto mais interessante é o seguinte: a exposição à violência afeta a ligação deles com o próprio bairro, porque é no bairro que eles são mais vítimas. Pesquisamos também onde ele era vítima. Se era no bairro; no local de trabalho; nas proximidades do local de trabalho, quando trabalham; ou nas proximidades da escola, ou dentro da escola. O que observamos é que, como todas as outras pesquisas internacionais que conhecemos, eles são mais vítimas no próprio bairro. Isso é algo de que as pessoas não necessariamente têm consciência, ou seja, de que é justamente nas imediações das suas casas que elas tendem mais a serem vítimas. Se perguntamos para elas qual é lugar perigoso, elas respondem que é a cidade, mas no sentido abstrato. Não é o fato de as pessoas terem determinado tipo de experiência no local que as faz associar aquele local ao perigo. E, porque são mais expostos à violência, também são jovens que sentiram mais a necessidade de andarem armados. Vejam como vai sendo construída a própria vitimização futura deles. Quer dizer, eles são vítimas, começam a achar que têm de se armar. Nove por cento deles sentiram essa necessidade em decorrência das vitimizações e, conseqüentemente, alguns deles poderão acabar se utilizando de uma arma. Como disse, eles são mais expostos à violência policial — não são apenas aqueles 10% que foram vítimas de algum tipo de agressão no ano anterior. Vinte e um por cento dos jovens declararam que a violência que mais os incomoda é a violência da Polícia. Vem em segundo lugar a violência dos bandidos. Enquanto para os adultos, é a violência interpessoal que vem em segundo lugar, e só depois a violência da Polícia.

E vejam que estávamos entrevistando não apenas os jovens de baixa renda, mas estávamos pegando um corte da sociedade. Ou seja, estávamos entrevistando jovens de baixa renda, da classe média e da elite. Portanto, eles conseguem ter experiências comuns, apesar das diferenças de poder econômico. Isso deve estar estreitamente associado à baixa crença de que a Polícia garante a segurança da população. Noventa e três por cento de todos os entrevistados, inclusive os jovens, dizem concordar totalmente que a Polícia não garante a segurança da população.

Aliás, isso é coerente com uma resposta que eles dão a uma outra questão. Sessenta e oito por cento dos jovens entrevistados acham que não conseguiriam convencer um delegado a investigar um caso do qual eles tenham sido vítimas. Isso é muito importante, porque se eles não acreditam que eles podem fazer com que a Polícia se motive para investigar um caso em que eles são vítimas, eles estão praticamente sentindo que estão em terra de ninguém.

Então, quando se pergunta como é que eles vêem determinadas instituições que são ligadas à aplicação

das leis, à proteção, eles dizem que, em primeiro lugar, em termos de boa imagem, vêm o Exército e a Polícia Federal. Em termos de imagem negativa, em primeiro lugar, vem a Polícia Militar. Oitenta e dois por cento dos jovens entrevistados em todo o território nacional dizem ter uma má ou uma péssima imagem da Polícia Militar, e 74%, da Polícia Civil. A exceção é a Brigada Militar, do Rio Grande do Sul, onde a maioria dos

entrevistados, inclusive os jovens, tem uma boa imagem dessa polícia.

Não surpreende o fato de que a maioria deles não aceite que a Polícia tenha o direito de revistar as pessoas que considere suspeitas em função da aparência, ou que o policial possa bater em um preso que tenha tentado fugir. Eles rejeitam também a tortura pela Polícia, ou o policial bater em alguém que o tenha xingado. Enquanto, nos Estados Unidos, 20% dos moradores do sul e 16% dos moradores dos Estados do não sul acham correto o policial bater em alguém que o tenha xingado, apenas 5% dos nossos entrevistados nas dez Capitais brasileiras acham justo um policial bater em quem o tenha xingado. Dezessete por cento dos nossos entrevistados concordam com o fato de um policial bater em preso que tenha tentado fugir. Nos Estados Unidos, os índices são de 86% nas duas regiões.

Então, quando comparamos as respostas dos nossos entrevistados com as respostas dos americanos, os nossos entrevistados estão legitimando muito menos o arbítrio da Polícia do que os americanos tendem a fazer, o que vai contra a imagem que nós temos. Mas, ao mesmo tempo, isso é coerente com o seguinte: quanto mais confiança tem-se em uma Polícia, mais poder se delega a essa Polícia. Ou seja, como essa população não acredita na Polícia, ela também não dá poder a ela.

O que seria de se esperar em um quadro desses, no qual a população não se sente protegida e não sente que pode influenciar os agentes que têm como função aplicar as leis, é que as pessoas partissem para um certo cinismo em relação às leis e advogassem até que as pessoas não deveriam obedecer às leis. Pois bem, o que me surpreende na pesquisa é o seguinte: apesar de 64% das pessoas dizerem que concordam que é muito difícil se sentir protegido pelas leis, 52% dizem que se deve obedecer às leis, mesmo quando elas não estão certas. Essa é uma população extremamente ordeira. Isso explica a quase aquiescência que vemos da população frente a essas condições efetivamente terríveis de vida.

E por que elas não são cínicas em relação às leis? Surpreendeu-me muitíssimo a resposta que eles dão em relação aos procedimentos utilizados pelo Judiciário dentro das salas dos tribunais. Caso fossem apresentar a sua versão em um caso que estivesse no Judiciário, a maioria maciça — talvez tenha sido o grande sucesso do Judiciário, que talvez nem tenha consciência disso —, algo em torno de 80 a 90%, acredita que seriam tratados com respeito pelo juiz. Ou seja, o juiz ouviria os dois lados da história e daria a mesma importância para os argumentos dos dois lados. Eles têm dúvidas sobre se seriam capazes ou não de influenciar a decisão final do juiz. Mas acredito firmemente que a ausência de cinismo legal está estreitamente associada a essa crença que eles têm nos procedimentos utilizados pelo Judiciário. Acho que o desconhecimento, às vezes, tem até uns aspectos positivos. Se eles estivessem muito próximos do que acontece dentro dos tribunais, talvez ficassem um pouco mais decepcionados.

Enfim, quais são os problemas que observamos em termos de valores em relação à violência? Os jovens são muito mais ingênuos do que os mais velhos — e isso é natural em função, inclusive, do estado de desenvolvimento em que eles estão — com respeito às relações afetivas. É justamente aí que eles aceitam um pouco mais do que os adultos o uso da violência, inclusive um pouco mais que os americanos. Ou seja, entre os

nossos entrevistados, a maioria aceitou o uso da violência como justificativa para legítima defesa ou para reparar danos muito menos do que a população média americana. Mas os jovens tendem a aceitar mais a legitimidade do uso da violência para reparar danos causados por competições afetivas. Eles também aceitam que, se a Justiça falhar, se possa fazer justiça com as próprias mãos. Pelo menos um terço dos jovens entrevistados estariam aceitando fazer justiça com as próprias mãos. Ou seja, há aspectos, em termos das atitudes dos jovens, que apontam para certa vulnerabilidade deles, que pode ser fatal no nosso contexto.

Quanto às conseqüências dessa violência a que estão expostos e à descrença que eles têm em relação

às Polícias, é muito importante dizer que 84% pensam que Governo tem de ouvir a população em termos da política de segurança pública e 88% dizem que a população tem de aprender a cobrar, a exigir medidas do Governo, para que ele faça aquilo que desejam em relação à segurança pública. Mais importante ainda, apenas 16% acreditam que as decisões que o Governo toma sobre segurança pública sempre são as melhores para o bem de todos.

Por fim, em termos de direitos humanos, gostaria de ressaltar que a pesquisa tem alguns dados muito interessantes para todos que vão estar discutindo o que aconteceu nesses quinhentos anos.

As únicas perguntas abertas que fizemos nesse questionário foram em relação ao Programa Nacional de Direitos Humanos. Cinquenta e oito por cento desses entrevistados nas dez cidades já tinham ouvido falar do programa, apesar de que o programa não tinha tido uma campanha publicitária maciça. Desses 58%, apenas a metade tinha alguma idéia do que era o programa. Ou seja, metade ouviu falar, mas não tinha idéia do que seria. E dessa metade que ouviu falar, 20% têm uma boa imagem; 10% associam a direito de defesa de bandido, de preso. Mas 20% têm uma boa imagem. Ou seja, existe um terreno muito propício para ser trabalhado em relação à questão dos direitos humanos.

Então, volto às minhas perguntas iniciais. Há uma cultura da violência? Não acho que exista cultura da violência coisa alguma. Concordo com o fato de que, frente às condições objetivas de vida, a população é razoavelmente pacífica. Estamos delegando um poder autoritário para as decisões em torno de segurança pública? Não, não estamos. E acho que há um caminho positivo a ser traçado em relação a direitos humanos. Temos de proteger os jovens das armadilhas que estão a pegá-los a cada esquina. Agradeço a todos a paciência. (Palmas.) **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Profa. Nancy. Gostaria de deixar alguns questionamento em torno de pontos que me parecem fundamentais. Quando falamos em política de segurança pública, estamos nos referindo exatamente a quê? Não sei se todos concordam comigo, mas criou-se no Brasil uma idéia absolutamente pacificada que faz com que a expressão segurança pública seja imediatamente identificada com a Polícia. Quer dizer, a idéia de segurança pública no Brasil é reduzida ao papel que as Polícias podem desempenhar. Nós até falamos: "As forças da segurança pública". A política de segurança pública sempre é concebida como um papel que as Polícias podem exercer. Parece que aí não há só um erro, mas há também o caminho para uma grave injustiça. Se imaginamos que a política de segurança pública é aquilo que podemos esperar das Polícias, estaremos exigindo das Polícias o que elas não nos podem oferecer, ou seja, enfrentar as causas que promovem o avanço da violência e os próprios indicadores de criminalidade no Brasil. Então, o que é uma política de segurança pública, se ela não pode ser reduzida ao papel que as Polícias podem e devem cumprir fundamentalmente nessa área? Hoje estamos vivendo no Brasil uma situação bastante delicada com relação à dimensão pública dos debates em torno de política de segurança, da violência, e como enfrentá-las. No ano passado, estive, em uma viagem de trabalho, durante quinze dias, nos Estados Unidos, acompanhando basicamente o sistema prisional. Pude, nos contatos com as autoridades norte-americanas e com os pesquisadores, constatar uma realidade brutal, que poderia resumir da seguinte forma: há, nos Estados Unidos, uma histeria penal. Republicanos e democratas competem em cada eleição para demonstrar à opinião pública quem é mais duro no combate contra o crime. Quem são os candidatos que oferecem a plataforma mais radical, no sentido de agravar as penas, aumentar o encarceramento, levar mais gente à cadeia, puni-los com mais rigor, etc. O resultado disso é que se criou, nos Estados Unidos, uma politização absurda do tema segurança pública. O senso comum — estimulado pelo papel que a mídia cumpre ao promover certa valorização, banalização e transformação da própria violência em um espetáculo — reage no sentido de escolher os candidatos com as plataformas mais duras, mais radicais no combate ao crime. Isso tem-se traduzido em um volume de presos impressionante. Os Estados Unidos têm hoje cerca de 2 milhões de presos e 4 milhões de pessoas sob supervisão da Justiça Criminal e há indicadores de reincidência fantásticos. Ou seja, nenhuma solução foi encontrada a partir dessa legislação penal mais dura. Gasta-se hoje nos Estados Unidos a bagatela de 100 bilhões de dólares ao ano na montagem e na sustentação dessa máquina repressiva, sem nenhum resultado prático e objetivo na luta contra a violência. No Brasil, estamos enfrentando, talvez pela primeira vez, sob o ponto de vista político, um fenômeno bastante semelhante. Quando

vimos as autoridades do Governo Federal anunciarem um plano de segurança pública — que até agora não se sabe exatamente em que consiste, além da idéia de criação de uma guarda nacional e outras proposições dessa natureza — , a impressão que se tem é que há uma resposta cada vez mais medida a partir de pesquisas de opinião, de tal forma que se venda à opinião pública a idéia de que algo está sendo feito e o Governo não será frágil, não será frouxo na luta contra o crime. Portanto, ele será duro, capaz de oferecer respostas muito positivas no enfrentamento do problema. Se esse for o caminho a ser trilhado no Brasil, talvez estejamos no início da reprodução daquilo que o modelo norte-americano construiu, seja na área penal, seja na prestação de serviços de segurança pública. Acredito que esse é um risco bastante grande. Estaríamos, portanto, assistindo à formação da outra face das chamadas políticas do Estado mínimo. Eu, particularmente, estou convencido de que o Estado mínimo ou a ideologia que nos vende a idéia do Estado mínimo tem uma outra face, que é o Estado penal máximo. Então, diante do Estado mínimo, o Estado penal máximo. Parece ser a outra face de uma mesma moeda. Não é possível tratarmos de política de segurança pública no Brasil sem mudar a legislação penal brasileira.

Recentemente, realizamos um Congresso de Execução Penal no Rio Grande do Sul e contamos com a participação de muitos pesquisadores, entidades internacionais, entre elas a Penal Reform International, que é uma entidade que tem trabalhos em mais de cinquenta países. Pois bem, vou reproduzir o dado que esta entidade nos forneceu. Nos países europeus, há um outro modelo penal, em que se fez uma aposta muito forte em cima das penas alternativas. Na Inglaterra, por exemplo, de cada cem condenações por ilícito penal, oitenta são penas alternativas e vinte são penas privativas de liberdade. No Brasil, a cada cem condenações por ilícito penal, 98 recebem como punição a pena privativa de liberdade e duas são penas alternativas. Isso, mesmo com o aumento crescente da lei que permite a substituição da pena privativa de liberdade até quatro anos. Na verdade, não temos essa cultura, essa tradição e é exceção à regra a substituição de penas privativas de liberdade, mesmo com esforços importantes que vêm sendo realizados em vários Estados. Com enfrentar uma política de segurança pública trabalhando com o Código Penal de 1940, que privilegia as penas privativas de liberdade? Essa é uma área com a qual estou envolvido há cerca de vinte anos. É difícil. Eu estive, na semana passada, na 12ª DP de Taguatinga, aqui em Brasília. Lá, encontramos 83 presos em seis celas, ou seja, uma média de quatorze presos por cela. Essas presos têm hoje o direito a trinta minutos de exposição ao sol a cada quinze dias. E, quando estão nesses trinta minutos ao sol, não podem caminhar no pátio, devem ficar sentados no chão, porque a delegacia argumenta que não há policiais em número suficiente para garantir a segurança para que eles possam caminhar no pátio da delegacia. Os presos têm sarna, têm hanseníase. Há todo tipo de insetos naquelas celas absolutamente bárbaras. São celas escuras. A situação de saúde deles é deplorável. Digo isso para vocês terem idéia. Quem trabalha na área sabe bem do que estou falando. E me refiro ao Distrito Federal. Ontem, na Papuda, vi coisas muito sérias e graves também, mas vou poupá-los de qualquer relato a respeito. Agora, imaginar que esse tipo de encarceramento e essa política que põe uma massa de pessoas que respondem, via de regra, por delitos contra o patrimônio nas cadeias é um caminho para ressocializá-las é uma bobagem sem sentido, uma insanidade. É preciso enfrentar isso. Qual o grave problema que temos no Congresso Nacional para enfrentar esse debate? O que a população está acostumada e deseja ouvir não é idéia do Direito Penal Mínimo. E não é por acaso. Observem que não se comenta mais sobre ele no Ministério da Justiça. O Dr. José Carlos Dias assumiu a Pasta com esse discurso. Logo parou, e hoje não se fala mais no assunto. Então, que caminho vamos criar? Vamos reformular o Código Penal, finalmente, garantindo prioridade às penas alternativas, e que elas existam por si só, sem qualquer necessidade de substituição da pena privativa de liberdade, ou vamos manter esse sistema insano, que faz com que tenhamos, segundo me disse recentemente a Dra. Rosângela, do DEPEN, algo em torno de 200 mil presos no Brasil, com um déficit estimado de 90 mil vagas, e 300 mil mandados judiciais de prisão para serem cumpridos. Aí as pessoas dizem que é preciso criar mais presídios, aumentar o número de vagas. Fico perplexo quando ouço esse discurso oficial no Brasil, não só do Governo Federal, mas de muitos dos Governos Estaduais. Considero muito difícil, especialmente para nós que lidamos com direitos humanos, trabalhar essa idéia e valorizar iniciativas contra a violência, contando apenas com esforços isolados das ONGs e da militância e com a vontade que temos de mudar as coisas, quando deparamos com uma sociedade largamente formatada pelos meios de comunicação social,

onde há a presença de um discurso sistemático que contraria tudo o que dizemos. Refiro-me não a qualquer diferença político-ideológica, mas ao fato de termos hoje na televisão brasileira um conjunto bastante grande de programas que estimulam a prática da violência e a legitimam sistematicamente. Por exemplo, esse bandido comum chamado Ratinho, que tem um programa de televisão, com larga audiência (embora já tenha sido maior), que defende a prática da tortura. Depois, nós nos surpreendemos com o fato de haver a Lei de Tortura no Brasil. Quatrocentos e noventa e sete anos depois que a tortura foi praticada regularmente no País, este Congresso Nacional aprovou uma lei que tipificou esse crime. Faz três anos, e não temos notícia de condenação com trânsito em julgado de alguém por crime de tortura. Pode até ser que exista, mas a Comissão de Direitos Humanos não tem nenhuma informação sobre algum. Mas ele é contumaz, continua acontecendo em muitas delegacias de Polícia e nos presídios. Recebemos ontem, na Comissão, um dossiê do Tocantins com 28 casos de tortura documentados. Onde estão as condenações? Por que não acontecem? A hipótese com a qual trabalhamos é de que isso ocorre porque os torturados no Brasil são, via de regra, aqueles que integram o rol das populações desprezíveis, marginalizadas socialmente, como os negros, os suspeitos da prática de crimes comuns. E, sendo esses as vítimas, não é tão importante assim que se mova o aparato do Estado para apenar os responsáveis pela prática de tortura. Então, há um problema de ordem cultural a ser enfrentado. Concordo perfeitamente com a avaliação de que não se deve falar de cultura de violência. Mas de que há no Brasil a produção de valores que se reproduzem sistemicamente pelos meios de comunicação e que esses valores são atentatórios à democracia e aos direitos humanos não resta a menor dúvida. Comprovou-se isso quando as Nações Unidas fizeram uma pesquisa no Brasil, monitorando as seis principais redes de televisão durante uma semana, acompanhando os programas infantis: 1.400 crimes foram apresentados em desenhos animados. Há que se considerar que essas cenas de violência são apresentadas num contexto bastante funcional à reprodução de valores violentos, porque nos desenhos animados ninguém morre: passa uma patrula em cima do personagem, ele fica amassado, levanta-se e segue seu caminho. Não há vítimas nem dor na violência oferecida às crianças nos desenhos animados. Ela surge, portanto, dentro de um contexto em que não há sofrimento decorrente da prática violenta, não há Polícia para punir quem pratica o ato, não há Justiça para julgar o responsável. Então é banalizada e apresentada as nossas crianças como um fato absolutamente normal, que se incorpora com muita naturalidade a sua formação. Diante dessa situação, tenho como ponto de partida que é fundamental e decisivo resolvermos o problema da programação televisiva, especialmente no Brasil. Quando digo isso, não me refiro a qualquer hipótese de controle prévio dos meios de comunicação social. O Deputado Fernando Gabeira, que amanhã coordenará o grupo que tratará dos meios de comunicação social, costuma dizer que o melhor controle da televisão é o controle remoto. Concordo com S.Exa. Mas é preciso que haja um mecanismo efetivo de responsabilização daqueles que, no usufruto dessa liberdade de expressão, conquista fundamental da democracia, acabam violando os direitos humanos e incitando a prática da violência na televisão brasileira. Marta Suplicy, a quem me refiro não pela presença do Senador Eduardo Suplicy na Mesa, teve papel pioneiro na Câmara dos Deputados e continua insistindo muito — e queremos retomar essa discussão no Congresso Nacional — na tese de que haja algum mecanismo que, de um lado, preserve a liberdade de expressão, que conquistamos a muito custo na luta contra a ditadura, e ao mesmo tempo permita a responsabilização imediata daqueles que violem os direitos humanos na televisão brasileira. Por fim, acho que temos um imenso desafio a enfrentar, o que envolve também os meios de comunicação: a tradição do Estado brasileiro na luta contra a discriminação. Eu me revoltou muito quando ligo a televisão e percebo que estamos diante de uma produção de imagens que é predominantemente — quase exclusivamente — branca da sociedade brasileira, quando sabemos que sua maioria é de não-brancos. Os programas de televisão promovem uma espécie de seqüestro da imagem negra, indígena e de todas as etnias que não fazem parte desse padrão de brancos, heterossexuais, consumidores etc. Isso é muito grave. Estamos diante de um problema sério, inclusive com relação às crianças negras, índias etc., que vêem sua auto-estima rebaixada a partir dessa programação. Não me parece ser fato secundário abrirmos uma revista como a **Veja** da semana passada e vermos a longa entrevista com Sílvio Santos, que declinou que, no SBT, homossexual só se for humorista, porque o povo brasileiro não gostaria de vê-lo na televisão. Por isso não os contrata. Disse, ainda, que, na época da

ditadura, atendendo a apelo do coronel Erasmo Dias, demitiu um jurado de um programa seu por ser homossexual ou ter trejeitos homossexuais. Estamos preparando uma representação junto ao Ministério Público contra o Sr. Sílvio Santos pela prática de discriminação contra os homossexuais. Do meu ponto de vista, esse é um problema sério. Como podemos reproduzir uma cultura de paz, afirmando tolerância e defendendo os direitos humanos, se há um outro discurso reproduzido sistemicamente pelos meios de comunicação, que deveriam estar regrados por um capítulo específico da Constituição Federal brasileira afirmando que a missão dos meios de comunicação social — entenda-se rádio e televisão, que são concessões públicas — é educar a população brasileira? Até que ponto eles fazem isso ou deseducam a população? Com essas rápidas considerações sobre pontos lembrados para o debate, solicitamos ao plenário que, para que tenhamos certa agilidade, já contando com o adiantado da hora, ouçamos dez intervenções ou perguntas. Haverá um grupo de intervenções e, depois, nossos convidados responderão às eventuais perguntas, para o encerramento deste painel. Peço que seja disponibilizado o microfone sem fio para as pessoas que quiserem fazer uso da palavra. Começaremos pela Mesa. O Senador Eduardo Suplicy gostaria de encaminhar sua pergunta? *(Pausa.)* Desculpem-me. S.Exa. está pedindo licença para retirar-se. Fique à vontade, por favor. **O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY** - Prezado Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Rolim, cumprimento V.Exa. pela iniciativa de realizar a V Conferência Nacional dos Direitos Humanos e de iniciar os trabalhos com o documentário de João Moreira Salles, "Notícias de uma Guerra Particular", que certamente teve forte impacto sobre cada um de nós. Fiquei pensando, prezada Profª. Nancy Cardia, que muito provavelmente, para as pessoas que moram nas favelas e morros do Rio de Janeiro, nem sempre o que vimos aqui — apenas um tronco de árvore — é algo tão subumano. Certamente, para eles, seu lar é algo extremamente fascinante. Talvez, como Orestes Barbosa disse uma vez, uma pessoa, mesmo morando numa favela, é capaz de ver coisas boas, vendo seu chão salpicado de estrelas. Podemos, portanto, lembrar que, muitos dos que ali moram, em casas tão humildes, em lugares com tantas dificuldades, ainda assim, encontram beleza. Em especial, todos sabemos que o Rio de Janeiro é um dos lugares mais bonitos do planeta. Quando se sobe um morro seu, certamente se vêem coisas que explicam as razões pelas quais escolheram morar lá. Alguma beleza existe, apesar da tristeza e da tragédia. Fiquei também pensando no filme do Oficial do BOPE e nos PMs que aqui estão nos visitando e assistindo a ele conosco. Aquela cena em que o policial se veste de tantas armas fez-me lembrar de alguns filmes com Arnold Shwarzenegger, em que as pessoas se armam para a guerra. No entanto, aquilo não era ficção, mas realidade, e fiquei pensando como os policiais, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em outros lugares, saem para trabalhar sem saber se vão voltar vivos à noite. A Profª Nancy Cardia mencionou aqui tantos dados, apresentando países que estão em piores condições de violência. Pude observar que são justamente os que têm índices de desigualdades ainda piores do que os do Brasil. Os últimos números coletados pelo IBGE, com base no Coeficiente de Gini, deixam o Brasil em quinto lugar, classificando em melhor posição Serra Leoa, que está em guerra civil, África do Sul, Paraguai e Guatemala. Portanto, para se caminhar na direção de dignidade para todos e para a resolução dos problemas dos seres humanos, é preciso introduzir na sociedade, para valer, o tema de melhor distribuição de renda e erradicação da miséria. *(Palmas.)* **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A palavra está aberta aos participantes. A Mesa não quer abusar da paciência de todos, até porque já estamos bastante adiantados na hora. Por isso, pede aos inscritos que sejam breves. Para aproveitarmos o encerramento, haverá cinco intervenções, conforme proposta encaminhada à Mesa pelo Deputado Chico Alencar, com sua agudeza. **O SR. LUIZ COUTO** - Inicialmente, parabênz os membros da Mesa deste painel pela contribuição. Estou preocupado com alguns temas. A Profª Nancy Cardia, ao apresentar a pesquisa, pediu que fôssemos pacientes com ela. Acho que deveríamos ser generosos, porque sua pesquisa traz dados importantíssimos. E parece que, com o tempo de que dispunha para apresentá-los, a pressa era tão grande quanto a das balas do filme do Rio de Janeiro. É interessante o fato de podermos, a partir da pesquisa apresentada, feita em âmbito nacional, dialogar melhor. Para isso seria importante que tivéssemos esses dados. Como poderíamos obtê-los? Aí, sim, começariamos a discutir essa nova cultura, que se expressa nas políticas públicas para o enfrentamento da violência. Ou seja, como podemos ver essa face da violência, mas também como nos prepararíamos para realizar esses

caminhos da paz. Parabenizo a senhora pela pesquisa. Tenho certeza de que a Comissão nos informará sobre como poderemos obter esses dados, que serão fundamentais, inclusive para o debate de amanhã. Era a sugestão que gostaria de dar à Mesa. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto. A Comissão de Direitos Humanos tem exemplar da pesquisa do NEV e pode tentar, amanhã, ver se é possível reproduzi-la em cópias xerográficas. **CORONEL JORGE DA SILVA** - Eu não estava pensando em falar, mas como fui mencionado pelo Sr. Ruben Cesar Fernandes, aproveitarei para manifestar-me também a respeito do Pereirão, que ele citou. Estou com a difícil tarefa de substituir o Prof. Luiz Eduardo na Coordenadoria de Segurança e Justiça no Rio de Janeiro. Inicialmente, quero dizer que o fato de eu ser professor e pesquisador às vezes desaparece, pelo fato de ser o Coronel. Essa pecha às vezes me atrapalha um pouco. Mas o filme de João Salles é uma grande contribuição. Sou um estudioso da segurança pública, da violência e dos direitos humanos há muitos anos. Quando assisti a ele pela primeira vez, muito antes de estar no cargo — isso nem passava pela minha cabeça —, foi com muita emoção. Senti nele a melhor produção feita sobre a violência no Rio de Janeiro. Recomendava-o nas minhas aulas, eu o tenho recomendado às Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro. Continuo divulgando o filme e achando que todos os cidadãos do Rio de Janeiro deveriam vê-lo, comentá-lo e discuti-lo, porque realmente é muito bom. Fico muito à vontade para dizer isso. Até aqueles que me conhecem mais de perto, como alguns companheiros da PM aqui presentes, sabem que tenho uma luta antiga contra essa insanidade de se pensar no enfrentamento da criminalidade como se estivéssemos numa guerra, inclusive com ideologia militar. Sempre pensei assim, já escrevi em livro. Portanto, sinto-me muito à vontade para dizer isso. Desejo agora falar sobre a continuidade dos projetos, principalmente o do Pereirão e similares. O Sr. Ruben Cesar Fernandes naturalmente me citou porque queria que eu me manifestasse sobre o assunto. Estamos dando continuidade a eles, vamos estendê-los da melhor maneira possível. Foi dito aqui que foi a primeira vez que se pensou nisso. Foi a primeira vez que um Governador teve a sensibilidade de entender que essa era uma política de Governo. Projetos desse tipo foram tentados na Secretaria de Estado da Polícia Militar quando o Cel. Carlos Magno Nazaré Cerqueira, falecido, era Secretário e eu, Subsecretário da Polícia Militar. Sr. Ruben Cesar Fernandes, a ideologia da polícia comunitária é a filosofia que o senhor sabe que está na nossa cabeça, na cabeça do Governador e do Prof. Luiz Eduardo. É com ela que quero substituir nosso amigo. Muito obrigado. 36.0pt 72.0pt 108.0pt 144.0pt 180.0pt 216.0pt 252.0pt 288.0pt 324.0pt 360.0pt 396.0pt 432.0pt"> **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Deixe o nome para o registro, por favor. **(Não identificado)** - Boa noite a todos. Sou Defensora Pública no Estado do Pará e não poderia deixar de dizer algumas palavras. Não sei se há outros colegas na platéia. Aqui foi muito falado sobre segurança pública ser questão de Polícia. No Pará, desenvolvemos um trabalho de segurança e justiça, em que a Defensoria Pública atua com a Secretaria de Segurança, a Polícia Militar, a Polícia Civil, promovendo cidadania, resgatando segurança pública. Também faço um protesto: se falamos de direitos humanos, de garantias, de acesso à Justiça, não foi comentada por nenhum dos representantes da Mesa, até o momento — estou presente desde o início —, Defensoria Pública, instituição que tem como missão garantir, em todos os graus de jurisdição, o acesso à Justiça aos legalmente necessitados. Num País de miseráveis como o nosso, ela faz muita falta. Há um tempo, foi aprovada na Câmara dos Deputados, por unanimidade, a autonomia administrativo-financeira das Defensorias Públicas. Essa proposta de emenda constitucional vai ao Senado Federal, onde acreditamos que passará, garantindo que a Defensoria Pública seja tratada com mais dignidade, porque não ficará mais à mercê dos orçamentos do Estado. No Pará, a Defensoria Pública tem quinze anos. Mas costumamos dizer que foi abortada há quinze, pois só existe há seis anos, quando realmente conseguimos um pouco de dignidade, com mais estrutura e, agora, também melhores salários. Mas existem muitas Unidades da Federação que não dispõem disso, porque estão à mercê da idéia da pessoa que segura o cofre, como costumamos dizer. Agradeço a todos por terem prestado atenção ao que disse. É uma pena que o auditório já se tenha esvaziado. Parabenizo V.Exa., Deputado, já é a terceira conferência a que venho. Faço parte de um grupo de trabalho que apura assassinatos no campo do Estado do Pará. Estão presentes a Dra. Onéia, da SEGUP, e o Tenente-Coronel Emanuel Lima, da PM do Estado do Pará. Realmente esta conferência, estávamos comentando, trouxe-nos mais gás e vontade para continuar lutando pela segurança pública, pelos direitos humanos. Obrigada. (Palmas.) 36.0pt 72.0pt 108.0pt

144.Opt 180.Opt 216.Opt 252.Opt 288.Opt 324.Opt 360.Opt 396.Opt 432.Opt">**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado pela intervenção. A Mesa incorpora suas observações. Só não nos referimos à Defensoria Pública porque estávamos no aguardo de ouvi-la. É muito importante sua presença. **O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, aproveitarei a presença de João Moreira Salles, a quem esta Conferência tem de aprovar moção de apoio e não só pelo filme. (*Palmas.*) E ele não está sendo processado por causa do documentário, seria o supra-sumo da estupidez, a estupidez é outra: razões políticas. Depois conversaremos sobre isso. Sr. João Salles, outro dia assisti a um vídeo que Sérgio Goldman fez no Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, no qual, Profª Nancy Cardia, tem Folia de Reis, o Grupo ECO, do Gilson e do Itamar Silva, que resiste, fazendo coisas boas, um pagode bom, mas cheira mal, tem muita vala ainda a céu aberto. Apesar disso, a comunidade é uma das melhores das 612 favelas do Rio, porque está na Zona Sul, o pessoal vai à praia, não é tão horroroso assim. O Senador Eduardo Suplicy, com seu jeito peculiar, exagerou, lembrou até de "Chão de Estrelas", de Orestes Barbosa. A vida não chega a ser um palco iluminado, mas tem coisas belas, um povo que resiste. Sr. João Salles, a pergunta central é esta: sua experiência na elaboração do documentário de relação com os meninos do tráfico... Falei que vi outro documentário de quinze anos atrás, em que Marcinho VP — o que veio a esta Casa está preso; há vários, o que aparece no filme não é aquele, é o Marcinho VP 2 — tinha 15 anos, estava no Grupo ECO, falando de Justiça Social. Portanto, essa tentativa de consciência política que ele esboça tem origem até em grupos de igreja. A relação com a rapaziada do movimento, como eles dizem, e com os policiais, aquele principal, que fala mais no filme, que percepção o senhor tem em termos de um trabalho de alguém que não está naquela guerra, que é pública, mas não tem envolvimento direto de outros entes? Qual foi a diferença nessa relação? Como o servidor público policial e o fora-da-lei perceberam sua intervenção, os objetivos do seu trabalho? Que tipo de expectativas isso gerou? No centro da confusão que estão fazendo contra o senhor está o de achar que bandido é gente. Isso é aliar-se ao crime que eventualmente comente. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Deputado Chico Alencar. Vamos ouvir mais duas intervenções. (**Não identificado**) - Aproveito a oportunidade para dizer que o Cel. Jorge é também vitimólogo, fazendo jus à Sociedade Internacional e Brasileira de Vitimologia. Estamos trazendo à Comissão e ao Ministério da Justiça carta da coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, que, pela primeira vez, motivou um seminário em que a Polícia chamou a sociedade civil para conversar: juízes, desembargadores, representantes de comunidades, associações de moradores, membros do Conselho Comunitário dos bairros. Verificamos, depois de vários colóquios — o Deputado Chico Alencar, diga-se de passagem, um dos poucos políticos, também participou ativamente —, que estamos querendo unir as Polícias. Fantástico. Até há uma obra de Jorge Silva, que deveria ser lida por todos os brasileiros, porque dá aula de Criminologia à luz das divisões da Polícia, como deveria ser a integração, inclusive, é um tratado didático. Uma coisa ficou muito clara para nós — temos a assinatura de mais ou menos trinta instituições. Estamos integrando as Polícias, mas não sabemos que Polícia queremos. Essa discussão terminou num certo vazio. Construímos alguma coisa, mas ainda estamos com o fosso da separação de classe dominante com classe dominada, ainda achamos que não sabemos que Polícia queremos, ainda não estamos sabendo se é um ato político apenas, se estamos trabalhando, exatamente como existe essa confusão didática e conceitual de Estado. Com qual Estado trabalhamos? O constitucional, com uma facção social? Essas assinaturas que estão aqui, Deputado, que serão entregues à Comissão e ao Ministério da Justiça, dizem algo que não está compactuando com o que está acontecendo nos Estados: para haver integração, tem que ser ouvida a sociedade civil por meio dos colóquios. É importante que as pessoas que representam o poder político estejam sentadas aqui neste seminário. Tenho que levar ao Rio de Janeiro uma resposta, que deverá partir deste seminário, porque a intransigência dessas pessoas, como o Desembargador Sérgio Verane, Dr. Guaraci, da 2ª Vara, e outros que estavam lá com outros conceitos de comunidade, nos leva a querer saber se há convicção da Mesa, uma certeza, uma diretriz em relação à necessidade de se integrar da maneira que está sendo proposta, sem estudo, sem metodologia, sem questões a investigar, de forma abrupta, como são feitas as coisas no Brasil, sem planejamento e metodologia. Há alguma idéia da Mesa que se some a essa reivindicação oficial que tive a oportunidade e a honra de trazer para entregar a V.Exa.? Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado. Vamos ouvir o Padre Gunda, por favor.

O SR. GUNDA - Sou o Pe. Gunda, da Pastoral Carcerária de São Paulo. Num primeiro momento, questiono algo do Núcleo de Estudo de Violência da USP. Não consigo identificar, quando viajo à Europa, o Governo brasileiro atual com as pessoas responsáveis, que recebem as melhores honras de um finalmente chegado Governo dos Direitos Humanos. Sabemos que quando há massacre, quando os pobres vão para a rua, já acontece de novo um Governo em que o Estado protege a si mesmo em vez de proteger o cidadão, principalmente o pobre. No ano passado, em conferência, o Dr. Gregório falou que o acento dos primeiros anos do Plano Nacional dos Direitos Humanos seria a construção da cidadania, da segurança do cidadão. Agora, no segundo turno, vamos trabalhar principalmente os direitos econômicos, sociais e civis. Questiono-me onde está esse instituto da USP, em combater essas mentiras, seja de um, seja de outro, apesar de haver muita coisa boa sendo implantada. Mas no essencial não houve avanços. Trago aqui palavras de um preso: "Padre, eu, doente, posso ir rapidamente, em breve, para casa. Eu estou tão farto deste inferno de presídios. A única coisa que eu quero é paz, viver com meus familiares. Mas como posso, se não tenho uma sobrevivência?" Então, pedi a ele que tudo que me falou me escrevesse, para fazermos um abaixo-assinado de presos à sociedade e ao Governador. Escreveu o seguinte: "Governador, se o senhor nos apoiar com os 600 reais que nós custamos por mês ao Estado de São Paulo, mais ou menos, nós nos comprometeríamos de não assaltar mais ninguém, de não fazer medo a ninguém. Seria nossa contribuição para uma sociedade com mais paz. E poderíamos trabalhar em serviços comunitários, até encontrar um outro trabalho. Senão, eu já vou voltar de novo para o presídio, para este inferno, e vou custar a cada mês 600 reais, que podiam ser investidos em minha família, na minha sobrevivência". Agora, pensei na minha terra, onde a família que não tem emprego recebe do Estado moradia, comida, escola, tudo de graça. Por isso, não há assaltos. Obrigado. (*Palmas.*) 36.0pt 72.0pt 108.0pt 144.0pt 180.0pt 216.0pt 252.0pt 288.0pt 324.0pt 360.0pt 396.0pt 432.0pt">

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Pe. Gunda, que tem essa difícil missão de substituir o Pe. Chico, de saudosa memória. Vamos ouvir, então, nossos convidados. Por favor, fiquem à vontade para comentar as perguntas que desejarem. **O SR. JOÃO MOREIRA SALLES** - Vou tentar ser rápido. Respondendo ao Deputado Chico Alencar, em primeiro lugar, agradeço seu apoio. Para esclarecer um eventual mal-entendido, não sou réu de processo criminal por causa do documentário, mas por causa de uma ajuda que dei a um traficante, Márcio, para que escrevesse um livro. Depois de dois, três anos de relação, em que fiquei no Morro Santa Marta dando aula, tinha, enfim, encontros com ele, a quem tentava convencer a deixar o crime. Ele falou: "Bom, tudo bem. Eu deixo. O que que eu faço, então?" Eu falei: "Você escreve um livro, eu te remunero por esse trabalho." Coisa que foi feita. Em função desse quiproquó, eu me tornei réu de um processo criminal e não foi pelo documentário. Mas, de certa maneira, foi por aquilo que implica fazer um documentário. É muito difícil uma pessoa entrar numa realidade, como, por exemplo, o Morro Santa Marta, ficar lá trinta, quarenta dias, como fiquei entre a pré-produção e a produção e depois ficar mais dois anos e meio dando aula, sem se envolver com as pessoas virtuosamente. Não com o crime, mas ter contato com as pessoas, ouvi-las. Essa é a grande diferença. Também um bandido tem alguma coisa a dizer e, dentro do seu discurso, há muita coisa falaciosa e outras que fazem sentido. Mas, mais do que isso, existe uma centelha de uma realidade na qual se deve investir. Não é ingênuo achar que um bandido pode recuperar-se. Não fosse isso, não teríamos experiências extraordinárias dos evangélicos nas favelas, que recuperam com muita frequência bandidos. Presenciei gente muito mais violenta do que o Márcio ser recuperado por ação de missionários evangélicos. Como eles não têm o sobrenome que tenho, enfim, como isso não sai no **Jornal Nacional**, não é crime, não vira notícia. Acho que isso se tornou uma coisa muito maior do que deveria, em função das duas pessoas envolvidas, eu e o Márcio, pelo fato de ele ter se tornado um mito no Rio de Janeiro, devido à importância que a imprensa deu. O que acho importante nessa história toda é que ela, de alguma maneira, reflete certo cinismo da sociedade brasileira. Por que digo isso? Muito pouca gente imagina — é claro que muita gente saiu em minha defesa — que uma relação que se estabelece entre alguém que mora no asfalto, que claramente nasceu numa família privilegiada, com alguém que nasceu no lado oposto do espectro, quer dizer, nada mais oposto a mim do que alguém que nasce na favela e se torna um traficante, que essas duas pessoas possam querer conversar e simplesmente se entender. Tem que haver alguma coisa a mais, tem que haver um esqueleto no armário. Então, sou um narcotraficante — foi o

que o delegado declarou no **Jornal Nacional** — que seria indiciado por narcotráfico. Se não isso, é porque sou consumidor de drogas, eu dava dinheiro a ele para me abastecer. Ou, é a versão corrente, tive um caso amoroso com o Márcio. O fato é que ninguém imagina que pode não ser nada disso. Pode ser apenas o desejo de duas pessoas tentarem conversar e se aproximar da diferença, o que já foi um valor da história do pensamento ocidental, tentar fazer uma ponte entre a diferença, sem, evidentemente, concordar com ela. Eu jamais concordei com o fato de o Márcio ser um traficante. Tanto assim que levei dois anos para tentar convencê-lo a largar aquela vida. Quando o conheci, ele tinha um AR-15 e uma granada na mão. Quando foi preso, não tinha nenhuma arma. Alguma coisa aconteceu. De alguma maneira essa catequese teve efeito. Então, o que mais me espanta nessa história toda não é o processo, que é natural, vamos ver o que acontece, mas uma certa dificuldade que as pessoas têm de imaginar que é possível que duas pessoas queiram simplesmente se entender, trocar idéias e saber o que se passa com a outra. Para usar o termo cunhado pelo Zuenir, cidade partida, a lição que se deve tirar desse episódio todo tem que ser bacana. Se duas pessoas tão diferentes quanto o Márcio e eu podem se encontrar e dialogar, todo mundo pode, porque estou lá e ele está acolá, é leste e oeste, não há nada mais distante. No entanto, houve um encontro muito leal entre duas pessoas, ninguém quis nada de ninguém. O Márcio sabia quem eu era, conhecia meu sobrenome, eu subia lá, ficava até uma, duas horas da manhã, depois da aula, conversando com ele. Enfim, ele podia ter feito tudo o que se pode imaginar comigo. Afinal de contas, sou Moreira Salles: podia ter pedido dinheiro, podia ter-me seqüestrado. Jamais houve isso, foi uma relação realmente leal. De minha parte, também fui muito leal com ele. Propus: "Larga, abandona, essa vida não te leva a nada, é uma falácia teu discurso social se ele tem que ser sustentado com um AR-15. Se você quer ser um líder social, abandona a arma, porque você vai ter autoridade moral para, eventualmente, defender seu ponto de vista. Agora, com uma AR-15, não acredito, porque o dia em que alguém discordar de você, você vai reagir com argumento ou com uma bala? Provavelmente, com uma bala. Então, isso não faz sentido." E durante dois anos e meio foi isso que eu e outras pessoas dissemos a ele, não fui o único. E ele acabou se convencendo. Se ele ia se recuperar ou não, não sei, é um pouco feito alcoólatra, você tenta convencer seu amigo a ir ao AA, você não tem a garantia de que ele não vá, um dia, voltar a beber. Mas por isso você vai deixar de acreditar? Não, você tem que continuar acreditando. Todo esse episódio revelou, de um lado, certa generosidade da sociedade carioca, que me apoiou, e de outro, intransigência, acho que grande, da imprensa, que não acreditou que pudesse haver nessa relação nada além de uma coisa que é muito bacana: a vontade de duas pessoas quererem entender por que chegamos a esse ponto, porque ele considera quem mora no asfalto um inimigo e nós consideramos quem mora na favela um inimigo. O que se tem é a tal guerra particular: vamos mandar a Polícia lá para manter o morro sob controle. É a consideração que faço. Em relação à pergunta que o senhor me faz, como foi a conversa com o policial e como foi a conversa com o traficante, na verdade foram muito parecidas, porque o que é surpreendente é que todo mundo quer falar. Está todo mundo tão cansado dessa história que está querendo falar, e ninguém quer ouvir. Ninguém quer ouvir a Polícia, porque todo mundo tem um preconceito imenso em relação a ela, sempre truculenta, violenta, bandida. E no documentário descobri que não é assim. É evidente que existe uma parcela sua, que não é parcela pequena, que se enquadra no estereótipo. Mas, graças a Deus, os policiais que aparecem nesse documentário são honrados, estão cumprindo sua missão com honradez; portanto, precisam ser ouvidos. A mesma coisa — por mais difícil que seja as pessoas compreenderem — vale para traficante. No caso do Márcio, que no documentário do Eduardo Coutinho aparece com 16 anos de idade, tem sonhos absolutamente generosos: queria ser um desenhista industrial, ele diz isso. Dez anos depois, ele é o dono do Santa Marta. E, para a mitologia da cidade do Rio de Janeiro, o bandido bola da vez, por uma frase que saiu no jornal, que ele nunca disse, "meu vício é matar", colocou um carimbo nele. Perguntaram para ele numa entrevista, no dia do Michael Jackson: "Qual é o seu vício? Você cheira cocaína?" E ele disse: "Não, não. Meu único vício é mato." Mato é maconha. No dia seguinte, o jornal estampava: "Márcio VP: meu vício é matar". A partir daí, ele foi condenado a quarenta anos de prisão. Hélio Luz, Chefe da Polícia Civil, que o prendeu, foi à juíza que o sentenciou e disse: "A senhora está cometendo uma injustiça. Ele precisa ser preso? Precisa. Mas a pena dele tem que ser de quatro, cinco anos. Esse sujeito é um bandido sem a menor importância". Quando foi preso, agora, foi como grande articulador do narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro. É uma falácia. O

surpreendente é que todo mundo quer falar, e o mais surpreendente ainda é que todo mundo quer falar basicamente a mesma coisa. Existe uma sintonia nos discursos. Hélio Luz diz: "Se eu tivesse nascido no morro, provavelmente eu seria traficante". O que não é verdade. Grande parte do morro não pertence ao tráfico. Mas quando se vê um menino de 12, 11, 10 anos entrando no tráfico, tem que se pensar que ele ainda não está na idade da razão, não é uma escolha feita, razoável, no sentido de uso da racionalidade. E uma vez que se entra, é muito difícil sair. O sistema jurídico e penal não oferece portas de saída. Essa é outra sugestão dada pelo Luiz Eduardo, que vejo que foi bem substituído pelo coronel. Luiz Eduardo propôs uma lei de anistia para meninos que já estivessem envolvidos no tráfico de drogas, mas ainda sem sentença, e que quisessem sair. Podiam, tinham três meses para depor as armas e sair. E conheço inúmeros que saíam, diante de condições seguras para sair. Eles querem sair, porque entram com 11, e quando chegam aos 15, 16 anos, percebem que não têm mais dois, três anos de vida, sabem que vão morrer aos 17, 18 anos. Então, querem sair, mas não há mais maneira: já está fichado pela Polícia. Então, continua e se torna suicida. Se nos dispusermos a ouvir, todo mundo tem alguma coisa interessante a dizer, basta querer ouvir. Acho que existe uma intransigência grande em relação a ouvir a Polícia e uma maior ainda em relação a ouvir bandido. Se não ouvirmos o bandido, se não soubermos, como eu queria... De onde minha proposta de o Márcio escrever o livro: por que um menino talentoso, carismático, com espírito de liderança, resolve achar que entrar para o crime é uma alternativa mais interessante do que ter uma vida legal e, mais importante do que isso, por que ele chegou, aos 26, 27 anos de idade, à conclusão de que aquela foi uma aposta errada. Acho que esse é um livro importante, porque é de uma trajetória exemplar da cidade do Rio de Janeiro. Espero que ele continue a escrevê-lo, e continuo — sempre disse isso — empenhado em ajudar o Márcio. Não deixei de ajudá-lo agora que foi preso. É minha resposta. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Ruben Cesar. **O SR. RUBEN CESAR FERNANDES** - Vou limitar-me a informar à Mesa e aos companheiros que hoje, nos jornais, parecia que João Moreira Salles havia sido denunciado formalmente pelo Ministério Público e que se iniciaria um processo de julgamento não por formação de quadrilha ou tráfico de droga, mas por favorecimento pessoal, que poderia implicar pena alternativa de algum tipo de prestação de serviços à comunidade. De fato, isso foi dito pela imprensa e, de fato, não foi assim. Ainda não temos aceitação do Ministério para essa denúncia. Mas, como parecia que sim, hoje mesmo, no Rio, várias pessoas dispuseram-se a começar um abaixo-assinado em solidariedade ao João Salles. Gostaria de ler e deixar de sobreaviso. Quem sabe, se o Ministério seguir por esse processo, aqui em Brasília também teríamos alguns réus solidários. Esse é o conceito. Vou ler para os senhores. Vamos colocar na Internet, para as pessoas que quiserem assumir esse compromisso, de repente até em Belém do Pará, terra linda: Sou um réu solidário com João Moreira Salles. Quero estar junto do João neste processo. Se condenado, cumpro a pena de serviço comunitário que lhe seja imposta ou pena alternativa de valor semelhante. Se for julgado inocente, proponho uma boa conversa sobre como animar o espírito voluntário e pacificador em nossa cidade." A idéia é que seja uma coisa para valer e que possamos acompanhar esse processo. Se, de fato, chegarmos a uma condenação — talvez não seja provável, a essa altura, mas é possível acontecer —, que tenhamos uma expressão maior de dizer: eu também vou fazer o que for, carregar carrinho em hospital, quebrar pedra ou qualquer que seja a pena imposta. Queríamos deixar a sugestão de uma adesão mais ampla. Não sei se dá para policiais fazerem uma coisa dessas, talvez não caiba na disciplina militar, mas é um gesto que nos importa fazer. Obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Ruben Cesar Fernandes. Vamos ouvir a Profª Nancy Cardia. **A SRA. NANCY CARDIA** - Como o frei foi embora, não posso respondê-lo. Terá que ser em algum outro momento. Mas tenho que fazer referência ao fato de que por duas vezes disseram que eu teria sugerido que os moradores daquela região que foram filmados pelo João Salles não têm senso estético. Eu não disse nada disso. Disse que vivem numa tremenda situação de privação estética, financeira, de infra-estrutura e de tudo mais que se queira. Quando assisti a esse filme, comecei a me sentir culpada, porque há cerca de um mês estive no Rio, depois de muitos anos, e falei: "Meu Deus, como isso é lindo! Havia-me esquecido de que era lindo." Senti-me culpada por ter achado o Rio lindo, porque me esqueci de todo esse lado horroroso. Não adianta que eles tenham uma lindíssima paisagem. Tenho certeza de que as aspirações dessas pessoas são de viver uma vida diferente. Não que tenham que sair do morro. Por que, então, o Programa Favela-Bairro? Elas querem ser integradas à cidade e ter

acesso às coisas boas que a cidade tem. Aquela senhora quer ter televisão e rádio. O que não quer ter é a porta estourada e televisão e rádio confiscados. Eles não têm desejos diferentes dos nossos, nem senso estético, haja vista o que fazem no Carnaval. Constroem uma passarela comum entre o nosso estético e o deles. O que lhes sobra é uma privação horrível, e não são os únicos, haja vista as condições de trabalho das outras pessoas. Aquele lugar onde as drogas são destruídas, aquele cemitério de carros, aquele negócio nojento, aquele fogo queimando, aquela pessoa que fica esperando uma vez por mês para incinerar aquilo. Por que não incinera todo dia? Aquelas armas penduradas, ninguém sabe para quê. Confisca e pendura para quê? Para alguém tirar, para desviar? Ou destrói aquela porcariada de uma vez ou dá algum destino. Mas não precisa fazer aquele museu teratológico. Tudo é horrível. Não há um lugar por que se passe e diga: "A cadeia do distrito é lugar legal". Não, pelo amor de Deus! A sala do delegado titular é bonita? Não, também é um horror! E isso afeta a auto-estima das pessoas. Não venha dizer que não. Trabalhar num lugar acarpetado, com mobília do tipo das que se encontram aqui é uma coisa. Naquele horror, como se consegue separar o que se tem que fazer de todos aqueles sinais que indicam que aquilo lá não tem valor algum? Esse é um traço comum na América Latina. Estava ouvindo amigos da Venezuela descrevendo como é o Ministério da Justiça e as condições de trabalho das Polícias, comparando com o Ministério da Economia. Sempre tem um fosso, que vai do século XVIII ao XXI. Adivinhem quem está no século XXI e quem está no século XVIII? Será que isso é por acaso? Uma das perguntas que queria fazer ao Frei, que foi embora, é se no País dele conseguem ter toda essa infra-estrutura aplicada, o que ele faz para que o FMI modifique seu conceito, por exemplo, sobre o que é déficit nacional, para que não precisemos continuar tendo Ministro da Saúde escrevendo carta para a revista semanal inglesa **Economist** justificando por que critica o FMI, que não permite que as companhias de saneamento básico invistam em esgoto e água, porque são considerados de vida pública, e temos que montar o nosso déficit baixo. No Primeiro Mundo isso não é feito. Os investimentos das companhias de saneamento básico que não estão atreladas ao Tesouro não são contabilizados como dívida pública. E não me venham dizer que essa falta de saneamento não tem a ver com o que estamos vendo nas favelas do Rio. (*Palmas.*) Na hora em que esses países começarem a pressionar o FMI para mudar suas regras, poderemos continuar a discutir outras coisas. É nosso dever trabalhar com todas as brechas que se criarem com relação aos direitos humanos. Se o programa não consegue ser colocado em prática, temos que fazer uma autocrítica e identificar por quê. Estamos passando as informações sobre o programa para a população de uma forma que ela possa usar? A população está totalmente informada a respeito da certidão de nascimento gratuita? Sabe que existe Defensoria Pública? Na nossa pesquisa, fizemos essa pergunta e a maioria da população não sabe. No Pará, também, uma boa parte da população nem sabe que tem e pra que serve. Quinhentas famílias foram expulsas de uma área teoricamente grilada na Zona Leste de São Paulo, nesse final de semana, sem nenhuma participação de advogados que as representassem na frente da juíza, que aceitou. Quinhentas famílias perderam todo o investimento de uma vida, inclusive pessoas com 70 anos de idade, porque não tinham representação legal e nem sabiam o que se estava passando. É nosso dever pensar em como informar a população. Informar é dar poder para a população se defender e viver os direitos humanos. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado, Profª Nancy Cardia. Agradeço a todos os nossos convidados e àqueles que tiveram a paciência de permanecer aqui até o momento. Amanhã, às 9h em ponto, daremos continuidade aos trabalhos. Obrigado.

REABERTURA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Convido os companheiros e companheiras que estão no hall de entrada a darmos início aos trabalhos da parte da manhã. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado.

No fundo, reduzi todo o cenário da violência a três grandes modalidades: o crime comum, as graves violações aos direitos humanos e as violências ocorridas no âmbito das relações interpessoais, que envolve violência doméstica, nas escolas, nas ruas, nas relações de vizinhança e assim por diante.

Para finalizar, eu teria de considerar que nos anos 90 houve uma grande crise no sistema de justiça criminal. A violência mudou o perfil, tornou-se mais intensa, e o modelo de justiça permaneceu ancorado e preso ao modelo de justiça que temos há trinta ou quarenta anos. Os crimes cresceram, a violência cresceu, mudou de perfil, mudou de padrão, mas o sistema de justiça - e estou pensando nas agências policiais, no Ministério Público, no Poder Judiciário e no sistema penitenciário - cresceu em nível inferior. Há grande defasagem, enorme hiato entre o crescimento dos crimes e a capacidade do Estado de responder ao controle da ordem pública dentro do contexto do Estado Democrático de Direito, o que aumenta o impacto da violência.

Para finalizar o meu terceiro item, gostaria de perguntar: o que o Governo fez de concreto nesses quatro anos? Analisar a política de segurança é tarefa muito complexa, muito difícil, e não me vou deter nesse ponto, pois tomaria muito mais tempo do que posso dispor. O Governo Federal trabalhou em três áreas, uma delas, notadamente, foi a de direito humanos, a segunda, o controle do chamado crime organizado, particularmente, no tráfico internacional de drogas, que tem grande impacto no Estado brasileiro. Há uma política nesse sentido, que veio de governos anteriores, mas se intensificou no Governo Fernando Henrique Cardoso, que é a de exercer um controle cada vez mais centralizado e acentuado. Mas esse não é um problema nacional, a ser tratado com política local. Tive oportunidade de me deter na análise dessa política e verifiquei que é um caso de política mais geral, pois o mesmo problema está ocorrendo em outros países da América Latina e também na Europa. Fiz um estudo comparativo entre Brasil e Portugal e, guardadas as diferenças, as tendências são muito semelhantes.

A terceira grande intervenção do Governo foi no campo do aparelhamento das instituições de segurança, particularmente na área de Polícia Federal. Eu diria que foram essas três áreas em que o Governo procurou atuar.

Vou deixar de falar da área das drogas, da Polícia Federal, do sistema de segurança e vou falar um pouco mais da área de direitos humanos. Não vou falar também da história da incorporação da política de direitos humanos ao Governo Fernando Henrique, na qual S.Exa. procurou implementar grande número de iniciativas e de medidas. Eventualmente, num debate, podemos nos aprofundar nesse assunto.

Com todas as reticências e todas as críticas que certamente este fórum vai impor, e está qualificado para isso, acho que o Governo Fernando Henrique Cardoso colocou a questão dos direitos humanos na agenda da política nacional. Esse não é um mérito apenas do Governo, mas também da sociedade civil organizada, que soube, politicamente, colocar essa problemática na arena política e o Governo, por razões políticas, assimilou essa demanda da sociedade civil. Este é o caso de uma dinâmica entre sociedade civil e sociedade política. Acho que o Governo ter ocupado esse espaço foi extremamente importante.

Foi elaborado o Plano Nacional dos Direitos Humanos a partir de uma metodologia que reputo inovadora. Talvez eu esteja fazendo injustiça com iniciativas de outros grupos sociais em outras esferas da vida social. Na esfera do Governo Federal, as iniciativas não foram poucas, principalmente se compararmos com o que foi feito em Governos anteriores. Vou recordar algumas importantes.

O Governo sancionou a Lei nº 9.299, transferindo a competência de julgar policiais militares acusados de crimes dolosos contra a vida da Justiça Militar para a Justiça comum. Ainda que não tenha sido o que muitas organizações sociais e de defesa dos direitos humanos reivindicaram, foi uma iniciativa implementada. A tipificação do crime de tortura; o porte ilegal de armas, que se tornou um crime; o Estatuto dos Refugiados; o registro da identidade civil obrigatório - embora saibamos que continua havendo problema quanto a isso; a gratuidade da certidão de nascimento e de óbito; a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; a sanção de leis que visam a criação de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Enfim, houve uma série de medidas para inibir o crime, vários serviços foram organizados nesse sentido, balcões de atendimento ao cidadão, vários grupos foram organizados para garantir o direito

à cidadania. Se analisarmos, vamos verificar que essa área teve grande implementação. Então, terminando minha intervenção, pergunto: por que ainda continuamos tão insatisfeitos? Por que consideramos que muitas dessas iniciativas ainda deixam a desejar? Por que, apesar de todo o esforço feito, da ampla mobilização da sociedade civil, ainda há a sensação de que há muito o que fazer, há muito o que implementar, há muito o que realizar? Eu queria levantar algumas hipóteses. Com isso, termino minha intervenção. A primeira delas, questão que certamente este fórum vai tentar superar, é que, se por um lado o

Governo parece ter tido algum êxito na formulação de iniciativas no campo dos direitos humanos, ele não conseguiu estabelecer ligação entre direitos humanos e segurança da população. As pessoas continuaram vendo direitos humanos como algo separado do direito à vida, direito à proteção em geral, à proteção do seu patrimônio e dos seus bens. Há uma clara divisão entre direitos humanos e direito à segurança do cidadão.

O problema se resumiria, em outras palavras, ao seguinte: para que um sistema de segurança funcione, é preciso coibir o arbítrio do poder do Estado na implementação da política de repressão ou da política de controle da ordem pública. Na implantação dos direitos humanos houve muita eficácia ao estabelecer os limites do poder do Estado. Sabemos que entre a formulação e a implementação, há vários problemas. De qualquer maneira, essa questão aparece hoje no horizonte social e político como reconhecida por amplos segmentos da população, ou seja, não há mais possibilidade de a democracia conviver com abusos de poder de qualquer natureza. Isso sabemos.

No entanto, como exercer o controle eficaz dos crimes violentos, de modo a evitar a repetição sistemática de graves violações de direitos humanos? Como se protege direito das pessoas dentro do espaço doméstico? Como se protege o direito das pessoas nas ruas? O Governo, parece-me, não conseguiu isso. Parece-me que é o grande desafio.

Para finalizar, vou levantar dois pontos. Um está na ordem do debate de hoje que é como estabelecer um vínculo indissolúvel entre direitos civis e direitos sociais econômicos. Parece-me que os direitos humanos e o direito à proteção dos direitos do cidadão precisa ultrapassar o umbral da divisão entre direitos civis, por um lado, e direitos econômicos e sociais, por outro. Isso já vem sendo ressaltado nas anteriores conferências sobre direitos humanos.

Pelo meu estudo, desde a primeira conferência já foi feita a cobrança de tratar dessa questão e parece que ela vai estar na ordem do debate, na ordem da discussão. Mas continua sendo um grande desafio.

O segundo desafio, e com isso eu termino, é de ordem política mais complexo, é de como essas medidas de âmbito federal passam para as esferas estaduais e chegam até os Municípios. O que estou querendo dizer com isso é o seguinte: sabemos que temos um pacto federativo; sabemos que os Estados têm as suas autonomias; sabemos que, para uma democracia funcionar no modelo da sociedade brasileira, é preciso estabelecer um equilíbrio, certa ordem entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. Mas como que os Governos Estaduais vão implementar medidas de alcance mais geral, se elas implicam uma reordenação das relações entre o Governo Central e os poderes locais, ou seja, a questão das alianças políticas, a questão das políticas propriamente ditas de controle de poder local. Então, parece-me que um dos grandes limites da implementação está na esfera da estrutura de poder dessa sociedade. Enquanto a estrutura de poder permanecer nesse modelo, talvez seja muito difícil conseguirmos, de fato, sair desse sentimento de insatisfação, da sensação de que as coisas não andaram muito, para a fase de satisfação por terem sido cumpridas as tarefas, e considerarmos que a segurança e a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana tenham sido minimamente consolidadas nesta sociedade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Prof. Sérgio Adorno.

Dentro de alguns minutos, teremos uma audiência com o Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, quando estaremos tratando da necessidade de ampliação da lei de indenização aos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

Devo me retirar, e solicitaria que o Deputado Eduardo Barbosa, membro da Comissão de Direitos Humanos, assumisse a Presidência dos trabalhos, e desse seqüência à nossa reunião.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Bom dia a todos, é com prazer estarmos aqui substituindo temporariamente o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Marcos Rolim.

Dando continuidade ao painel, passamos de imediato a palavra ao Dr. Oscar Vilhena, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente.

Informamos que após a intervenção do Dr. Oscar abriremos o debate, tentando cumprir o horário, até às 12h30min, para não atrasarmos as atividades da parte da tarde.

O SR. OSCAR VILHENA - É um imenso prazer estar aqui vendo amigos em diversas fileiras deste auditório. Gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por manter esse evento, depois de tantos anos, especialmente o meu amigo Deputado Marcos Rolim, pessoa pela qual tenho a mais ampla admiração. Creio que ele está fugindo, porque já ouviu essa fala várias vezes.

Vou fazer uma intervenção um pouco diferente da feita pelo Prof. Sérgio Adorno, muito pontuada numa análise sociológica tremendamente refinada, como poucos sabem fazer. Então, como eu não sei fazer análise tão refinada, vou tentar olhar a questão da segurança pública de uma perspectiva talvez mais rudimentar, mas com algum grau de amplitude, tentando comparar com outros elementos do nosso modelo social, se é que se pode dizer isso.

A pergunta feita no nosso programa refere-se a estratégias da paz e políticas públicas de combate à violência. A questão "é possível viver em paz?" é bastante antiga. Li uma carta em que Einstein faz essa mesma pergunta, em 1932, a outro cidadão chamado Freud, tendo em vista que ele já antecipava um confronto entre nações européias. E ele fala: "O senhor, que é um homem mais versado na alma humana, acredita que é possível viver em paz? O ser humano é capaz de convívio social pacífico?" E o Freud, que não era homem muito delicado, responde ao Einstein com certa ironia: "Como pode um homem tão inteligente, talvez o maior cientista da nossa era, se fazer uma pergunta tão ingênua?" Mas logo vejo que a pergunta não foi feita pelo cientista Albert Einstein, mas pelo filantropo, pelo homem de bem, pelo homem que quer ver a humanidade evoluir. Certamente é uma pergunta ingênua, diria Freud. Ele vai tentar responder a carta de Einstein com a seguinte observação: "Dr. Einstein, provavelmente não seja possível viver em paz, por uma condição básica: nós todos somos formados, a condição humana se dá por intermédio do convívio de dois instintos básicos dentro de cada um de nós, que é o instinto de vida, de amor, e o instinto de morte e agressividade. E todos dependemos desses dois instintos para sobreviver".

Por exemplo, quando eu acordo em São Paulo às 6h da manhã para vir a Brasília, certamente estou movido por algum tipo de instinto de vida, de amor, para construir uma sociedade mais solidária. Mas o que me tira da cama, o que me impulsiona a lutar pela vida certamente é a agressividade. Se eu fosse uma pessoa razoavelmente deprimida eu preferiria ficar dormindo e não teria condições de vir aqui fazer minha pregação pela paz. Isso é o que acontece com todos nós, e desde a Antigüidade. O fato de alguém sair e matar um animal para se alimentar exige certa agressividade, o ato sexual exige certa agressividade, mas a combinação desses dois atos é que faz um pouco o ser humano. Bom, segundo o Dr. Freud, a possibilidade de que nós, de alguma maneira, sejamos capazes de, em alguma medida, conter e domesticar esses instintos de agressividade e de morte é o que marca o processo civilizatório. Nós somos capazes, sim, não se abrir mão da violência, mas de, em alguma medida, domesticá-la. E o Estado Democrático de Direito é talvez a última maravilha em termos de mecanismo de domesticação da violência por intermédio do evento da lei. A lei substitui a ordem, a lei cria consenso, estabelece condutas, e, com isso, evita que as pessoas necessitem empregar constantemente a violência, para conseguir certas coisas.

Então, Freud vai descrever a forma, de maneira muito weberiana, por sinal, de como a lei, respaldada por uma coerção, sob controle do Estado, pode ser instrumento de pacificação da sociedade.

Um dos pontos que nos parece interessante, quando discutimos a paz e as políticas públicas de combate à violência no Brasil, é se a lei tem sido instrumento eficiente na constituição dessa paz. Aparentemente não; aparentemente temos ciência - e há vários pontos de vista a respeito disso. Se o professor Sérgio Adorno fosse antropólogo, certamente iria ter uma visão distinta da do sociólogo Sérgio Adorno - de que realmente o Brasil, culturalmente, não respeita a lei. Há várias interpretações, mas o fato é que a lei tem sido instrumento frágil no Brasil. Tanto que, no senso comum, as pessoas falam que esse é o País da impunidade, como nas explicações antropológicas, como nas explicações históricas de um Sérgio

Buarque de Holanda, quando fala da cordialidade brasileira, da sua incapacidade de enfrentar a razão. Agimos com a paixão e com o ódio. Nós matamos a quem odiamos e privilegiamos a quem amamos. Isso explica a corrupção e a impunidade, isso explica o grande índice de homicídios.

Então, temos diversas explicações, mas todas elas em alguma medida desaguam nessa idéia da fragilidade da lei como instrumento de regulação das relações sociais. E em vez de termos a lei mediando conflitos, a violência passa a ser mediador desses conflitos, com a consequência de um grande número de mortos, de muitas perdas, de muitas violações, seja a violência empregada pelo Estado, seja a violência realizada entre as pessoas.

O próprio professor Sérgio falou que uma das coisas mais preocupantes no Brasil é que a violência acontece dentro do lar. E sabemos que o principal causador de mortes de crianças por autoria conhecida são os próprios pais; sabemos também que é grande o índice de violência entre homens e mulheres, as mulheres como vítimas nessa relação.

Logicamente isso é uma preocupação. A violência não é só um instrumento empregado pelo Estado de maneira descontrolada para coibir a sociedade brasileira, mas temos também uma violência pessoal, interpessoal, que é tremendamente preocupante.

Se a minha observação de que a lei é um instrumento frágil, que nós vivemos em um país razoavelmente ou muito violento - que é a minha proposição-, eu gostaria de tentar verificar se realmente o nosso País é violento.

Há diversas formas de analisarmos isso. Às vezes perguntamos: um país tem inflação? Pegamos o índice de inflação e medimos. Infelizmente, os índices de violência não se medem assim. Os dados são ainda muito precários. Teríamos que agregar homicídios, roubos, furtos, seqüestros, estupros, corrupção, e criar um índice para tentar verificar. Então, isso tem sido feito ou tentado com pouco sucesso. Uma das coisas que tomamos, muitas vezes, acho que com certo equívoco, mas ainda é um dos poucos instrumentos que temos, é tentar medir o índice de homicídio de uma determinada sociedade e ver se a sociedade é mais ou menos violenta.

Bom, neste contexto o Brasil tem cerca de vinte e nove homicídios para cada cem mil pessoas. Ou seja, para cada grupo de cem mil, vinte e nove são vítimas de homicídio doloso. Isso é muito ou é pouco? Comparativamente, isso é muito. Se pegarmos dentro das nações com as quais nós nos comparamos, vamos perder para poucos países. Vamos perder para a África do Sul, que tem um índice desproporcionalmente grande, de mais de sessenta homicídios por cem mil habitantes. Vamos perder para a Jamaica e depois vamos nos encontrar num segundo pelotão, que é o pelotão com Colômbia, com Peru, com alguns países latino americanos.

Então, não somos a Nação mais violenta do mundo, felizmente, mas estamos entre as nações mais violentas do mundo. Isso é uma característica que se tem intensificado nos últimos anos. Com relação à violência - e o professor Sérgio já falou em outros momentos, não hoje aqui -, embora a história do nosso País possa ser explicada muitas vezes pela sua violência, o índice de homicídios é algo que tem tido crescimento desproporcional a partir das últimas três décadas e que talvez possa ser associado com o fenômeno da rápida urbanização por que passou o Brasil, de forma descontrolada, e desorganizada, e também pelo fenômeno da formação, vamos dizer, da desagregação social, perda do senso religioso ou perda do senso comunitário em determinadas regiões, principalmente na Grande São Paulo e nas grandes cidades.

Bom, a pergunta seguinte é se essa violência se aplaca contra todos os brasileiros. E, aparentemente, a resposta é negativa. Não só distribuimos de forma desigual os nossos recursos, como também a violência é distribuída de forma bastante desigual no Brasil. Só para que se tenha uma idéia, 40% dos homicídios deste País acontecem em duas regiões metropolitanas: Rio de Janeiro e São Paulo. Então, isso me preocupa muito, principalmente quando os meios de comunicações informam que vivemos uma situação de terror. Não vivemos uma situação de terror. Existem determinadas regiões do Brasil que vivem uma situação tremendamente precária. Mas existem outras que têm padrões bastante adequados ou comparáveis com outros países que têm padrões adequados.

Isso significa que Rio de Janeiro e São Paulo têm índices de homicídios de mais de cinquenta por cem mil habitantes. Portanto, eles têm o dobro da média nacional. Como são dois grandes centros, lógico que eles, de certa forma, inflacionam a média nacional. Há regiões muito mais violentas do que Rio de Janeiro e São Paulo: Vitória e Recife. A grande Vitória e a

grande Recife têm índices de violência enormes, de mais de cem homicídios por cada grupo de cem mil habitantes. Portanto, o dobro do Rio de Janeiro e São Paulo.

Parece-me, então, relevante dizer que temos a violência distribuída de forma muito desigual. Se isso é muito perverso, por outro lado nos sinaliza que é possível fazer políticas de segurança tendo em vista alvos muito precisos. Quer dizer, não preciso estar preocupado com uma cidade no interior do Paraná ou no interior do Piauí, mas tenho que olhar muito preocupadamente as regiões metropolitanas. Por outro lado, a violência também se distribui de forma totalmente desigual dentro dessas regiões metropolitanas. Há bairros em São Paulo e no Rio de Janeiro que têm índices de homicídios superior a 150 homicídios por cem mil habitantes, e outros que têm o índice de três homicídios por cem mil habitantes, que é mais ou menos o índice da França. Não estou falando do índice de Paris, que é muito mais alto do que isso; estou falando do índice da França.

Graças a Deus, sou uma das pessoas que tem menos chance de morrer de violência - o bairro de Moema, onde moro, tem menos de dez homicídios por cem mil habitantes; é um índice europeu. A chance de que um morador de Moema morra de forma violenta é a mesma de um morador de uma grande cidade européia.

Quem mora na Zona Sul de São Paulo ou em determinados bairros do Rio de Janeiro tem essa chance potencializada, pois essas regiões estão paralelas a regiões violentas na África do Sul ou na Colômbia.

Mais do que isso, não só há uma distribuição geográfica, que é da concentração, não só em algumas grandes cidades, como em determinadas regiões dessas grandes cidades, como também há uma preferência em função do sexo e da idade. Quer dizer, quem morre e quem mata são jovens e homens. Quem morre é mais jovem do que quem mata. Então, com isso quero dizer que nós não precisamos fortalecer o discurso daqueles que entendem que deva ser reduzida a menoridade penal, uma vez que, por exemplo, uma cidade como São Paulo, de acordo com os números do DHPP, os homicídios praticados por menores de dezoito anos não ultrapassam 10%; são 7,9%, de acordo com o relatório do DHPP.

Mais do que isso, não são somente homens jovens que são vítimas e estão envolvidos com a violência, que morrem dez vezes mais do que o restante da população, mas são homens jovens e pobres. E isso é talvez o principal ponto que deva ser enfrentado em qualquer política que queira estabelecer a paz na sociedade brasileira.

O Brasil é hoje a décima economia do mundo, ou a nona, dependendo do cálculo que se faz, o que não é pouco. Pense em quem está na nossa frente. São só países onde todos gostaríamos de morar ou passar umas férias, pelo menos. São belos países. Então, encontraremos Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Japão, Espanha. Talvez eu tenha esquecido algum. Todos os outros estão atrás de nós. Isso significa que o Brasil, definitivamente, não é um país pobre.

Mais do que isso, o Brasil é um país que enriqueceu de maneira razoavelmente consistente, apesar da década perdida.

O Brasil triplicou o seu PIB em trinta anos. Saímos de um patamar de 350 bilhões de dólares no final dos anos 70 e hoje temos um PIB de mais de 1 trilhão de dólares.

Agora, o que impressiona neste País, que é a décima economia do mundo e que tem capacidade de crescimento bastante acentuada, é a forma pela qual ele distribui sua riqueza. Um por cento da população brasileira detém 50% dos recursos da Nação, ou seja, dos recursos produzidos por todos. Isso faz a nossa colocação no índice de desenvolvimento humano organizado pelas Nações Unidas, que é mais ou menos o que aponta a qualidade de vida, a renda per capita, dados relativos à nossa expectativa de vida, educação, mortalidade infantil, enfim, ao conjunto de fatores agregados, não seja nada boa. Nossa posição tem variado dos 68º ao 72º lugar no decorrer dos anos, em termos de aproveitamento da nossa riqueza, mesmo sendo a décima economia do mundo.

Isso significa que aqueles que se encontram na base da pirâmide econômica do Brasil são pessoas muito destituídas de todas as formas de recursos que o País possui. Num cálculo econômico, 17% da população brasileira vive com menos de um dólar por dia; 34% da população brasileira vive com menos de dois dólares por dia.

Isso significa que são pessoas que têm baixíssimo grau de educação, baixíssimo grau de acesso à saúde pública, baixíssimo grau de acesso à moradia, baixíssimo grau de acesso à alimentação, e todos aqueles que configuram a Carta de Direitos Humanos. Portanto, a estrutura social brasileira é, em si, uma violação de Direitos Humanos. E é de certa maneira um ponto que impede que seja criado um ambiente adequado para o respeito à lei. E esse é

o segundo ponto que gostaria de começar a enfrentar.

Se estamos de acordo com Freud, com Weber e com tantos outros de que a lei é um instrumento importantíssimo para a construção de uma sociedade pacífica, gostaria de perguntar por que é que respeitamos a lei. Vou partilhar uma dúvida muito simplista. Por que paramos no sinal de trânsito? A meu ver, há algumas razões para que eu possa fazer isso. Em primeiro lugar, posso parar no sinal de trânsito porque tenho medo de ser multado. Então, a coerção é um elemento importante para essa parada. Em segundo lugar, posso parar no sinal de trânsito porque tenho medo de bater o carro. Se eu atravessar, alguém vem do outro lado e então eu bato. Vamos dizer então que a utilidade, de certa maneira, é uma razão pela qual eu obedeço à lei. Uma terceira razão é a voluntariedade. Eu paro porque acho que devo parar. E creio que devo parar por algumas razões. Primeiro, posso achar que é justo. Afinal, se eu tenho o direito de passar com o meu carro aqui, que o outro também tenha o direito de passar com o carro lá.

Bom, qual é o fator mais importante para o respeito à lei? Sem dúvida alguma é este último fator, os outros são tremendamente relevantes, mas a coerção tem um custo altíssimo. Se tivermos que colocar um elemento de coerção sobre cada pessoa, em cada minuto da sua vida, enquanto ela decide se respeita ou não a lei, teremos que viver em um país totalitário, e é o que se faz nos países totalitários. Cria-se grande aparato de informação, grande aparato de terrorismo ideológico, grande aparato de ameaça, porque muito embora a coerção não esteja presente em todos os momentos, podem estar sabendo o que estou fazendo. Essa é a ideia dos governos totalitários.

A utilidade é um bom motivo, é um bom elemento, porque não custa. Se eu cumprir a lei, vou me dar bem. Significa que se eu, por exemplo, não der um golpe na bolsa de valores, todo mundo vai acreditar em mim, vai por dinheiro na minha mão. Se o meu banco for suficientemente honesto, eu me dou bem.

Torno-me uma pessoa respeitada e, com isso, tenho ganhos. Então, isso é fantástico. As pessoas respeitam a lei porque é útil respeitar a lei. Isso gera um ponto positivo para elas. No entanto, a voluntariedade é que me parece o ponto tremendamente importante. A voluntariedade deriva da confiança de que aquela lei é justa e, mais do que isso, deriva da confiança de que as outras pessoas também irão respeitar aquela lei. Então, vou ficar parado no sinal de trânsito porque tenho certeza de que, quando o sinal se abrir para mim, ou outros irão parar. E na medida em que estabeleço essa relação de confiança pela qual eu respeito a lei e as pessoas também respeitam, essa ação torna-se de caráter coletivo, que dá ao Direito um grande grau de eficácia.

Bom, o que estou querendo dizer? É que temos problemas muito sérios nessas três esferas. Em primeiro lugar, o fato de termos uma sociedade segregada estabelece por natureza que para essa parcela da população os seus direitos não são respeitados. Estabelece-se uma perspectiva de que aquilo que me é dado formalmente, por intermédio da Constituição e das leis, não é do seu cotidiano. E já falei sobre todos esses desrespeitos que acontecem. Então, é só somar a esses os desrespeitos apontados pelo professor Sérgio.

Isso cria a lógica perversa no sistema. Se eu não vejo que respeitam o direito em relação a mim, também passo a não ter muitas razões para respeitar o direito em relação aos outros. E isso se dá dentro de uma esfera social.

Por outro lado, aqueles que concentram muita riqueza dentro de uma sociedade e que, portanto, têm uma quantidade desproporcional de poder, junto às autoridades, junto ao mercado, também não vêm muitas razões para obedecer a lei. Por quê? Porque afinal a lei não é suficientemente forte para puni-las.

Então, as sociedades tremendamente desiguais são disfuncionais por natureza na realização do Estado de Direito. Então, distingam esse argumento de qualquer outro que diz que pobre é bandido. Não é nada disso. O que estamos dizendo é o seguinte: em sociedades que distribuem mal suas riquezas, ou sociedades que são clivadas, por exemplo, por questões raciais, há maior dificuldade de se aplicar a lei.

Vou dar o exemplo. Tomemos a Iugoslávia ou tomemos Ruanda, onde um grupo étnico não vê o outro grupo como igual. Quando um grupo não é visto como parte da comunidade, ele também não sente razões para respeitar o outro grupo. E este, por sua vez, também não vê razão nenhuma para respeitar o primeiro. Por isso há a política de estupro sistemático das mulheres islâmicas por parte dos sérvios. Para os sérvios elas não são como eles mesmos, não merecem o mesmo grau de respeito que eles merecem. E quando existem clivagens não étnicas, mas clivagens sociais ou raciais tão fortes como temos no Brasil, será possível

ver alguém excluído do ponto de vista econômico e social como um igual? Essa é a minha pergunta. Será que quando morre um mendigo atropelado por um ônibus numa sarjeta, numa grande cidade de São Paulo, ele vai ter o mesmo tratamento das autoridades e isso vai ter as mesmas conseqüências jurídicas de quando morre uma pessoa de terno e gravata? Provavelmente não, porque quem opera o sistema jurídico são seres humanos que filtram as diferenças sociais. Aqui homenageio uma grande Juíza, a Dra. Vera Müller, que provavelmente qualificou o seu filtro durante a vida, mas certamente um juiz, um policial, um procurador ou quem quer que seja qualifica. Nós temos preconceitos; reagimos e aplicamos o Direito de uma forma não exatamente neutra, como se espera de todos nós.

Parece-me que há um grande desalento na sociedade brasileira, e esse é o problema fundamental que temos de enfrentar se quisermos falar sobre a paz.

Mas será que é só isso? Será que temos que sentar e ver o mundo melhorar ou temos que tomar outras medidas? Será que é possível fazer uma política de segurança mais justa, mais eficiente, mais compatível com os direitos humanos, numa situação de plena desigualdade? A meu ver, não só podemos - muito embora tenhamos que ser autocríticos em relação à eficiência dessa eventual política - como também temos a obrigação moral de agir concomitantemente. Temos que propugnar pela requalificação da nossa sociedade do ponto de vista da igualdade; temos que propugnar por reformas, sejam elas institucionais ou legais; por políticas públicas que realmente tentem conter o avanço da violência; por políticas públicas preventivas de segurança, que não sejam políticas públicas policiais. Gosto de uma diferenciação feita por uma outra amiga, a Dra. Ana Sofia, de São Paulo, que fala em políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública. São políticas policiais e políticas não-policiais, com impacto sobre a segurança pública.

Gostaria de começar falando sobre o que fazer, ou que direção talvez seja a adequada. Em primeiro lugar, parece-me que temos um déficit na esfera da reforma institucional no Brasil. Por mais que estejamos avançando no discurso dos direitos humanos - e acho que isso é verdade -, por mais que estejamos avançando na idéia de que esse é um ponto da nossa agenda política internacional e doméstica, ainda nos esquecemos de transformar esse discurso numa realidade do ponto de vista da reforma institucional, e isso se deve principalmente ao próprio Parlamento. Quantas propostas de reforma, de modernização se acumulam e não têm uma resposta por parte do Congresso Nacional?

Foi muito interessante o que foi aqui dito, que não podemos limitar a questão da reforma institucional à polícia. Há diversas outras instituições implicadas nisso: temos, por um lado, a polícia, o Judiciário, a reforma do sistema penitenciário, e depois vamos ter as outras que não são propriamente políticas da coerção.

Temos duas polícias em quase todos os Estados. Em alguns, a Polícia Civil é mera figurante, tem pouca ação, pouca abrangência - até numericamente é muito pequena -, e a terceira polícia, que é a Polícia Federal. O que tem demonstrado a experiência daqueles que analisam as polícias é que elas têm obtido um grau de eficiência muito baixo, seja na prevenção seja na repressão na criminalidade. Na prevenção, porque os índices de criminalidade aumentam sistematicamente; na repressão, porque a capacidade de levar ao Judiciário inquéritos bem instruídos, que permitam a real condenação daqueles responsáveis, também é baixíssima. Esse é um problema grave, que demonstra a ineficiência do nosso aparato. A que se deve essa ineficiência? Acho que há milhares de fatores, e não temos tempo de falar sobre todos aqui, mas, a meu ver, há um problema estrutural, que começa com a falta de confiança da população nas polícias brasileiras. Em todas as pesquisas de vitimização que são feitas - são pesquisas de opinião pública onde se pergunta se a pessoa foi vítima de um crime -, se a pessoa falar que sim, pergunta-se se ela procurou a polícia. Vamos verificar que um grande índice de pessoas não vai à polícia, a não ser quando os crimes de que foram vítimas são muito graves ou quando é o caso de ressarcimento por parte de seguradora, que exige um boletim de ocorrência. Vamos ter desde o homicídio, que tem quase 100% de notificação, até os crimes sexuais, em que vamos ter menos de 10% de notificação. Ou seja, a violência que acontece dentro do lar não chega ao conhecimento público.

Por que será que a população tem um grau de desconfiança tão grande em relação às nossas polícias? Em primeiro lugar, porque elas têm sido sistematicamente violentas com a população, e ninguém confia naquele que o viola. A primeira mudança que a polícia tem que estabelecer, se quiser readquirir o respeito da população, é passar a respeitar essa

população e aí, numa relação de reciprocidade, também ser respeitada.

A desconfiança na polícia faz com que o grau de informação que recebe seja muito baixo, e de pouca qualidade. Ela utiliza mais o informante, que dá informação a dinheiro e se mantém na criminalidade, do que é informada pela própria população. Parece-me que qualquer reforma na polícia tenha que ser no sentido de que ela obtenha a confiança da população.

Um dos rumos que têm sido apresentados, e os meus amigos da Polícia Militar de São Paulo têm ido nessa direção, é o do policiamento comunitário. Esse é um dos mecanismos pelos quais nos despimos de todo o nosso aparato coercitivo, de aterrorização da população, levando a uma forma de contato mais próximo. Essa é uma reforma da cultura policial que se tem dado em todo o mundo, que tem tido eficácia, e começa a ser implantada no Brasil.

O segundo é um curto-circuito entre as duas polícias. Vamos usar uma hipótese muito simples: João está morto, esticado no chão, na periferia de uma grande cidade no Brasil. Quem é que dá conta disso? É a Polícia Militar, que logo vai ser chamada. A Polícia Militar passa por ali trinta vezes por dia, eventualmente conhece o dono do botequim em frente de onde ocorreu o crime. Quem é chamada a investigar o caso? A Polícia Civil, que não tem contato com aquela população. Como as duas corporações se digladiam do ponto de vista institucional, competem institucionalmente, o fluxo de informação não acontece e, portanto, a investigação é prejudicada estruturalmente. Se a Polícia Civil, por sua vez, detém informações sobre o funcionamento de uma quadrilha, que seria fundamental para que a Polícia Militar pudesse fazer um policiamento preventivo, ela não passa. Portanto, essa comunicação está truncada. Então, se quisermos levar a sério qualquer reforma na área policial, temos que pensar na reestruturação desses dois organismos, que têm pouca comunicação entre si. Para que exista uma polícia eficiente é necessário ter uma boa, rápida e confiável comunicação.

Estou falando em unificação? Não sei. Talvez a unificação seja pior, uma contamine a outra. Estou falando que temos de refletir seriamente, abrir mão dos interesses corporativos e colocar os interesses da população em primeiro lugar. É integração? É desconstrução? É federalização no sentido de cada Estado se organizar da forma como bem entender? É municipalização nas grandes cidades? Acho que isso deve ser colocado em cima da mesa. As resistências corporativas levarão à crise das duas polícias, e as duas perderão com essa crise.

Depois, temos uma Polícia Federal com um número ínfimo para dar conta da sua responsabilidade. Ela tem hoje cerca de 7 mil policiais federais no Brasil, que é um número pífio. A Polícia Federal, com todas as qualificações que tem recebido nos últimos tempos, tem-se mostrado, no que diz respeito aos direitos humanos, tremendamente melhor. Ela não tem tido quase nenhuma prática de violação de direitos humanos, e é bom que se diga isso. É um exemplo de que é possível fazer polícia sem violação de direitos humanos, mas ela ainda é uma polícia muito pequena.

Por outro lado, temos a reforma do Judiciário. Todos nós depositamos grande confiança numa reforma que fosse capaz de levar o Judiciário a aplicar a lei, resolver os conflitos por intermédio da lei, não permitindo que a violência fosse o instrumento de resolução desses conflitos nos locais mais depauperados deste País, mas ela foi truncada dentro do Congresso Nacional. O que temos hoje é uma reforma minimalista, que está preocupada pura e simplesmente com a governabilidade judicial, pensando em súmula vinculante, em controle externo num sentido um pouco complicado. Enfim, não temos a reforma no sentido de descentralização, de democratização do Judiciário, com exceção das leis dos tribunais especiais criminal e civil, que efetivamente são uma novidade, uma forma de oxigenação do sistema judiciário.

Temos um Código de Processo Penal bastante obsoleto e um Código Penal que também enfrenta a criminalidade de uma maneira individualizada, como se o crime fosse uma ação meramente pessoal e não um crime complexo, organizado. Houve um esforço bastante grande do Ministério da Justiça, de um ano e meio até agora, de requalificação de toda essa legislação, e novamente essa responsabilidade com o Congresso Nacional.

Temos ainda o sistema penitenciário. Está aqui minha querida amiga, militante dos direitos humanos, a Secretária Nacional de Justiça, Dra. Elizabeth Sússekind, que é uma campeã da reorientação de que não encarceremos sistematicamente todas as pessoas que cometem crimes, não só por questões humanitárias, mas por uma questão de utilidade. Encarcerar

custa caro e o efeito é perverso; encarcerar custa mais de 500 reais, e a reincidência é de mais de 40%. Não seria mais interessante termos um sistema muito mais barato? Uma pesquisa que fizemos no Rio Grande do Sul demonstra que isso custa menos de 50 reais e os índices de reincidência são baixíssimos, abaixo de 20%. Ou seja, podemos punir, mas de uma forma mais inteligente, mais barata, mais útil, e que não seja, na realidade, um investimento na criminalidade. Tenho a convicção de que isso está sendo feito pela nossa Secretária Nacional de Justiça. Fora isso, temos que abrir espaço para evitar as violações dos direitos humanos, que têm acontecido de forma sistemática devido à superlotação; temos que qualificar o pessoal prisional; temos que estabelecer uma política prisional. No que se refere às políticas não-coercitivas, a meu ver, também temos aí uma esfera muito ampla de ação e que pode ter um impacto sobre a segurança pública da população. Se somos capazes de detectar onde essa violência acontece, somos capazes de detectar a população que sofre essa violência, somos capazes de detectar o sexo, a idade dessa população, podemos criar políticas sociais que busquem não deixar esses jovens vulneráveis às condições de violência.

Creio que temos aí um desafio bastante grande nas seguintes áreas. Em primeiro lugar, a reforma urbana das periferias das grandes cidades. Sabemos que a falta de iluminação é um fator gerador de violência. Se asfaltarmos, iluminarmos e urbanizarmos, reduziremos a violência. Isso custa pouco? Não, custa muito, mas esse é um desafio que se coloca a nossa frente.

Temos hoje mapas de violência de algumas cidades brasileiras que, quando sobrepostos aos mapas de lazer, demonstram que a violência ocorre onde não ocorre o lazer. Será que é tão complicado assim ter uma política de lazer para as populações carentes? Será que é tão complicado ter esporte, música, áreas públicas de convivência? Parece-me que não é tão complicado assim.

Uma terceira questão é o desemprego e o ócio dos estudantes. Normalmente, a violência acontece no momento da desocupação, que se dá muito em função do desemprego. Se podemos estabelecer políticas de frentes de trabalho no Nordeste, o que é muito justo que se faça, será que não podemos fazer frentes de trabalho em alguns locais do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Recife? Será que isso não seria um meio de ajudar a reforma urbana? Será que as mesmas pessoas que hoje são vítimas e cometem a maior parte desses homicídios não podem ser utilizadas em ações sociais para a construção de um meio ambiente menos violento? Parece-me que seria também um desafio que está a nossa frente. Creio que essa política social tem que ser calibrada para esses lugares. Esse é um problema importante do Brasil hoje e pode ser enfrentado também com políticas sociais focadas.

Gostaria de mencionar ainda algumas coisas que têm sido feitas, com algum sucesso, em alguns Estados brasileiros, como a solução pacífica de conflitos por intermédio da criação de agentes de resolução de conflitos, aquele que faz a mediação familiar, a mediação na vizinhança, na briga de bar. Podemos ter centros integrados de cidadania, ou seja, levar às periferias a ação legal por intermédio da assistência judiciária do Ministério Público, do juiz, e não mantê-los centralizados nas regiões de maior afluência financeira e política das cidades.

Outra política social que poderia ser levada a cabo e que, certamente, teria um grande impacto sobre a violência seria o controle sistemático do armamento e da bebida alcoólica. O Brasil, se não é o país mais violento, é hoje o que tem o maior número de homicídios com armas de fogo em todo o mundo. Mais de 90% dos brasileiros vítimas de homicídios o são por arma de fogo. Mais do que isso: uma grande parte dos brasileiros vítimas de homicídio por arma de fogo não são criminosos e não foram mortos por criminosos; são pessoas comuns, bons brasileiros, que matam outros bons brasileiros. Portanto, a ausência de arma de fogo certamente não iria impedir o conflito, mas iria impedir que o desfecho do conflito fosse a morte. Então, se quisermos reduzir o número de homicídios, temos que ser muito sérios em relação ao número de armas de fogo que hoje permanecem nas mãos da população.

Recentemente, no Senado, eu debatia com o lobby de armas de fogo. Eles dizem que o número de empregos que se iria perder no Rio Grande do Sul é fabuloso, seria 40 mil. Esse é o número de vidas que perdemos por ano no Brasil. E, certamente, esses empregados poderiam ser requalificados.

Bom, já que aplaudiram, é para eu terminar.

Vou dar por terminada a minha participação deixando todas essas questões como desafio. Acho que há pessoas na burocracia, nas corporações - e já falei aqui de alguns membros da Polícia, do Judiciário, do Ministério Público -, que estão levando à frente essas mudanças. Há companheiros, como a Dra. Vera, a Dra. Elizabeth, que estão levando isso à frente no Governo; há colegas no Parlamento que estão levando esse desafio. No entanto, temos sido mais fracos do que aqueles que têm impedido que esses desafios sejam levados a cabo. A questão é de que maneira vamos nos unir e tentar construir essa sociedade mais pacífica, onde a lei seja o mecanismo pelo qual nos relacionamos e não a violência. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Foi um prazer para todos nós poder escutar o Dr. Oscar Vilhena. Quero cumprimentá-lo pela fala didática e prazerosa de ser ouvida e vivida.

Antes de iniciarmos os debates, gostaríamos de registrar a presença do representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Rodrigo Terra, e também da representante do Governo do Estado do Acre, Dra. Salete Maia.

A Dra. Salete é Secretária de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre e solicitou a organização do evento, através do nosso Presidente, a palavra para fazer uma denúncia, que quer formalizar publicamente.

A SRA. MARIA DE SALETE DA COSTA MAIA - Cumprimento a todos e agradeço a oportunidade de falar. Pedi para fazer esta denúncia pública do que entendemos ser uma grave violação do direito básico da igualdade da criatura humana não só como representante do Governo do meu Estado, mas também como cidadã.

Essa violação ocorreu ontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, que negou autorização ao Supremo Tribunal Federal para processar um Deputado Federal do meu Estado, suplente do Deputado cassado Hildebrando Pascoal, protagonista de uma das violações dos direitos humanos que mais abalou não só a população do Acre, mas de todo o Brasil. O Deputado José Aleksandro, quando Vereador e Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio Branco, apropriou-se, roubou do povo de Rio Branco mais de 2 milhões de reais.

Acompanhei esse processo porque sou oriunda do Ministério Público. Sou Procuradora de Justiça e, costumo dizer, estou Secretária de Estado. Afastei-me para exercer a função de Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública. Então, acompanhei a investigação ainda em sede de inquérito civil público. Depois, como coordenadora das Polícias do meu Estado, acompanhei o inquérito policial e conheço, portanto, a evidência dos indícios que foram apresentados.

É bom ressaltar que quando um órgão do Judiciário recebe uma denúncia, está dizendo apenas que o processo deve prosseguir, que a ação, que o processo legal seja instaurado e a prova seja apurada para chegar à decisão final, que o Judiciário possa julgar. Então, entendo como uma grave violação desse direito à igualdade que possui não só o cidadão brasileiro, mas toda e qualquer criatura humana.

Agradecendo essa manifestação de apoio, quero dizer que o meu Estado é pioneiro nessa luta para extinguir a corrupção, o crime organizado. Enfrentamos, junto com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal. É bom ressaltar aqui o nome do Dr. Luiz Francisco de Souza, da Dra. Raquel Dott, do Dr. Santoro, do Dr. Marcelo Serra Azul, do Desembargador do Tribunal de Justiça do nosso Estado, Gercino José da Silva Filho, e a luta do Governador Jorge Viana, que é ameaçado publicamente de morte por esse cidadão que está nesta Casa, gozando de impunidade perante a Nação brasileira. Isso é triste.

Peço a todos os presentes que demonstrem esse grau de consciência maior e procurem influir, no âmbito das nossas atribuições, naquilo que possamos fazer, para que o Congresso Nacional acorde e tenha consciência de que, como representante do povo, deve primar pelo respeito aos direitos do cidadão e da pessoa humana.

Se ainda me for permitido, desejo fazer um registro sobre as ponderações do Dr. Oscar Vilhena. A Polícia está muito em evidência como uma instituição que merece o descrédito da população brasileira. Reconhecemos isso, e posso dizer que, estando agora do outro lado - não sou policial, mas coordeno as ações da segurança pública do meu Estado, que abrangem a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o sistema penitenciário e ainda o DETRAN -, convivendo mais de perto com as forças policiais brasileiras, sou testemunha da luta que essas instituições vêm empreendendo para cumprir o seu papel de

defensoras dos direitos e das liberdades do cidadão no regime democrático que vivemos. Resquícios do tempo da ditadura e de má-formação essas instituições ainda possuem, mas o próprio Governo Federal, através do Ministério da Justiça, tem empreendido um esforço imenso para que essa situação seja revertida.

Há pesquisas sobre o descrédito nessas instituições, mas se formos fazer pesquisas para saber da credibilidade da população no sistema educacional público, no sistema de saúde pública deste País, tenho certeza absoluta de que vamos verificar o descrédito não só nas Polícias, mas em todas as instituições que deveriam garantir os direitos básicos do cidadão e que estão a cargo do Poder Público.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Desejamos informar à Dra. Salete que a Comissão de Direitos Humanos, com certeza, irá se posicionar com relação à questão levantada, lembrando que, em relação ao Deputado Hildebrando, foi esta Comissão quem iniciou todo o processo de discussão dentro desta Casa. Portanto, não será diferente no caso de denúncia de tal relevância.

Convidamos as Sras. Nair Gomes dos Santos e Janaína Lourenço da Silva, acompanhadas da jornalista Maria Luíza Mendonça, que representam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e falarão do conflito havido no Estado do Paraná, para fazerem uso do microfone localizado a nossa direita. Cada uma dispõe, respectivamente, de dois minutos.

A SRA. MARIA LUIZA MENDONÇA - Bom dia. Meu nome é Maria Luiza Mendonça, estou representando a instituição Centro de Justiça Global.

Estive no Paraná no dia 2 de junho, quando um grupo de 1.500 trabalhadores rurais sem terra tentou chegar a Curitiba para fazer uma manifestação e, antes que esses trabalhadores chegassem à cidade, foram barrados pela Polícia Militar. Janaína e D. Nair estavam entre os manifestantes e sofreram agressões, ferimentos. Cento e oitenta trabalhadores ficaram feridos, um foi assassinado, Antonio Tavares Pereira, e há indícios de que duas pessoas estão desaparecidas. Então, D. Nair e Janaína vieram do Paraná especialmente para fazer essa denúncia e contar um pouco da história delas para os senhores.

A SRA. NAIR GOMES DOS SANTOS - Boa tarde, sou a Nair e vou falar um pouco da minha vida.

Fui criada no sítio, nem estudo eu tenho. Estou no 1º ano agora, estudando na escola MOBRAL. Fui criada sem pai e comecei a trabalhar com 7 anos de idade. Não pude estudar no sítio. Depois, na fazenda que nós morávamos, o fazendeiro não nos quis mais em sua fazenda porque iam trabalhar com trator, essas máquina. Aí, peguei e vim criar meus filhos na cidade. Depois, perdi o emprego, a firma que eu trabalhava faliu. Voltei para o sítio de novo, e aí fui para o acampamento, onde estou morando, no Município de Ortigueira, assentada. Tenho o meu sitiozinho lá e lutamos com a vida, trabalhamos, colhemos e vivemos da terra, o que é muito importante para todos nós.

Vimos nessa passeata fazer um manifesto em Curitiba, e fomos barrados a vinte quilômetros de Curitiba. Nós estávamos cantando o Hino Nacional e fomos atingidos por bomba de gás e tiro de bala de borracha, onde estou ferida.

Acho que não é bem por aí, que o Governo devia tomar uma providência, machucando a gente. A gente não é nenhum marginal, não é nenhum ladrão para ser atingido dessa forma. Obrigada.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Agradecemos, então, à Janaína, à D. Nair e à jornalista Maria Luiza.

Fazemos saber a todos que a Comissão de Direitos Humanos acompanhou passo a passo os conflitos no Paraná, inclusive deslocando para lá Deputados desta Comissão. S.Exas. estão apresentando seus relatórios para o desdobramento dos trabalhos da própria Comissão em relação ao referido conflito.

Lamentamos o ocorrido. A própria manifestação da Janaína é importante. O seu silêncio e a sua dor refletem toda a sua perplexidade em relação ao tratamento dado aos manifestantes que reivindicam seus direitos. A Comissão de Direitos Humanos está presente e atenta a tudo isso.

Como temos em torno de 35 minutos para o debate, sugerimos que cada inscrito utilize o prazo de três minutos a fim de termos tempo para as respostas. Deveremos limitar em seis as interferências da platéia.

Peço aos oradores que se identifiquem junto ao microfone para efeito de gravação.

Vamos fazer as perguntas em bloco, se assim os expositores permitirem, para que as

respostas sejam dadas em bloco.

O SR. JOÃO ALFREDO TELLES - Sou João Alfredo, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores no Estado do Ceará e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa.

Tentando juntar os dois debates - tivemos um primeiro, que tratou do pacto dos direitos econômicos, sociais e culturais, e temos esse segundo debate agora -, quero apontar uma contradição, na qual acho que devemos nos aprofundar enquanto militantes de direitos humanos, do Governo que mais avançou do ponto de vista institucional e legislativo nessa área de direitos humanos. Já foram ditos os passos, principalmente pelo Prof. Sérgio Adorno, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Lei da Tortura e uma série de outras iniciativas que não vou aqui repetir. No entanto, ao mesmo tempo, esse tem sido um Governo que, do ponto de vista dos direitos econômicos, sociais e culturais - que todos sabemos que são direitos que exigem uma prestação do Estado para serem usufruídos -, mais tem negado esses direitos, que mais tem retirado direitos de aposentados, de trabalhadores rurais. Temos a questão do emprego e a própria questão do salário mínimo. Vimos ontem, num filme belíssimo, o que a questão do salário mínimo simboliza para aquelas populações que passam a ser ganhas pelo próprio crime organizado. Então, vivemos essa contradição num País que possui a tradição de fazer leis para não serem cumpridas. O Sr. Luís Roberto Barroso possui um belíssimo livro de Direito Constitucional falando da frustração constitucional. Essa é a história do Brasil, essa é a nossa tradição. Parece uma tradição ibérica a proclamação de direitos que não vão ser cumpridos.

No entanto, há um outro dado que acho que deve ser observado, principalmente por nós, que trabalhamos com direitos humanos: esse mesmo Governo começa a retroceder até do ponto de vista institucional. Ora, temos hoje no Ministério da Justiça o ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos, que estava em Porto Seguro e disse, clinicamente - a expressão pode ser muito forte, mas não me ocorre outra -, que de onde ele estava não viu o que aconteceu. Ele, Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, disse que, de onde estava, não viu o que aconteceu!

Então, vimos o que aconteceu em Porto Seguro e no Paraná, onde temos uma das Polícias Militares mais violentas do País, contradizendo o esforço de outras polícias, inclusive do meu Estado, com cursos que têm sido dados pela Anistia Internacional, pela Cruz Vermelha Internacional. Nós mesmos, as entidades de direitos humanos, temos sido convidadas pela Academia de Polícia.

Há os episódios da Paulista em São Paulo, e foi dito ontem pelo Deputado Marcos Rolim que hoje não se discute mais a questão do Direito Penal mínimo; não se discute mais a questão das penas alternativas, e se pretende dar uma satisfação à opinião pública com as velhas idéias de que construindo mais presídios vai se resolver o problema etc., que seria o Direito Penal máximo, e o mais grave e que ainda não se discutiu neste debate: tenta-se dar uma nova roupagem à Lei de Segurança Nacional.

Nós, os mais antigos - estou no meio porque, quando entrei no movimento estudantil, a ditadura militar já estava no final -, que lutamos contra a Lei de Segurança Nacional, contra esse entulho autoritário, essa excreção, não podemos admitir que o Governo faça esse retrocesso quando temos no Ministério da Justiça alguém que foi Secretário Nacional de Direitos Humanos. Devemos pensar numa moção com relação a isso e temos que tentar reaver o processo de debate e discussão que houve durante a gestão de José Carlos Dias. Participei de um debate em Fortaleza, e inclusive um dos integrantes daquela Comissão foi um Desembargador que possui uma mentalidade mais aberta, o Dr. Fernando Ximenes Rocha do Ceará; fizemos uma audiência pública da Comissão de Direitos e Cidadania com esse Desembargador; apresentamos sugestões para a área penal e penitenciária e, agora, o Governo vem com nova Lei de Segurança Nacional, construção de presídios, enfim, medidas que contradizem todo o debate que vem ocorrendo? Então, há um retrocesso. O elogio do Presidente Fernando Henrique Cardoso à política de tolerância mínima é um escárnio. Essa política de tolerância mínima faz com que os Estados Unidos sejam o país com a maior população carcerária. O controle social lá é pela população carcerária, sabemos disso, e, no entanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por causa de uma bandeirada ou de um ovo na cara, vem elogiar a tolerância mínima, aquela política de Nova Iorque que aumentou em muito a população carcerária. Então, há um retrocesso, e não podemos permitir. Temos que nos posicionar com relação a

isso.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Agradeço ao Deputado João Alfredo a colaboração.

Convido a Sra. Míriam Marroni, Vereadora em Pelotas, Rio Grande do Sul, a fazer uso da palavra.

A SRA. MÍRIAM MARRONI - Desejo cumprimentar a Mesa e registrar a satisfação que temos no Rio Grande do Sul de ter o Deputado Marcos Rolim como Presidente desta Comissão. Infelizmente, S.Exa. não se encontra presente no momento, mas nós somos, como se diz no Rio Grande do Sul, crias de S.Exa. - e a Vereadora Anita, de Alvorada, está aqui -, aprendemos a militar nos direitos humanos em função de acompanhar toda a luta do Deputado. Portanto, registro nossa satisfação ao ver S.Exa., com apenas dois anos de mandato, já presidindo esta Comissão. Cumprimento também o Dr. Oscar Vilhena pela forma como aborda a questão da violência, que nos traduz uma realidade concreta.

Hoje estou Vereadora também, mas sou servidora pública federal, sou psicóloga. A minha alma está em greve hoje, e desejo registrar que há um grande movimento dos servidores públicos federais em greve. Também é uma questão de direitos humanos o papel do Estado brasileiro no sucateamento, na privatização e na questão salarial dos servidores públicos federais.

Dr. Oscar, quanto às causas da violência, tenho trabalhado em três pontos. Primeiro, temos a violência dos portadores de sofrimentos psíquicos, dos psicopatas, que se apresentam em qualquer sociedade; temos a banalização da violência, que é uma novidade entre os incluídos, e temos a violência causada pela desigualdade social, que hoje se apresenta no Brasil. Esta última tem causas bastante óbvias, como o papel do Estado.

Quando o Estado se isenta do seu papel promotor e regulador das relações e o passa à iniciativa privada ou o repassa a uma sociedade desigual, perde completamente o controle. Essa tem sido a opção política dos nossos governantes. Esta conferência deve deixar isso muito claro para que não percamos as causas da violência neste País, que estão centradas na desigualdade social. Essa é a causa. O Estado brasileiro optou por um modelo socio-econômico que exacerba comportamentos violentos.

Temos uma composição de valores, de instintos de solidariedade, de competição, enfim, valores múltiplos que devem ser equilibrados. Não se trata de trabalhar a questão do ponto de vista skinneriano, segundo o qual o meio determina o comportamento, mas sim do ponto de vista de que hoje o meio sociocultural estimula a formação de determinado perfil de valores. As comunicações formam valores e determinam comportamentos. A opção deste País por um sistema sócio-econômico liberal ou - a palavra já desgastada - neoliberal tem como norte os valores da competição, da individualidade e da disputa. Não se trata de trabalhar a competição como algo ruim; ela é importante, assim como a agressividade e a busca, mas tem de estar equilibrada com os valores verdadeiramente humanos. Esse sistema socioeconômico e político liberal exacerba o quê? Seja competitivo; dispute; o problema é seu; você só vencerá por uma ação individual. Isso desagrega a composição do humano. Estamos perdendo a capacidade de ser solidários e de viver coletivamente, e esta conferência tem de deixar registrada em seus relatórios a real causa desse problema. (Palmas.)

Se cada um de nós adquiriu um perfil de frieza; se a violência já se tornou banal até mesmo entre os incluídos, entre os quais não se justifica o roubo por motivo de patrimônio; se a violência já se encontra nos colégios particulares, como se pôde verificar no caso da morte do índio Galdino, assassinado por jovens incluídos e, portanto, sem problemas econômicos - eles não estavam atrás de um par de tênis -, isso se deu porque estamos formando uma sociedade apartada. O índio Galdino pôde ser queimado por não ser igual a nós: era apenas um índio, não era um ser humano. Com isso vemos como está representada na mente da nossa sociedade a questão de que há os mais e os menos humanos. Menos humanos são os índios, os pobres, os negros, e todos têm de ser pobres, porque o que vale neste País é o poder econômico.

Esta conferência deve deixar, portanto, registrado que as causas da violência manifestam-se em função da omissão do Estado, que não apresenta políticas sociais e opta por um modelo econômico que exacerba e desequilibra a composição dos sentidos humanos do ponto de vista de sua individualidade.

Gostaria ainda de falar a respeito do que estamos fazendo no Rio Grande do Sul por meio da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado. Estamos otimistas com a opção feita pelo ex-Senador e Secretário José Paulo Bisol, que compreendeu que polícia não é Governo, não é Poder Judiciário; polícia é serviço e não tem de ser militar; polícia tem de ser civil. Na maioria dos países do mundo, pelo menos naqueles de Primeiro Mundo, a polícia não é militar e não traz no seu trabalho junto à comunidade a cultura do ataque ou da repressão. A polícia, como foi dito anteriormente, deve estar acima de qualquer suspeita. Mês passado, no Rio Grande do Sul, houve seminário que contou com a participação da Polícia do Canadá, um exemplo internacional, assim como das Polícias da Espanha e de Portugal. Precisamos saber se há saída, quais os outros modelos existentes no mundo que nos podem trazer esperanças. No Brasil, o que nos tem parecido é que a Polícia de São Paulo não tem jeito, que a Polícia do Rio de Janeiro não tem jeito. A Polícia do Rio Grande do Sul é a melhor. Entretanto, ainda não estamos satisfeitos.

Sr. Presidente, acaba de chegar a Sra. Isabel, também Coordenadora da Secretaria de Segurança, que poderá nos falar melhor sobre nosso projeto.

Embora a Polícia do Rio Grande do Sul apresente altos índices de violência e de abuso de autoridade, ainda se pode encontrar, tanto na Polícia Civil quanto na Militar, uma capacidade que pode servir, sim, de exemplo para o Brasil, que terá de se despir do corporativismo e da resistência à mudança.

Mostram as estatísticas que o atual modelo de segurança está falido e que quem quiser se apartar da corrupção e da violência policial terá de promover um grande movimento de reestruturação da segurança pública, tão vítima quanto a população. Uma polícia gerada na ditadura militar, formada

para o ataque e a repressão e recompensada com salários cujas variações são absurdas - um delegado ou um coronel ganha oito ou dez vezes mais do que um soldado - , agravado pelo fato de que ela manda em si mesma, pois não há Governo que mande em Polícia Civil ou Militar...

Para encerrar, estamos lutando, sim, pela polícia única. É uma irracionalidade haver duas polícias: o gasto é muito grande e o trabalho insatisfatório. Também lutamos pelo fechamento dos tribunais policiais. Esse tipo de julgamento, como se não se tratassem de cidadãos, não é mais aceitável. Lutamos pelo estatuto único para as Polícias Civil e Militar; pelo controle social, que é fundamental; pela polícia comunitária e, principalmente, pela proteção à testemunha. Lutamos, enfim, por uma polícia que resgate a confiança da comunidade de modo que, dentro dos princípios da moral e da ética, esta não tenha que fazer justiça com as próprias mãos.

Gostaria que esta conferência apoiasse as iniciativas do Secretário José Paulo Bisol. Não pensem que tem sido fácil suportar as pressões e as ameaças para que o Estado do Rio Grande do Sul não implante a polícia única e não reestruture a segurança pública. Tratam-se de princípios de direitos humanos que o Estado do Rio Grande do Sul está lutando por implantar, exemplo que deve ser seguido por todo o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Sra. Míriam Marroni. Encerramos as inscrições e solicitamos novamente que se limitem a três minutos para que tenhamos tempo de ouvir ainda nossos expositores. Passo a palavra à Sra. Jussara de Goiás, do INESC.

A SRA. JUSSARA DE GOIÁS - Sr. Presidente, membros da Mesa, companheiros presentes, a todos meus cumprimentos.

A respeito dos avanços no campo dos direitos humanos no Brasil, foram abordados avanços efetivos no panorama legal. Temos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e temos o Plano Nacional de Direitos Humanos. A legislação brasileira tem realmente avançado muito, como vemos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no tratamento dado à questão da tortura. Tivemos, no panorama legal, efetivamente vários avanços. O problema agora é verificar a realidade e a implementação do que exige a legislação.

Tomemos como exemplo os direitos da criança e do adolescente, sua implementação e o que vem acontecendo no País. Temos problemas sérios e graves, tais como o trabalho infantil, a idade penal e a exploração sexual de menores, que comprometem o futuro da sociedade .

Quanto ao trabalho infantil, temos hoje, identificadas pelo UNICEF, cerca de 2 milhões e 900 mil crianças, entre 7 e 14 anos - no total, são cerca de 4 milhões -, exploradas no trabalho. O Governo faz alarde sobre a erradicação do trabalho infantil, mas seu programa não alcança mais de 145 mil crianças. Com um percentual de 25 reais por família, para cada criança que entra com 7 anos e que pode ficar no programa dois anos, mais dois anos, aos 12 anos ela estará fora dele. Vejam: 25 reais para uma família sem emprego, sem casa, sem terra, sem estrutura familiar, enfim, sem meios de inserção no mercado de trabalho, e querem que essa família assuma a condução de um projeto de vida absolutamente comprometido, mas interrompido quando a criança sai do programa ao completar 11 anos.

Quanto à imputabilidade penal e às medidas socioeducativas, já faz dez anos que este País aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente e até hoje essas medidas não foram adotadas em praticamente lugar nenhum. A Justiça da Infância ainda se encontra centrada na situação irregular, porque só pensa na internação. Todas as outras alternativas não são colocadas em prática, pois não há recursos para os Estados implementarem a semiliberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, que exigem programas, técnicos e capacitação de profissionais. Pensa-se nas FEBEMs e na repressão sem alterar a situação ainda irregular, ao mesmo tempo em que o País faz pressão para que se resolva o problema com o rebaixamento da idade penal.

Este Congresso tem de dizer não ao rebaixamento da idade penal e executar o orçamento estipulado para medidas socio-educativas.

A Frente Parlamentar, em 1999, pela primeira vez conseguiu destinar 21 milhões de reais para medidas socio-educativas com o Fundo Nacional da Criança. Esse valor foi reduzido para 17 milhões, depois caiu para 14 milhões, e a execução em dezembro foi de 3 milhões e 100 mil reais. Não se implementam programas e políticas, não se capacitam técnicos, e querem que o problema seja resolvido - repito - colocando-se os meninos nas cadeias, sendo que o sistema penitenciário está falido.

Nosso problema é de implementação, e não de lei. O Brasil assina pactos internacionais, como o de Pequim, o de prevenção da delinquência e o de tratamento de privados de liberdade com dignidade, sem que haja programas para isso. Eles ainda estão sob tortura e sob repressão. A administração da infância e a da juventude têm suas regras totalmente descumpridas. Temos a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Convenção Internacional dos Direitos. Portanto, o problema não é falta de lei, mas, sim, de recursos. O País tem quase 70% de seu orçamento empregado no pagamento da dívida externa. Realmente, nosso problema não é de legislação, mas de execução de política social. O Estado brasileiro, nesse sentido, está falido, preocupando-se em pagar juros e dívidas e em manter os pobres apenas vivos, ainda que sem dignidade.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Sra. Jussara. Passo a palavra à Sra. Marilda Helena, Promotora de Justiça em Goiânia.

A SRA. MARILDA HELENA DE MELLO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores presentes, sou Promotora de Justiça em Goiás, onde coordeno o Núcleo de Defesa dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público, e tenho a honra de ser Vice-Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Eu e todos os conselheiros temos tido a preocupação de levantar as causas da violência policial com o fim de trabalhá-las e procurar reverter os alarmantes e crescentes índices de violência praticados pela Polícia e dos quais tanto se ressaente a população. Quando nos dedicamos a esse trabalho, tínhamos a convicção de que, trabalhando as causas da violência policial, poderíamos reverter esses índices. Havia um trabalho concreto a ser realizado junto à Polícia, para, com ele, saber por que a violência grassava no meio policial e como reverter a situação, fazendo com que a população confiasse em nosso policial.

Diferente disso, Dr. Oscar Vilhena, é como trabalhar e reverter as causas da violência, os índices alarmantes praticada pelo Poder Público.

Na verdade, temos autoridades públicas constituídas que cotidianamente violam direitos fundamentais de todos nós. No entanto, não procuramos trabalhar essas causas. Nós as conhecemos e poderíamos ficar aqui por dias, citando cada uma delas, que fazem com que a população esteja, a cada dia, mais descrente e desmotivada, e com que cada um nós, a cada minuto, estejamos nos tornando mais violentos.

O Poder Público encaminha projetos de lei e luta por sua aprovação; aprova as leis, publica-

as e não as cumpre. Muito me preocupa uma Constituição Federal que determina dever o salário mínimo conferir padrão digno de vida à população e um Presidente da República que emprega todo seu prestígio para manter o salário mínimo em 151 reais.

Já ocupei este plenário para pedir a Senadores e Deputados que não "se sentassem" - entre aspas - sobre projetos de lei importantes para a área de direitos humanos, pois se trata de conquistas necessárias à população. Eu tinha naquele momento a ilusão - hoje, lamentavelmente, não tenho mais - de que poderíamos ter leis aprovadas, publicadas, cumpridas e , assim, poderíamos reverter o grande grau de violência aos direitos humanos a todo momento praticada contra nosso povo. Hoje, infelizmente, acredito que temos um país de papel, ou seja, um país com muitas leis, que não são cumpridas.

Aqui foi dito que cumprimos as leis não pelo grau de coerção nelas implicado, mas pelo grau de confiabilidade que podem representar. Talvez, com sua resposta, eu volte a lutar pela aprovação de leis como fazia antes.

O maior número de ações civis públicas que temos no Estado de Goiás, de todos os Promotores de Justiça, têm como pólo passivo o Governo do Estado e o Governo do Município. Eu gostaria de saber, dentro de sua concepção, o que fazer para que Senadores e Deputados trabalhem ainda mais no sentido de fazer com que o Poder Público efetivamente respeite a população, cumprindo as leis aprovadas, publicadas e tornadas partes integrantes de nosso mundo jurídico.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Dra. Marilda Helena. Passo a palavra à Sra. Márcia, representante do Fórum Paranaense de Direitos Humanos e Cidadania.

A SRA. MÁRCIA - Bom dia a todos.

Uma vez que o painel trata de políticas públicas de combate à violência, levantarei duas questões: uma é a indignação da sociedade civil paranaense em relação à política de segurança pública do Governo Jaime Lerner; a outra é o descaso do Governo Jaime Lerner em implantar uma política de direitos humanos no Estado do Paraná.

A respeito da primeira questão, como todos viram, a violência da Polícia Militar contra o movimento dos sem-terra, ocorrida no dia 2 de maio, com um saldo de duas vítimas, foi um ato de terrorismo, truculência e arbitrariedade total do Governo em relação a um movimento legítimo que luta pela terra, pela reforma agrária.

No painel ao lado, temos fotos que mostram a violência implementada pelo Governo nesse dia. Do outro lado, temos reportagens que mostram a prática da Polícia Civil em relação à sociedade civil paranaense, que é de tortura, de assassinato, de desmando total, inclusive de envolvimento dentro da Secretaria de Segurança Pública com o narcotráfico e com o crime organizado.

Trago a público, então, essa indignação da sociedade paranaense em relação à política de segurança do Governo Jaime Lerner. É inaceitável.

Então, gostaria de pedir à Mesa que recomendasse que depois aprovássemos uma moção solicitando a implantação imediata do Conselho Permanente de Direitos Humanos no Estado. Já elegemos os conselheiros não-governamentais, o Governo já indicou, através de seus órgãos competentes, os representantes para o Conselho, mas, passado um ano, esse pedido para implantação do Conselho ainda está engavetado porque não há interesse político em implantar os Conselhos de Direitos Humanos, uma vez que o próprio Governo é conivente ou até ele mesmo pratica essa violência no Estado. Por isso, não há interesse político em implantar o conselho.

Portanto, solicitamos à Mesa que se aprove aqui uma moção para imediata instalação do Conselho de Direitos Humanos no Estado, para que haja condições de a sociedade civil e as entidades, junto com o Governo, discutirem políticas públicas de combate à violência. Sem isso, não teremos a mínima condição, porque o Governo não quer diálogo. Ele quer só a repressão, a tortura, o assassinato. Essa é a forma de o Governo do Paraná dialogar com a sociedade civil.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Lembro à Márcia que, pela dinâmica dos trabalhos nos grupos, ela poderá encaminhar a proposta para o Relator, que

tem prazo para entregar ao Presidente da Comissão a conclusão dos trabalhos. E as moções poderão ser indicadas pela Relatoria, para podermos sistematizar e organizar o trabalho.

A última intervenção é de Lamartine Ribeiro, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

O SR. LAMARTINE RIBEIRO - Estou representando o Deputado Geraldo Rezende, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, futuro Estado do Pantanal.

Venho aqui para fazer uma interferência com relação ao painel anterior, que tratou do Pacto Internacional de Direitos Humanos. É uma interferência um tanto quanto técnica.

Falhou um pouco na exposição o PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, quando tratou do relatório que deveria ser feito pelo Estado Brasil. Por que o relatório, que era para um pacto que tratasse de direitos econômicos e sociais, deveria ser feito pelo Estado brasileiro e não pela sociedade civil, apesar de ter a sociedade civil tomado a frente e ter feito o relatório? Acontece que o Pacto Internacional foi estabelecido pela ONU, e os países aderem ou não a ele.

Dentro do ordenamento jurídico nacional, existe uma espécie de hierarquia de normas que, entre os juristas, costuma ser chamada de Pirâmide de Kelsen. No topo da pirâmide, está a Constituição, e, depois, vêm todas as outras normas. Acontece que os vários doutrinadores teóricos que teceram comentários sobre a Pirâmide de Kelsen colocam pairando sobre o topo da pirâmide os pactos internacionais aos quais o País adere.

Então, no topo da pirâmide, está a Constituição, e acima - vejam bem o grau de importância, já que a Constituição é nossa lei maior, do pacto ao qual o Brasil aderiu -, pairando sobre a pirâmide, estão os pactos, as resoluções internacionais às quais o Brasil adere, geralmente emanadas da ONU.

O problema é que, como o Estado não fez, a sociedade civil acabou tomando a frente do processo.

No Mato Grosso do Sul, fizemos o relatório em outubro, se não me engano, e posso dizer o seguinte, aí me referindo ao que o Prof. Oscar Vilhena, fazendo uma relação entre os dois painéis, disse e ao que a promotora acabou de citar: a lei não tem eficácia pelo grau de coercibilidade, mas pelo grau de confiabilidade que ela inspira.

O reverendo, quando falou sobre o pacto, lembrou que o atual Ministro da Justiça prometeu que colocaria o pacto no Programa Nacional de Direitos Humanos. Pois bem, o fato de colocar o pacto, que tem uma vida separada do programa, até pela condição jurídica, pode dar a ele o grau de confiabilidade, mesmo porque ele não tem o grau de coercibilidade necessário para obrigar o Brasil a cumpri-lo. Mas ele pede ao pacto, uma instituição jurídica, esse grau de confiabilidade, do qual que ele necessita para que o Estado brasileiro passe a efetivamente cumpri-lo, porque fizemos, no ano passado, o primeiro relatório de quatro atrasados.

O Brasil aderiu ao pacto. É uma norma que paira sobre a Constituição. Portanto, deveria ter um poder, não vou dizer até maior, paralelo ao constitucional, e não é cobrado por nós. Nós cobramos o Programa Nacional de Direitos Humanos, mas não cobramos a efetiva implementação do Pacto Nacional de Direitos Humanos. E temos poder para isso, porque ele tem a característica jurídica necessária.

E aí poderemos até dispor das instituições. Deixará de ser uma cobrança da sociedade civil e passará a ser uma cobrança institucional, pela força jurídica da qual dispõe.

Quero dizer também que, no Mato Grosso do Sul, temos isso bem consciente com relação ao pacto. A OAB, através do Dr. Carlos Marques, e a Secretaria de Justiça do Estado, através da Secretária Luiza Ribeiro, têm consciência da força que o Pacto tem.

Então, deixo registrado o fato de termos de lutar pelo pacto, em paralelo ao programa.

É viciante a sociedade civil trabalhar nesse sentido. E eu não gostaria de ver a sociedade civil excluída da discussão do pacto.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Sr. Lamartine, gostaríamos de informar que, no grupo 6, em que será discutida a implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos, teremos o representante da comissão do Ministério da Justiça, que já estará discutindo a inclusão no programa do que é levantado na proposição do pacto. V.Sa.

terá oportunidade de discutir isso.

Infelizmente, nosso tempo está bem escasso. Vou dar cinco minutos a cada um dos expositores, para fazerem as considerações finais, tentando-se também avaliar as questões levantadas.

Passo a palavra, fora da ordem, ao Dr. Oscar, por S.Sa. ter uma reunião agora.

O SR. OSCAR VILHENA - Vou falar um pouco sobre algumas repetições apresentadas pelos intervenientes e talvez algumas incompreensões que minha fala tenha gerado nas pessoas.

A Procuradora de Justiça falou sobre a questão da Polícia. Não sei se ela se encontra em plenário. Quero dizer que tenho plena convicção de que precisamos muito da Polícia e de que a maioria da Polícia também quer fazer mudanças no sentido de melhorar. O que me deixa, de certa forma, perplexo é que uma minoria de maus policiais seja capaz de macular a imagem da Polícia.

Então, tenho muita tranquilidade. Trabalho com a Polícia sistematicamente, e o mesmo diálogo que tenho aqui tenho dentro da Polícia. Não tenho nenhum problema e tenho grande admiração por essa função. Esse é o primeiro ponto que gostaria de esclarecer.

Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, tentei explicitar na minha fala que, sem levarmos a sério os direitos econômicos e sociais, não teremos condições sequer de realização dos outros direitos.

Eu só gostaria de levantar uma pequena questão, principalmente nesta última fala. Não precisamos entrar na panacéia de que o Direito Internacional dos direitos humanos vai resolver a coisa. Nossa Constituição é muito melhor do que o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Ela dá muito mais eficácia aos direitos.

Acho que nossa briga é muito mais doméstica. O pacto serve para reclamarmos lá fora. Ele é um parâmetro. Sempre temos de levar em consideração que a jurisdição internacional é subsidiária. O problema é conseguirmos que, num Município pequeno, a escola, a Polícia e o hospital funcionem bem.

Quer dizer, creio que não temos de achar que, no momento em que o Direito Internacional passa a fazer parte do nosso sistema jurídico, os problemas serão solucionados.

A outra questão é o abandono das políticas públicas de segurança de perspectiva social, o abandono da perspectiva da reformulação do Direito Penal.

Não gosto de chamar de Direito Penal mínimo - falei isso várias vezes ao ex-Ministro José Carlos Dias -, mas de Direito Penal eficiente. Quer dizer, é um Direito que não busca punir por pequenas coisas, mas concentrar sua atenção em grandes coisas.

Parece-me que foi formulado um relatório final de reforma do Código e da legislação. Esse relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Agora, o que gostaria de afirmar é o seguinte: há clivagens também dentro do Governo.

Acho que há uma lógica. O Senador Antonio Carlos Magalhães ontem falou: "Vamos pôr o Exército na rua". Esta é uma fala distinta da do Presidente, que diz: "Vamos ter o Direito Penal máximo". Quer dizer, em graduação, é diferente da fala do Ministro José Gregori, como provavelmente é diferente da fala de outras pessoas.

O que temos de ver é de que forma aproveitar o discurso e a ação dos que estão numa posição que julgamos mais importante contra aqueles que julgamos que estão numa posição inadequada.

Acho que realmente é muito importante retomarmos essa posição de que se conceba uma reforma penal eficaz, garantidora dos direitos e que dê instrumentos de eficiência ao combate à criminalidade.

Portanto, estou simplesmente reforçando o que V.Sa. falou.

No que se refere à fala da Dra. Miriam Marrone sobre a questão das polícias, quero dizer também que há um Plano Nacional de Segurança feito com a colaboração do Núcleo de Estudos da Violência, das polícias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, da CNBB, da OAB, do Movimento Viva Rio, enfim, de um grande número de ONGs que estavam envolvidas nisso e que basicamente busca fazer com que os princípios que a senhora mencionou, os princípios da transparência, dos direitos humanos, do controle, da descentralização, do comunitarismo, passem a ser estabelecidos pela sociedade.

Esse também é um plano que foi constituído com o Governo e, até onde eu sei, esse é um plano do Governo.

Ontem, quando eu vi num jornal todas as afirmações apresentadas pelo Ministro José Gregori, verifiquei que, basicamente, todos aqueles pontos derivam desse plano em que até

o ex-Senador José Paulo Bisol e um dos policiais da Brigada colaboraram. A meu ver, temos de ter um olhar de qual estratégia será mais eficaz, muito embora todos nós nos encontremos num momento de grande preocupação para saber se esses pontos avançarão ou não. Mas eu acho que a coisa não é tão monolítica assim. Com relação a outras coisas que foram faladas, que há um marco legal, concordo muito com o que falou a minha amiga de Goiás. No que diz respeito à última pergunta, que é o que fazer, se eu soubesse, acho que mereceria ganhar o Prêmio Nobel do Direito, que não existe. Mas o que fazer para que o Poder Público cumpra as próprias leis? Essa é uma discussão em que, embora eu não saiba responder, vou dar o meu palpite, já que pagaram a passagem para eu vir até aqui. O Estado faz leis buscando, às vezes, um sentido. Ele acha que aquela lei é boa mesmo. Às vezes, ele faz essa lei para se legitimar, contando que não se vai cumprir essa própria lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, é um modelo disso. A própria Constituição é um modelo disso. Ele diz: "Vamos fazer esse pacto". Os que estão aqui nos cobrando por causa disso ficam satisfeitos, mas não levam. Eles ganham, mas não levam. Acho que uma das fórmulas é o que o Ministério Público atualmente tem feito, é o que a sociedade tem demandado, ou seja, temos que ser mais ameaçadores do Poder. Um professor meu dizia: "O Brasil ameaça pouco as suas elites." Acho que temos de cobrar de uma forma muito mais clara do que cobrávamos antes. Se antes cobrávamos politicamente, acho que o Brasil está amadurecendo para cobrar judicialmente. Temos colocado o Judiciário nessa luta. Não é fácil. O Judiciário é resistente. O Ministério Público é resistente. Há ambigüidade do Ministério Público na área da criança e do adolescente. Ele é responsável pela maioria das prisões ilegais e é quem critica também a superlotação. Temos esse problema. Recentemente, conversava com um Procurador-Geral de um Estado que não vou mencionar, e ele me falou que a polícia só prendia laranja. Ele criticava muito a polícia. Eu falei: "Mas, Doutor, quantos promotores o senhor tem aqui no crime?" " Eu tenho cem promotores". "Quantos o senhor tem no crime organizado?" "Dois". "Então, quem o senhor quer prender? É laranja ou do crime organizado?" O fato é que as instituições brasileiras se estão voltando para o outro lado, e temos que deslocar. Isso só se faz com a ação da sociedade civil. Acho que esse é um ponto positivo do Brasil: a maturidade que a sociedade civil tem adquirido e a maturidade que algumas instituições públicas têm tido. Quer dizer, é utilizar a ambições públicas. O Ministério Público talvez seja o órgão mais ambicioso - há uma crítica pessoal aí -, mas a ambição do Ministério Público é uma checagem da ambição dos políticos. Temos de usar até as más qualidades das pessoas para que elas sejam um bom elemento de controle. Pelo menos é assim que Madison construiu a Constituição americana, que tem funcionado bem. Usa-se a ambição para controlar a ambição. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Com a palavra o Dr. Sérgio Adorno.

O SR. SÉRGIO ADORNO - Sr. Presidente, não me vou estender tendo em vista o adiantado da hora. Farei apenas dois breves comentários.

O primeiro deles refere-se a essa questão dos direitos econômicos e sociais. Evidentemente, é uma questão palpitante. Eu só lembraria que não é uma questão afeta a este fórum. Trata-se de uma questão muito ampla, que atravessa inúmeros segmentos da sociedade civil organizada.

Então, talvez este fosse o momento para se pensar também em como este fórum se articula com outros movimentos, com movimentos de mulheres, movimentos de defesa de outros direitos da cidadania que também têm amplas implicações com a problemática dos direitos humanos.

Acho que, se não houver uma rede densa, essa questão vai permanecer ainda na pauta de discussão e avançaremos muito pouco além do que gostaríamos de avançar.

Quero também aproveitar a oportunidade para lembrar que hoje à tarde, no grupo de trabalho que vai discutir a atualização do Plano Nacional de Direitos Humanos, os direitos

econômicos e sociais estarão na pauta.

Então, às pessoas que tenham interesse em participar dessa discussão, que tenham contribuições a dar, que tenham críticas a fazer, sugiro que compareçam, para que possamos reunir de fato um material substantivo que nos permita fazer um documento que seja o mais preciso e contundente possível e imaginável.

Quero dizer também que estou totalmente de acordo com a tradicional dicotomia do Brasil, do Brasil legal e do Brasil real.

Sabemos que isso não é um problema atual, mas um problema de longa data.

Lamentavelmente, os nossos governos democráticos não têm conseguido, ao que parece, transpor essa divisão.

Portanto, acho que temos de lutar para que essas leis sejam implementadas até, para que possamos explorar os seus limites.

E a esse respeito quero fazer um brevíssimo comentário sobre a legislação de crianças e adolescentes.

Concordo inteiramente com as afirmações a respeito de todas as limitações que foram mencionadas, mas quero chamar a atenção para um detalhe. Realizei recentemente, inclusive com o apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, uma atualização de uma pesquisa sobre a delinqüência juvenil em São Paulo e verifiquei que, no período que vai de 1993 a 1996, não estava aumentando a proporção de casos de internação.

Parece-me que, entre as medidas sócio-educativas, está havendo uma espécie de estabilização dessas medidas, porém está crescendo assustadoramente o número de casos arquivados ou remidos. O que significa? Número de casos arquivados é o número que, embora tenha sido objeto de atenção por parte da Justiça da Infância e da Adolescência, não tem desfecho, ou seja, ele é arquivado, e remido é quando a medida não é concretizada. A proporção é de quase um pouco mais de 50% dos casos.

Estou preocupado que essa alta proporção de casos arquivados ou remidos comprometa ainda mais a descrença na eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto é um instrumento que pode ter várias críticas, mas, de qualquer maneira, é um instrumento que resultou de uma ampla mobilização da sociedade, de uma ampla articulação de diferentes segmentos da sociedade civil organizada junto inclusive com organizações e órgãos estatais.

Acho que não podemos, em nome de quem quer que seja, jogar para frente essa experiência porque ainda não foi concretizada. E é justamente porque não foi concretizada que não podemos deixá-la para trás. Acho que devemos tomar essa questão e tentar colocá-la no debate, porque me parece que é extremamente importante.

Finalmente, o que fazer com a violência policial. De fato, é uma questão extremamente difícil. Mas acho que estamos fazendo, em parte, a questão certa, ou seja, estamos continuando a denunciar os casos, a exigir que o Poder Público apure a responsabilidade nesses casos.

Temos que refletir duramente sobre como mudar a polícia, como criar uma polícia compatível com o Estado democrático de Direito. Esse é o desafio. Qual é a polícia para a democracia?

Democracia não significa ausência de polícia, de forças, de controle, de proteção e segurança para a população. Agora, qual é o modelo de polícia compatível com o exercício democrático do poder?

Acho que esse é o empenho que temos de fazer do ponto de vista do debate dessa questão. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Eduardo Barbosa) - Muito obrigado, Dr. Sérgio Adorno. Entendo que os trabalhos até aqui realizados não só foram bem provocativos, mas nos colocaram em condições de estarmos desenvolvendo um trabalho bastante rico na segunda parte do seminário, que são os grupos.

Quero dizer que esses grupos estarão funcionando no Anexo II, das Comissões. Lá haverá as indicações de onde os grupos estarão reunidos em função da distribuição de temas.

Quanto ao almoço, informo que existe um restaurante self service no Anexo III.

Informo ainda que o filme que estava previsto para ser exibido nesta sala às 13h passará para às 13h30min. É um filme de curta duração, e as pessoas que tiverem interesse poderão assisti-lo.

No entanto, esperamos iniciar os trabalhos dos grupos às 14h.

Muito obrigado.
Está encerrada a reunião.

REABERTURA

26/05/2000

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vamos dar início aos trabalhos da tarde de hoje, que tem como ponto fundamental a apresentação das moções, o debate final desta Conferência, a apresentação dos relatórios dos grupos e a votação das resoluções da 5ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Registramos a presença nesta Conferência da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, comissão esta criada em dezembro de 1999, durante o Curso de Formação de Soldados, 1999/2000, que tem por objetivo apurar denúncias externas e internas relacionadas à violação de direitos humanos, tanto na esfera civil, quanto na militar, bem como promover a conscientização do policial militar na conduta relativa à preservação dos direitos humanos.

Ratifica a nova visão da Polícia Militar do Distrito Federal as mudanças de paradigmas em relação aos direitos e garantias dos seres humanos.

Queremos aproveitar este registro para convidar alguns dos integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal para compor a Mesa conosco.

Convido a Sra. Suzana Lisboa, representante da Comissão Nacional dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, para fazer parte da Mesa.

DEBATES

Vamos encaminhar o debate da seguinte maneira: conforme nosso cronograma, temos, a princípio, a previsão de que até às 15h, portanto, dentro de 45 minutos, mais ou menos, já teremos todos os relatórios dos grupos distribuídos na plenária, entregues para a Mesa e distribuídos com cópia na plenária para todos os participantes da Conferência. Os Relatores estão, neste momento, fechando os relatórios dos grupos e, dentro de alguns minutos, teremos acesso a esse material.

Até às 15h aproveitaremos o tempo para intervenções livres em plenário dos participantes da Conferência que tenham proposições a apresentar ou comentários que consideram relevantes neste momento e teremos a apreciação das moções de apoio ou moções de repúdio. Temos várias delas aqui na mesa.

A Mesa irá encaminhar da seguinte forma: abriremos um espaço inicial de inscrições livres no plenário para as pessoas que desejarem levantar temas relevantes ou fazer comentários antes da apreciação dos relatórios dos grupos. Pode ser assim? Alguém sugere um outro encaminhamento?

Pelo princípio da aparência imediata, a Mesa considera aprovado o encaminhamento.

Vamos abrir inscrições livres em plenário. Por favor, quem desejar fazer uso da palavra é só levantar o braço. Só vamos solicitar que as pessoas falem por três minutos. Solicito um microfone sem fio, por favor. A Mesa procurará ser rigorosa com o tempo de três minutos para exposição, para que mais pessoas possam manifestar-se.

Vou anotar os nomes dos inscritos, por favor: Selma, Robson, Tenente Antônio, Cláudio, Suzana, Raudrim. Mais alguém? Nome, por favor. Terezinha. Mais alguém? Já temos o microfone? Selma, por favor. Depois o Robson, por três minutos. Suzana, assumo aqui, por favor.

A SRA. SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEIÇÃO - Boa tarde a todos. Deputado, preciso da sua presença porque o assunto é direcionado a V.Exa. Hoje falo como Presidente da Comissão Cultural da Sociedade Internacional de Vitimologia, que vem, desde 1984, se difundindo no Brasil e tem 103 membros. Trata-se de um estudo multidisciplinar da vítima e não só do criminoso. Queremos usar esses três minutos para fazer a entrega a V.Exa. da última obra da Sociedade de Vitimologia, na qual V.Exa. é citado, "O Labirinto", "Minotauro" e o "Fio de Ariadne", além de "Mito", que foi mimeografado. Deu um pouco de trabalho para localizar, mas estamos passando para todos.

Hoje recebi um telefonema informando que nessa obra está sendo discutido o isolamento social, conforme a sua fala: "Para Marcos Rolim, ela representa um marco em que as sociedades contemporâneas preservam suas pretensões, mas acabar com o controle de dominação..."

Está ocorrendo um seminário, no Canadá, neste momento, exatamente, 15h, horário do Brasil, em que está sendo discutido este assunto. Passo-lhe às mãos esta obra da Sociedade Internacional de Vitimologia, com o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado.

A SRA. SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEIÇÃO - O outro carinho vem de como traduzir toda Copacabana, o Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar, já que sou a mentora, já que sou neta de Uruguaiana, sou da fronteira também, mas tenho o meu pedacinho do Pão de Açúcar. Então, a artista plástica Arminda Crispilo, que desenvolve um trabalho de vitimologia e faz exposições itinerantes sobre a vítima, mandou um quadro feito especialmente para V.Exa., com a nossa tradução do Pão de Açúcar, do Rio de Janeiro. São os momentos mais descontraídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Muito obrigado.

A SRA. SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEIÇÃO - Gostaria que os senhores, depois, quando forem apresentadas as moções, procurassem verificar o trabalho da Coligação dos Policiais Cívicos do Rio de Janeiro, da qual tenho a honra de ser madrinha. Também sou Comandante Honorária da Polícia Militar. Quer dizer, consigo ocupar o pilar de conciliadora das duas Polícias, mas há um trabalho da Coligação da Polícia Civil do qual fazem parte mais ou menos dezessete apresentações de propostas para que se possa chegar a esse consenso.

Pessoalmente, não defendo a unificação. Sou contra. Sou a favor de uma integração, como é no Conselho Comunitário, porque primeiro temos de saber de que tipo de polícia temos de tratar, que direitos humanos são, não só nossos, do cidadão, mas também dos policiais.

Acho muito importante que se discuta a Polícia, a metodologia e a filosofia. E que não se caminhe para aquele discurso, aquela oratória vazia de governantes e poder constituído em direito oficial, que muitas vezes leva exatamente para esse esvaziamento da democracia e da cidadania. Discutem, mas na prática não ouvem a sociedade civil. E o Governo vem e diz "vamos nos unificar", sem qualquer planejamento, sem qualquer estudo, sem qualquer caminho, diretriz ou metodologia, sem sequer se saber dentro desse projeto quais são suas hipóteses, quais são as questões a investigar.

Há um trabalho da Coligação da Polícia Civil, está com a Comissão de Direitos Humanos, foi entregue também ao Ministro da Justiça, à Secretária Nacional de Justiça, no qual realçamos o papel do que temos de discutir.

Vamos acabar com essa história de que todos os males da violência do mundo, todos os assassinatos, os assaltos que aconteceram hoje pela manhã em frente à minha residência em Copacabana, tudo isso se deve a uma ação, quer dizer, ao contrário da polícia, como Polícia Civil, como Polícia Militar e muito mais até na síndrome do que eu chamo, como a Ana dizia, da banalidade do mal. Tudo é Polícia Militar. Como é no Direito: tudo é erro médico. Temos de acabar com essas síndromes e trabalhar melhor com posições concretas. Este é o apelo que faço para nós, que somos militantes e cultores dos direitos humanos e queremos algo efetivo e prático. Vamos acabar com as ceroulas das capitâneas hereditárias, das oratórias vazias.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. ROBSON - Boa tarde. Sou pastor evangélico em Brasília, não represento nenhuma Organização Não-Governamental ou governamental, porém, tenho um interesse muito grande pela questão dos direitos humanos.

Como qualquer cidadão, vejo o que acontece, não gosto do que vejo, leio os jornais e sinto um incômodo muito grande. Em especial, há um ponto que gostaria de trazer à Casa, que é a corrupção.

No meu entender, a corrupção é o mal que está causando a violação dos direitos humanos em diversos aspectos. Ou seja, podemos ter consciência até mesmo de que os direitos humanos são importantes na nossa sociedade, porém, há uma sangria de dinheiro que não permite que os recursos cheguem àqueles mais pobres ou desfavorecidos, fazendo com que se vejam forçados a voltar para a criminalidade, a prostituição e o trabalho forçado de crianças que não recebem educação, estão fora da escola. De uma certa forma, a corrupção é que está incrementando a violação dos direitos humanos no Brasil.

Dentro desse parâmetro, duas coisas favorecem ainda mais a proliferação da corrupção.

São elas: em primeiro lugar, a impunidade. Creio que as pessoas acham que têm algo a lucrar com a corrupção, ou têm medo de denunciá-la. E essa impunidade favorece o crescimento da corrupção no País. Precisamos dar um basta nessa situação.

Em segundo lugar, acho que está a incompetência administrativa. Vemos pessoas que não têm a menor capacidade para administrar em órgãos do Governo ou em outros setores da sociedade brasileira. Por exemplo, há documentos que somem no Ministério Público, coisas que desaparecem de repente. Muitos dos atuais Prefeitos e outras pessoas que estão trabalhando, que deveriam ter capacidade para exercer esse trabalho não a têm, e isso ajuda a corromper.

Para finalizar, creio que a corrupção é uma questão nacional. Não somente os grandes se corrompem, mas o povo brasileiro como um todo. Precisamos atacar desde o início esse mal dentro das escolas, na educação dada às crianças, ensinando os nossos filhos, as nossas crianças a serem honestas.

Boa tarde e obrigado.

A SR. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Tenente Antônio.

O SR. ANTÔNIO CASADO DE FARIAS NETO - Boa tarde. Sou o Tenente Antônio Casado, da Comissão Central de Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de Alagoas. Antes de tecermos comentários acerca de alguns assuntos importantes para esta Conferência, queremos apresentar a Comissão Central de Direitos Humanos.

Os direitos humanos na Polícia Militar de Alagoas começaram com cursos para oficiais e praças, a partir de 1996, em convênio com a Anistia Internacional e outras entidades de defesa dos direitos humanos em Alagoas, tais como o Fórum Permanente contra a Violência.

Em 1997, após o segundo curso de direitos humanos, que foi realizado de uma forma mais abrangente, fora o curso de aperfeiçoamento de oficiais e o curso superior de polícia, este é o curso que exige, para aprovação do aluno, que ele faça uma monografia.

Foi criada também a Comissão Central de Direitos Humanos, que modificou a forma de agir e de pensar da ação da Polícia Militar em alguns aspectos. Um exemplo é a reintegração de posse: como ela era vista antes e como é vista hoje pela Polícia Militar.

Em parceria com o Tribunal de Justiça, a Corregedoria da Justiça baixou um provimento em que determinou que a execução de reintegração de posse é tarefa exclusiva da Comissão Central de Direitos Humanos.

Como resultado dessa medida e com o apoio do Conselho Estadual de Direitos Humanos, da Secretaria de Reforma Agrária do Estado - inclusive contamos com a presença entre nós do Sr. Secretário de Reforma Agrária, Prof. Geraldo Magela -, conseguimos, desde o ano passado até o final do primeiro trimestre, concluir 144 reintegrações de posse sem uso da força. Uma coisa completamente diferente.

Fizemos também uma analogia sobre o que é fazer o trabalho de polícia sob a ótica dos direitos humanos. Há necessidade de isso ser feito e há como fazê-lo. Há luz no fim do túnel. Muitas vezes, - e estão presentes representantes da Polícia Militar do Distrito Federal e de outras polícias militares - as pessoas que ocupam a tribuna fazem certas observações que nos deixam um pouco assim... No começo desta reunião o Deputado disse que nos deixaria à vontade, para que ficássemos à vontade. Estamos à vontade porque convivemos muito bem, somos parte da sociedade, somos cidadãos. Mas muitas vezes, quando apontamos o dedo para o policial militar, esquecemo-nos de que o policial militar também é um trabalhador, também é um pai de família, também faz parte desse contexto chamado sociedade.

Ao encararmos o cidadão policial militar, devemos encará-lo também como a pessoa que comete crimes, como abuso de autoridade e violação de direitos humanos. Mas deveríamos dar mais a eles, ao invés de chamarmos a instituição policial militar. Deveríamos dar menos aos policiais que são bandidos. Não temos os nomes? Quando lemos no jornal sobre bandidos, nós sabemos: "Fulano de Tal assaltou o banco".

Costumamos dizer também algo muito interessante: existe uma classe que é diferenciada de todas as outras. Não existe, ao que eu saiba, a classe dos ex-professores. Não existe a classe dos ex-Deputados, por incrível que pareça. Não existe a classe do ex-jornalista, do ex-qualquer coisa. Mas existe a classe do ex-PM. Então, quando abrimos o jornal, vemos: "ex-PM assalta banco". Quando se faz essa descrição, não se visualiza aquele cidadão que foi um dia policial militar, nem individualmente aquela pessoa que cometeu o crime. O que se visualiza é a instituição policial militar.

Temos falhas. Com certeza. E a prova de que queremos mudar, a prova de que queremos fazer a coisa de forma diferente, que queremos servir e proteger a sociedade está aqui. Estamos aqui. Estamos ouvindo as pessoas dizerem que existe tortura; estamos ouvindo as pessoas dizerem que existe o desvio de conduta nas corporações policiais militares.

Ouvimos, aceitamos e queremos corrigir. Não queremos pura e simplesmente ouvir.

Não posso falar por outra instituição, mas posso falar pela Polícia Militar, e ainda mais diretamente pela Polícia Militar do meu Estado de Alagoas. Aliás, quando se fala Alagoas as pessoas ficam dizendo: "Puxa, é um Estado emblemático." Isso não é verdade. Alagoas é um Estado de gente muito boa, de um povo pacífico. Alagoas é um Estado em que as pessoas são como todos nós. Quando dizemos isso é no sentido de querer acertar.

Queremos caminhar com a sociedade, aceitamos o controle da sociedade, aceitamos o fato de que podemos trabalhar em conjunto com a sociedade. Aceitamos essa situação e

estamos procurando nos corrigir.

É óbvio que uma instituição centenária como a nossa não muda da noite para o dia. E dizer aqui ou no Congresso Nacional que a unificação, a extinção e a desmilitarização vão acabar com os problemas que a Polícia Militar tem é engodo. Sabemos que isso não vai acontecer. Deseja acabar com os problemas de segurança pública? Vamos falar com as pessoas que lidam com o social, vamos dar emprego para as pessoas, vamos pedir aos Prefeitos que coloquem iluminação nas cidades, vamos pedir que o Secretário de Educação coloque as escolas para funcionar e que os Secretários de Ação Social e os Secretários do Trabalho promovam a geração de renda. Assim vamos acabar com a violência.

É mais fácil trabalharmos a Polícia Militar. É mais fácil vermos a questão como uma questão policial, porque ela está ali, é a primeira a chegar. A instituição é a primeira a chegar. É a radiopatrulha que é chamada. Setenta por cento das ocorrências que os policiais militares atendem são sociais. Por quê? Porque a Secretaria de Saúde não tem ambulância, mas tem radiopatrulha na rua sem combustível, quebrada, com pneu furado, mas está na rua para atender à sociedade, atender a nós mesmos, atender a todo cidadão. Será que uma instituição como essa não precisa ser vista de uma forma diferenciada? Será que ela também não poderia ter sido incluída naquele grupo de minorias? Talvez. Há muito que falar da Polícia Militar e pouco para se ouvir o que ela tem a dizer.

Senhores, somos uma instituição que quer acertar. Podemos dizer que os policiais militares de hoje querem acertar. Se os do passado não quiseram, é algo que estamos estudando e queremos melhorar. Queremos trabalhar juntamente com toda a sociedade. Não existe uma sociedade militar, existe a sociedade política, a sociedade civil. O que existe é a sociedade como um todo.

Estamos encaminhando para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados uma fita que mostra o trabalho da Comissão Central de Direitos Humanos da Polícia Militar de Alagoas. As pessoas que quiserem receber cópias das fitas que mostram o trabalho que estamos executando procurem a Comissão Central de Direitos Humanos da Polícia Militar de Alagoas e providenciaremos essas cópias.

Muito obrigado por esse espaço que nos foi concedido. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Sr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO DOMINGOS IOVANOITCHI - Boa tarde a todos. Estou aqui representando o povo cigano.

Já no ano de 1996, quando da criação desse Plano Nacional de Direitos Humanos, enviamos duas propostas, mas elas foram misteriosamente excluídas, coisa para a qual não temos resposta até o momento.

Infelizmente parece que o povo cigano é apenas um sonho para todos. Pior: um sonho ruim. Nossa cultura é usada para assustar as crianças, como o boitatá, como o saci-pererê e como a cigana que rouba crianças. Também temos nossas formas de assustar nossos ciganinhos. Isso tudo é lenda, mas essa lenda nos atrapalha no acesso à cidadania, porque, infelizmente, todo cartorário acha que toda cigana rouba criança.

Esse preconceito vem desde quando somos crianças. E tentam nos posicionar geograficamente no tempo e no espaço: em que dia nasceu e em que cidade nasceu este cigano. Para nós a relação tempo/espaço não existe. Onde estamos? Que horas são? Não interessa. Isso é próprio da nossa cultura. Infelizmente o cigano não sabe em que dia nasceu seu filho, porque nasceu dentro da barraca, enfim, com uma parteira cigana. Diante disso nos fecham geograficamente. Que cidade, que rua, que número, que CEP, que Estado, mas esse Estado é mais para lá, enfim. E aí o nosso ciganinho de oito, dez anos hoje já está com mais de setenta anos e sem acesso a um documento básico. É essa nossa luta: estamos lutando para sermos reconhecidos como seres humanos. Não queremos que da nossa carteira de identidade conste "cigano". Em absoluto. Acima de cigano, brasileiro. É para isso que estamos lutando.

E, num segundo momento, essa exclusão do Plano Nacional de Direitos Humanos. Agora reiteramos novas propostas. Se antes eram duas, agora são cinco. Espero que toda a sociedade civil nos apóie. Fizemos uma dança em homenagem a todos. Essas são as únicas armas que temos: a dança, a música e a alegria de viver.

O preconceito é gerado nas escolas, onde somos usados como exemplo. Numa aula de geografia, na minha cidade, o professor nos usa como exemplo de nomadismo. O que são nômades? O povo cigano, que chega na cidade, lesa as pessoas e vai embora. Esse o exemplo dado nas escolas. Essa ignorância gera o medo e a discriminação. Qual a solução

para isso? Informação. Existe a FUNAI e a Fundação Palmares. Se elas funcionam ou não é uma outra questão, mas são órgãos do Governo que cuidam dessas populações, dessas sociedades. Ao passo que nós, ciganos, não temos nada. Absolutamente nada. Somos completamente invisíveis. A pior discriminação que um povo pode infligir a outro é a invisibilidade. E foi isso o que nós ganhamos.

Estamos usando a lei. Usamos a Lei Rouanet, que é uma lei de apoio às artes e à própria cultura. Aprovamos o nosso projeto na Lei Rouanet a duras penas, porque tínhamos de ter CEP, registro geral, CPF, enfim, tudo que é rótulo que o Governo exige. Tivemos de nos desaculturar ao máximo, na visão do cigano, para aprovarmos esse projeto.

Isso levará ao público de cinquenta cidades a informação sobre o povo cigano: as barracas, as músicas, as danças, para que venham conviver conosco, venham visitar as barracas, trazer suas crianças da pré-escola a 4ª série para que testemunhem isso tudo.

Nosso maior problema agora é a captação de recursos. Sei que não tem nada a ver com o assunto, mas, se não tivermos a possibilidade de captar recursos, não poderemos apresentar nada, nem informar coisa nenhuma.

A iniciativa privada, os bancos privados que abatem despesas no seu Imposto de Renda, enfim, ninguém vai querer vincular a imagem da cigana que rouba galinha, roupa de varal e outras coisas mais à sua imagem.

O que nos restou foram as estatais federais, que pagam impostos e não nos podem discriminar, porque seria o caos. Essa discriminação nós aceitamos até um certo ponto. Agora, se o Governo brasileiro nos discriminar, será o caos. Espero que tenhamos apoio nesse projeto, que já foi encaminhado. Não estamos pedindo nada para ninguém, apenas o reconhecimento das leis que já foram criadas, para que também tenhamos acesso a essa informação ao público brasileiro.

Muito obrigado por terem nos ouvido.

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Sr. Raudrim.

O SR. RAUDRIM DE LIMA SILVA - Boa tarde a todos. Represento aqui no Brasil a Fundação Esperança, com sede em Austin, Texas, EUA.

Inicialmente, quero falar para todos os representantes das entidades aqui presentes sobre uma matéria divulgada no Jornal Nacional, referente às doações que a Fundação Esperança, no Texas, enviou para o Estado de Alagoas, para dez entidades que atendem criança e adolescente, meninos de rua e duas tribos indígenas lá de Joaquim Gomes.

Há cerca de dez meses, nós enviamos essa carga de Austin até o Porto de Salvador, para ser remetida para Maceió. Há dez meses essa carga de roupas, brinquedos, eletrodomésticos, material hospitalar está presa no Porto de Salvador, graças à burocracia do Governo brasileiro. Pedimos a todas as entidades presentes que, se possível, mandem uma correspondência ao Presidente da República repudiando esse tipo de coisa. E pedimos às entidades ligadas à infância e a adolescência, à questão social, que se organizem para acabar com a burocracia nos Ministérios, na Receita Federal.

Somos um país de Terceiro Mundo. Trabalhamos com a criança e o adolescente, que são o nosso futuro. Se não os tratarmos com dignidade, o que será do Brasil? Pessoas comuns trabalham como voluntários nessas entidades, conseguem ajuda internacional, da solidariedade internacional, e depois acontece esse tipo de coisa. Nesse sentido, peço a ajuda de todos. Estou à disposição também das entidades ligadas à infância e à adolescência para encaminharmos para Austin, Texas, projetos que tragam dignidade à criança e ao adolescente, projetos que não transformem operários em pobres, mas que tragam dignidade na área de informática e outras mais.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Tem a palavra a Sra. Teresinha.

A SRA. TERESINHA - Boa tarde a todos.

O tema que vou abordar é uma luta que pode ser (ininteligível.), mas é a luta da paridade entre homens e mulheres. Sabemos que falar em democracia é fácil, mas para que ela exista tem de existir respeito à população, formada por homens e por mulheres. Um exemplo é o que vemos em todos os eventos que vamos, até os mais democráticos, como este: a Mesa é composta essencialmente por homens. Aqui havia uma mulher, se não me engano. Quero levantar essa preocupação porque este é o nosso cotidiano. Em muitos lugares é essa a realidade. Nossas vitrines representam o que as mulheres estão vivendo na vida real, inclusive na relação dentro de casa, no casamento ou na vida em comum com um homem, o que torna a vida das mulheres muito difícil.

Isso também acontece na área do trabalho. Tenho aqui a Folha de S.Paulo, de quinta-feira, que informa que a renda de mulheres é 67% da masculina., conforme pesquisa do IBGE nas Capitais, onde a realidade não é a mesma do interior do nosso País; a diferença nas áreas mais pobres é muito maior.

Segundo estudo cuja origem não posso afirmar bem, mas em que há dados como os da Organização Internacional do Trabalho, embora muitos digam que as mulheres estão avançando, se elas continuarem avançando no ritmo que estão atualmente só daqui a 400 anos terão direito igual na área do trabalho, sendo que na área política estamos ainda mais atrasadas.

Temos notícia de que na França existe um avanço de forma afirmativa: as listas eleitorais, discutidas dentro dos partidos, são agora paritárias. O que acontece é que os plenários, nos legislativos da França, têm a tendência também de ser paritários. Mas essa mesma afirmativa tem uma grande resistência. Quando falamos, por exemplo, que somos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, as pessoas perguntam com ironia: E o conselho dos homens?

Quero trazer uma figura para que todos vocês sejam adeptos da luta para corrigir injustiças históricas, culturais e atuais. Precisamos de uma série de afirmativas como a que aconteceu na França. São necessários os conselhos de direitos das mulheres, as delegacias que atendam os grupos vulneráveis, que são as crianças e as mulheres, inclusive as pessoas de cor.

Vou trazer uma figura da minha infância, e como professora. Ao organizar uma corrida, colocamos um ponto de saída e um de chegada. Quando os participantes estão atrás da linha de saída, analisamos se todos têm condições iguais; se há alguma criança menor e mais fraca, mandamos dar uma luz com alguns passos na frente, para que ela tenha condição de lutar com a igualdade de todos.

É isso o que as mulheres precisam: da força dos nossos filhos, dos nossos maridos, dos nossos pais, de todos os homens para que consigamos tirar essa diferença. Enquanto isso não acontecer, falar em democracia não passa de discurso, porque metade da população estará atrapalhando a caminhada da outra.

Portanto, a luta por democracia passa por um convite a todos: abracem as causas afirmativas para que as mulheres possam, junto com os homens, caminhar no rumo de uma sociedade sustentável, com justiça social, com democracia participativa e tudo mais que faz ainda parte dos nossos sonhos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Couto, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Paraíba.

O SR. LUIZ COUTO - Apenas para uma comunicação. Em 1998, uma estudante de 20 anos desapareceu quando ia para uma convenção do PMDB. Três dias depois apareceu morta, e, no inquérito, as diligências levaram a acusação a um Deputado Estadual, apontado como o responsável pelo assassinato da jovem Márcia Barbosa.

O Tribunal de Justiça solicitou duas vezes à Assembléia licença para processar o Deputado, e a Assembléia, de forma (ininteligível.), na primeira negou; na segunda, a Polícia Civil arquivou o pedido, que sequer foi levado ao plenário.

No ano passado, também tivemos a situação do Dia Mundial dos Direitos Humanos em que estava presente representante do GAJOP, de Pernambuco, e lhe entregamos um dossiê, com toda a documentação, que foi encaminhada para a Corte Interamericana. E agora podemos dar a informação, passada pelo GAJOP: no início do mês, a Corte Interamericana de Direitos Humanos acatou o dossiê e já o analisou.

Já que a Assembléia Legislativa da Paraíba não quis dar o direito para que houvesse processo contra o Deputado, agora a Corte Interamericana está analisando toda a documentação, e esperamos que no Brasil seja acolhida, para pelo menos respeitar os direitos humanos.

Era o que gostaria de informar. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Tem a palavra o Sr. Perly.

O SR. PERLY CIPRIANO - Nessa época de Operação Condor, muita coisa deve ser revista e analisada. Estive aqui na 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, já falei sobre isso e acho que o tema continua atual.

Sou Perly Cipriano, fui preso político e Secretário da Justiça do Estado do Espírito Santo. Em 1994, na condição de Vereador e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da

Câmara de Vitória, prestei depoimento na comissão que tinha Humberto Espíndola, João Benedito, o companheiro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que aqui está, e um representante da OAB.

Esse depoimento sigiloso começou às 10 horas e às 14 horas a comissão em que prestei depoimento não tinha sequer recebido a transcrição das notas taquigráficas, mas o desembargador Geraldo Corrêa Lima tinha em mãos o rascunho do que eu havia dito. Portanto, uma ação criminosa, apossar-se de um depoimento que nem a comissão tinha ainda acesso.

O crime grave que eu cometi foi o seguinte: o Espírito Santo tem crime organizado e era necessário apurar todas as denúncias relatadas nos meios de comunicação e que constavam dos processos. Como já fui preso várias vezes, tenho de ter cuidado na maneira de fazer depoimento. Então, tive todos os cuidados, citei: isso aqui porque saiu no o jornal, saiu na televisão, saiu no rádio, está nos autos do processo. Fui processado e, para minha surpresa, durante o processo, esse desembargador anexou um dossiê que acompanhava minha vida durante 17 anos, não são 17 dias nem 17 meses - o último relato que eles fazem é de 25 de janeiro de 1995. Portanto, Fernando Henrique Cardoso já tinha assumido a Presidência da República.

Esse dossiê é muito detalhado; relata reuniões, até a reunião do Partido dos Trabalhadores de que participei; cita votações minhas. Tive uma surpresa: votei pela não punição da Erundina. Houve uma discussão no Partido dos Trabalhadores sobre punição ou não punição. Eu era contra punição e votei contra. Depois, se a punição devia ser grave ou menos grave. Eu era contra, então, absteve-me. Está relatado: "No dia tal, absteve-se da votação." E cita fatos de 17 anos atrás, que é muito tempo.

Fiz essa denúncia e o Deputado Gilney Viana, que hoje é Deputado Federal, mas era Deputado estadual naquela época, tomou as dores da questão e fez um ofício ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, aos Ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e ao Diretor da Polícia Federal, para saber a origem, a autoria e a responsabilidade desse dossiê. É claro que todos responderam que não tinham nada a ver com o assunto.

Nesse período, uma pessoa que era da P2 - aqui há muitas dessas Polícias Militares. Na realidade, é um órgão de informação que estranhamente está em todos os Estados, vigia todos os Governadores, sem exceção. Pessoalmente, penso que nenhum Governador sabe, não conhece nem vigia a P2, que controla tudo. Estou dizendo isso, mas pode haver exceção. A P2 é um Estado dentro do Estado e tem relações com o Exército, Marinha e outras entidades.

Portanto, essa pessoa serviu no P2, muito especialmente na Polícia do Espírito Santo. O Exército precisava de alguém muito competente e trouxe essa pessoa. Ela ficou 11 anos no Exército como P2; esteve infiltrado no CBA do Rio de Janeiro, no de São Paulo; esteve atuando em jornais, acompanhou a formação do PT. Segundo ele - é possível mesmo -, foi a São Paulo levar os documentos; participou de tudo.

Essa pessoa faz uma denúncia, porque quando o Exército não precisava mais dela, devolveu-a para a Polícia Militar, que ficou com a bomba na mão: o que fazer com um homem que durante 11 anos era considerado morto ou desaparecido?

Quando ele chega no quartel, quer a farda dele e a promoção. Era difícil explicar a situação para os soldados, sargentos, para qualquer um. Enrolaram-no por algum tempo e, depois, arranjaram alguns médicos - portanto a denúncia é grave - que lamentavelmente, sem muito critério, fizeram um laudo dizendo que ele tinha problemas mentais e, em função disso, afastaram-no como se tivesse doença mental.

Mas ele não tinha tão pouca inteligência assim. Esperou passar seis meses e voltou nos mesmos médicos, que deram um laudo sem sequer ouvi-lo ou fazer qualquer exame. Pediu aos médicos que o examinassem, e os médicos deram um laudo que dizia ser ele uma pessoa perfeita, que não tinha problema mental nenhum. O médico não sabia nem quem era aquela pessoa e deu o laudo. Assim, ele foi à imprensa e denunciou toda a situação, que era extremamente complicada. Tenho os jornais que trazem matérias detalhadas sobre o fato. Em seguida, um jornalista do Estado de S. Paulo, de nome Casado, foi ao Espírito Santo para fazer uma reportagem sobre esse dossiê. Pedi a ele que fosse conversar com esse P2, ou "araponga", ou "cachorro", ou qualquer outro nome que se queira dar, com o meu dossiê na mão. O jornalista foi lá e citou cinco dos relatos que ele havia produzido no Espírito Santo. Explicou que era P2 do Exército e atuava sediado em Niterói.

Esse desembargador - e é bom dizer - recentemente, no dia 24 de dezembro, data em que

as pessoas gostam muito de trabalhar, me condenou a um ano e seis meses por calúnia e difamação, por dizer que existe crime organizado e é preciso apurar o crime.

A Comissão está pedindo, desse mesmo desembargador, quebra de sigilo bancário, fiscal e tributário. Só para citar rapidamente, a Comissão está pedindo a quebra de sigilo bancário, fiscal e tributário de doze desembargadores do Espírito. Só para dizer que não é algo muito simples.

Quero deixar essa questão com o Deputado Marcos Rolim, porque vamos dizer que não existem essas informações. Aqui tem e é interessante. Como foi durante 17 anos, até os códigos foram sendo mudados. Há momentos em que se percebe que aperfeiçoaram o mecanismo de como registrar as informações.

Creio que isso é uma espécie de alerta para todos nós. Eles existem, estão por toda parte, mas não os vemos. Não teremos efetivamente uma democracia se não tivermos certo controle sobre essas pessoas que vigiam a nossa vida. É necessário haver órgão de informação, sou favorável a isso; mas é preciso ter um disciplinamento como em todos os países civilizados do mundo. O nosso País não pode ser assim, onde as pessoas têm as informações e sequer passam... Digo mais: se alguém fizer requerimento de habeas data, dificilmente receberá a informação.

Esse policial que está aqui - e eu conheço a pessoa -, disse que organizava o órgão de informação dentro da universidade. Fui à universidade para tentar pegar as informações, esses documentos, e, antes de tudo, disseram que tinham mandado para a Delegacia do MEC. Como tenho uma certa paciência, fui ao MEC, onde disseram que tinham mandado para o Exército, que rasgou os documentos e todas as informações obtidas no Espírito Santo, dentro das universidades, sem falar que houve professores que foram afastados, punidos retroativamente, baseados nessas informações.

Vou tirar uma cópia desse documento e deixar com o Deputado Marcos Rolim. Quero trazer essa denúncia porque é algo complicado em nossa vida, e não podemos fazer democracia sem ter os fatos limpos e transparentes. (Palmas.)

Quero fazer um último registro, quanto ao povo cigano. Na 1ª Conferência, não só fiz a defesa e a proposição de incluir essa questão, que não sei realmente se foi. Citei o lema dos ciganos, que é o povo mais internacionalista do mundo. Dizem: -"Minha terra é o Planeta, meu teto é o universo e a minha religião é a liberdade." Citei essa frase no Grupo em que estava. Por que não ficou registrada? Não sei, talvez tenha sido um equívoco.

A SRA. ISABEL - Tinha passado a minha inscrição. Resdvi voltar a me inscrever, para seguir baseada na fala do Perly, que foi preso político durante dez anos. Estamos revivendo a história da resposta oficial do Governo de que não existem arquivos políticos sobre a Operação Condor.

Não só existem e são usados ao bel-prazer - aconteceu assim no caso do Perly -, como também estão informatizados no programa chamado Infoseg. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul deu acesso aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Coordeno uma comissão naquele Estado que está organizando um acervo da luta contra a ditadura militar. O Governo deu-nos acesso a toda documentação existente nos órgãos policiais. Descobrimos lá um programa chamado Infoseg, que é um convênio feito com o Ministério da Justiça e os Estados, para criar um índice nacional de pessoas envolvidas em inquéritos. A base de dados de cada Estado, a base policial de cada Estado vai para dentro desse Infoseg.

Vinte Estados da Federação participam desse programa. Só quatro estão, por enquanto, disponibilizando a sua base de dados, porque tiveram ainda problemas de infra-estrutura. A Proseg, no Rio Grande do Sul, é quem está dando esse atendimento para os Estados. Gostaria de dizer-lhes que nesse Infoseg há mandados de prisão em aberto contra o Deputado Nilmário Miranda, Carlos Lamarca, Leonel Brizola e contra a maior parte dos presos políticos, mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. O grosso das informações vem do Estado de São Paulo. Não sei se o Deputado Renato Simões está aqui, mas vai gostar muito de saber que essas informações existem e estão nos arquivos policiais. Se o Gen. Cardoso não encontrou nada nos arquivos que consultou sobre a Operação Condor, poderá chamar-nos, porque, com certeza, vamos encontrar.

Ao mesmo tempo, gostaria também de trazer uma moção de repúdio dos familiares dos mortos e desaparecidos.

Moção de repúdio ao Ministro da Justiça

Na qualidade de familiares de mortos e desaparecidos políticos e militantes da luta em defesa dos Direitos Humanos, vimos manifestar nossa profunda insatisfação com a forma como foram tratadas as nossas solicitações pelo Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, tendo em vista que os temas que motivaram a marcação da audiência com o mesmo, a ampliação da Lei nº 9.140, de 1995, que reconheceu a morte dos desaparecidos políticos e abriu a possibilidade de investigação de outros casos, a abertura dos arquivos públicos e a continuação dos trabalhos da Comissão Especial, apenas o primeiro tema mereceu a apreciação do Ministro, através de projeto de lei que deixaria de restringir a apreciação de casos que tenham ocorrido até 15 de agosto de 1979 e reabriria o prazo para requerimento. O projeto de lei enviado não contempla todos os casos de morte ou desaparecimento ocorridos durante a ditadura militar, mantendo inalterada a questão relativa ao ônus da prova imposto pela Lei nº 9.140 aos familiares. O Governo reconhece que matou, mas nós é que temos que provar que matou.

Diante de tais circunstâncias, torna-se absolutamente imprescindível a abertura imediata dos arquivos da repressão política, das Forças Armadas e daqueles que estão em poder do Governo, Polícia Federal, SNI, P-2, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, os quais, supomos, estão agora na ABIN, o que só depende da vontade política do Presidente.

Entendemos que as justificativas que eventualmente vêm sendo dadas pelas autoridades governamentais, no sentido de que tais arquivos contêm documentos sigilosos, ou até que tais documentos inexistem, não encontram amparo no estado de democratização que se pretende dar ao Brasil e demais países do Cone Sul.

Com relação à continuação dos trabalhos da Comissão Especial criada pela Lei nº 9.140, o Sr. Ministro não explicitou qualquer iniciativa no que diz respeito à busca dos corpos dos mortos e desaparecidos e das circunstâncias em que tais mortes e desaparecimentos ocorreram, principal bandeira de luta dos familiares de várias entidades ligadas aos direitos humanos no plano interno e internacional.

Não obtivemos resposta para o atendimento às nossas mais antigas reivindicações: a busca dos corpos, as circunstâncias da morte, a punição dos responsáveis.

Reafirmamos nosso compromisso de permanecer lutando até que todos os casos de morte e desaparecimentos políticos sejam efetivamente esclarecidos, bem como sejam apuradas as circunstâncias em que tais fatos ocorreram, inclusive no que diz respeito aos agentes públicos envolvidos.

A busca dessa verdade histórica é indispensável para a construção da democracia para que o basta à tortura e aos massacres hoje cometidos contra os movimentos sociais ultrapassem a intenção, para que a impunidade dos crimes cometidos, em nome de uma tal segurança nacional, não se perpetuem e sirvam de incentivo a restaurações autoritárias. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Com a palavra o Subtenente Cadó

O SR. CADÓ - Boa tarde!

Sou o Subtenente Cadó, Secretário da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal, composta no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praça.

A Polícia Militar, hoje, dentro da evolução e do contexto, criou instrumentos para ser condescendente com o atual contexto. Uma das preocupações da Polícia Militar em relação ao futuro, já que o nosso passado é, como se sabe pelos comentários, um pouco negro, é incluir nos novos currículos as matérias de filosofia, sociologia e deontologia.

Achamos que essas disciplinas, que já fazem parte da grade curricular dos nossos futuros policiais militares, vêm ao encontro da evolução dos tempos e é uma preocupação do nosso Comandante-Geral fazer valer a questão dos direitos humanos, que é o que nos sustenta e é a razão da nossa crença. Como somos humanos, como disse o nosso amigo, precisamos desses direitos. E como "limitadores", entre aspas, desse direito participamos, efetivamente, desses direitos e estamos à mercê da comunidade, ora sendo elogiados, ora apenados.

Quero dizer que a Polícia Militar, através dos cursos de Direitos Humanos que está implementando em toda a Corporação, com a renovação da grade curricular, com certeza, num futuro bem próximo será objeto de louváveis elogios.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Como temos mais três inscritos, estou pedindo socorro aos organizadores para saber como é o andamento dos trabalhos, ou seja, se encerramos as inscrições para passarmos ao relatório dos grupos, que já estão prontos? Enquanto a Isabel fala, por favor, alguém me dê uma informação.

A SRA. ISABEL - Já que esta parte é de debate livre, preferi trazer um informe geral a esta Conferência sobre o andamento da Marcha Mundial de Mulheres Contra a Pobreza e a violência.

É uma temática que tem uma interface importante com a desta Conferência e trata de atividade organizada no mundo todo, iniciada em 1995 no Canadá. O Canadá é um dos países que tem a melhor qualidade de vida do mundo e as feministas canadenses, em função dos direitos das mulheres imigrantes e também da questão da legislação sobre salário desigual para trabalho igual, organizaram e propuseram para o mundo inteiro, em uma conferência internacional, a organização da Marcha Mundial Contra a Pobreza e a Violência.

No Brasil estamos trabalhando num coletivo nacional com a CUT, a OAB, a Central de Movimentos Populares, a CNBB, vários sindicatos nacionais - as mulheres Parlamentares também acompanham esse trabalho - e uma série de entidades feministas no sentido de expor mundialmente a situação em nosso País.

Queremos levantar a seriedade da ONU em fazer o debate sobre o combate à pobreza; queremos repautar a questão da Taxa Tobin, que todo mundo conhece. O economista James Tobin propôs aos países desenvolvidos uma taxa mundial sobre especulação financeira e a criação de um fundo de combate à miséria nos países subdesenvolvidos. Esse é um debate conseqüente que o mundo inteiro deve estar fazendo e também pautando a questão da devolução das riquezas roubadas dos países subdesenvolvidos.

Não se trata de uma marcha para pedir esmolas ao Primeiro Mundo, mas para exigir que se devolvam as riquezas levadas dos países subdesenvolvidos, dos países do Terceiro Mundo. A outra questão é o fenômeno do final do século XX e início do XXI: a violência. Fazer mundialmente um debate sobre a violência doméstica contra as mulheres e crianças trata-se de uma questão de estratégia para a construção de uma comunidade de paz e políticas de paz.

Estamos pautando esse debate no âmbito do Brasil. Vamos denunciar todos os atos de violência que estão ocorrendo nos Estados. Com mais de seiscentos comitês da Marcha Mundial de Mulheres Contra a Pobreza e a Violência, estamos denunciando a situação de miséria das mulheres brasileiras, que fazem parte dos 70% de miseráveis e de analfabetos existente no País. Vamos denunciar na ONU e propor também ao Governo que adote medidas de combate à pobreza e à violência, que promova a reforma agrária e crie frentes de emprego. E, na questão da violência, a massificação de valores que estruturam um outro tipo de conduta e não a cada dia mais a conduta de violência contra as mulheres, tratadas como mero objeto.

Estamos registrando esses assuntos nesta Conferência e convidamos todos a se engajarem nos comitês estaduais da Marcha Mundial 2000, na maioria coordenados pela CUT, pelas bancadas de mulheres do PT, do PC do B, do PDT e do PSB, pela Central de Movimentos Populares. A OAB também tem comissões de mulheres engajadas nesse trabalho.

É o apelo que fazemos. Achamos que essa é questão fundamental para o próximo período, ou seja, denunciar a situação de miséria e violência em que se encontram as mulheres brasileiras. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Companheiros, temos ainda cinco inscritos: Marlova Jovchelovitch Noletto, Zilfrank Antero de Araújo, Reverendo Romeu Olmar Klich, Cel. Roberto José Minozzi Nogueira, João Costa Batista. São 15h15min. O pessoal do Grupo 8 quer fazer seu relato, porque viajará às 16h. Portanto, solicito aos próximos inscritos, apesar de antes não ter cuidado do tempo, que se atenham aos três minutos que lhes são concedidos, para que não percamos o relatório dos grupos, com o esvaziamento do plenário.

Com a palavra a Sra. Marlova.

A SRA. MARLOVA JOVCHELOVITCH NOLETO - Boa tarde a todos. Sou Coordenadora de Projetos Transdisciplinares da UNESCO e do Programa da Cultura de Paz. Ontem e hoje, fui questionada por alguns grupos sobre aspectos do nosso Programa da Cultura de Paz. Perguntaram-me se achamos que justiça social não é um dos pontos essenciais do programa. Então, quero esclarecer que existem valores sagrados para a cultura de paz. Direitos humanos, justiça social, equidade, igualdade, tolerância e democracia são os pilares sobre os quais se assenta a cultura de paz. Acreditamos que não existirá nenhuma cultura de paz se não tivermos respeito por todos esses valores essenciais que listei. Na verdade, os seis pontos que estão no Manifesto 2000, escrito por vários ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, são aqueles em que cada ser humano, cada indivíduo se compromete, na sua cidade, na sua comunidade, na sua região, no seu país, a lutar pela cultura de paz. O texto do Manifesto 2000 está lá fora. Nós o estamos distribuindo desde o início da conferência. Aqueles que quiserem aderir ao movimento podem assinar o manifesto e deixá-lo com a Comissão de Direitos Humanos ou no estande da UNESCO. Também convido aqueles que ainda não conhecem o manifesto e os textos da Cultura de Paz a acessar o nosso site: www.unesco.org.br. Ou nos procurem em Brasília ou nos Estados em que temos escritório.

Como o nosso representante falou na noite de abertura, assim como construímos a guerra na mente dos homens, é também na mente dos homens que construímos a paz. Esse é um esforço de todos. E os valores essenciais da cultura de paz começam principalmente pelos direitos humanos e pela justiça social.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Sr. Zilfrank.

O SR. ZILFRANK ANTERO DE ARAÚJO - Boa tarde. Sou da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal. Gostaria de falar sobre dois pontos que consideramos importantes. O primeiro deles tiramos desta conferência, de tanto ouvirmos falar de Polícia Militar, de Polícia que tem a mentalidade de combater o inimigo, de Polícia hierarquizada, militarizada, como se isso fosse empecilho para a execução da atividade policial.

É importante diferenciarmos a Polícia que temos hoje daquela que tínhamos há 35 anos, usada pelas Forças Armadas como objeto repressor. A Polícia foi usada como vitrine, ou seja, fazia a linha de frente da repressão. Ainda hoje, muitos de nós guardam resquícios dessa Polícia que reprimiu, que bateu, que prendeu, que torturou, uma Polícia que ficou lá atrás. Aqueles coronéis, aqueles oficiais de 35 anos atrás já estão todos de pijama. A Polícia que temos hoje é diferente, tem uma visão e uma filosofia de trabalho diferentes e tem buscado melhorar. É uma Polícia pós-Constituição de 1988, que, nesses doze anos, enfrenta um conflito interno de identidade muito grande, porque tenta encontrar-se nesse meio, assim como a sociedade também enfrenta esse conflito, uma vez que não aprendeu a exercitar seus direitos democráticos.

Muitas vezes, a Polícia exacerba suas atribuições quando violenta os direitos do cidadão, assim como a sociedade também exacerba seu direito de manifestar e de reivindicar quando invade prédios públicos, quando saqueia caminhões com alimentos. E, nesse momento, aquela autoridade responsável em princípio, em tese, por tudo isso, guarda-se no seu gabinete e envia a tropa que tem, a Polícia Militar, disciplinada e obediente. A tropa vai. Dos confrontos, dos conflitos sempre sobram feridos de um lado e de outro. E o motivo principal que originou aquela situação, que seria a manifestação por alguma causa justa, naquele momento se perde, fica esquecida. E todas as atenções se voltam para a ação da Polícia Militar, que foi violenta, brutal, excessiva. Então, esquece-se do motivo daquela manifestação. Os manifestantes esquecem-se até do que estavam reivindicando, e fica uma briga da Polícia Militar com os manifestantes e a imprensa, enquanto o governante, o responsável, aquele que tinha que encontrar solução para o problema, fica bem protegido em seu gabinete.

Hoje somos outra Polícia. E não somos alienígenas, não viemos de outro planeta, não fomos importados. Somos oriundos da sociedade que aí está. Somos frutos dessa sociedade. Ouvimos, hoje pela manhã, numa palestra, uma delegada de Polícia. Ela já foi advogada e membro de associação de direitos humanos. Posteriormente, ela passou para a Polícia. Um

companheiro até riu e disse que ela teria passado para o outro lado. Do outro lado, não! Ela continua do mesmo lado, porque nós todos estamos do mesmo lado, temos o mesmo objetivo. O fato de todos estarmos aqui já é muito importante.

Outro ponto: uma das conclusões a que se chegou nesta conferência foi que toda violência e toda criminalidade tem uma causa: a desigualdade social. Esse é um problema com o qual a Polícia Militar não trabalha, mas trabalhamos com a consequência da desigualdade social. Ainda assim, ultrapassando as nossas competências constitucionais, trabalhamos evitando que o delito e a violência se iniciem. De que forma? Com a educação. Entendemos que o criminoso potencial, quando ainda jovem, precisa ser trabalhado no seu caráter, nos seus princípios e nos seus limites. Nossa sociedade tem-se esquecido disso. A principal instituição, a família, tem estado destruída, desagregada, e o jovem, desamparado pela própria família e pelo Estado. Esse é ponto que pode ser trabalhado. Já que a desigualdade social é algo muito mais trabalhoso, a educação dos nossos jovens pode ser feita.

Temos aqui representantes dos Municípios, dos Estados e da União. Propomos que se faça constar do currículo escolar, além da filosofia, da química e da matemática, o ensino da cidadania. Devemos ensinar nosso jovem a ter limites. Devemos formar seu caráter, para que ele, ao crescer, torne-se um adolescente com forte conceito do que é certo ou errado. A Bíblia é muito sábia, e nosso Deus é muito sábio quando diz: "Ensina a teu filho o caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele". Isso é muito sábio e profundo. Acho que esse é o caminho. Se ensinarmos aos nossos filhos o caminho em que devem andar, ainda quando forem velhos não se desviarão dele. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Estamos com um problema. Há ainda seis inscrições, e estamos atrasados em 25 minutos, de acordo com o programa inicial. Já deveríamos estar discutindo os relatórios. Esta Presidência gostaria, antes da discussão dos relatórios, que dois rápidos vídeos, cada um com mais ou menos oito minutos, pudessem ser mostrados ao Plenário. Um diz respeito à violência no Paraná; outro a técnicas utilizadas pela Polícia Militar de Alagoas, que oferece contrapartida àquilo que o vídeo do Paraná demonstra.

Como temos problema de tempo e grande parte das pessoas tem viagem marcada para a partir das 18h - inclusive iniciaremos os relatos pelo Grupo 6, porque deve viajar às 16h -, pergunto aos oradores inscritos se todos mantêm a inscrição. Estão inscritos: Romeu Olmar Klich, João Costa Batista, Darci Frigo, Cel. Roberto José Minozzi Nogueira e Gilney Viana. Todos mantêm a inscrição? (Pausa.)

Vamos ouvir o Reverendo Olmar.

A Mesa solicita que seja bastante breve nas considerações, para que possamos encaminhar os trabalhos.

O SR. ROMEU OLMAR KLICH - Minha manifestação não se trata de exposição, mas de proposta direcionada a esta V Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Nos momentos que antecederam à conferência, entidades que participaram do processo de organização do evento, avaliando um pouco a conjuntura nacional, alguns fatos recentes, entenderam necessário encaminhar carta ao Ministro da Justiça. D. Mauro Moreli, integrante de uma das entidades que participaram do processo de organização, a Ágora, elaborou a carta. Vou ler seu inteiro teor, e, ao final, resolveremos se a V Conferência Nacional adere ao manifesto.

Diz o texto:

Direitos Humanos nas ruas ou nas sarjetas?

Carta Aberta ao Ministro da Justiça.

Caro Ministro José Gregori,

Escreve-se quando se acredita em diálogo e se reconhece o interlocutor.

Juntos abrimos estradas para que a cidadania pudesse exercer o direito de ir e vir.

Juntos ocupamos ruas e praças para afirmar a soberania da Nação sobre o Estado e do homem sobre o sábado.

Afrontamos juntos a lei para proclamar que nada pode aprisionar a liberdade humana.

Juntos clamamos por um salário justo e um modelo de desenvolvimento que não humilhasse o Brasil e fizesse sofrer o seu povo.

Sempre juntos nos insurgimos contra a tortura, a negação criminoso da dignidade humana, o banimento e o exílio.

Ainda, juntos, acolhemos os proscritos e os banidos de outras terras.

Juntos sonhamos com uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana para fazer o Pacto Social, a base de uma sociedade democrática e, portanto, comprometida com a igualdade de direitos e de oportunidades para cada mulher e homem que habitam este país.

Caro Ministro, os jovens de hoje não estão mais sonhando. Isto é muito perigoso! Não tem futuro o país em que as crianças não brincam e os jovens não sonham.

Insônia e pesadelo transformam as nossas noites em agitação e não mais repouso.

Os direitos pelos quais lutamos e corremos riscos foram parar na sarjeta ou se escoaram pelos ralos?

Onde está a política que é arte de construir a comunidade? A Ética não encontra assento em nossas cabines de comando!

Vivemos em um país em que a economia reina e impera soberana e impiedosa. A economia brasileira foi atrelada a uma nave-mãe que anda à deriva no espaço, segundo seus próprios timoneiros confessaram.

Sinais alarmantes nos levam a temer os dias que estão pela frente. Clamávamos por justiça para quem trabalha, hoje se mendiga posto de trabalho. São milhões que estão chorando o desespero da não valia. Não apenas se chora por casa e comida, trabalho e escola, saúde e lazer. Nem a mão se estende implorando uma esmola, mas aberta para ser acolhida como gente. Chegou o tempo de se afirmar que é maldito o progresso que fere a natureza e descarta seres humanos e até continentes.

Onde chegamos, caro Ministro?

Não queremos e nem devemos esquecer que caminhamos e sonhamos junto. Mas, também, não podemos calar quando os arcos e as flechas de nossos indígenas não são mais respeitadas como símbolos de sua própria cidadania. Nem mais podem caminhar no chão que há mais de 40 mil anos lhes pertence.

Não é digno de nossa herança calar frente à satanização dos movimentos sociais, que forcem a abertura das comportas que aprisionam tanta riqueza e tanta energia.

A terra continua prisioneira da ganância e da especulação. A agricultura desvalorizada, quando nossa vocação agrícola significa mais vida para a humanidade e paz para o nosso povo.

A renda concentrada obriga-nos a conviver com um salário que não faz justiça a ninguém e violenta a própria Constituição do país. Por que todo o custo da salvação da economia sempre tem que ser pago pelos trabalhadores? Por que o funcionalismo público sofre o achatamento salarial enquanto que o primeiro escalão da República tem os seus ajustes e mordomias assegurados?

O que está escrito na história não pode ser apagado e nem esquecido. Que horror a Doutrina de Segurança Nacional, que se transformou na Lei com que escravizou a América Latina, foram saqueadas as nossas riquezas e os povos perseguidos como inimigos do Estado!

No limiar de um novo século o povo brasileiro é ainda ameaçado em sua dignidade e cidadania. Até quando, afinal, as leis e a burocracia impedirão o povo de ser gente de verdade? Até quando a República perseguirá os que não têm, não sabem e não são? Caro Ministro, sem justiça não há paz!

Sem casa, comida, educação, saúde, trabalho e lazer a democracia não passa de deboche e sarcasmo. A cidadania não é um conceito jurídico, mas vida com qualidade, dignidade e esperança.

Este manifesto não é contra o governo, mas a favor de nós mesmos. A Nação deve manifestar sua indignação perante a corrupção do Estado que não serve e cada vez mais se distancia do povo. A Nação deve fustigar os governantes que não lhe são fiéis.

Vamos caminhar juntos novamente?

D. Mauro Moreli. (Palmas.)

Creio que, com isso, a V Conferência adere a essa carta que será entregue ao Ministro da Justiça, Dr. José Gregori.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Concedo a palavra ao Cel. Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ MINOZZI NOGUEIRA - Boa tarde a todos. É bastante oportuno frisarmos que estamos aqui a fim de prestigiar o homem. O motivo principal de aqui estarmos é o desejo de impedir que se vilipendie qualquer pessoa. Se o permitirmos,

estaremos vilipendiando a humanidade. É importante seguirmos essa afirmação e concluirmos esse trabalho unindo-nos numa só direção.

No que diz respeito às Polícias Militares, passo a falar da não-violência.

Estamos falando de uma polícia facilitadora, uma polícia cidadã, uma polícia mediadora. Nós estamos falando em tempo real e hoje do policiamento comunitário.

E, quando falamos de policiamento comunitário, estamos, sem dúvida, tentando também privilegiar a educação, porque essa importante tarefa do Estado não foi cumprida.

arcos Rolim) - Muito obrigado, Profª Nancy Cardia. Agradeço a todo o dever do Estado e de todos. Isso reafirma o que, anteriormente, falei, no que diz respeito ao policiamento comunitário: é preciso haver interação entre a sociedade e o policial; é preciso que a população defina seus anseios e passe, de forma bastante presente, a participar dessa nova ação.

Às Polícias Militares cabe o policiamento ostensivo e o preventivo.

O inciso VII do art. 144 da Constituição de 1988, até hoje, não foi regulamentado. Assim, não é possível definir a tarefa real que a Polícia deve seguir. É importante que esta tenha uma filosofia e que a sociedade defina como deveremos traçar as nossas ações nas ruas, para que as nossas interferências não sejam entendidas de forma dúbia ou sejam as Polícias usadas em determinadas ocasiões. A nossa definição hoje é única, não tenho dúvidas. Temos problemas, sim, e queremos resolvê-los, mas junto com os senhores. Espero que nos consagremos hoje, criemos um momento ímpar na história do nosso País. Por mais que pareça desastroso o atual estado de segurança pública, temos que perceber por trás disso tudo um povo maravilhoso e prestigiá-lo da melhor forma possível. Deveremos nos conduzir no caminho certo. Que Deus nos ajude.

Boa tarde a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vou chamar o próximo inscrito, João Costa Batista.

A Mesa anuncia a todos os participantes que as camisetas da conferência estão em liquidação, por 6 reais. Conclamo todos a comprarem, porque boa parte das despesas da conferência estão na dependência dessa venda. Por favor.

Tem a palavra o Sr. João Costa Batista.

O SR. JOÃO COSTA BATISTA - Senhores, boa tarde. Sou militante de base e, geralmente, não uso a tribuna, principalmente num fórum dessa importância, o que me está deixando muito nervoso, preocupado e emocionado. Porém, não quero sair desta conferência sem externar duas provocações que me foram feitas. Em primeiro lugar, como cidadão, sinto-me no dever de expor meu voto de simpatia, de louvor e esperança nesse novo olhar da Polícia Militar. (Palmas.)

Em segundo lugar, como educador, faço um apelo aos militantes dos direitos humanos: que tenhamos muito cuidado quando formos expressar algumas palavras. Muito corriqueiro e ainda comum no nosso linguajar é, quando nos referimos a pessoas que estão maltratando outras, usarmos o termo "judiar". Isso quer dizer que só os judeus são capazes de fazer maldades.

Outra expressão que, infelizmente, ouvi hoje neste plenário, agora à tarde, foi "passado negro", referindo-se a limpar um passado sujo. Essa é uma das mais violentas formas de agressão a uma raça. (Palmas.) Gostaria de fazer esse apelo para que não usassem mais essas expressões nos seus cotidianos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado.

Tem a palavra Darci Frigo.

O SR. DARCI FRIGO - Faço um apelo bem breve em favor dos direitos humanos, econômicos, do direito à alimentação, ao acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, através da reforma agrária.

Na quarta-feira, em Brasília, foi lançada campanha nacional para acabarmos com o latifúndio no Brasil. Está sendo apresentada emenda à Constituição para estabelecer um módulo máximo para a propriedade rural, para o latifúndio. Não podemos ter mais no Brasil, daqui para a frente, nenhum latifúndio acima de 35 módulos, o que daria hoje uma área de terra muito grande - no Sul, ainda poderiam permanecer 700 hectares, e cerca de 3 mil e 500 hectares nas regiões no Norte do País.

Essa campanha será feita com a coleta de assinatura de Deputados para a emenda

constitucional na Câmara dos Deputados e também com coleta de assinatura de toda a população brasileira. Queremos colher mais de 1 milhão de assinaturas, se possível 2 ou 3 milhões, para que a proposta chegue com muita força ao Congresso Nacional e desatemos o nó perverso do latifúndio, que impede a sociedade brasileira de ter acesso a todos os direitos humanos e básicos e também para que os milhões de trabalhadores sem terra possam de fato viver em paz e com justiça no campo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Tem a palavra o último inscrito, o Deputado Gilney Viana.

O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA - Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, permita-me breve digressão antes de fazer a proposta. Primeiramente, nós assistimos agora ao desvendamento da Operação Condor e a afirmativa do Governo brasileiro de que os arquivos dos serviços secretos brasileiros não continham informações a respeito. Em verdade, continham informações, sim, tanto que a Folha do Estado, pesquisando os arquivos do Rio de Janeiro e de São Paulo originários do DOPS, encontrou documentos que relacionam os serviços de informação e secretos DOI/CODI e SISNI com aqueles correlatos dos países do Cone Sul. Pois bem, onde primeiro se descobriu a conexão concertada oficialmente foi exatamente nos arquivos secretos da Polícia do Paraguai. Passo a um segundo ponto. Há cerca de um ano, tivemos um fato internacional inusitado, que foi a prisão do ditador Pinochet pela Justiça da Inglaterra, a pedido de juiz espanhol. Isso suscitou nova interpretação dos direitos humanos na esfera internacional. Muitos de nós que estamos aqui, senão todos, ficamos muito contentes e esperançosos de que aqueles ditadores não tivessem trégua onde estivessem, especialmente pelos agravos e crimes aos direitos humanos.

O Brasil dá asilo político a um dos ditadores mais sanguinários da América Latina e que, durante dezenas de anos, se impôs e sacrificou seu povo, ou melhor, o povo daquele país. Não obstante esse rol desse ditador, ele vive num asilo de ouro no Brasil, sob a impunidade sagrada. Falo do Sr. Alfredo Stroessner. Em função disso, proponho, em meu nome, em nome do Grupo Tortura Nunca Mais e outros, que esta conferência aprove moção dirigida ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente do Congresso Nacional e ao Sr. Presidente do STF, para que seja cassado o asilo político ao ditador Alfredo Stroessner, em função não só das considerações políticas - não é o caso de fazê-las agora -, mas em função de ele ser conhecido e contumaz agressor dos direitos humanos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A propósito do que levanta o Deputado Gilney Viana, apenas algumas informações ao Plenário: nós, da Comissão de Direitos Humanos, realizamos audiência específica sobre a Operação Condor, em Brasília.

Colhemos depoimentos importantes e temos novas audiências marcadas. Amanhã, às 6h, viajo para Assunção do Paraguai. Ficaremos três dias no Paraguai, em contato com os arquivos do terror e discutindo com militantes dos direitos humanos de lá. Há agenda extensa já marcada para esses três dias.

Nossa idéia é, na volta do Paraguai, termos um conjunto de informações relevantes a respeito dos crimes praticados pelo Gen. Stroessner. Ele responde hoje a seis processos criminais no Paraguai e já foi condenado à revelia em um deles. As acusações contra ele vão desde casos gravíssimos de tortura, desaparecimento forçado, lesões corporais graves a homicídios. Com o dossiê a respeito dos crimes praticados pelo general em nossas mãos, solicitaremos, na semana que vem, audiência ao Presidente da República, para levar ao conhecimento de S.Exa. essas informações.

O Código Penal brasileiro, no seu art. 7º, II, "a", estabelece que os crimes praticados por estrangeiros fora do Brasil podem ser julgados no nosso País de acordo com as leis brasileiras, desde que haja tratado ou resolução internacional que obrigue o Brasil a reprimir esses crimes. Somos signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos, editada em 1969 e ratificada pelo Brasil em 1992. Além disso, há jurisprudência firmada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que resolveu, num caso específico, que o crime de desaparecimento forçado é crime continuado ou permanente. Enquanto não se encontrar o cadáver da vítima, o crime continua sendo praticado.

Essa é a razão e a base jurídica por que entendemos que o Gen. Stroessner, exilado no Brasil há mais de dez anos e morando hoje numa mansão no Lago Sul de Brasília, continua praticando o crime de desaparecimento forçado, o que, portanto, permite que ele seja

julgado pelas leis brasileiras.

Para que isso ocorra, temos de ter acusação formalizada contra a ele - talvez a tenhamos na semana que vem - e precisamos de um ato de vontade do Presidente da República revogando o asilo. Se houver a revogação de asilo, ele poderá ser julgado pelas leis brasileiras, e estamos muito empenhados nisso.

O Deputado Gilney tem toda a razão em abordar esse tema aqui, para que a conferência possa também legitimar essa decisão.

Vamos desfazer a Mesa para assistirmos a dois vídeos rápidos, aproximadamente de oito minutos cada um. O primeiro deles é sobre o Paraná. No mês passado, a Comissão de Direitos Humanos esteve duas vezes naquele Estado. Primeiramente, depois da repressão desencadeada sobre os sem-terra. Vou poupá-los da descrição, já que a maior parte das pessoas sabe o que aconteceu. Tivemos ali atos de repressão intoleráveis, muito violentos. Uma semana depois, voltamos ao Paraná para realizar audiência sobre a violência no Estado. Colhemos dezesseis depoimentos gravíssimos de vítimas dessa violência. A sessão foi filmada, e, assim, teremos condições de apresentar, oportunamente, relatório sobre o caso do Paraná. A nossa preocupação é que, se a situação continuar como está hoje, tenhamos mais atos de violência em breve - já temos informações de que os atos estão sendo preparados. O vídeo dá uma idéia da gravidade da situação. Queria que todos prestassem atenção.

Depois, vamos assistir a vídeo da Polícia Militar de Alagoas, a respeito de técnicas de como atuar para evitar violência em desocupações, em abordagens mediadas pela palavra. Por favor, acho que a fita está no ponto.

(Exibição de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Convido para fazer parte da Mesa o Deputado João Alfredo Telles Melo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Ceará, e o Sr. Lauro Wagner Magnago, Secretário de Estado, substituto da Secretaria de Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, a fim de que possam nos auxiliar na condução dos trabalhos.

Passemos aos relatórios dos grupos, em ordem decrescente.

Com a palavra o Grupo 6, para a apresentação de seu relatório.

O SR. MILTON DE SOUZA BARROS - Boa tarde. Sou Milton Barros, Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Nosso grupo inicialmente manifestou uma certa frustração e uma certa angústia diante da lentidão e do descaso com que está sendo conduzido o Programa Nacional de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Um minuto, por favor. Diga.

(Intervenção inaudível.)(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Sugira, por favor.

(Intervenção inaudível.)(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Ótimo.

Se não houver voluntárias, a Mesa irá designar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A Mesa agradece. (Palmas.)

Prossigamos com o relatório.

O SR. MILTON DE SOUZA BARROS - Preocupa-nos a lentidão com que está sendo implementado, ou não implementado, o Programa Nacional e também a não-existência, em muitos Estados, de Programa Estadual de Direitos Humanos, bem como nos Municípios. O Grupo sente-se também frustrado pelo descaso do Governo Federal na aplicação das decisões tomadas.

Parece que o texto do relatório foi distribuído. Peço que façam algumas correções, pois houve propostas alteradas.

Quanto à primeira proposta, relativa à questão do monitoramento, que gerou grande polêmica no grupo, chegamos à conclusão de que já era tempo de definir de vez a criação de uma comissão que monitore e fiscalize o Programa Nacional. Parece que havia uma comissão, que foi extinta.

O texto ficou assim:

Aprovar a criação de um grupo independente para monitorar o PNDH, composto majoritariamente por entidades da sociedade civil de direitos humanos, com representação nacional e sede em Brasília.

Evidentemente comporiam essa Comissão o Governo Federal e a Câmara dos Deputados; ela elaboraria relatórios anuais sobre a aplicação do Programa e, também, acompanharia a inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais no Programa.

A segunda proposta, relativa ao Orçamento, prevê os pontos que se seguem:

- 1 - dotação orçamentária específica para a aplicação do PNDH, com recursos suficientes para a implementação das medidas a serem tomadas - criticou-se que muito do previsto no Programa não passa de discurso, se não há recursos financeiros para sua aplicação.
- 2 - Liberação de verbas para políticas sociais, mediante o cumprimento do PNDH e dos Programas Estaduais de Direitos Humanos - o condicionamento da liberação desses recursos já foi tema de conferências passadas sem ter sido aprovado.
- 3 - Incentivo à população no sentido de ter uma participação efetiva nos orçamentos públicos.
- 4 - Disponibilização de recursos humanos para a execução do PNDH, especialmente na aplicação do Programa de Proteção à Testemunha - especificamente sobre esse item, o grupo pede que esta Conferência manifeste ao Governo Federal sua insatisfação mediante o descaso para com o Programa Proteção à Testemunha, seja pela falta de pessoal, seja pela falta de dinheiro. A recusa em priorizar o Programa tem colocado em risco a vida de muitas pessoas e inibido várias testemunhas, especialmente agora, com a CPI do Narcotráfico.
- 5 - Implantação de educação nos presídios, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 6 - Facilitação do credenciamento e entrada de pessoas e entidades nos presídios para prestar assistência ou fiscalizar práticas de violação dos direitos humanos - essa é também uma preocupação da Pastoral, que recebe denúncias sobre pessoas torturadas e em risco de vida, mas não tem liberdade para entrar nos presídios, pois as direções das penitenciárias não permitem a entrada das entidades que trabalham com presidiários.
- 7 - Criação de comissões comunitárias de presídios.
- 8 - Atuação ostensiva dos meios de comunicação na divulgação dos direitos humanos e na contestação da forma como os direitos humanos são tratados em diversos programas da mídia - foram citados programas como o do Ratinho, que associa direitos humanos à defesa de bandidos.
- 9 - Incentivo aos Municípios para que implantem programas de direitos para a aplicação.
- 10 - Liberação de verbas para políticas sociais, mediante o cumprimento do PNDH e dos programas estaduais de direitos humanos, com o condicionamento da liberação desses recursos - isso já foi tema de conferências passadas e parece que não passou.
- 11 - Incentivar a população a ter uma participação efetiva nos orçamentos públicos.
- 12 - Disponibilizar recursos humanos para execução do PNDH, especialmente para aplicação do Programa de Proteção à Testemunha. Nesse item o grupo pede que haja manifestação nesta Conferência de insatisfação ao Governo Federal pelo descaso com respeito ao Programa de Proteção à Testemunha, pela falta de pessoal, de dinheiro e de priorização do programa, o que tem colocado em risco a vida de muitas pessoas e inibido várias testemunhas de participar das denúncias, especialmente agora, com a CPI do Narcotráfico.
- 13 - Implantar a educação nos presídios, conforme exigência da LDB - Lei de Diretrizes e Bases.
- 14 - Facilitar a entrada e credenciar pessoas e entidades nos presídios para assistência e fiscalização de práticas de violação dos direitos humanos - essa preocupação também é do pessoal da Pastoral, que não tem liberdade de entrar nos presídios. Muitas vezes chegam denúncias de torturas de pessoas que estão correndo risco de vida, e as direções das penitenciárias não permitem a entrada das entidades que trabalham com o presidiário.
- 15 - Criar comissões comunitárias de presídio.
- 16 - Atuação ostensiva nos meios de comunicação para divulgar os direitos humanos, com o objetivo também de contestar a forma como os direitos humanos são tratados em diversos programas pela mídia. Foi citado o Programa do Ratinho, que associa direitos humanos à defesa de bandido.
- 17 - Incentivar os Municípios para que implantem programas de direitos humanos, que estão muito lentos - essa também foi uma grande preocupação do grupo. A vida é desenvolvida no Município. Então, se o Município não toma as medidas, de pouco adiantam os programas estaduais e nacional.
- 18 - Cobrar das três esferas de Estado a garantia de as pessoas exercerem o seu direito à

vida, como direito à alimentação, à saúde, ao trabalho, à educação etc.

19 - Cobrar da Câmara dos Deputados a aprovação dos projetos do Estatuto da Cidade e do Fundo de Moradia, que tramitam em marcha lenta.

20 - Divulgar amplamente o DESC, para que as pessoas tenham condições de exigir esse direito.

21 - Fazer uma definição clara do conteúdo dos direitos da pessoa. Há uma certa indefinição quanto ao que seria direito à moradia, direito ao trabalho.

22 - Defender a meta ou utopia do direito de construir uma sociedade sustentável, com democracia participativa, cultura de paz e justiça social.

23 - Incluir na atualização do PNDH as propostas do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, referentes ao direito à moradia - parece-me que o pessoal vai apresentar esse programa para os participantes da Conferência. O grupo concordou que deveria endossar o programa e que os itens que podem ser incluídos fossem incluídos.

No item 18, faço uma alteração da redação. Houve um equívoco da Secretaria. Resgate da cidadania dos usuários da saúde mental. Está escrito: "cobrar do Estado do Rio Grande do Sul o cumprimento da Lei de Reforma Psiquiátrica". Não é isso, meu entendimento é o de que houvesse uma manifestação de apoio à Lei da Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul. Outros Estados têm também a lei, então, tiraria o resto, a partir de saúde mental.

24 - Resgate da cidadania de portadores de necessidades especiais.

25 - Estabelecer uma política nacional, estadual e municipal de criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher.

26 - Monitoramento das criações de casas, de abrigo e mecanismos de denúncias contra a mulher e minorias, incluindo o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, através de cursos, oficinas. Inclusão dessa matéria nas Faculdades de Direito.

26 - Monitorar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direito da Mulher - o Ministério da Justiça deve favorecer a criação de casas, abrigo e de centro de referência da condição feminina por iniciativa de ONGs.

27 - Popularização dos mecanismos internacionais de direitos da mulher - que esta Conferência assuma a campanha pelo não pagamento da dívida externa.

28 - Realização de oficinas mensais.

29 - Articulações municipais de entidades ligadas aos direitos humanos.

30 - Criar mecanismos para medir a execução e a avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos por entidades dos direitos humanos - quanto ao questionário encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos, muitas entidades ou organizações tiveram dificuldade de respondê-lo, já que não há uma medição, um controle do resultado dos trabalhos desenvolvidos. Nunca acompanhamos o desfecho do trabalho.

31 - Unificar nacionalmente os disque-denúncias e divulgar os números internacionais e e-mails para garantir e facilitar as denúncias e combater a impunidade.

32 - Oficializar duas oficinas anuais para agentes de direitos humanos, para conhecimento das parcerias, articulação das ações e clareza da missão de garantia dos direitos humanos.

33 - Elaboração de uma agenda física, com datas e referências internacionais e nacionais, com breve histórico e medidas que facilitem intercâmbio entre as entidades.

34 - Exigir do Ministério Público e do Judiciário relatório sobre os processos judiciais relativos à promoção e proteção dos direitos humanos.

35 - Promover integração entre as universidades, sociedades, movimentos sociais, como forma de contribuir na implementação dos DESCs.

36 - Montar um banco de dados para disponibilizar informações sobre o andamento da implementação do PNDH, unificando dados legislativos de políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil, organizada nos três níveis do Estado.

37 - Estimular em toda sociedade a criação de espaços para o exercício de uma cultura de paz, através de uma educação horizontalizada em projetos de cidadania para a vida. Gostaria de frisar que o grupo dedicou bom tempo à discussão da luta pela paz, contra a violência, a partir, especialmente, das educações de base, das crianças e da família. Desde início que seja desenvolvida a cultura pela paz.

38 - Incluir direitos humanos nos currículos escolares, matéria transversal obrigatória, e produção de material adequado às faixas etárias para alunos e capacitação de professores e lideranças comunitárias pelos Ministérios da Justiça e da Educação, com participação das organizações da sociedade civil. Cobrar a sua aplicação.

39 - Promover nas universidades debates teóricos e disciplinas sobre ética, cidadania e

direitos humanos, com o objetivo de formar núcleo de pesquisa em direitos humanos.

40 - Começar na família o esclarecimento sobre direitos humanos, com orientações através de cartilhas e outros meios.

41 - Exigir o cumprimento dos parâmetros curriculares nacionais nas escolas públicas.

42 - Por último, a criação de um sistema de combate à corrupção com mecanismos que impeçam a proliferação da corrupção e que se combata definitivamente a impunidade.

São essas as sugestões do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado. Vamos encaminhar da seguinte forma: como a Conferência não tem uma agenda deliberativa, e as decisões aqui tomadas são consensuais, consulto o Plenário se alguém quer apresentar destaque ao texto que implique divergência grave, enfim, algum tipo de oposição à proposta. Se for algo para melhorar a redação, encaminharemos por escrito à Mesa e a Comissão depois resolve. Mas só se houver alguma divergência importante. Carmem Reverbel tem uma divergência a pontuar. Então, o destaque da Carmem, por favor.

Microfone aqui. Apenas para que não percam tempo em questões menores e possamos trabalhar uma mesma questão.

A SRA. CARMEM MARIA FERNANDEZ REVERBEL - Boa tarde, só para ficar bem claro, falamos do resgate à cidadania dos usuários da saúde mental e cobramos do Rio Grande do Sul o cumprimento da lei. É exatamente o contrário. É importante porque no Rio Grande do Sul estamos fazendo todo um trabalho de resgate da cidadania, através do cumprimento da Lei da Reforma Psiquiátrica.

Portanto, quero que fique bem claro que é exatamente o contrário do que estava escrito.

(Não identificado) - Já havia pedido a retirada dessa parte.

A SRA. CARMEM MARIA FERNANDEZ REVERBEL - Mas fica esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Ótimo. É uma retificação importante de ser mencionada.

Por favor, microfone.

(Não identificado) - Uma coisa que observamos na nossa Comissão foi, provavelmente, a forma de nos expressarmos, que tenha saído na redação e outros não entenderam. Talvez quando foi redigido não tenham entendido. Porque aquilo, ontem, quando foram apresentados os problemas estaduais, municipais de direitos humanos, foi diferente.

Entendemos que toda a arrecadação dentro do sistema capitalista se dá no Município. A partir daí, é necessário que se criem os Conselhos Municipais de Direitos Humanos, que envolvam todas as ONGs e todas as entidades constitucionais para, a partir daí, monitorar, regulamentar e regular a distribuição dessa arrecadação para implantação de todos os programas sociais.

Também ficou definido - não entrou aqui, foi uma proposta - que fossem criados os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Direitos Humanos, para, aí, sim, a sociedade civil poder monitorar toda a execução do programa do Governo. Que o Governo tivesse um voto, fosse uma pessoa, uma representação dentro desse conselho, como seria também um voto de todas as outras entidades representadas. O que não pode é o Governo implantar o programa e o ele próprio se autocontrolar e a sociedade civil ficar à margem disso.

Faltou isso, é bom pontuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Por favor, Sr. Relator, anote essas observações.

Mais alguma outra divergência ou algum acréscimo importante? (Pausa.)

l ou - a palavra já desgaseira o relatório aprovado.

Desculpa. (Pausa.)

Nº 21: "...incluindo o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, através de cursos, oficinas..."

(Não identificado) - Através de cursos, oficinas e inclusão dessa matéria nas faculdades de Direito, acrescentaria Psicologia, Medicina. De repente os médicos não têm resposta à nenhuma (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vamos colocar em caráter interdisciplinar. Uma precisão.

Com relação a esses pontos de precisão, solicito às pessoas que encaminhem à Mesa. Não é necessário fazer discussão em plenário, não há divergência, é apenas uma precisão conceitual.

Por favor, microfone aqui em baixo.

A Áurea correrá bastante. Temos só um.

A SRA. HELOISA GRECO - Sou do Movimento Tortura Nunca Mais, de Minas Gerais. Eu não sei bem como será a dinâmica dos trabalhos, mas estou sentindo falta, nesta atualização do programa, de pontos importantes que, inclusive, já foram levantados hoje. Um deles é a questão da abertura irrestrita dos arquivos da repressão. Não me alongarei, porque o assunto já foi abordado pela Suzana e pelo Gilney, mas há também a questão da resolução dos desaparecimentos políticos, ou seja, o relato circunstanciado, como, quem, onde, quando, por que e a responsabilização dos torturadores e assassinos.

Além disso, acho também que o meu grupo, por exemplo, que foi o de tortura, tem várias propostas que tem de ser anexadas. O plano do Governo passa ao largo, e eu acho que o nosso definitivamente não pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vejam bem. Só para explicar ao Plenário, iremos aprovar os relatórios parciais, os relatórios de grupos. Há uma interface evidente entre todos os grupos. Há propostas que estarão em outros grupos que poderiam estar neste Grupo 6 e assim sucessivamente.

Por essa razão, esta Presidência tomou uma decisão e quero comunicar ao Plenário que nossa intenção inicial era elaborar, na própria Conferência, uma carta que sintetizasse todas as decisões. É impossível isso. Seria irresponsável fazê-lo apressadamente. Na semana que vem, reuniremos as entidades co-promotoras do evento, para termos condições, com base nos relatórios aprovados aqui, de sintetizar uma carta da Conferência com as posições, de forma hierarquizada, sem que haja contradições entre os grupos. Enfim, organizar todo o material, que percebemos, justamente agora, está diluído entre os vários grupos.

A observação a respeito dos mortos e desaparecidos e a abertura dos arquivos é fundamental que conste, está no Grupo da Tortura, constará também na redação final.

Por favor.

(Não identificado) - Com relação ao Item 18: "Resgate da cidadania e dos usuários de saúde pública e mental". Não só saúde mental, porque nos hospitais públicos as pessoas estão sendo torturadas e sofrendo maus-tratos. Basta dizer que a quantidade de leitos de UTIs nos hospitais públicos é insuficiente e pessoas acima de 60 anos não conseguem vagas nas UTIs do nosso País.

Então, que fique o resgate da cidadania dos usuários de saúde pública e mental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - O Sr. Relator está anotando essas observações.

Mais algum outro destaque do Grupo 6?

Lá em cima, Áurea.

(Não identificado) - Ainda sobre o Ponto 11, a construção dos programas estaduais e municipais. Gostaríamos de reforçar, porque não transpareceu aqui, que existem alguns Estados, a exemplo de Mato Grosso, que já elaboraram seus programas estaduais em conferências. Os respectivos Governadores não estão ainda, digamos assim, considerando esses programas como política de Estado.

Gostaríamos que esta Conferência concluísse seus trabalhos com alguma questão meio pensada, no sentido de reforçar, junto aos Governos Estaduais, para que se constituam os programas estaduais, nessa linha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Perfeito, seria, no caso, uma moção.

Não havendo nenhuma outra consideração, a Mesa encaminha à apreciação do Plenário o relatório do Grupo 6.

Por aclamação, aprovação do relatório.

Os companheiros concordam? (Palmas.)

Aprovado o relatório do Grupo 6.

Passamos, então, ao relatório do Grupo 5. Por favor, Relator do Grupo 5, Sr. Iradj Roberto Eghrari, da Comunidade Bahá'í do Brasil.

O Relator anterior fez a leitura de todos os pontos. Todos os presentes têm o relatório.

Então, é importante, na exposição do Relator, que haja uma síntese do que foi debatido, do que foi discutido, não a leitura.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI - Sou Secretário Nacional da Comunidade Bahá'í do Brasil, Relator do Grupo 5.

O grupo tratou de cinco eixos centrais de preocupação dentro da questão "Mídia e Direitos

Humanos". O primeiro, "O Controle Social da Mídia"; o segundo, "A Capacitação dos Profissionais de Mídia na Temática de Direitos Humanos"; o terceiro, "Publicidade e Propaganda"; o quarto, "Código de Ética para a Mídia"; o quinto, "Fiscalização Participativa". O grupo, através da Relatoria, também acolheu denúncias apresentadas por diversos participantes, principalmente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, e de Deputados Estaduais. Houve algumas moções gerais aprovadas que demonstram a preocupação do grupo com determinados aspectos da proteção dos direitos humanos.

Farei comentários a respeito dos cinco pontos essenciais.

O primeiro ponto, "O controle Social da Mídia", deu grande enfoque ao estabelecimento do Conselho de Comunicação Social, dispositivo da Constituição de 1988 talvez pouco conhecido de alguns companheiros presentes. Trata-se de um instrumento regulador do conteúdo, de tudo aquilo que a mídia apresenta, transmite, reproduz, e que foi objeto de preocupação do grupo exatamente com um aspecto essencial, a questão da banalização, de um lado, da violência, de outro, da sexualidade. E, um terceiro aspecto, o da banalização de tudo que é considerado como direito humano, que o grupo anterior também destacou, que se apresenta numa perspectiva equivocada e traz uma compreensão de que direitos humanos é coisa de bandido, de marginal, não merecendo a atenção devida da sociedade.

O grupo falou muito sobre essa questão e traz, então, algumas proposições que são bastante importantes. A primeira é uma moção de repúdio ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado Federal, por não ter criado o Conselho de Comunicação Social, conforme determina a Constituição de 1988. Então, foi proposta à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal de realização de gestões imediatas, por meio de audiências, com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com a representação da sociedade civil, para tratar da instalação do Conselho de Comunicação Social.

O grupo deu grande destaque à atuação de ouvidorias estaduais e municipais e das instituições de mídia, para que funcionem como elemento auto-regulador também. Deu um grande destaque ao trabalho do Ministério Público, que tem realizado ações de pontuação, de denúncia e de levar a juízo certos desrespeitos fundamentais à questão da proteção do menor, no que diz respeito à programação que aparece na mídia.

Propõe-se - e isso é um ponto interessante que quero destacar aqui a todos os participantes - uma política permanente de educação e esclarecimento sobre a questão do conteúdo das produções cinematográficas e televisivas que levam à banalização da violência e da sexualidade, de forma a envolver a família e a sociedade como um todo na orientação das crianças e adolescentes e na interpretação do conteúdo dessas produções.

Quanto à questão da capacitação de profissionais de mídia na temática de direitos humanos, o grupo sentiu que há muita desinformação entre os profissionais da mídia, o que significa, de um lado, o verdadeiro anseio da população brasileira por conteúdo e apresentação de soluções.

O grupo concluiu que a mídia está muito bem preparada para apresentar fatos, mas não está preparada para comentar fatos e apresentar soluções. Destacou-se que em muitos poucos países do mundo a mídia cumpre esse papel tão necessário.

Propõe o grupo à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal que promova um amplo debate sobre a importância do treinamento de profissionais de mídia, de forma que tenham conhecimento de causa do que cobrem, atendendo aos anseios da sociedade brasileira.

Quanto à questão de publicidade e propaganda, houve um debate muito interessante. A questão da publicidade e propaganda também envolve a necessidade de uma regulamentação, de um controle social. O grupo sente que os mecanismos atuais não são suficientes. O CONAR, por exemplo, não é um conselho paritário, é uma entidade privada e não se encontra estabelecido em todas as cidades onde há geração de programas televisivos com a publicidade gerada.

Há necessidade, então, da promoção de um mecanismo, de uma agência reguladora que eleve a forma de conscientização do cidadão pelo Brasil na questão da regulamentação, do controle do conteúdo publicitário, que também leva à discriminação, ao preconceito, à exclusão e à banalização de novo de tudo aquilo que é importante dentro do objetivo maior, como foi destacado, central, que é o próprio ser humano.

Quanto à questão de ética para a mídia, o grupo concluiu que há vários códigos de ética já preparados, discutidos e estabelecidos, mas que falta uma divulgação maior para a sociedade do que são esses códigos de ética, a fim de ela esteja preparada para cobrar do

profissional de mídia das empresas a sua atuação.

O grupo propõe também a criação de um Código Nacional de Ética para provedores de Internet. Um dos elementos tratados também foi a questão da proliferação do ódio, do preconceito na Internet.

Com relação ao tema V, "Fiscalização Participativa", foi uma consulta muito interessante que, em resumo, leva ao seguinte questionamento: as empresas de televisão ou órgãos da mídia que têm renda publicitária deveriam destinar uma parte dessa renda exatamente para que se possa veicular programas de utilidade pública ou auxiliar as televisões que não visam ao lucro e não têm renda publicitária para que possam, então, atender às necessidades da população?

Na realidade, existe no Senado Federal um projeto, o FISTEL, Fundo de Telecomunicações, que está em debate. Esse Fundo prevê o abocanhamento de um pedaço dessa renda publicitária para o desenvolvimento das telecomunicações. O grupo sente que tem de ser exatamente para o desenvolvimento do conteúdo divulgado pela mídia.

Para finalizar, falarei sobre alguns tópicos apresentados como denúncias: violência contra jornalistas, apresentada pela ABI; a questão da nova Lei de Imprensa, que necessita de um estudo mais aprofundado por esta Casa; a Lei da Mordaza, que se encontra agora disfarçada sob a forma de projeto de lei no Senado Federal, apesar de ter caído na Câmara dos Deputados; o uso indevido da Previdência Social, não diretamente ligado à mídia, mas a necessidade de que a mídia aprenda a fazer um trabalho investigativo e mostre que temos 50 anos de uso indevido da Previdência.

E destaco a moção que mais toca o nosso coração: a moção de repúdio à criminalização das ações do documentarista João Moreira Sales, o diretor do filme que abriu nossa Conferência. E, de fato, podemos ver pelo filme que existe todo um submundo talvez ainda desconhecido das multidões.

Em resumo, essas são as moções aprovadas.

Só quero solicitar a todos aqueles que receberam o nosso relatório que leiam detidamente os considerandos. Eu não passei por nenhum dos considerandos. Toda alma do que foi a nossa discussão no grupo, se não é fruto do trabalho só do Relator, foi o grupo todo que trabalhou detidamente em cima disso. Os considerandos é que trazem realmente uma compreensão bem clara do que são os sentimentos e as proposições que depois se concretizam.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Não identificado) - Muito obrigado. Peço ao companheiro que permaneça aqui, caso haja necessidade de alguma modificação ou de alguma resposta.

Enquanto se discute essa questão, continuaremos seguindo a metodologia do Presidente da Comissão, Deputado Marcos Rolim.

Agora, vamos mudar aqui um aspecto. Ao invés de a companheira Áurea ficar correndo no plenário com o microfone na mão, quem tiver alguma observação a fazer que venha aqui para a frente e se identifique. Se for só a título de redação, de complementação, que seja encaminhada por escrito ao próprio Relator da matéria. E, no caso de ser algum acréscimo ou alguma discordância a ser submetida ao Plenário, peço que venham aqui para a frente, porque a companheira está com o microfone para quem quiser fazer uso da palavra.

O Grupo da Mídia. Parece que esse alcançou o consenso.

(Não identificado) - Sr. Presidente, é que tínhamos um acordo com o pessoal do grupo no sentido de que ninguém abriria a boca depois de o relatório ter sido apresentado. Vamos, por aclamação, aprovar o relatório do Grupo 5.

O SR. COORDENADOR (Não identificado) - Passamos agora para o Grupo 4: "Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos". Por favor, o Relator ou a Relatora do Grupo nº 4.

(Intervenção inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Não identificado) - A companheira da organização informa às pessoas que não tiverem recebido alguns dos documentos relativos aos trabalhos dos grupos que eles estão lá fora, no balcão de entrada.

A SRA. ELINA MAGNAN BARBOSA - Meu nome é Elina Magnan Barbosa, da Universidade de Brasília. As propostas do nosso grupo são bem simples. A primeira é a criação de um fórum permanente da sociedade civil para o monitoramento e interlocução com o Estado brasileiro. Em relação aos compromissos internacionais assumidos pelo País em matéria de direitos humanos, o fórum envolverá a participação ampla de diversas entidades da

sociedade civil organizada, assim como de pessoas comprometidas com a luta pelos direitos humanos.

Como objetivos, o fórum reunirá esforços no sentido de: promover a divulgação dos sistemas regional, interamericano e internacional de proteção dos direitos humanos para toda a sociedade brasileira; aprofundar discussões acerca dos temas prioritários da agenda internacional no campo dos direitos humanos, de relevância fundamental para a sociedade brasileira; definir estratégias de ação em âmbitos nacional e internacional, para garantir transparência e interlocução com as instâncias oficiais de decisão no âmbito do Executivo, Legislativo e Judiciário; articular a sociedade civil organizada na formação de uma rede, a fim de potencializar os trabalhos de monitoramento da implementação no Brasil dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos; acompanhar o processo de ratificação do Estatuto de Roma, referente à criação do Tribunal Penal Internacional. As atividades do fórum serão desenvolvidas em estreita relação e articulação com monitoramento do Plano Nacional de Direitos Humanos, bem como dos planos estaduais e municipais.

A nossa segunda proposta é no sentido de que o Brasil se submeta efetivamente ao sistema de prestação de contas decorrente da ratificação dos tratados internacionais, em especial que elabore e encaminhe aos comitês de supervisão dos tratados internacionais, o mais rápido possível, os relatórios pendentes referentes à sua implementação no País.

Terceira proposta. É imprescindível que o Estado brasileiro ratifique o Protocolo Facultativo nº 1 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e políticos e o Protocolo do Comitê pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, reconhecendo, sem limites, a competência dos comitês de direitos humanos, tortura, discriminação racial e contra a mulher para receber e processar denúncias individuais de violação aos direitos estabelecidos nas respectivas convenções; que o Brasil se empenhe pela criação de um Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Quarta proposta. Que o Estado brasileiro, na 88ª Conferência da OIT, vote pela manutenção do atual texto da Convenção nº 103 da OIT em relação às garantias da licença maternidade, da estabilidade provisória no emprego durante a gravidez, parto e amamentação, bem como da interrupção da jornada de trabalho para a amamentação.

Quinta proposta. Que sejam criados pelo Estado brasileiro mecanismos de implementação das decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Sexta e última proposta. Que a Conferência, em repúdio à forma ultrajante como foram tratados os integrantes do MST em sua recente detenção em São Paulo, oficie as autoridades competentes para a tomada de providências cabíveis.

Por fim, o Grupo deseja destacar a importância do processo desencadeado em torno da elaboração e entrega à ONU e ao Governo brasileiro do relatório da sociedade civil sobre a implementação no País do PIDESC como um desdobramento da decisão da Quarta Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Com a palavra a Sra. Suzana Lisboa.

A SRA. SUZANA KENIGER LISBOA - Já que a Conferência é em repúdio à forma ultrajante como foram tratados os integrantes do MST, eu estava esperando para colocar a questão no Grupo Dois, mas acho que não pode deixar de constar, especificamente, o Estado do Paraná. Penso que se tem de ampliar para que a Conferência manifeste seu repúdio aos Governos dos Estados de São Paulo e do Paraná e especialmente ao Ministro da Justiça, que não tomou providências necessárias para que os fatos sejam esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - E da Bahia também. Não nos esquecemos do que aconteceu nos 500 Anos.

A Relatoria deve anotar essas observações.

Com a palavra a engenheira Maria Márcia.

A SRA. MARIA MÁRCIA - Meu pronunciamento será bastante rápido. Quero chamar o Sr. Luiz Henrique Sobrinho e o Deputado Renato Simões à Mesa para de forma solene lhes fazer e ao Deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos a entrega do livro "Laudo Pericial", elaborado por peritos criminais do Estado de São Paulo, tendo em vista que foi com o apoio dessas pessoas, da Comissão Nacional de Direitos Humanos e da Comissão Estadual de Direitos Humanos que a perícia técnica do Estado de São Paulo conseguiu a autonomia.

O Deputado Renato Simões foi uma das pessoas que muito nos ajudou, no Estado de São

Paulo, a conquistarmos a autonomia. Que isso se estenda a todo o território brasileiro, porque através da perícia pode-se comprovar inclusive aquelas cenas que se passaram agora há pouco. De que lado partiu a agressão

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Por favor, os próximos destaques.

(Não identificado) - O meu destaque é antipático, mas se a Conferência não concordar, eu não quero nem discutir. Com relação à quarta proposta, no sentido de que é o Estado brasileiro na 88ª Conferência da OIT vote pela manutenção do atual texto da Convenção 103 da OIT em relação às garantias da licença maternidade, da estabilidade provisória no emprego durante a gravidez, o parto e a alimentação.

A ressalva que eu faço é que esse tipo de tratamento desigual não iguala; ao contrário, desigual. Sei que essa questão é antipática, sei que muitas pessoas pensam o contrário, mas o que vemos, na prática, é muita empresa discriminando mulher na hora da contratação porque ela tem direito a uma licença maternidade imensa. O que precisamos aprovar nesta Conferência é a garantia de que a mulher tenha creches junto ao trabalho onde possa deixar o filho, amamentá-lo e imediatamente retornar ao serviço. Precisamos fazer com que a mulher não seja tão discriminada na hora da contratação, mas como sei que essa discussão é antipática, se a Conferência não concordar, retiro a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A observação é importante, independentemente do mérito. Não há nenhuma discussão antipática; antipático é não haver discussão.

A Mesa encaminha a questão da seguinte forma, com uma sugestão que talvez resolva o problema levantado. Na verdade, quando falamos em licença maternidade, a idéia que se tem é a de que estamos diante de um direito da mãe. Ocorre que o direito não é da mãe - é da criança, de ter a mãe e o pai perto dela.

Talvez a forma de resolver o problema, inclusive o das empresas que discriminam mulheres em função da licença maternidade, é abriremos uma luta para que a licença seja do casal, porque se trata de um direito da criança, o que resolveria o problema da discriminação. Na Suécia é assim, e dura um ano a licença. É uma sugestão.

Vamos adiante. O próximo destaque.

(Não identificado) - A questão que eu levanto é em relação ao tópico que trata, como um dos objetivos desse foro permanente da sociedade civil, do acompanhamento do processo de ratificação do Estatuto de Roma referente à criação do Tribunal Penal Internacional.

Este grupo de trabalho teve a oportunidade de fazer uma longa discussão, com a participação do Professor Caxapus de Medeiros e do Dr. Nereu Lima. O Dr. Nereu Lima externou o entendimento da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB relativamente à ocorrência de três óbices constitucionais à aprovação do Estatuto de Roma, que dizem respeito à previsão de prisão perpétua, à ausência de individualização da pena e à possibilidade da extradição de nacionais.

Essas questões envolvem cláusulas pétreas, inscritas no art. 5º da Constituição Federal, de não aceitar a ausência de individualização de pena, de não aceitar prisão perpétua e a própria impossibilidade de extradição de nacionais.

Esse debate ensejou, portanto, uma sensibilidade do Grupo, no sentido de que este fórum viesse a promover amplo debate dessas questões para que o Congresso Nacional, por ocasião da apreciação da matéria, pudesse apreciá-la com ampla compreensão do tema. Nesse sentido, sugeriria a seguinte formulação: que este fórum permanente da sociedade civil teria, dentre outros, os objetivos de promover a divulgação e a discussão do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, tendo em vista a ocorrência de óbices constitucionais à sua aprovação pelo Brasil, expressos na previsão de prisão perpétua, a ausência de referência à individualização das penas e a previsão de extradição de nacionais brasileiros, sob a denominação do instituto da entrega, e acompanhar o processo de aprovação da Convenção Internacional no Senado, quando esta vier a ser submetida à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - A Mesa vai encaminhar da seguinte forma: esta é uma matéria polêmica, não há consenso em torno dela, mas sim argumentos muito relevantes, tanto dos que pretendem uma adesão incondicional ao tratado, quanto dos que se referem à argumentação levantada pela OAB.

(Não identificado) - O Brasil precisa ratificar a convenção contra os desaparecimentos forçados. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vamos tentar encaminhar pontualmente as

questões. Para resolver o problema que envolve o Tribunal Penal Internacional, sugiro que a solução seja mediada no sentido da ampla divulgação do Tribunal Penal Internacional e o compromisso da Conferência de estimular e prosseguir a discussão. Não há outra forma de resolver esse problema. Pode ser assim? Gostaria que a Relatoria anotasse isso.

A Mesa está preocupada com o seguinte: como a hora já está bastante adiantada e ainda temos vários relatos, solicito a compreensão e a sensibilidade do Plenário para intervenções relevantes. Pediria a todos que as observações secundárias fossem encaminhadas à Mesa por escrito, por favor.

(Não identificado) - Com relação ao que já dissemos aqui, acreditamos que esse acompanhamento do processo de ratificação do Estatuto inclui debates, possíveis alterações. Portanto, achamos que o que foi dito pelo colega está incluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Está incorporado. Esse é o entendimento, só para não passar a idéia de que há uma posição incontestada.

A Jussara tinha pedido a palavra? Por favor.

A SRA. JUSSARA DE GOIÁS - Estive coordenando o Grupo e acabei esquecendo uma proposta, que peça seja adicionada agora: a aprovação do projeto de lei do Deputado João Fassarella, que proíbe que os recursos do Fundo Nacional da Criança e do Fundo Nacional da Assistência Social sejam destinados ao pagamento da dívida externa.

Por que esse projeto? Foram aprovados para os fundos - especificamente

sobre o Fundo da Criança posso dar um exemplo concreto -, em 1999, 14 milhões de reais.

Primeiro foram destinados 21 milhões, depois 17 milhões, fechando com 14 milhões de reais para a implementação de medidas socioeducativas.

Esses recursos ficaram parados até setembro sem utilização. Todos os Estados enviaram projetos ao CONAM para implementação e não havia como dar andamento à execução dos convênios porque os recursos estavam contingenciados no Poder Executivo.

Em outubro começou a liberação. Durante os últimos três meses do ano, outubro, novembro e dezembro, só foram usados 3 milhões de reais. O resto dos recursos todo ano vai para o pagamento da dívida. Portanto, as verbas que não são usadas para políticas sociais são destinadas ao pagamento da dívida, inclusive os recursos do Fundo.

Como o Deputado João Fassarella apresentou projeto que trata desse assunto, já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e atualmente na CCJ, pediria à Comissão que o aprovasse rapidamente e o encaminhasse ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Perfeito, pediria à senhora que encaminhasse essa proposta ao Relator para ficar registrada.

Vamos adiante. Concedo a palavra ao Relator do Grupo 3, por favor.

A Mesa está composta por Jaqueline Sales, aluna das Relações Internacionais da Universidade de Brasília; Clélia de Melo, do Comitê Catarinense de Familiares e Mortos Desaparecidos; e por Selma Aragão, da Faculdade de Direito da UFRJ.

O SR. MARCELO FREITAS - Boa tarde. Meu nome é Marcelo Freitas e faço parte do Conselho do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

O Grupo 3 tratou do tema "Segurança Pública, Estado e Sistema Penal". Sintetizando, esse tema envolvente e atual foi muito bem aqui representado não só pelos ativistas e militantes da área de direitos humanos, como também pelos membros e representantes das instituições policiais e afins.

A grande discussão do Grupo foi exatamente a avaliação dessa temática, ou seja, as circunstâncias do modelo policial estruturado, as propostas de emendas constitucionais sobre a unificação da polícia e a abordagem tratada no sistema penal de forma geral. Conseguimos definição sobre alguns tópicos. Em relação à grande causa da violência, o Grupo reafirmou o que este encontro vem mantendo: que o modelo social, econômico e político do País, favorecedor da concentração de renda e desigualdade, a opção pelo Estado mínimo representado pelo projeto neoliberal que tem o mercado como regulador das relações sociais, vem incentivando nos seres humanos valores como disputa, individualismo, competições de poder econômico, em detrimento de valores mais importantes ao desenvolvimento da sociedade, como solidariedade, fraternidade, justiça social, valores verdadeiramente humanos.

Portanto, ainda como causa da violência, o Grupo pugna, diante de toda a condição estrutural da segurança pública, que se tenha a atenção bastante centrada nas questões da violação dos direitos econômicos, sociais e culturais da sociedade de forma geral.

O segundo ponto da discussão deu-se em relação ao papel da Polícia. Temos um relatório

extenso, de quase seis laudas, muito minucioso, e vamos entrar no caráter geral. Levantou o Grupo que o sistema policial, de forma geral, as Polícias Civil, Militar e corporações afins, não pode ser um governo paralelo ou Judiciário; não pode ser encarado como poder, mas sim como serviço. Ou seja, deve haver de forma cultural cada vez mais a consciência de que, no Estado Democrático de Direito, o sistema policial, assim como toda e qualquer outra instituição pública, deve ter a finalidade de servir a sociedade, implementar e aprimorar o Estado de Direito. Esse deve ser um elemento claro na vocação desse sistema policial.

Ainda analisamos os sistemas de polícia comunitária. Recomendamos que as experiências de polícia comunitária sejam incentivadas em todo o Brasil como prática necessária aos direitos humanos e forma de aproximação e integração da polícia com a comunidade, tendo em vista a devolução desses serviços à sociedade.

Sugerimos também que o sistema policial, de forma geral, deve participar de programas integrados junto com o Ministério Público, magistrados e Defensorias Públicas na adoção de medidas pró-ativas, preventivas, repressivas e de recuperação em áreas locais, com o objetivo de aumentar a própria eficiência das ações do sistema de segurança pública, ou seja, o sistema policial também deve ser chamado a participar na elaboração de mecanismos para aumentar as estratégias de segurança pública coletiva.

Um dos pontos áureos relativos à discussão sobre a Polícia foi a questão da desmilitarização dessa instituição. O Grupo não chegou a consenso - até porque não buscávamos isso, mas sim discutir a temática - e optou entre dois pontos muito distintos: primeiro, a militarização da Polícia Militar é, em si, uma necessidade. Em termos democráticos, dentre todos os objetivos ligados aos direitos humanos, a militarização é uma necessidade que viabiliza todas as ações da Polícia, não só as de caráter criminal.

Por outro lado, a contratense diz que polícia e militar são antíteses, porque a Polícia tem caráter eminentemente civil de atuar na defesa da sociedade civil, e o caráter militar é a defesa do Estado e sempre contra o cidadão. Não houve consenso em relação a esse assunto.

Ainda sobre a questão da unificação das instituições policiais ou à sua integração, houve debate bastante polêmico, com divergências. Há aqueles que não admitem a unificação em função das corporações e das diferenças culturais e a outra posição que acha que deve haver a possibilidade. A outra contrapartida seria a integração desses sistemas, que se mantenham essas estruturas, mas que Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito comecem agir de forma integrada, com sistemas operacionais unificados, academias unificadas. Enquanto não se aprova pelo menos a emenda constitucional, que já se indique a integração desse sistema como a melhor forma de prestar serviços à sociedade de forma geral.

O outro ponto é o caminho proteção. Nesse ponto, o Grupo priorizou como proposta que esta Conferência pugne para que o Programa de Proteção às Testemunhas se estabeleça como um programa efetivo do Governo Federal e não como projeto piloto, como uma natural, pertencente ao meio, ao cosmos.

- "Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia" - De Gabi Wucher, o livro aborda, de forma pioneira no Brasil, o tratamento da questão, que se deve criar mecanismos; quanto à questão prisional, que promovam o efetivo acesso dos ex-presidiários a serviços de capacitação e inclusão social. Devemos debater cada vez mais a questão penitenciária.

De forma geral, o que traz a notícia, além da divulgação e do debate sobre toda circunstância caótica, é a falência do sistema prisional, inclusive ideológico, ou seja, para o fim que ele foi criado, não se atende à necessidade de ressocialização. Portanto, é indispensável que a questão do sistema prisional seja tratada não como questão de polícia, como questão ligada à Secretaria de Segurança Pública, mas como questão social, como problema social para o qual devam ter iniciativas multifacetadas, multiagenciais de todos os setores, não só de forma preventiva, mas enfocando o problema sob todos os ângulos, desde a assistência médica, odontológica, psicológica, interação e integração familiar, condições etc.

Outro ponto interessante é a imperiosa necessidade de se chamar a atenção sobre a participação da sociedade civil na elaboração das políticas e das ações na área de política pública de segurança. Ou seja, manter-se o dispositivo constitucional de que toda política pública no Brasil, hoje, oficial, deve ser elaborada com a participação da sociedade civil.

Portanto, pugna o Grupo de trabalho para que seja recomendação desta Conferência a criação em todos os Estados dos conselhos estaduais de segurança pública, em que a

sociedade civil possa, de forma efetiva e paritária, participar da elaboração de política de segurança pública. Além dos conselhos estaduais, devem existir conselhos comunitários com a participação de várias instituições interessadas na formulação de políticas regionalizadas.

Outra questão interessante é a desvinculação em todo o território nacional dos Institutos de Criminalística e de Medicina Legal das instituições policiais, propondo-se autonomia administrativa, funcional e orçamentária, fomentando, dessa forma, o reaparelhamento e o treinamento dos órgãos policiais e especialização de seus corpos técnicos, visando acompanhar o desenvolvimento tecnológico hoje empregado por aqueles que praticam ilícitos penais, e também criar e implementar programa de atendimento às mulheres vítimas de violência nas delegacias de polícias em todo território nacional.

No tocante à questão educacional ligada à área de segurança pública, o Grupo tomou três orientações interessantes. A primeira é de se tentar introduzir o conteúdo dos direitos humanos nos concursos de ingressos à magistratura, Ministério Público e outros órgãos de carreira jurídica, porque foi consensual a necessidade de que se permeie a formação desses operadores do Direito da cultura dos direitos humanos. Junto à mesma questão, que também seja incluído nos currículos de formação de soldados e oficiais o curso de Direitos Humanos.

No outro tópico, finalizando, o Grupo de Trabalho pugnou ainda pelo apoio a projetos de lei em andamento no Congresso Nacional. Que esta Conferência se pronuncie contra e pelo arquivamento dos doze projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam do rebaixamento da idade penal.

Que esta Conferência ainda se pronuncie pela aprovação do substitutivo à PEC, em tramitação no Senado Federal, que prevê autonomia administrativa funcional das Defensorias Públicas no País, como forma de se garantir a todos os necessitados de justiça o acesso digno à defesa de seus direitos e garantias.

O Grupo preconiza ainda a criação de legislação que regulamente a ação das tropas de choque e o seu emprego, principalmente a responsabilidade nesse tipo.

Que a Comissão de Direitos Humanos analise a supressão do art. 15 da Constituição Federal, elaborando PEC, se necessário.

Relativamente a outras iniciativas, o Grupo apoiou integralmente a Carta de Goiânia, documento decorrente de conferência relativa à área de segurança pública realizada no período de 15 a 18 do corrente ano, no 1º Fórum Nacional de Segurança Pública e Cidadania.

Encontrei várias propostas, entre elas destacamos a previsão de um quantum nos orçamentos dos Estados destinado à área de segurança pública.

São estes, de forma sucinta, os pontos a destacar, embora haja muitos outros pequenos pontos.

Era o que o Grupo tinha declarar.

Obrigado.

(Não identificado) - Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem. Fiz uma proposta no Grupo 3, Sra. Presidenta, no sentido de que, não obstante a Carta de Goiânia advogue até a captação de recursos externos para a segurança pública, se aponha dotação específica no PPA, no Orçamento. Fiz a recomendação que a Conferência cobre do Governo Federal a liquidação, estou falando em termos contábil, das dotações orçamentárias que o Congresso apôs.

Só para refrescar a memória, a dotação orçamentária para segurança pública no Orçamento da União é da ordem de 1 bilhão de reais. Só para o sistema penitenciário, em 1999, foram 107 milhões. O Governo executou 109 milhões. Então, verba no Orçamento há; o que acontece é que o Governo Federal não executa.

Essa proposta foi feita no Grupo, mas não foi contemplada no relatório.

(Não identificado) - Só uma questão. Tivemos um Grupo muito rico em detalhes; o relatório é minucioso. Então, quanto à proposta que não tiver sido contemplada, peço às pessoas que façam a observação, para que a redijamos e a apresentemos logo em seguida, porque o objetivo é contemplar a todos.

(Não identificado) - Agradeço ao Sr. Relator e à Sra. Presidenta também.

(Não identificado) - Só uma coisa fundamental que faltou. Estamos, volta e meia, lembrando-nos dos tempos da ditadura e temos de pedir a extinção definitiva da Lei de Segurança Nacional. (Palmas.)

(Não identificado) - Em relação à questão da Defensoria Pública, farei a inclusão no texto não só para dotar a Defensoria Pública de recursos administrativos, mas lembrando que existem muitos Estados do Brasil em que a Defensoria Pública sequer é organizada. Então que constasse do texto uma recomendação para que as unidades federativas, efetivamente, pusessem em funcionamento essa instituição.

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Dr. Otávio Renato Simões.

O SR. OTÁVIO RENATO SIMÕES - Queria lamentar que não tenha havido consenso no Grupo sobre a proposta da desmilitarização das polícias. Acho que é um tema que precisaríamos avançar no sentido consensual. Então, queria propor à Comissão de Direitos Humanos da Câmara que promovesse um grande seminário nacional sobre a reestruturação das polícias no Brasil, inclusive para que este pacote da segurança pública, há pouco divulgado pelo Presidente da República, pudesse ser discutido nas limitações de seu alcance.

Pretendo questionar dois pontos do relatório. O primeiro deles refere-se ao item quatro, parágrafo sétimo - das Políticas Públicas. Já que é para polemizar a estrutura militar das polícias, vou questionar a continuidade da Justiça Militar. Não se trata do aprimoramento da Justiça, mas do fim da Justiça Militar com o reordenamento das atividades e dos crimes militares, inclusive. (Palmas.)

Também quero questionar o § 18, item II. Entendo que esta Conferência não deveria indicar o entrosamento das empresas particulares de segurança privada com o sistema de segurança. Precisamos regulamentar, em primeiro lugar, o dispositivo constitucional que trata das guardas municipais. Temos uma definição constitucional, porém um absoluto vazio de leis federais, estaduais e municipais, o que dá margem a que, dependendo do chefe da guarda, ela seja uma sucursal da PM, ou da Polícia Civil, ou uma mistura das duas, sem um perfil claramente definido.

Definir o papel constitucional das guardas e detalhar esse papel em uma legislação ordinária é importante. Eu não incluíria as empresas particulares de segurança nesse aspecto. São forças que deveriam estar em um capítulo próprio, sob controle mais efetivo, porque o controle administrativo feito pela Polícia Federal é muito tênue. Não temos, hoje, controle sobre o aparato imenso de empresas de segurança particular, que se tornam cada vez mais forças regulares ao arripio da lei nos Estados e nos Municípios. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Dando prosseguimento às inscrições, tem a palavra o Deputado Marcos Rolim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Serei bem rápido, Sra. Coordenadora. Aproveito a realização desta Conferência e a importância deste debate para publicamente defender a posição que as pessoas que acompanham mais de perto o nosso trabalho já conhecem há bastante tempo. Talvez muitos dos senhores não saibam, mas o debate sobre a unificação das polícias é absolutamente atravessado no Brasil, malposto e não resolvido. Trazer para um primeiro plano a discussão sobre a desmilitarização da polícia é um desserviço à discussão sobre a reforma da polícia no Brasil, hoje.

Constitui grande ingenuidade imaginar que a Polícia Civil que está aí seja melhor do que a Militar. Isso é sinal de desconhecimento da realidade. A Polícia Civil brasileira, com raríssimas exceções, em homenagem aos bons policiais civis que existem, e há muitos deles por todo o Brasil, está hoje absolutamente comprometida com a corrupção e com a violência. Se pudéssemos extingui-la, faríamos muito bem. (Palmas.)

No caso concreto das polícias brasileiras, imaginar que uma proposta de unificação seja o caminho é transformar as duas polícias em uma única de caráter civil com as estruturas atuais, o que significa abrir mão das vantagens ou das qualidades que elas têm e somar os defeitos que elas possuem. Por isso, sou radicalmente contrário à idéia da unificação das polícias, pelo menos da forma como vem sendo apresentada a discussão no Brasil.

Não quero convencer ninguém dessa posição. Acho que falta reflexão sobre o problema. Na bancada federal do PT não há consenso sobre isso - há vários Deputados que pensam como eu e que estão abrindo uma discussão na bancada a respeito desse tema. Portanto, essa matéria precisa de amadurecimento.

Quero assumir plenamente a sugestão do Deputado Renato Simões de que a Comissão de Direitos Humanos organize uma ampla discussão no Brasil sobre a reformulação das polícias, especificamente sobre a unificação. Acho também precipitado incluímos no relatório da Comissão qualquer posição sobre o tema. A exigência fundamental é

modernização do aparato policial, reforma do aparato policial e ampla discussão sobre o que deve ser feito. Qualquer outra decisão me parece ser precipitada. (Palmas.)

Em segundo lugar, ouvi aqui referência e apoio a projetos importantes que tramitam nesta Casa. Acrescento, e o faço com muita tranqüilidade, o apoio da Conferência a projeto de lei que apresentei, ano passado, à Câmara dos Deputados. Esse projeto tramita há mais de um ano. Ele regulamenta o uso da força e das armas de fogo por parte da Polícia. Foi todo redigido com base na Resolução nº 169, da ONU, ratificada há muitos anos pelo Brasil, embora seja pouco conhecida aqui. Fixa princípios para o emprego da força e o uso de armas de fogo por parte da Polícia, ou de qualquer agente encarregado de fazer cumprir a lei no Brasil. Só para se ter uma idéia do problema, a Polícia de Nova Iorque, no ano passado, em 1999, fez 111 disparos; a de Londres, quatro. Oficiamos a todas as Secretarias de Segurança do País - ainda não recebemos resposta da grande maioria delas - sobre o número de disparos, ano passado, das Polícias Civil e Militar em cada Estado.

Estamos fazendo levantamento de outras informações muito interessantes: no Rio Grande do Sul, um dos Estados que respondeu, a Polícia Militar disparou, no ano passado, 5 mil e 500 vezes. E vale citar que se trata de uma das polícias militares menos violentas do País, num Estado que detém um dos menores índices de violência e casos de homicídio; em São Paulo, são de 50 a 60 mil disparos. Se não enfrentarmos esse problema do uso da força e arma de fogo, a partir de uma legislação que explicita as condições em que essa força e o disparo de fogo possa ser efetuado, será muito difícil controlar a violência no Brasil, especialmente a violência institucional.

Estou agregando a história desse projeto que está tramitando e pode ser aprovado pela Câmara dos Deputados. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Tínhamos no Grupo 3 a proposta de desmilitarização nas guardas internas dos presídios e penitenciárias, mas ela não foi incluída. Contratação e disponibilidade dos agentes penitenciários. Em Pernambuco, o Governo do Estado diz que a Lei Camata não permite contratação, mas disponibiliza mais de 700 mil reais para a Assembléia Legislativa com cargos comissionados.

Tínhamos apresentado proposta, que foi aprovada, para que o Estado de Pernambuco contratasse agentes penitenciários para a guarda interna do sistema tanto dos presídios como das penitenciárias. Existem agentes penitenciários concursados, mas o Governo não os chama. Enquanto isso, disponibiliza verbas para a Assembléia Legislativa pagar cargos comissionados, o que é um absurdo. (Palmas.)

Dando prosseguimento, tem a palavra o Sr. João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO TELLES MELO - O subitem 21º do item IV diz: "... que seja analisada a experiência de estrutura dos conselhos de segurança nacional e conselho estadual de segurança existente na Colômbia". No Ceará, a nossa Constituição previu a criação, e já está regulamentada por lei, do Conselho Estadual de Segurança Pública. Estamos numa disputa muito grande para ver se ele é efetivamente implementado, como forma de controle da sociedade civil sobre a atividade de segurança pública.

Eu mudaria a redação, porque temos de lutar pela formação de conselhos estaduais de segurança. Não temos conselhos de saúde, de educação, de meio ambiente, de direitos humanos? Acho importante a existência dos conselhos de segurança, não para analisar, mas para atuar, conforme está explicitado nessa proposta.

Outro dado um tanto polêmico que precisaríamos avaliar - e sei que a discussão sobre segurança pública talvez merecesse uma conferência à parte, porque estamos vivendo uma realidade interessante, com a participação dos representantes das polícias, principalmente da Militar -, seria a formação de comissões de direitos humanos, a exemplo do que está ocorrendo em Alagoas. Seria um debate em que aproveitaríamos a experiência da sociedade civil em relação a essa questão.

Sobre a Carta de Goiânia, conclusão do Fórum Nacional de Segurança Pública, tenho minhas dúvidas de assumi-la como proposta, isto é, um percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em segurança pública pela União, Estados e Municípios. E não vou citar que essa não é atribuição dos Municípios, porque o Deputado Renato Simões já o fez. Pelo contrário, as guardas municipais têm sido utilizadas de forma equivocada.

Segurança - alguns policiais já falaram sobre isso - é atividade de ponta. Às vezes, iluminando uma rua você resolve um problema de segurança. Essa visão foi apresentada aqui, não que eu seja contra o bom aparelhamento da Polícia; acho que a polícia tem de estar bem aparelhada, principalmente para combater o crime organizado.

Agora, o percentual mínimo vai trazer de volta aquela idéia de que o problema da segurança será resolvido com mais armas, mais carros e mais efetivos. Essa é uma visão meramente repressiva. Ou analisamos a segurança pública de uma forma sistêmica, ou vamos estar sempre pedindo mais recursos para a Polícia. Não considero adequada essa proposição. Na minha opinião, igualar segurança pública à saúde ou à educação é inadequado.

(Não identificado) - Quando o Deputado Marcos Rolim falou sobre um projeto de lei de sua autoria, lembrei-me de um outro, sobre o qual esta Conferência não pode deixar de manifestar-se. Foi um projeto de lei protocolado pelo Deputado Marcos Rolim, ano passado, que dizia o seguinte: "... excetuam-se da Lei da Anistia, dentre os crimes conexos, os crimes de tortura".

Não sei se todos sabem que aquela lei anistiou torturadores que sequer vieram a ser conhecidos, muito menos processados e condenados pelos crimes cometidos. É fundamental a manifestação desta Conferência, para que os torturadores e os assassinos sejam devidamente punidos com a aprovação desse projeto de lei. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Gostaria de pedir que a ordem da inscrição fosse mantida. A próxima a pronunciar-se será a Selma.

A SRA. SELMA REGINA DE SOUZA A. CONCEIÇÃO - Por favor, observem o item 15. A retificação já está com o Marcelo. No Rio de Janeiro, o comandante do Batalhão será o coordenador do conselho comunitário e os delegados do bairro naquela área... Aqui não é "ou delegado". É só retificar para "e delegado ou e delegados", como é o caso do Rio de Janeiro, em Copacabana, o 19º Batalhão e os delegados da 12ª e 13ª DPs. Não é unificação. É a integração da Polícia Militar com a Polícia Civil mais a participação de toda a sociedade civil, Lyons, clubes de serviço, defensorias, juizados, etc. Funciona e tem funcionado em Copacabana.

(Não identificado) - Gostaria de somar argumentos ao que o Deputado Marcos Rolim disse acerca da desmilitarização. Realmente é necessário discutir amplamente esse assunto, porque há um grande desconhecimento do que é e do que não é desmilitarização. Hoje, somos cerca de 500 mil policiais militares em todo o Brasil. Por sermos militares, não temos direito à greve, à filiação partidária e a associações diversas. Com isso tem-se o controle da tropa. Ainda que o País todo pare, ainda que a sociedade civil pare e faça uma greve, teremos ali a força policial militar para controlar a situação. Vivemos uma situação de uma Polícia não militar, uma Polícia desmilitarizada. Teremos cerca de 500 mil homens armados, fazendo greves, juntando-se a políticos, sindicatos, levando o País a uma total desordem. Imagino o que teria ocorrido há algum tempo com a Polícia Militar de Pernambuco, embora não tendo direito à greve, que se manifestou. Toda a Polícia parou. A cidade parou. Fala-se tanto da Polícia Militar. Agora, quando a Polícia Militar disse que não iria mais trabalhar por um certo tempo, as lojas fecharam, o comércio todo parou, as escolas não funcionaram e estabeleceu-se o caos naquele local.

Esta a indagação que deixo para todos os presentes.

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Dando prosseguimento, tem a palavra a Sra. Anita Kilim.

A SRA. ANITA KILIM - É sobre o que foi dito em relação ao Item 7 - aperfeiçoamento da Justiça Militar, com julgamento feito por um juiz togado. Fizemos um acordo. Participamos junto com a Polícia Militar, que apresentou essa proposta: fim da Justiça Militar, com rediscussão da legislação e estatutos aplicáveis às Polícias. Contemplamos todos. Como disse, houve acordo. Todos os outros acordos é a supressão dos dois, em que se fala que a Polícia não pode ser militarizada. O outro, que é a supressão do 15, desmilitarização, desjuridização e inquérito policial. Fizemos um acordo e vamos pensar as emendas.

(Não identificado) - As razões do companheiro de farda que me antecedeu são para mim parte das razões do porquê de desmilitarizar a própria Polícia. A Polícia Militar não reconhece o direito de cidadania do próprio policial militar. É injusto nesse debate fazer argumentos não razoáveis. Quero registrar minha divergência. São pessoas que desconhecem a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Somos a Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. O Secretário Bisol é nosso titular. Administramos há um ano e cinco meses as duas Polícias.

Conhecemos suas virtudes e mazelas. Mesmo assim, tem que ser feito um amplo debate acerca da reforma das Polícias, da constituição de uma polícia estadual única, acabando com o caráter militar da Polícia, o que não está relacionado ao fim da hierarquia e da disciplina, dado importante para o trabalho da Polícia.

Essa discussão tem que ser bem-feita. Argumentos como esse não merecem estar no palco da discussão, porque não contribuem para o avanço do debate.

(Não identificado) - Uma questão de ordem. Creio que esse é um debate muito interessante. Seria muito ruim se nos anais desta Conferência não se contemplassem essas divergências, que retratam a realidade das Polícias. Então, sugiro, Sra. Coordenadora, Sr. Relator, que nessa parte da segurança pública fosse aberto um boxe em separado, com todas as propostas que apareceram, inclusive as contraditórias, para que as entidades de direitos humanos e os companheiros da Polícia possam continuar aprofundando essa discussão. Isso é importante. Qualquer tentativa de um consenso nesse momento abafa as divergências existentes, não permitindo avançarmos em uma proposição mais democrática, que é o que desejamos. Não há consenso? Se não há consenso, isso tem que ficar exposto. Logo, vamos continuar debatendo.

Era a proposta que faria à Coordenadora e ao Relator para que houvesse um destaque no relatório desse grupo, alcançando toda a riqueza desse debate que fizemos até agora.

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra a Sra. Isabel.

A SRA. ISABEL - A riqueza desse debate do grupo de Segurança Pública, Estado e Sistema Prisional mostra o momento de responsabilidade que os defensores dos direitos humanos, os policiais, os gestores públicos têm nesse período da conjuntura brasileira de rediscutir o papel da Polícia.

O Marcos registrou uma discordância: a militarização. Temos que discutir. Por isso quero ratificar a proposta do Deputado, ou seja, que estejam estabelecidas as diferenças, porque tem que haver um desarmamento de espírito das corporações e da sociedade civil para discutir o papel da Polícia.

O pressuposto de uma sociedade democrática e organizada é a hierarquia e a disciplina, principalmente disciplina dos coletivos e das decisões. Desde quando filiação partidária assegura a um policial, a um juiz, a qualquer um o seu direito humano ou diz a ele que vai fazer uma bobagem se é filiado ao partido "a" ou "b"? Isso tem que estar transparente no debate.

Outro dia, em um debate pela televisão no Rio Grande do Sul, um policial da reserva disse ao nosso debatedor: "policial não é feito para pensar; policial é feito para agir". Temos que acabar com isso. Não tenho nenhuma dúvida de que no momento em que as Polícias Militares fizerem greve, a educação assume seu papel de segurança, a saúde assume seu papel de segurança, o sistema da Justiça - Judiciário e Promotoria -, cada um desses assume o seu papel, porque greve é um direito conquistado por todos os cidadãos brasileiros e conseguido pela conquista. Não que se parta do pressuposto que a desmilitarização, os códigos e as condutas virem uma anarquia total. O que desejamos é realmente fazer esse debate com liberdade e tratar da liberdade dos direitos humanos de todos os cidadãos, inclusive os policiais de filiação, de sindicalização, de direito à divergência, inclusive dos seus comandantes.

Quero que este debate fique posto nesta situação da responsabilidade que tem este País de rediscutir o problema das Polícias que está posto na mão de cada um dos gestores e que não se resolve com a proposta do Presidente Fernando Henrique, que retoma a guarda para cuidar da Corte e intervir nas crises sociais do País, mas se resolve com uma discussão transparente e democrática. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Peço aos próximos inscritos que sejam breves, para que possamos prosseguir com os próximos grupos de trabalho.

Obrigada.

Com a palavra a Sra. Heloisa Greco.

A SRA. HELOISA GRECO - Vou falar também sobre a desmilitarização. Creio que está havendo uma certa confusão. Na verdade, trata-se de uma questão conceitual. Quando falamos em desmilitarização, pensamos em acabar com a prática da Polícia de investir contra a população como se fosse um inimigo no campo de batalha. Vimos isso no primeiro dia com o filme Crônica de uma Guerra Particular, e no cotidiano das Polícias de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, enfim, pelo Brasil afora. É uma questão estrutural, mas não quer dizer que a Polícia Civil está legal. Ao contrário. Sabemos que a Polícia Civil aqui, bem como as duas corporações, estão envolvidas com a prática da tortura, que virou uma instituição neste País, com o crime organizado e com a prática do extermínio. Hoje a Polícia Militar está ligada ao Exército. Ainda existe a Inspetoria-Geral da Polícia Militar. É disso que estamos falando. Portanto, definitivamente, não podemos abrir mão

dessa discussão e muito menos que ela não conste dos anais dos nossos trabalhos.

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Com a palavra o Sr. Robson Sávio, da Secretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais.

O SR. ROBSON SÁVIO REIS SOUZA - Li rapidamente o relatório do Grupo III. Parece que não foi contemplada uma sugestão dada em plenário. Gostaria até de citar um exemplo de Minas Gerais, onde temos trabalhado no sentido de promover uma espécie de parceria entre os órgãos das Polícias, as Secretarias e as Ouvidorias. Então, quando informações são passadas à central de informações, as quais a Polícia Militar, Polícia Civil, Ouvidoria de Polícia, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos e Conselho Estadual de Segurança Pública podem ter acesso, isso facilita muito as ações e a tomada de providências. Especificamente em Minas Gerais, através de um serviço chamado de Disque Direitos Humanos, temos trabalhado em parcerias, principalmente com a Polícia Militar, no sentido de criação de grupo de direitos humanos nas unidades policiais. Quando temos qualquer denúncia a respeito de arbitrariedades cometidas na unidade policial, através do serviço Disque Direitos Humanos, encaminhamos para apuração pelo Grupo de Direitos Humanos na unidade policial, que faz um relatório e encaminha para nós a resposta. Se achamos que a resposta não é adequada, a Ouvidoria entra no processo. Então, a troca de informações entre os vários órgãos de segurança e de defesa de direitos humanos significa uma facilitação, que, na verdade, possibilita consensos e buscas de soluções efetivas, para diminuir a prática de tortura, de maus-tratos, de qualquer tipo de arbitrariedade pelas forças de segurança pública no Estado. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Suzana Keniger Lisboa) - Prosseguindo com os grupos de trabalho, tem a palavra a representante do Grupo de Trabalho II sobre Preconceito, Discriminação e Exclusão.

A SRA. MIRÉYA SUÁREZ DE SOARES - As sínteses dos debates do Grupo de Trabalho II incluem os problemas denunciados e as propostas que alcançaram algum nível de adesão. Preferimos incluir praticamente tudo o que os diversos membros do grupo estavam apresentando, que fossem incluídos como moções de repúdio.

Sobre os problemas denunciados, o primeiro deles é que persiste no Brasil a discriminação contra e a exclusão das categorias sociais que se afastam do modelo ideal de brasileiro.

Qual seria esse modelo? Um branco masculino profissional, heterossexual, cristão, sem deficiência física e portador da cultura ocidentalizada, o ideal de cidadão.

Em segundo lugar, o preconceito é que desvaloriza e discrimina, portanto, pode ser parcialmente reconhecido, como no caso de formadores de opiniões importantes que aceitam que as mulheres sejam discriminadas. Esses preconceitos podem ser negados, porque poucos brasileiros brancos reconhecem que os negros são discriminados por conta da sua raça e não por serem pobres.

Há outros preconceitos, afirmados veementemente pela maioria da população do Brasil, em relação aos homossexuais. E há outros preconceitos simplesmente ignorados, como o faz a imensa maioria da população, quando se trata de ciganos, por exemplo.

Um terceiro problema, de fato, é um conjunto de problemas. Dentre a violação dos direitos humanos destacaram-se os seguintes:

I - a falta de acesso da população negra às condições de igualdade e a inexistência de políticas públicas que garantam o direito ao exercício da cidadania;

II - a recusa em aceitar as particularidades da cultura dos ciganos, especialmente a sua transumância, de modo que os ciganos acabam descivilizados, até mesmo juridicamente, e também estigmatizados.

Os ciganos são invisíveis, a ponto de praticamente não haver bibliografia sobre eles. A ignorância sobre eles gera medo, que, por sua vez, gera preconceito.

A discriminação contra os soropositivos e portadores da HIV começa no âmbito da própria família e se estende aos empregadores, que, muitas vezes, solicitam exame clínico como forma de contratação, impedindo desse modo o acesso dos portadores ao mercado de trabalho.

Os homossexuais são uma das categorias sociais que mais morre pelo preconceito. Estou usando uma possível expressão da pessoa que colocou esse assunto com muito empenho. Dois homossexuais - informa ele - morrem todo dia vítima da homofobia, sendo que são excluídos tanto pela família e a sociedade, como pela própria Carta dos Direitos Humanos.

A falta de equipamento e formação da Polícia, bem como a falta de integração entre a

Polícia Militar e grupos discriminados, tais como negros, homossexuais, ciganos etc., constituem-se em outro problema.

A mídia contribui para o fortalecimento do preconceito e da discriminação, particularmente na sua modalidade televisiva.

Esses seriam os problemas denunciados. Agora, passo para as propostas, em número de quinze, com alguns desdobramentos.

Devo pedir desculpas ao grupo por não entrar nos desdobramentos por causa da limitação de tempo.

A primeira proposta é que o combate ao racismo e à exclusão social, bem como a reparação dessa exclusão, requerem necessariamente o reconhecimento da existência de racismo e de discriminação. Essa questão foi muito ressaltada. Na medida em que se continue a achar que ser racista é uma espécie de degeneração, o sujeito que pensa desse modo não é capaz de repensar sua atitude discriminatória. Estamos solicitando, vamos dizer assim, que se aceite com mais tranqüilidade o fato de ser racista e que somente desse modo será possível chegar a combatê-lo dentro de si mesmo.

Além disso, é urgente o "empoderamento" dos grupos discriminados, para que possam ter voz pública, fazer parte dos grupos de tomada de decisão e organizar sua própria resistência.

Solicita o grupo à Comissão de Direitos Humanos desta Casa o acompanhamento de todo o processo preparativo da Conferência Mundial de Combate à Discriminação, no sentido de garantir que o Governo brasileiro abrigue a pré-Conferência das Américas, bem como que publique o relatório oficial sobre a situação da população afro-descendente no País.

Solicita-se também dar eficácia aos instrumentos de direitos humanos vigentes, devendo para tanto ser incluído no programa nacional de direitos humanos um cronograma para implementação das políticas nela elencadas, bem como a estipulação de sanções em caso de descumprimento.

Solicita-se da mesma Comissão de Direitos Humanos a criação de um grupo de trabalho para estudar, fiscalizar e propor ações para a aplicação efetiva da lei que trata de discriminação e práticas de racismo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Só um pedido. Como todos têm o relatório em mãos, solicito, para não haver leitura de todos os pontos, destacar o mais importante e as polêmicas maiores do grupo. É mais para dar uma idéia para quem não participou da discussão. As pessoas têm o relatório em mãos, qualquer pessoa pode estabelecer um destaque, depois, sobre pontos.

A SRA. MIRÉYA SUÁREZ DE SOARES - O encaminhamento aos executivos municipais, estaduais e federal de sugestões para quebrar as barreiras arquitetônicas para PPDs e idosos.

São essas as solicitações no sentido de ativar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Depois, vem a questão dos direitos humanos de homossexuais, a articulação entre a sociedade civil e os órgãos de segurança pública, já comentada, a criação dos direitos humanos na Polícia Militar, como também em outras áreas da segurança pública, o que mostra a articulação desse grupo com as discussões do anterior.

Destaco o reconhecimento das comunidades remanescentes de Quilombos, enfatizado por alguns membros do grupo.

Finalmente, no número 15, vem a questão de garantir que sejam respeitados e incentivados os direitos humanos das mulheres. Acredito que, como todos têm o documento em mãos, poderão lê-lo. Trata-se de todos os itens que, basicamente, o Governo brasileiro não vem cumprindo.

Finalmente, chegamos às moções encaminhadas à 5ª Conferência pelo grupo de trabalho.

A primeira, moção de repúdio pelo declínio do Governo brasileiro em sediar a Conferência Americana preparatória à Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

A segunda, moção de repúdio à discriminação das religiões de matizes africanos.

A terceira, moção de repúdio contra a violência à população negra por ocasião da Marcha Brasil 500 Anos.

A seguinte, moção de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pela violenta atitude aplicada contra adolescentes rebeldes da FUNABEM.

E a última, não é sequer uma moção de repúdio. Diria que é mais uma moção de visibilidade das minorias étnicas Rom, Sinti e Calom, que são ciganos, para serem reconhecidas

oficialmente como minorias étnicas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado.

Vamos aos destaques.

Com a palavra a Sra. Deise Benedito.

A SRA. DEISE BENEDITO - Gostaria de destacar, no item 10, que devem ser veiculados nos meios de comunicação imagens positivas das populações discriminadas, tais como negras, mulheres, indígenas e portadores de necessidades especiais. No item 14, que a próxima conferência de direitos humanos deverá contar com a presença de portadores de necessidades especiais físicas, agentes de segurança pública, ex-presidiários, ex-presidiárias e idosos também como palestrantes nos grupos de trabalho. Nesse outro ponto, garantir que sejam incentivados os direitos humanos das mulheres negras e indígenas. No âmbito da Convenção do Haiti, relacionado ao trabalho, garantir os direitos conquistados nacional e internacionalmente, destacando a inexistência de isonomia salarial e a situação das mulheres negras e das mulheres indígenas. Num ponto mais abaixo, incentivar a criação de casas-abrigo para mulheres em situação de violência, infra-estruturas asseguradas pelo Estado e a casa do egresso ou egressa, mulheres oriundas do sistema penitenciário. Garantir o direito de denunciar, pelas mulheres, sem que as mesmas sofram qualquer tipo de ameaça ou repressão, mesmo as que se encontram em reclusão, sob custódia do Estado, destacando as presas brasileiras e as estrangeiras.

No âmbito do acesso à Justiça. Garantir efetivo acesso à Justiça, oferecendo orientação jurídica, social e psicológica às mulheres e familiares em situação de violência, como nos casos de discriminação racial, por gênero, por opção sexual, e às portadoras de necessidades especiais e a soropositivos.

No âmbito da educação. Garantir a educação em direitos humanos com ênfase na perspectiva de gênero, praticadas em salas de aula, transversalizando o ensino dos direitos humanos em todas as áreas do conhecimento, e que seja também incluída a questão de raça. Garantir as condições de acesso à educação às mulheres de todas as idades, cor e religião, inclusive as presas, que a educação seja considerada como remissão de pena. Garantir a livre opção sexual às mulheres, para que não sejam reprimidas ou discriminadas, mesmo em estabelecimentos penais. A homossexualidade, para quem não sabe, no sistema penitenciário, é considerada falta grave.

Acredito que só ficou faltando isso. A moção de repúdio ao Governo do Estado de São Paulo pela violência crônica e brutal praticada contra jovens adolescentes que se encontram na FEBEM. Considerando que 47% são negros, é inaceitável que, no limiar do século XXI, depois de 384 anos de escravidão, jovens sejam tratados como escravos recapturados após as fugas, sendo submetidos à prática de torturas, espancamentos e humilhação pública, esses atualmente considerados crimes por agentes do Estado. O Estado, que deveria garantir sua vida, sua saúde física e mental, descumpre tudo isso. Propomos que a Comissão de Direitos Humanos, junto com o alto comissariado da ONU, do UNICEF, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e as entidades da sociedade civil visitem os locais onde estão abrigados esses jovens, verdadeiros depósitos de lixo humano, e que sejam punidos severamente os Estados que descumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente, tal como as medidas socioeducativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Obrigado, Deise. Peço-lhe que passe essas observações para a Relatora, por escrito.

Com a palavra a Sra. Célia Gonçalves Souza.

A SRA. CÉLIA GONÇALVES SOUZA - Meu nome é Celinha e sou da Coordenação Nacional de Entidades Negras, CONEN. Proponho que as moções, ao final, sejam lidas, porque aprovar moção sem ser lida é duro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Vou apenas concluir essa fase dos trabalhos.

A SRA. CÉLIA GONÇALVES SOUZA - Gostaria apenas de fazer um alerta, já que não foram lidas. É interessante saber o que se está aprovando.

Sugiro que na moção ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela violenta atitude aplicada contra os adolescentes rebeldes da FUNABEM, seja acrescentada a violência policial na ocupação das favelas do Rio de Janeiro. Além da FUNABEM, há também esse problema com a ocupação policial nas favelas.

Outra questão, sugerida pelo grupo e que gostaria de passar à Mesa, é o relatório produzido

pela Coordenação Nacional de Entidades Negras sobre a Marcha Brasil Outros 500, a respeito da violência ocorrida em Cabrália e Porto Seguro. Solicito à Mesa que esse minucioso relatório produzido pela CONEN sobre tudo o que ocorreu em Cabrália, seus desdobramentos, depoimentos das pessoas violentadas pela polícia, das pessoas que sofreram e estão sofrendo as conseqüências desse ato conste dos anais desta Conferência. Também justifica o porquê da Marcha Brasil Outros 500, da nossa não-aceitação das comemorações dos 500 Anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Solicitação aceita. Peço apenas que todas as propostas sejam encaminhadas à Relatoria. Há algum outro destaque nesse ponto? (Pausa.)

Passemos, então, ao Grupo I.

Companheiro Marcos Colares com a palavra.

O SR. MARCOS COLARES - Tentarei resumir. Foi dito, no início dos trabalhos, que o objetivo básico da atividade seria dar um enfoque especial a dois momentos: exibição do protótipo de funcionamento de uma rede virtual, denominada Rede Brasileira Contra a Tortura; e a apresentação de exemplos emblemáticos sobre casos de tortura no País. Ainda nessa atividade, tivemos a exposição de aspectos jurídicos sobre a Lei nº 9.455, de 1997. Basicamente, dois objetivos foram abordados. O primeiro, a criação dessa rede de cooperação e, em seguida, ligado a esse objetivo, os desdobramentos da rede, que seriam a produção de um relatório alternativo sobre a tortura no Brasil; a proposição da revisão e reformulação da Lei nº 9.455, de 1997; e a organização de ações nos Estados, no dia 26 de junho, em sintonia com o Dia Mundial de Luta Contra a Tortura.

Vou abrir um espaço para que o Roberto Monte faça uma breve exposição sobre isso.

O SR. ROBERTO MONTE - Boa noite.

A pedido do Deputado Nilmário Miranda, nós, da DEGANET, criamos uma rede telemática de direitos humanos e cultura, que já está no ar. Em termos gerais, pensamos em criar uma rede extremamente interativa e multimídia. Para que tenham uma idéia, já temos um vídeo exibido na própria rede, no Rio Grande do Norte, em que o Delegado Maurílio Pinto diz que é para "baixar o cacete mesmo", defendendo abertamente a tortura.

De um lado, vamos ter o que vai ser a rede, como participar; a legislação nacional e internacional; o comitê da ONU contra a tortura; o Código de Ética e Conduta; textos, reflexões etc. De outro lado, vamos possibilitar o envio de release. Por exemplo, uma pessoa no Ceará quer fazer uma denúncia. Ela pode mandar essa mesma denúncia para milhares de endereços. Isso depois de passar por um crivo estadual que vai liberar ou não esse tipo de coisa. Isso faz parte de um programa interativo que na seqüência vamos discutir, em linguagem ASP, que forma grandes bancos de dados.

Em termos gerais, a rede já está no ar. As pessoas podem acessar a DEGANET. É muito importante aquele papelzinho que os senhores receberam da rede. Escrevam e deixem na entrada para começarmos a indicar as pessoas que vão participar da rede. Em síntese, é uma rede que devemos usar bem, em termos de multimídia, e fazer a mesma guerrilha virtual: interatividade, multimídia e pau na moleira da galera. (Palmas.)

O SR. MARCOS COLARES - Contrariando as expectativas, o Roberto foi muito sucinto. Parabéns!

Como os senhores têm o relatório em mãos, vou pinçar apenas alguns encaminhamentos que chamam mais a atenção. Primeiro, a própria criação da rede, aprovada por unanimidade no grupo. Ela acompanha a criação de uma coordenação nacional e coordenações estaduais para o recebimento e encaminhamento das denúncias. Na última página, está disposta a composição provisória da organização da rede contra a tortura, formada por seis entidades. Em seguida, a definição de critérios para a inclusão da denúncia, que o Roberto mencionou: como uma denúncia, que chega a uma entidade, passa a integrar a rede? A elaboração de uma cartilha, que visa à prevenção da tortura, bem como a disponibilização de informações sobre os órgãos que podem assistir imediatamente ao torturado; e a criação de um modelo de ação e reparação de perdas e danos contra o Estado.

Outro encaminhamento para o qual chamo a atenção é a elaboração de um relatório alternativo, a ser entregue até o dia 31 de dezembro deste ano, em contraponto ao relatório governamental. Essa data é limite, portanto vamos procurar saber a data em que vai ser feito o contraponto da Anistia Internacional e vamos tentar entregar antes disso. Designar uma comissão para revisar a Lei nº 9.455, propondo a sua reformulação. Organizar, no dia

26 de junho, uma série de atividades. Há sugestões, mas cada Estado deveria pensar em alguma atividade para o Dia Mundial de Luta Contra a Tortura. Recomendações às Seccionais da OAB e outros órgãos - Ministério Público, Defensoria etc. - para que impetrem ações de perdas e danos contra os Estados em que se der ato de tortura contra agentes públicos ou direções. Ligada a essa, a proposta seguinte é estabelecer uma data simbólica para que em todo o País, em determinado dia, fosse dado ingresso a essas ações. Pretendemos também viabilizar uma espécie de formulário para facilitar a padronização das ações.

Quero chamar a atenção para a proposta da letra "j", pois houve um pequeno defeito de redação, já corrigido. A redação doravante é a seguinte: "Alteração do art. 9º do Código Penal Militar, parágrafo único, Decreto Lei nº 1.001, de 1969, atribuindo à lesão corporal de qualquer natureza as normas de competência da Justiça Comum".

Outro destaque que se faz é à alínea "l", quanto à desvinculação do Instituto Médico Legal do Instituto de Criminalística em todo o território nacional, dos organismos policiais, com vistas a oferecer-lhe autonomia administrativa, funcional e orçamentária, visando o aperfeiçoamento dos laudos periciais, especialmente nos casos de tortura.

A alínea "s" foi uma proposta que recebi por escrito dos grupos que não participaram do evento e tem a seguinte redação:

Viabilizar mecanismos para apuração e sanção dos funcionários, guardas, carcereiros, policiais e outros que espancam e torturam presos adultos e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, eliminando a impunidade desfrutada por esses agentes do Estado.

A alínea "v", que diz:

Pressionar os Governos Estaduais para a imediata instalação e pleno funcionamento das Defensorias Públicas, para que haja, de fato, assistência jurídica de qualidade para todos os presos pobres e carentes.

E a alínea "w", que diz:

Garantir expressões livres e desimpedidas por reconhecidas ONGs de direitos humanos e movimentos sociais nacionais e internacionais, para assegurar transparência no sistema prisional penitenciário.

Queremos destacar três moções, dentre as oito apresentadas, a começar pela segunda mem que durante 11 estados do Brasil sejam incluídos no Programa de Proteção à Testemunha, sendo encaminhada cópia dessa moção a todos os Governadores Estaduais. A OAB ouviu recentemente o gerente do Programa Pró-Vita. Ele disse que apenas sete Estados instalaram o programa e que, até o final do ano, há a previsão de apenas mais quatro Estados, o que totalizaria onze, restando ainda os demais Estados e o Distrito Federal sem a instalação.

A Moção de nº 4, que diz:

Que os Estados estabeleçam programas de ação imediata para atendimento médico e psicológico dos presos e doentes, especialmente paraplégicos, tetraplégicos e doentes mentais, bem como às presas grávidas, com atendimento pré-natal e ao parto, efetivando-se em seguida o direito à amamentação.

Por último, destaco a Moção nº 8:

Que o Governador do Estado do Espírito Santo decida pela extinção da Scuderie Le Coq, para que isso possa servir de exemplo no combate ao crime organizado em todo o País. Este é o relatório. (Palmas.)

(Não identificado) - Muito bem. Gostaria que o Relator pudesse me auxiliar em dois itens do relatório, sobre os quais quero fazer um destaque. O primeiro deles é o item "c", cujo encaminhamento está assim proposto:

Designar uma comissão para revisar a Lei nº 9.455/97 e propor a sua reformulação.

Trata-se da Lei da Tortura que, na realidade, está sendo aplicada no Brasil há três anos. A proposta é a revisão da lei. Mas em que termos seria feita?

O SR. MARCOS COLARES - A partir do trabalho que fosse feito por esta comissão. O grupo propõe a criação de uma rede de coordenação nacional que receberia, inclusive, encaminhamentos no que diz respeito a este ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Acho que não ficou bem adequado o termo, Marcos, porque, na verdade, quem propôs o item foi o Deputado Nilmário Miranda, com o objetivo de analisar, ou seja, fazer uma análise da lei e de sua aplicabilidade, análise

comparativa.

Porque se se coloca o termo "revisão", já antecipamos o resultado dos trabalhos da comissão, mas, na verdade, a intenção é de se analisar e, se for o caso, propor reformulações.

Temos a experiência dos Estados nesses relatórios que estão sendo levantados. Então, acho que o termo correto seria "analisar" ou "avaliar" a lei. Dependendo da análise, poder-se-ia propor ou não a revisão. A alteração seria essa.

A letra "d", que é objeto de outro questionamento, diz:

Elaborar um relatório alternativo até o dia 31 de dezembro de 2000 para ser enviado à ONU, em contraponto ao relatório governamental sobre a tortura.

A Comissão e todas as entidades realizaram trabalhos no ano passado em relação ao (ininteligível). Foi um trabalho excepcional e que redundou no relatório apresentado ontem pela manhã. Como está proposto, a idéia é que se faça o mesmo em relação ao relatório sobre a tortura.

Quero sublinhar que li o relatório da tortura enviado pelo Governo brasileiro e o achei muito bom. Inclusive, o relatório afirma surpreendentemente que a tortura continua sendo praticada no Brasil, e com freqüência em delegacias, presídios etc.

Portanto, acho que deveríamos apresentar à ONU dados adicionais sobre casos concretos que temos, ou seja, detalhar aquilo que o Governo não incluiu no seu relatório. Agora, não sei se é o caso de um relatório alternativo. No caso do PIDESC não havia relatório, o Governo até hoje não o apresentou e foi um trabalho que avançou muito essa discussão. Mas, no caso da tortura, não sei se seria o caso de se fazer esse esforço em relação ao tema, já que há um relatório apresentado, e surpreendentemente um bom relatório.

(Não identificado) - O fato de ser um relatório apresentado ou não com alguma modificação será decidido a partir dessa discussão. Quanto ao PIDESC, o problema era o de que não havia relatório algum. Portanto, não era um relatório alternativo e tinha inclusive o objetivo de exigir que o Governo Federal apresentasse o seu relatório. Mas a prática internacional não é essa. Todas as vezes em que é apresentado um relatório governamental, a sociedade civil apresenta também um relatório sombra, que pode inclusive ratificá-lo, demonstrando em que pontos o Governo Federal, naquele primeiro relatório, já contemplou as questões que interessam à sociedade civil.

fechar o documento final da Conferência, sistematizando os relatórios e a carta da Conferência na próxima semana com as entidades já apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Está certo. Destaques?

(Não identificado) - É relativo à Moção nº 8, sobre o Estado do Espírito Santo. Está escrito que o Governador do Espírito Santo decida pela extinção da Scuderie Le Coq. Trata-se de uma entidade criminosa já bem conhecida. Então, na realidade não seria um encaminhamento ao Governador, porque não caberia a S.Exa. decidir sobre o assunto, mas um manifesto em solidariedade ao Ministério Público, que já moveu ação com esse objetivo, e solidariedade também à Comissão que está investigando o crime organizado em todo o Brasil.

É apenas essa a correção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Com a palavra o Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO TELLES DE MELO - Vou ser muito rápido e farei uma observação agora que poderá também valer para outras moções. Trata-se do encaminhamento por parte da Comissão.

A Moção nº 7 tem a ver com a tortura, porque houve a morte de um paciente em razão de torturas e maus-tratos em um manicômio situado em Sobral, no Estado do Ceará. Houve uma intervenção do Município, que destituiu a direção daquela instituição, mas ainda há uma possibilidade concreta de esse hospital voltar às mãos do antigo proprietário e, inclusive, continuar com o credenciamento no SUS.

Então, a minha preocupação, Sr. Presidente, é a de que essa Moção nº 7 tivesse um caráter de urgência, porque o decreto de intervenção irá expirar agora no mês de maio. Há uma proposta das entidades pela renovação da intervenção, ou pelo descredenciamento imediato e interdição.

Penso também que outras moções deveriam ser objeto dessa urgência, a exemplo do Programa do Apoio às Vítimas e Testemunhas de Violência. Há o caso de uma ameaça de morte que, por sorte, a vítima tinha uma rede de proteção dos evangélicos e foi mandado para os Estados Unidos. Era também gravíssima essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Com a palavra o Sr. Pedro Luis.

O SR. PEDRO LUIS MONTENEGRO - Sou membro do Fórum Permanente Contra a Tortura em Alagoas. Houve uma omissão nesse relatório do Grupo da Tortura, pois hoje pela manhã fiz uma proposta que não consta no relatório. Solicitei que se estudasse a possibilidade de a Comissão de Direitos Humanos propor um projeto de lei para que o Ministério da Saúde, assim como existe um programa de combate à dengue, criasse um programa de atendimento às vítimas de tortura e seus familiares. Assistimos a alguns relatos no meu Estado, assim como todos estão acostumados a assistir em outros Estados, que mostra como a tortura tem um efeito além da dor física, mas a dor que marca na alma das pessoas e das suas famílias.

Muitas famílias não têm acesso ao atendimento psicológico ou à assistência social.

Portanto, minha proposta é a de que se estude, no âmbito do Sistema Unificado de Saúde, a criação de um programa nacional de atendimento, o que seria um reconhecimento que a tortura está presente entre nós e que suas vítimas precisam de um atendimento médico e social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - É uma boa observação. O Relator está anotando.

(Não identificado) - Em relação às moções, no item 4, gostaríamos de sugerir a seguinte redação: "...que os Estados estabeleçam programas e ações imediatas para atendimento médico, odontológico e psicológico para os presos e doentes. Porque consideramos a falta de atendimento odontológico aos presos, que perdem todos os dentes enquanto estão nas cadeias, uma tortura. Então sugiro que a falta de assistência médica e odontológica nos presídios seja considerada como tortura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Solicito à Relatora que anote, por favor, no item 4 das moções, que seja acrescentado o atendimento odontológico. Mais algum destaque? Por favor.

(Não identificado) - Sugiro que a proposta feita pela Suzana Lisboa ao Grupo Segurança Pública seja incorporada por esse Grupo de Tortura, por uma questão de adequação: reforçar e apoiar o projeto de lei do Deputado Marcos Rolim sobre retirar a ação dos torturadores dos crimes conexos da Lei de Anistia. Todos vão procurar mesmo é no Grupo de Tortura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Está ótimo. Mais algum destaque? Estamos encaminhando o final da Conferência. É o último grupo. Depois faremos o encerramento, com o encaminhamento sobre as moções.

(Não identificado) - Eu gostaria de sugerir que as apurações oriundas de denúncias de crimes de tortura praticados por funcionários do Estado, quer sejam policiais ou agentes penitenciários, fossem acompanhadas por um ou mais integrantes desses órgãos de defesa dos direitos humanos, para que haja transparência, para que se dilua essa idéia de corporativismo, essa idéia de proteção ao criminoso. Eu gostaria apenas de apresentar essa sugestão para ser acrescentada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rolim) - Muito bem. Não havendo mais destaques, está aprovado este relatório, como os demais.

Vamos encaminhar agora uma decisão a respeito das moções. A intenção da Mesa era, diante das moções que lhe foram encaminhadas, lê-las uma a uma, e o Plenário poder apreciá-las. É importante, entretanto, termos um mínimo de sensibilidade. São 18h15min, já perdemos, a essa altura, inclusive o apoio funcional, pois não há mais funcionários na Casa para atender à própria Conferência. Grande parte da delegação presente já se ausentou do plenário por conta de viagem marcada. A sugestão que faço - e gostaria de consultar o Plenário sobre isso - é que, como teríamos de fechar o documento final da Conferência, sistematizando os relatórios e a carta da Conferência na próxima semana com as entidades co-promotoras, as entidades examinassem também as moções, encaminhando-as ao relatório final.

Não sei se há alguma divergência ou alguém exige que alguma moção seja apreciada aqui neste momento. (Pausa.)

Não havendo nenhuma solicitação, a Mesa considera aprovado esse encaminhamento.

As moções irão à apreciação da Comissão organizadora, com a Comissão dos Direitos Humanos e as entidades co-promotoras, na próxima semana, e constarão do relatório final. Queremos prestar apenas um último esclarecimento. Havíamos, quando da organização do cronograma da Conferência, previsto que o encerramento seria feito com a palavra do Dr.

José Gregori, não apenas por ser o Ministro da Justiça e por estar, evidentemente, associado a todos os temas com os quais trabalhamos aqui, mas por ter sido até pouco tempo o Secretário Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e ter sido sempre alguém com quem mantivemos, com as divergências e diferenças que temos, uma relação bastante respeitosa. Eu, pessoalmente, convidei o Ministro para fazer o encerramento da Conferência, dizendo-lhe que a sua palavra era muito mais importante ao final da Conferência do que ao início, porque gostaríamos de ter aqui a sua apreciação a respeito do que foi aprovado na Conferência e o anúncio de medidas que poderiam desde logo resolver ou encaminhar várias das sugestões que foram aqui apresentadas. O Ministro José Gregori me informou ontem, entretanto, que tinha uma viagem marcada a São Paulo hoje e não poderia voltar a tempo do final da Conferência. Portanto, não viria fazer essa exposição. De qualquer forma, assinalou o compromisso de, tão logo receba as resoluções da Conferência, agendar uma reunião de trabalho com o Ministério da Justiça e a Comissão de Direitos Humanos, para que, no exame das resoluções, S.Exa. possa, então, oferecer resposta a cada um dos itens, dizendo o que pode ser feito e o que não pode, os prazos, etc. Temos esse compromisso, então, com o Ministro José Gregori.

Eu gostaria de encaminhar o encerramento desta Conferência. Vou pedir à Suzana Lisboa que faça a intervenção de encerramento da Conferência por conta do que aconteceu ontem na audiência com o próprio Ministro e das polêmicas todas que nós temos.

Quero agradecer a presença de todos que participaram desta Conferência, agradecer o empenho e o ânimo dos grupos, a apresentação das propostas, que, sem dúvida alguma, trazem temas importantíssimos para todos nós, e dizer que saímos daqui mais animados, mais unidos no movimento nacional de luta pelos direitos humanos no Brasil, e com propostas que deverão ir à prática, orientando a ação não só da Comissão de Direitos Humanos, mas de todas as entidades aqui presentes.

Suzana, por favor, faça, em nome das mulheres e em nome das vítimas da repressão e da violência, a saudação final à Conferência (palmas), para que possamos, então, dar por encerrada a V Conferência Nacional de Direitos Humanos.

A SRA. SUZANA KENIGER LISBOA - Muito obrigada pelo convite. Fico muito emocionada, especialmente porque tenho muita dificuldade de falar em público. O que sei é falar sobre o trabalho que faço há muitos anos junto aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, e creio que esta Conferência e esse dia-a-dia de luta pelo resgate da cidadania de cada um de nós, da nossa história, a luta pelos direitos humanos e para tornar todos nós cidadãos em todos os sentidos, é uma luta que parece não cessar nunca. A sensação que tenho é que, em todas as conferências, em todos os momentos em que nos reunimos, as conclusões, as intervenções trazem sempre a dor e a mensagem da dificuldade de conseguirmos que as autoridades neste País se conscientizem de que é impossível continuar a viver com esse grau de miséria e de exploração em que vivemos até hoje.

É impressionante termos acompanhado, por exemplo, durante anos, a trajetória do cidadão José Gregori, hoje Ministro, premiado pela ONU pelo seu trabalho na área de direitos humanos, e termos sentido ontem o descaso com que tratou os familiares de mortos e desaparecidos políticos e, no meu modo de entender, o próprio Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Achei que ele foi absolutamente deselegante, para não dizer outras coisas. Creio que são essas atitudes e esse dia-a-dia que reforçam cada vez mais o nosso compromisso de continuar na luta pelo resgate da verdade e pela Justiça. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Marcos Rolim) - Está encerrada a V Conferência Nacional de Direitos Humanos.
Obrigado.

V Conferência Nacional de Direitos Humanos
Abertura - 24/05/00

AUTORIDADES/ENTIDADES PRESENTES

NOME ENTIDADE

- 1 Abiaíl Florentina Ferreira Juíza de Paz - TJDF
- 2 Adélma Timóteo Silva Cabral Pinheiro Assessora Técnica do ITEP - RN
- 3 Ademir Antônio Mantovani Conselho Fiscal do Centro de DH Henrique Trindade
- 4 Adilson Bispo dos Santos Major da Pol. Militar de Alagoas
- 5 Adilson dos Santos Vieira Liderança - Tribo Indígena Trutá
- 6 Adivaldo de Lyra Ramalho Júnior Vice-Presidente da Comissão Interna de Direitos Humanos do CFAP - PMDF
- 7 Adriana Machado Assessora política da Embaixada dos Estados Unidos
- 8 Adriane Cristine do Espírito Santo Psicóloga de Desenvolvimento de Recursos da Academia de Polícia - GO
- 9 Agnaldo José da Silva Mestrando em Sociologia da Universidade Federal de Goiás
- 10 Aguinaldo Sousa Brasileiro Motorista do Conselho dos Direitos da Mulher - DF
- 11 Ailson dos Santos Liderança do povo Truká
- 12 Alan Borges Luz Soldado PMDF (membro transitório da C.D.H.)
- 13 Aláude Soares Júnior Economista - Agente Comunitário de Defesa dos Dir. Humanos e da Cidadania
- 14 Alcides Pisoni Vereador - Gravataí - RS
- 15 Alessandro Paranhos Prado 1º Tenente Membro da Com. Central de Direitos Humanos da Polícia Militar de Alagoas
- 16 Alex P. Piloto de Souza Secretário Parlamentar
- 17 Alexandre Aguiar da Cunha Monteiro Oficial da PMDF
- 18 Alexandre Cabana de Queiroz Andrade Agente da Polícia Federal do Departamento da Pol. Federal - MJ
- 19 Alexandre Guedes Pereira Xavier Especialista em políticas públicas e Gestão Governamental do Min. Educação
- 20 Alexandre Lúcio de Mello Filho Representante da Fundação Cultural Palmares
- 21 Alexandre Vargas Pereira SUAM-Rio de Janeiro
- 22 Alice Biato Estudante
- 23 Alice Libardoni Assessora Técnica da AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
- 24 Aline Borges Assessora Parlamentar - Gab. Deputado Marcos Rolim - RS
- 25 Aline Yokok de Souza Estudante
- 26 Alison Sutton Secretariado Internacional / Anistia Internacional
- 27 Almir dos Santos CONIC - Vice-Presidente
- 28 Alrivam dos Santos Barros Liderança Povo Truká - PE
- 29 Aluizio Matias dos Santos Assessora Técnico da CDH da Assembléia Leg. do estado do RN
- 30 Amauri Pessoa Veras Presidente do Partido Popular Socialista - PPS - seção DF

31 Ana Cláudia de Souza Brandão 2ª Tenente PM / Amazonas Sec. Seg. Pública
32 Ana Cléia Fernandes Téc. Administrativo - Min. Público Federal
33 Ana Cristina Mello Von Behr Secretária Nacional Adjunta da Comunidade Bahai do Brasil
34 Ana Cristina Silva de Oliveira Chefe da Seção de Atendimento à População -CD
35 Ana Guerra Pres. da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Poços de Caldas - MG
36 Ana Julieta Teodoro Estudante
37 Ana Liesi Thurler Repres. Forum de Mulheres do DF
38 Ana Maria Lima Barbosa Organização Nac. de Entidade de Deficientes Físicos/PB
39 Ana Maria Vieira Universitária da CESUBRA - Faculdades Objetivo
40 Ana Mary da Costa L. Carneiro Advogada UNAFISCO SINDICAL - RJ
41 Ana Paula Pinto Damasceno Pesquisadora - Estudante - UNB
42 Anátalia Lima Velloso Universitária da CESUBRA - Faculdades Objetivo
43 André Luiz Caldas PMDF - 2º Tenente - Oficial de Polícia
44 André Luiz da Silva Fernandes Estudante
45 André Luiz Hespanhol Tavares Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
46 André Luiz L. Resende Saraiva Estudante - Pós Graduação -UNB
47 André Pinto Garcia Estudante
48 Andrea Couto Coord. de Projetos - CEAP
49 Andréa Mesquita de Menezes Estudante - UnB
50 Andressa Cabral Pádua Estudante
51 Anelyse Freitas de Azevedo Subdefensora Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará
52 Angela Junck da Silva Oliveira 2º Sargento da PMDF
53 Angélica Maria S. Lopes Coordenadora da Defensoria Pública na área cível da Procuradoria Geral do Estado do AC
54 Ângelo Luis de Souza Vargas Diretor Jurídico; Coord. Ed. Física
55 Angelo Roncalli de Ramos Barros Consultor para Projetos de Ressocialização do Preso
56 Anie Rampon
57 Anilson Russi Advogado - Comissão Pastoral da Terra
58 Anselmo Schwertner Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
59 Antenor A. A. Vaz Coordenador Educacional da Fundação Athos Bulcão
60 Antinéia Flores Machado Orientadora Téc. Serv. de Atendimento ao Cidadão - SECOM
61 Antônio Carlos da Costa Coelho Assessor Fundiário da Secretaria de Estado de Justiça - PR
62 Antonio Carlos Moraes Machado Assessor Parlamentar do Gabinete do Deputado João Magno
63 Antônio Casado de Farias Neto 2º Tenente da Polícia Militar de Alagoas
64 Antônio de Pádua Couto Comunidade Baha'í de Mogi Mirim
65 Antonio José dos Santos Pres. da Ass. Brasileira de Psicodrama
66 Antônio Olímpio de Sant'ana Secret. Executivo - CENACORA (Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo)
67 Aparecida de Moraes Membro do Conselho Fiscal da COOHA/COSAM
68 Ariane Brusius Asses. Técnica da Com. Dir. Hum.RS
69 Arlindo Chinaglia Secretário Geral - PT (Dep. Fed.)
70 Arnaldo Martins de Miranda Pastoral Carcerária da Arq. de Olinda e Recife/PE
71 Arnaldo Romero Superintendente de Cidadania da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Estado de MS
72 Augusta Maria Vasconcelos de Souza Analista Legislativo - CD
73 Bailon T. Vila Nova DRE-Núcleo Bandeirante
74 Beatriz Stella de Azevedo Afonso Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos
75 Benedito Antonio Dias da Silva Membro da CDH - OAB Subseção SP
76 Benildes Rodrigues Assessor da FENAJ/DF
77 Bento Alves da Silva Estudante
78 Bernadete Aparecida Ferreira Coordenadora da Casa da Mulher 8 de março - TO
79 Bernadete Magalhães Trindade Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul
80 Bianca Cobucci Rosiere Estudante
81 Carina R. Toscano Estudante

82 Cárita Cristina Pires de Oliveira Reporte do Instituto Candango de solidariedade/DF
83 Carla Stein Promotora de Justiça - MP /ES
84 Carla Torres Elias Assessora Comunitária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS
85 Carla Ubaldina Carneiro de Oliveira Advogada do DEPEN/MJ
86 Carlos Cardoso de Oliveira Júnior Assessor de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo
87 Carlos César Bento Filho Assessor da Comissão de Cidadania e Dir. Humanos da Assembléia Legislativa/RS
88 Carlos Eduardo C. Itabirano PM/MG
89 Carlos Eduardo de Souza Dias da Rocha Estagiário da Veiga de Almeida
90 Carlos Eduardo Siqueira Abrão Assessor Executivo da CDH - OAB/SP
91 Carlos Francisco Signorelli Presidente da Câmara Mun. de Campinas - CDH
92 Carlos Henrique Costa de Oliveira Oficial PMDF
93 Carlos Henrique Kaipper Procurador-Geral do Estado do RS -CDH/RS
94 Carmem Maria das Graças Duarte Assistente Social da Câmara dos Deputados
95 Carmem Maria Fernandez Reverbel Psicóloga da Secretaria Estadual de Saúde do RS
96 Carolina Morales Finger Agente Técnico, Balcão da Cidadania, Porto Alegre/RS
97 Caroline Bastos Dantas Diretora do Conselho Estadual de Defesa dos Dir. Humanos de MG
98 Cecília Maria Monte Araújo Estudante
99 Cecílio dos Santos Souza Oficial da PMDF
100 Célia de Melo Secretária do Comitê Catarinense Pró-mortos e desaparecidos políticos
101 Célia Gonçalves Souza Coordenadora do CONEN/BRASIL
102 Célio Arlindo Cordeiro Rita 1º Tenente da PMDF
103 Christine Ferreira Bernardes Estudante
104 Christine Helena Costa Jacaindá Moreira Assessora Parlamentar da Câmara dos Deputados
105 Cintia N. Roquete Batista de Oliveira Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher - DF
106 Cintia Queiroz da Silva Oficial da PMDF
107 Cíntia Rodrigues Olinda Nascimento Secretária da Assessoria Parlamentar da Polícia Federal
108 Claudelina Inácio Antunes Diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás
109 Claudete da Costa Borba Professora da UNB
110 Claudia Allegrini Representante dos Familiares de Desaparecidos Argentinos no Brasil - Operação Condor
111 Cláudia Barreiros Lid. do PT
112 Cláudia Velasco Segunda Secretária da Embaixada do México
113 Cláudio Domingos Iovanovitchi Presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana
114 Cláudio Duani Martins PM/MG
115 Cláudio Luiz dos Santos Beirão Assessor Jurídico do CIMI/DF
116 Clea Mary Santos da Silveira Conselheira e Representante em Direitos Humanos da Associação Rio Grandense de Imprensa e Conselho Regional de Psicologia 7ª região
117 Cleide Alves da Silva Aspirante a oficial PMDF
118 Cleide Gurgel Turisco Presidente da OAB - CDH/BA
119 Clelia de Melo Secretária do Comitê Catarinense Pró-memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos/SC
120 Cleuzer de Barros Representante do Grupo Tortura Nunca Mais/SP
121 Clodoaldo Affonso Arruda da Silva Agente Cultural do Geledés-Instituto da Mulher Negra/SP
122 Clodomir Ferreira Campos Presidente da Associação Nacional de Assistência ao Detento Cidadão
123 Concílio Lemos da Silva Vereador da Câmara Municipal Alvorada - RS
124 Consuelo Magalhães Duarte Assessora da Secretaria de Estado de Bem-Estar social de RO
125 Cristiane de Carvalho Cardoso Estudante
126 Cristóvão de Albuquerque Alencar Filho Procurador de Justiça do Ministério Público -

AM

- 127 Dalva Rodrigues Carvalho Conselheira do MNDH
- 128 Daniel Zohar Zonshine Encarregado de Negócio da Embaixada de Israel
- 129 Daniela Gomes de Souza Estudante
- 130 Daniela Paiva de Araújo Estudante
- 131 Darci Frigo Assessor Jurídico da Com. Pastoral da Terra
- 132 Débora B. de Azevedo Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados
- 133 Deise Benedito Assessora de Cidadania - DH da entidade Fala Preta
- 134 Denise da Veiga Alves Encarregada de Projetos do MST
- 135 Denise Kazue Hirao Cons. Est. da Cond. Feminina de Secretaria da Justiça de São Paulo
- 136 Denizar Gomes dos Santos Filho Estudante
- 137 Deputada Odete de Jesus P. do Nascimento Vice-Presidente da Com. Dir. Humanos da Assembléia Legis. de Santa Catarina
- 138 Deputado João Alfredo Telles Melo Pres. da CDH da Ass. Legislativa do Ceará
- 139 Diógenes Francisco dos Santos Júnior Coord. Jurídico do Esc. Nacional Zumbi dos Palmares
- 140 Diogo Paiva Brunacci Consultor Legislativo/DF
- 141 Diogo Rafael Salvador Ferraz Chaves Estudante
- 142 Divina Ana da Silva Diretora financeira - COOHACOSAM
- 143 Djalma C. Albuquerque Subtenente da PM/DF
- 144 Dr. Gilney Viana Pres. da CDH da Assembléia Legislativa de MT
- 145 Dr. José Adalberto Targino Araújo Secretário de Estado da Secretaria da Cidadania e Justiça da Paraíba
- 146 Dr. Rodrigo Terra Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do RJ
- 147 Dra. Abigail Florentina Ferreira Juiz de Paz do TJDF
- 148 Dra. Cleide Gurgel Presidente da CDH - OAB/BA
- 149 Dra. Gilda Pacheco Diretora do Departamento de Sociedade Civil do Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH)
- 150 Dra. Yolanda Ana Edelman Subdefensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado do AM
- 151 Edézio Antonio Martelli Pres. da CDH da Assembléia Legislativa de RO
- 152 Edgar Ribeiro Dias 1º Tenente da PMDF
- 153 Edith Maroca de Avelar Centro de Defesa dos DH Helder Câmara
- 154 Edmundo dos Santos Representante da Tribo Truká
- 155 Edilson Francisco da Silva Aspirante-oficial PM-DF
- 156 Edna Pereira de Araújo Representante do Juizado Especial
- 157 Ednaldo dos Santos Liverança Tribo Truká
- 158 Edson Ulisses Pres. da CDH - OAB
- 159 Eduardo Leal Macedo Estudante - UNB
- 160 Eduardo Leite Sousa Capitão da PMDF
- 161 Edvaldo Leite de Caldas Júnior Conselheiro - CEDDHC/PB
- 162 Edwin Martinez Segundo Secretário da Embaixada do Equador
- 163 Elaine Inocência Ministério da Justiça
- 164 Eliana Cristina R. T. Crisóstomo Suplente do Ministério da Justiça do Conselho Nac. dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 165 Eliana Maria Custódio Administradora Financeiro - GELEDÉS
- 166 Elina Magnan Barbosa Estudante
- 167 Elizabeth Aparecida Silva TJDFT - Fórum de Sobradinho
- 168 Elisabeth V. Costa Presidente da FENAJ
- 169 Elisnei Antonio Dias Oficial da PMDF
- 170 Elizabeth Aparecida Silva Oficial de Justiça
- 171 Emanuel Gonçalves de Lima Comandante do 1º BPM da Pol. Militar do Pará
- 172 Emiliane Mendino Promão Coordenadoria DH - BH
- 173 Emílio Castellar Tenente da Polícia Militar
- 174 Enio Ribeiro Filho Diretor de Justiça da Secretaria de Justiça de SC
- 175 Erick Nunes Queiroz Oficial PMDF
- 176 Ernania Maria Souto Guerra Assistente na Liderança do PT
- 177 Everardo de Aguiar Lopes ONG Amigos da Paz

178 Fabiana Kelly Ferraz Secretária de Estado de DH
179 Fabiano Marques de Paula Assessor da Secretaria da Justiça de São Paulo
180 Felipe Dutra de Carvalho Heimburger Presidente do Núcleo de Direitos da UNICEUB - DF
181 Fernanda Augusta P. D. Santos Estudante
182 Fernanda Orsi Teixeira Estudante
183 Fernando de Almeida Martins Procurador Regional dos Direitos do Cidadão - MG
184 Fernando José L. Filho Igreja Batista do Lago Norte
185 Fernando Luiz Alves Oficial PMDF
186 Fernando Oliveira Paulino Pesquisador
187 Flávio Luiz Andrade da Silva Oficial PMDF
188 Francisca Maria Torres Assessora da Lid. PFL - CD
189 Francisco Alencar Presidente da CDHC/ALERJ
190 Francisco Darichen Campos Assessor Técnico da Secretaria de Cidadania, Trabalho e Assistência Social do Acre - SECTAS
191 Francisco de Assis Araújo Herlenhoff Membro da CDH/OAB-ES
192 Francisco Gustavo de Castro Dourado Presidente do Sindicato dos Escritores - ALMUD DF
193 Francisco José Nunes Cabo da Pol. Militar do DF
194 Francisco Robson dos Santos Rocha Oficial da PMDF
195 Francisco de Sousa Filho PMDF
196 Frans Moonen Presidente do Núcleo de Estudos Ciganos
197 Gabi Wucher Autora de livro
198 Gabriela Hauqui Cerutti Conselho Nacional dos D. da Mulher
199 Geórgia Lacerda Torres Estudante
200 Geraldo de Magella Fidelis de M. Marques Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária
201 Gilda Neves dos Anjos Pereira Membro da Com. Int. de DH da PMDF
202 Gilda Pacheco Oveamuno Instituto Interamericano de DH
203 Gilney Viana Presidente da CDH do MT
204 Gilson Oliveira Leal Capitão da PMDF
205 Giovanna Quaglia Assistente Técnico da UNDCP
206 Giselle Marques de Carvalho Fontoura Secretária-Geral - OAB/MS
207 Giuseppe Pisano Assessor do MNDH
208 Gláucia Maria Marques Lopes Analista Legislativo- Cam. Deputados
209 Gleide Gurgel Turisco OAB - CDH - BA
210 Glenda Taveira Fernandes estudante
211 Grasiela Hauqui Cerutti Técnica Administrativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
212 Guadalupe Costa de Sousa Lima Estudante do UNICEUB
213 Gunther A. Zgubic Coordenador da Pastoral Carcerária e ACAT Brasil
214 Gustavo H. Ramos Vieira Estudante - UNICEUB
215 Gustavo Ungaro Gerente de Programa - Min. da Justiça
216 Harick Matheus Embaixada Britânia
217 Harola James Norwood Professor
218 Henrique José Antão de Carvalho SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia
219 Henrique Novaes E estudante - PUC
220 Helcias de Almeida Castro Pres. da CDH da OAB-ES
221 Hélio Corbellini Pres. da CDH - Câmara Municipal de Porto Alegre - RS
222 Hélio Madalena Secret. Parlamentar
223 Heloisa Greco Coordenação do Movimento Tortura Nunca Mais
224 Herilda Balduino de Sousa CDH - OAB Federal
225 Honorine Badji Assist. do Conselho na Embaixada da Bélgica
226 Hugo Javier Gobbi Conselheiro da Embaixada da Argentina
227 Ian Rodrigues Dias Membro da Com. de Direitos Humanos da OAB/DF
228 Iara Xavier Pereira Membro da Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos políticos
229 Iaris Ramalho Cortês Assessora Técnica da CFEMEA
230 Ilza Maria Pereira Santana Secretária Parlamentar

231 Indira Bastos Marrul Estudante
232 Ingrid Dorys Peredo Velasco Staff da Embaixada da Indonésia
233 Iraci Oliveira dos Santos Comissão Pastoral da Terra
234 Iradj Roberto Secretário nacional de Assuntos Externos da Comunidade Bahai
235 Iran Pereira Santos Secretaria de Defesa Social - PE
236 Iranildo Claudino de Oliveira Oficial da PMDF
237 Irina Teixeira Storni Assessora - CD
238 Isabel Cristina Augusto de Jesus Promotora de Justiça do DF
239 Isabel Freitas Chefe de Gabinete do Governo do Estado - RS
240 Isabela Marques Seixas Estudante - UNB
241 Ítalo Cardoso Araújo Câmara Municipal São Paulo
242 Ivan Machado Barbosa Estudante
243 Ivelise Arruda Figueiredo de Araújo Procuradora da Procuradoria Jurídica do INSS
244 Ivone Richter Reimer Adviser na Com. de DDHH na Federação Luterana Mundial - Genebra
245 Izabela Caiado de Acioli Assessora Jurídica do Ministério Público Federal
246 Jacques Gomes de Jesus Presidente do Grupo Estruturação
247 Jaqueline Moraes Martins Estudante
248 Jaqueline Vanessa Sales Estudante
249 Jacqueline Pitanguy Diretora Cepia
250 Jayme Benevenuto Lima Júnior Advogado
251 Jean Araújo Santana do Vale Oficial da PMDF
252 Jefferson Soares Silva Estudante
253 Jéssica Raquel Carvalho Morris Advogada
254 João Alfredo Telles Melo Presidente CDH - CE
255 João Cacildo Pizzyczynsk Assessor Jurídico PT/RS
256 João Carlos Fernandes de Almeida Secretário Parlamentar
257 João Costa Batista Coordenador de Interação Comunitária
258 João Francisco dos Santos Chefe de Gabinete Marcelo Deda
259 João Frederico dos Santos Secretário Executivo do Centro Santo Dias de Dir. Hum. São Paulo
260 João Sapucaia de Araújo Neto Vice-presidente do Instituto de Cidadania Freitas Neto
261 João Porfino da Z. Neto Diretor - COOHACO
262 Joaquim dos Santos Centro DH Helder Câmara
263 Joaquim Brito Deputado Federal
264 Joelson Dias Advogado
265 Joelson Geraldo Sampaio Major PM - MT
266 Joice Gomes Santana Conselheira da OAB/RN
267 Jony Jefferson Santos Lima Analista de Sistemas
268 Jordelino Roque dos Santos Vice-presidente da Câmara Municipal de Capela de Santana - RS
269 Jorge Antonio Siqueira Mota Assessor do SINDILEGIS
270 Jorge Eduardo Navarrete Embaixador do México
271 Jorge Luciano Nunes da Silva Brigada Militar do RGS
272 Jorge Nazareno Veiga Estudante
273 José Adalberto Targino Araújo Secretário de Estado - PB
274 José Adirson Vasconcelos Júnior Assistente Jurídico do Arquivo Público do DF
275 José Air da Silva Feijó Vereador na Câmara Municipal Alvorada - RS
276 José Amaro Hilgert Pres. da Com. Dir. Humanos da Câmara de Vereadores - Gravataí - RS
277 José Antonio de Araújo Chefe de Polícia - RS
278 José Bonifácio Gomes de Andrade Júnior Advogado da ANATEL
279 José do Carmo Alves Siqueira Professor
280 José Eduardo Elias Romão Assessor Jurídico da Coordenadoria de Direitos Humanos da Pref. de Belo Horizonte
281 José Francisco da Silva Secretário Adjunto da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos - MG
282 José Gomes Talarico Vice-Presidente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI e Presidente da Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa

283 José Gonçalves Feitosa Assessor Parlamentar da Câmara dos deputados - Gab. 708
284 José Gustavo Marques de Britto SEDH/MJ
285 José Laureano Sanchez Guerrero Agregado de Polícia da embaixada da Colômbia
286 José Lucio Fernandes Fed. de Grupos ou Blocos Afros e Afoxés do DF e Entorno
287 José Luiz Gonçalves Servidor aposentado do Ministério Público do DF e Territórios
288 José Magalhães de Sousa Diretor Executivo do Cáritas Brasileira
289 José Moura Filho Encarregado da Com. Nac. de DH - Conselho Federal da OAB
290 José Rangel Presidente da Câmara Municipal de Capela de Santana
291 José Ricardo Oriá Fernandes Consultor Legislativo da CD
292 José Sousa Sobrinho Perito Criminal da Polícia Civil do DF
293 Joseney Feitosa Chefe de Gabinete da Secretaria da Justiça
294 Josephina Bacariça Secretária Executiva do CODEP/SP
295 Josué de Souza Machado oficial da PMDF
296 Júlia Streski Diretora da APONG
297 Juliana Capra Maia Pesquisadora UNB
298 Juliana Alves F. de Melo Soldado membro da CDH da PMDF
299 Juliano Vieira Alves Oficial de Gabinete - TJDF
300 Jussara de Goiás INESC
301 Justo A Santos Comunidade Baha'i
302 Karla Afonso Pires Estudante Universitária - Jornalismo
303 Kátia Pereira de Melo Comerciária
304 Kelly Cristiane da Silva Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
305 Kamile de Faria Mendes Estagiário
306 Karina Fernandes Gomes Representante da Acomunicon
307 Karmén Lúcia L. da Silveira Representante do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro
308 Lamartine Santos Ribeiro Assessor Parlamentar da CDH da Assembléia Legislativa de MS
309 Larisse Cavalcante Lino Advogada
310 Lauro Bessa Lamenza Estagiário
311 Laudelena Inácio Antunes Diretora da Ass. dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás
312 Laudicéia de Pieri Assessora Parlamentar da PM/DF
313 Lauro Wagner Magnago Secretário de Estado, Substituto, da Secretaria de Justiça e Segurança/RS
314 Lea Tomass Mestranda em Antropologia - UNB
315 Leandra M. Inácio Antunes Diretora da Ass. Brasileira da Mulheres de Carreira Jurídica
316 Leandro Antunes Silva Oficial de Polícia da PM/DF
317 Leandro Miranda Ernesto membro da Com. Interna de DH da PMDF
318 Lei Zongli Embaixada da China
319 Leonardo C. de Aquino Estudante
320 Letícia Marques Padilha Estudante
321 Liliana Tojo Diretora do CEJIL
322 Lilio Chaves Cabral Representante do Governo de SC
323 Lívia Cardoso Viana Estudante
324 Lívia Maria da Costa Nogueira Assessora de Coordenação Pedagógica do ÁGORA
325 Lourdes Maria Bandeira Professora
326 Lorena Moroni Girão Barroso Colaboradora do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ
327 Luanda Taveira Fernandes Estudante
328 Lucas Nogueira Israel Estudante
329 Luci Alves Pinto Professora/DF
330 Luciana Fonseca Santana da Cruz Universitária da CESUBRA - Faculdades Objetivo
331 Luciana Gonçalves Amélio Estudante
332 Luciana Santos de Oliveira Estudante
333 Luciana Valéria P. Gonçalves Assessora Jurídica da Fundação Cultural Palmares
334 Luciano Mariz Maria Procurador Federal
335 Luciano Wolff Assessor da FIAN Brasil - CPT
336 Lúcio Cesar C. Marques Oficial da PMDF
337 Luis Carlos Vieira Melo Espectador - MNDH

338 Luiz Albuquerque Couto Pres. da Comissão de Dir. Humanos da Assembléia legislativa da Paraíba

339 Luiz Felizardo Júnior Coordenador da Coordenação Nac. de Entidades Negras de BH

340 Luiz Henrique Rodrigues Alves de Lima Pres. da Associação Brasileira de Peritos em Criminalística

341 Luiz Inácio V. Neto Procurador de Justiça no Min. Público do Estado do RS

342 Luiza Bete de Oliveira Secretária do Conselho dos Direitos da Mulher

343 Luiza Gallo Pestano Lid. do PT

344 Magali Godoi Secretária Executiva da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo

345 Magali Pimentel Cardoso Pres. da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Alagoas

346 Malena Rehbem Rodrigues Repórter do Jornal da Câmara

347 Manuel Fernando São Cristovão/MG

348 Mara Felipe Coord. Pedagógica do IPAM

349 Mara Marçal Sales Chefe de Serviço da Pref. Municipal de BH/MG

350 Mara T.R. Terra Representante da Assessoria de Art. Nac. Mulheres Trab. Rurais

351 Marcel André Versiani Cardoso Estagiário do Min. Público Federal - PRDF

352 Marcelo Alves Dias de Souza Procurador da República - PB

353 Marcelo Fagundes Gomide Presidente do PFL jovem

354 Marcelo Nascimento Silva Chefe Gab. Parlamentar da Cam. Deputados

355 Marcelo Ribeiro Freixo Coordenador da Com. de Defesa dos Direitos Humanos - RJ

356 Marcelo Silva de Freitas Conselho Estadual de Segurança Pública - PA

357 Márcia do R. Santos Asses. Sindical - PR

358 Márcia de Campos Assistente Social do Centro de Dir. Humanos Henrique Trindade

359 Márcia Maria Araújo Caires Estagiária - Advocacia Mendonça

360 Márcia Sptandel Assessora da Liderança do PT no Senado Federal

361 Márcia Vasconcelos de Souza Assessora Técnica de Projetos da AGENDE

362 Márcio Alexandre M. Gualberto Assessor da Fed. de Órgãos para Assistência Social e Educacional

363 Márcio Barbosa da Silva 1º Tenente - PMDF

364 Marcio de Campos Assistente Social do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

365 Marcos Antonio Nunes de Oliveira Capitão da Polícia Militar/DF

366 Marco Antonio da Silva Oficial da PMDF

367 Marcos A. Corrêa Consultor Jurídico - Min. Saúde

368 Marcos Colares Secretário Geral do Conselho Federal da OAB - CNDH

369 Marcos Ferreira de Lima 2º Tenente da PM de Alagoas

370 Marcos Henrique do Carmo 1º Tenente de Polícia Militar de Alagoas

371 Marcos Martins da Silva Oficial da PMDF

372 Marcos Vinicius de Oliveira Silva Membro da Comissão Nac. de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

373 Margaret de Souza Coordenadora da Subcomissão de Segurança Pública - OAB/SP

374 Margarete Maria da Silva Secretária do Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Helder Câmara" - CDHC

375 Margareth Maria de Almeida Estagiária

376 Maria Angélica Silva de S. Maia Estudante

377 Maria Alderiza Sampaio Advogada

378 Maria Anita K. da Silva Vereadora da Câmara Municipal de Alvorada/RS

379 Maria Anete Santos Ribeiro Psicóloga - Conselho dos Dir. da Mulher - DF

380 Maria Aparecida M. Pascal Professora/SP

381 Maria Beatriz Galli Assistente do Programa de Dir. Humanos da fundação FORD

382 Maria Caiafa Pres. da CONEDH/MG e Coordenadora Geral da CDHC

383 Maria Cecília S. Maia Estudante

384 Maria da Luz Miranda Agente da Pastoral Carcerária da Arq. de Olinda e Recife/PE

385 Maria das Dores Manés Socióloga

386 Maria Diacuy Teixeira Estudante

387 Maria das Vitorias Soares de Medeiros Chefe de Gabinete da Câmara dos Deputados

388 Maria de Fátima Bessa Valim Assessora da Lid. PFL - CD

389 Maria de Lourdes Comissão de Educação

390 Maria de Lourdes de Souza Secretária da Assoc. Cultural de Negritude e Ação Popular

391 Maria Lúcia Soares Viana Coordenadora do Centro de Dir. Humanos de Palmas/TO

392 Maria Lúcia da Silva 1ª Tesoureira da COOHACOSAM/DF
393 Maria do Patrocínio R. Pereira Assistente Social da APABB/DF
394 Maria Rodrigues Souza de B.Costa Membro do Fórum de Entidades de Direitos Humanos
395 Maria Wélvia Cardoso de Oliveira Estagiário
396 Maria de Salete da Costa Maia Secretária de Justiça e Segurança Pública do Acre
397 Maria de Sousa Duarte Assessora da Com. Educação, Cultura e Desporto - CD
398 Maria do Socorro Diniz da Cruz Assessora da Liderança do PFL
399 Maria do Socorro Farias Montenegro Assessora da Secretaria de Trabalho e Serviço Social - PB
400 Maria Édina Moreira Estudante
401 Maria Elcy de Souza Ribeiro Secretária Executiva
402 Maria Eliane Menezes Farias Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão
403 Maria Eloene Barbosa Carvalho Tec. de Arquivo da Polícia Federal
404 Maria Fátima Olivier Sudbrack Professora - UNB
405 Maria Gabriela Gonzalez Agente Tec. do Balcão da Cidadania, Porto Alegre/RS
406 Maria Helena G.G. Pereira Psicóloga
407 Maria José Maninha Deputada Distrital - PT/DF
408 Maria José Marinho Rocha Estudante
409 Maria Lúcia da Silva 1ª tesoureira da COOHA/COSAM
410 Maria Luisa Mendonça Diretora do Centro de Justiça Global
411 Maria Márcia da Silva Kesselring Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de SP
412 Maria de Narazé Tavares Zenaide Membro da Comissão de Dir. Humanos da Universidade Federal da Paraíba
413 Maria Pereira dos Santos Colaboradora da Associação Nacional de Assistência ao Detento Cidadão
414 Maria Suely Almeida de Sousa Secretária do MNDH
415 Maria Teresa Brochado Saraiva Martins Núcleo Internacional do MNDH
416 Mariana Santos de Oliveira Estudante do Centro Unificado de Brasília
417 Mariana Vargas de Carvalho Estudantes
418 Mariano W. Babaté Vice-Presidente da Associação Habe Tsuptó-Ahãtsu, Barra do Garças/MT
419 Marilda Helena Santos Vice-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos - Goiânia - GO
420 Marina Fernandes e Silva estudante
421 Mário Henrique de Moraes Soldado PM da PMDF
422 Maridélia Moura Arruda Estudante
423 Mariela V. B. Dias Vice-Presidente da Central de Orientação e Encaminhamento - Balcão da Cidadania
424 Maristela Macedo de Souza Articuladora do Centro de Estudos e Assessoria
425 Maristella Victor de Matos Assessora Parlamentar da Comissão de Dir. Humanos de Cuiabá/MT
426 Marlene Libardoni Diretora-Executiva do AGENDE
427 Marlina Teixeira Rodrigues Docente do Dep. Serviços Sociais - UNB
428 Marli Barbosa Vice-Coordenadora da FLO - Friends of life organization
429 Marlova Jovchelovitch Noleto Coord. de Projetos UNESCO
430 Marly Ferreira da Silva Orientadora Técnica do Serviço de Atendimento ao cidadão
431 Marta Estela Barreto Assessora - Câmara dos Deputados
432 Marta Rodrigues Sousa de Brito Costa Fórum de Entidades de Direitos Humanos - BA
433 Martha Maria Barros dos Santos Coordenadora do CORDE/DF
434 Maura Lopes Frota Assessora do PFL
435 Mayta Versiani Cardoso Estudante da FCTU
436 Michele Christie Henriques de Mendonça Assessora da Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
437 Micheline Beatriz O. Agape Estudante
438 Miguel Libório Cavalcante Neto Chefe do Dep. de Polícia comunitária e Direitos Humanos da PM de SP.
439 Mireya Suarez Coordenadora - AGENDE - UNB

440 Milton de Souza Barros Assessor da Comissão de Dir. Humanos da Assembléia Leg. de BH/MG
441 Mirian Beatriz B. Correa Gab. Dep. Marcos Rolim
442 Mozeni Araújo de Sá Liverança Tribo Truká
443 Moisés Moura Diretor de Programação da Rádio Comunitária - Utopia/Planaltina/DF
444 Mustafá H. Mansor primeiro secretário da Embaixada da Malásia
445 Myriam Bréa Assessora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
446 Miriam Marroni Vereadora Presidente da Comissão de Dir. Humanos de Pelotas/RS
447 Nadeje de Souza Domingues Coordenadora da Justiça seja feita de Recife/PE
448 Nara Josefina da Graça Melo Oficiala de Justiça do Fórum de Sobradinho - TJDF
449 Nara Maria Fátima Zimmermann Servidora do Ministério Público Federal
450 Natália de Oliveira Fontoura Estudante - Pós Graduação - UNB
451 Nestor Pedro Karduner Fundador da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida
452 Neyde Rodrigues de Alencar Moreira Estudante universitária
453 Nilce Gomes de Souza Assessora do Fórum de Mulheres/DF
454 Nilva M. Colares Liderança do PPS
455 Nirciena Rosa Laboissiere Assessora na CD
456 Nívio Caixeta do Nascimento Estudante
457 Norberto Chemim Diretor da Revista Pacifista
458 Odete de Jesus P. do Nascimento Vice-Presidente da CDH da Assembléia Legislativa de Florianópolis/SC
459 Olga M. de Paz Diretora do Depto de Genero do UNIPAZ/DF
460 Onéia Dourado Gouvêa Presidente do Grupo Especial de Trabalho sobre Assassinato no Campo da Secretaria de Segurança Pública do Pará
461 Otávio Augusto D.C.Trindade Assessor da Secretaria para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil
462 Otávio Luciano de A. Dantas Coordenador CDDHC
463 Pascal Daniel Angst Assessor da Assoc. Nac. de Cooperação Agrícola
464 Patrícia Audi Gerente de Programa da Sec. Est. Dir. Humanos - Min. Justiça
465 Patrícia Azevedo Chagas Universitária da CESUBRA - Faculdades Objetivo
466 Patrícia Daher Rodrigues Secretária Parlamentar
467 Paul Stanciu Primeiro Secretário da Embaixada da Romênia
468 Paula Cristina R. de Sá Estudante - UNICEUB
469 Paulo César Riani Costa UNIPAZ
470 Paulo Alvino dos Anjos Liderança Truká
471 Paulo César Carbonari Coordenadora Nacional de Cooperação e Parceria do MNDH
472 Paulo Henrique Ferreira Assessor Parlamentar da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
473 Paulo Josafá de Araújo Delegado de Polícia Civil
474 Paulo Parisi Membro da Direção da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos
475 Paulo Ribeiro H. Cavalcanti Polícia Militar do DF
476 Paulo Roberto da Silva Diretor Financeiro da CODHACOSAM
477 Paulo Roberto de Souza Machado Membro da CDH da PMDF
478 Paulo Roberto Gonçalves Júnior Estudante
479 Pedro Bezerra da S. Filho Coordenador do CEBI/DF
480 Pedro Ernesto Tuches Júnior Secretário Parlamentar
481 Pedro Luis Montenegro Coord. Fórum Permanente Contra a Violência em AL
482 Pedro Wilson Guimarães Presidente da Com. Educação, Cultura e Desporto
483 Perly Cipriano Vice-Presidente Regional do PT/ES
484 Persa Ribeiro Assessora do INESC
485 Priscilla Leite Severino Estudante - Objetivo
486 Priscila Martinelli Alencar Monteiro Estudante do Centro Unificado de Brasília
487 Priscila Vasconcelos Carrano Estudante
488 Rachel de Oliveira Diretora de Projetos da Fundação Cultural Palmares
489 Rachel Santusa Duarte Mendonça Viana Assessora Técnica na CD
490 Rafael de Gorgolas primeiro secretário da embaixada da Espanha
491 Raldo Bonifácio Costa Filho Coordenador da Rede de DH - Min. Saúde

492 Raphael José de Avelar Vice-Presidente do Centro de Defesa do Dir. Humanos Dom Helder Câmara

493 Raudrim de Lima Silva Fundação Esperança

494 Rebecca Ribeiro Psicóloga - MNMMR-DF

495 Reges Mesquita Aragão Estudante

496 Reinaldo P. Bicudo Secretário de Políticas Sociais da CNTE

497 Reinaldo Pereira e Silva Pres. da CDH da OAB-SC

498 Reiner Pungs Assessor Técnico da UNDCP

499 Rejean Tessier Primeiro Secretário e Cônsul da embaixada do Canadá

500 Renata Cavalcante Lino Estudante do CEUB

501 Renata de Paula Oliveira Estudante - UNICEUB

502 Renato Batista Bezerra Estudante - Faculdade Objetivo

503 Renato Henrique Oliveira de Castro Coordenador de Projetos da FLO - Friends of life organization

504 Renato Pentêdo Perrenolid Chefe de Comunicação Social da PM SP

505 Renato Simões Presidente da CDH da Assembléia Legislativa de São Paulo

506 Rene Esther Boechat de Lacerda Assistente Social

507 Renê Patriota ADUSEPS

508 Ricardo Antonio Dias Baptista Membro da CDH- OAB/GO

509 Ricardo Lobato Marques Oficial da PMDF

510 Ricardo Luiz Targino soldado membro da CDH da PMDF

511 Ricardo Oliveira S. Reis Estudante - CEUB

512 Ricky Suhendar Terceiro-Secretário da Embaixada da Indonésia

513 Rita de Cássia Sanches do Amor Divino Delegada da Polícia Federal

514 Roberta Garcia Martins Estudante - UNICEUB

515 Roberta Lima Vieira Estudante

516 Roberto José Minozzi Nogueira Coronel PM - SP

517 Roberto Monte Vice- Presidente do Conselho Estadual de Dir. Humanos - RN

518 Roberto Mendonça Caixa Econômica Federal

519 Robson Cavalcante Gonçalves Secretário do Grupo Gay de Alagoas

520 Robson Costa Pereira --

521 Robson Gomes Cavalcante Membro da Comissão Central de Dir. Humanos da PM do Estado de Alagoas

522 Robson Sávio Reis Souza Diretor-Geral da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos - MG

523 Rodrigo Campos Estudante - UNB

524 Rodrigo Terra Promotor de Justiça do MPRJ

525 Rommel Nascimento Corpo de Bombeiros Militar do DF

526 Rodrigo de Castro Coordenador da Animação Pastoral e Social no Meio Rural

527 Romoaldo de Souza Repórter

528 Rômulo Eugênio Vasconcelos Alves Membro efetivo da CDH/OAB-CE

529 Ronaldo Víctor dos Santos Assessor da PMDF

530 Ronei Castro Pereira soldado membro da CDH da PMDF

531 Rosalia de Oliveira Lemos Coordenadora do Centro de Referencia

532 Rosângela Magalhaes de Almeida Diretora do DEPEN - MJ

533 Rosana Lage Lígero Coordenadora da FLO - Friends of life organization

534 Rosângela de Moraes 2ª tesoureira da COOHA/COSAM

535 a) Roseli Maria de Oliveira Assessora da Sec. Agrária Nacional do PT

536 b) Rosenkranz Maciel Nogueira Major do Corpo de Bombeiro Militar do DF

537 Rosaura Scavone Presidente da Central de Orientação e Encaminhamento - Balcão da Cidadania - RS

538 Rosely de Sousa Corrêa Oficial da PM - Sec. Seg. Pública - AM

539 Rosilene Evangelista da Apresentação Assessora Jurídica - Fundação Cultural Palmares

540 Rosimar Siqueira da Silva Presidente da COOHACOSAM

541 Rute Melo Lima Coordenadora Geral do Centro de Estudos e Assessoria - CEA

542 Ruy dos Santos Siqueira Diretor de Dir. Humanos do Mov. Evangélico Progressista

543 Sabrina Borba Sales Moreira Estudante

544 Sarah Gillett Ministra Conselheira da Embaixada Britânica

545 Selma Regina de Souza A. Conceição Coordenadora do Curso de Pós-Graduação do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos - RJ
546 Sérgio Humberto Díaz Aguilera Conselheiro Econômico da Embaixada da Colômbia
547 Sergio Luis Muradas Martins Agente da Polícia Civil do DF
548 Sérgio Sauer Assessor do Gabinete da Senadora Heloísa Helena
549 Sérgio Victor Tamer Pres. da CDH da OAB/MA
550 Sheila de Fátima Costa --
551 Silvana Dias Beguito Relações Públicas na CD
552 Silvânia Gomes Barbosa da Silva Professor da FEDF
553 Silvestre R. da Silva Assessor Jurídico - CDDN
554 Silvio Rogério Faneco Amorim Diretor-Geral de Adm. da Secretaria de Defesa Social - PE
555 Simone Rebelo Goma Estudante
556 Simonne Perlle de Castro Diretora técnica do Conselho dos Direitos da Mulher - DF
557 Sônia Costa Advogada do Centro de Direitos Humanos de Palmas - TO
558 Sonia Pilla Vares Assessor Técnico da Secretaria Geral do Governo do RS
559 Sonia Silva --
560 Stephan Winkler Primeiro Secretário da Embaixada da Suíça
561 Suamy Santana da Silva Assessor - Min. Justiça - SENASP
562 Suellen Maria Santos de Oliveira Estudante Universitária da Universidade Católica de BSB
563 Sueli Aparecida Bellato Assessora do Gab. Do Senador Tião Viana
564 Suely Souza de Almeida Diretora da Escola de Serviço Social da UFRJ
565 Suzana Keniger Lisboa Comissão de Familiares mortos e desaparecidos políticos
566 Suzana Prestes de Oliveira Secretária Parlamentar
567 Sylvio Rogério F. Amorim Diretor Geral de Adm da Secretaria de defesa Social de Pernambuco
568 Taciana Samartano Estagiária do Ministério Público-DF
569 Tania Almeida Diretora do Ministério da Justiça
570 Tania da Rocha Domiciano Jornalista
571 Tania Maria P. de Queiroz Presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher - DF
572 Tarcizio Ildfonso Costa Júnior Assessor Jurídico da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT
573 Tatiana Souza Guedes Estudante
574 Telma Cavalcante Lino Diretora da Divisão de Dir. Humanos da Pol. Federal
575 Telmo Machado de Sousa Polícia Militar do RGS
576 Tereza Cristina Barbosa Assistente Social da Câmara dos Deputados
577 Terezinha B. F. Carneiro Vice-Prefeita de Lages/SC
578 Tertuliano Cabral Pinheiro Coord. Dir. Hum.da Sec. Estadual de Justiça - RN
579 Thaís Lobo Junqueira Estudante - UNB
580 Thereza C. Ferraz Psicóloga GELEDES-Instituto da Mulher Negra
581 Thiago Pedrosa Figueiredo Secretário Parlamentar
582 Ticiano Imbroisi Núcleo Internacional do MNDH
583 Tony Jefferson Santos Lima Analista de Sistemas da Agência Nacional de Telecomunicações
584 Umberto Guaspari Sudbrack Membro do Dep. de Dir. Humanos da Ass. dos Juizes do RS
585 Valéria de Sperandyo Raneel Secretário Parlamentar
586 Valquíria Costa de Borba OAB
587 Valéria Pandjjarjian Advogada e Pesquisadora
588 Vanda Caldas Liderança do PT
589 Vandilson de Souza Secret. Parlamentar
590 Vanessa Carvalho Lima de Alencar Estudante
591 Vera Lúcia Targino de Araújo Diretora da Fundação Cultural José Américo
592 Vera Maria C. ^a Carrico Bibliotecária
593 Vereador Italo Cardoso Araújo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Municipal de São Paulo
594 Vereador Sergio Malinoski Líder da Bancada PMDB - Gravataí - RS
595 Vereadora Ana Guerra Presidente da Comissão Direitos Humanos da Câmara Municipal

Poços de Caldas - MG

- 596 Vereadora Maria Anita Kieling da Rocha Câmara de Vereadores Alvorada-RS
597 Verônica Lemos de Oliveira Maia Coordenadora de Projetos e Pesquisa da Fundação Athos Bulcão
598 Verônica Sabino de Oliveira Secretária Parlamentar
599 Vladimir Soares Diretor de Área Jurídica
600 Vilma Maria Santos Francisco Subcoordenadora da Escritório Nacional Zumbi dos Palmares
601 Viviane M. Aquino Estudante
602 Virginia Canedo Bruzzone Consultora da Secretaria Nac. de Seg. Pública
603 Vitória Lavínia Grabois Olímpio Diretora Grupo Tortura Nunca Mais RJ
604 Vitória Santos Costa Membro da CDH da OAB/RN
605 Waldomiro A. de C. Batista presidente do Grupo Tortura Nunca mais - GO
606 Walter de Souza Matos Filho Vice-Presidente da Conf. Bras. Trab. Circulistas
607 Wand Berg de Oliveira Rodrigues 1º Tenente da PM do Estado de Alagoas
608 Wesley Cunha Mendonça Oficial PMDF
609 Yulo Oiticica Pereira Pres. CDH da Ass. Leg. da Bahia
610 Yolanda Ana Edelman Subdefensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amazonas
611 Zilfrank Antero de Araújo Oficial da PMDF

Anexos

Com a presença dos respectivos autores, foram lançados os seguintes livros:

- "Glória, mãe de preso político" - Lançado pela Editora Paz e Terra, conta a história de uma dona de casa, mãe de família sem pretensões políticas ou feministas, levada pelos acontecimentos a assumir uma identidade política. Quem conta é o filho, o hoje militante de direitos humanos e deputado estadual pelo PT do Mato Grosso, Gilney Viana. Maria da Glória Amorim Viana é a mãe que depois de conhecer, no interior da Bahia onde nasceu, a política dos coronéis da República Velha, assumiu nos anos de chumbo a luta contra o regime militar em razão da militância política do filho e de sua prisão nos cárceres da ditadura. Depois de 10 anos como preso político, Gilney Viana, além de ser uma destacada liderança do Partido dos Trabalhadores, se converte num escritor dedicado a resgatar a luta dos que contribuíram para conquistar a democracia.

- "Linguagens da Violência" - Chacina de Vigário Geral. Chacina da Candelária. Chacinas todos os dias nas periferias de São Paulo. Mortes no sertão. O que é, para que é, quais são as consequências de tanta violência? Em "Linguagens da violência", uma coletânea de artigos elaborados por estudiosos brasileiros e estrangeiros, que se dedicaram a um acurado estudo do problema, analisa questões fundamentais para a compreensão atual do fenômeno da violência. A obra é uma publicação da Rocco Editora, tendo sido organizada pelos pesquisadores Carlos Alberto Messeder Pereira, Karl Erik Scholhammer, Micael Herschmann e a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Elizabeth Rondelli, que fez o lançamento na V Conferência Nacional de Direitos Humanos.

- "Os Filhos da Flecha do Tempo - Pertinências e Rupturas" - Publicada pela Letraviva Editorial, é fruto de uma trajetória de maturação do pensamento do autor, Roberto Aguiar, professor e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, na administração Cristóvam Buarque. Neste trabalho, Roberto Aguiar mescla visões sobre o ser humano, a natureza, psique, sociedade, política, trabalho, economia e educação. O olhar perpassa contribuições de ciências como a astrofísica, a mecânica quântica, a biologia e correntes como a psicologia analítica. Sem medo de admitir essa multidisciplinaridade, Roberto apresenta teses ousadas, como a da precedência da luta de gêneros sobre a luta de classes. Uma obra útil a uma releitura da democracia e de uma reconceituação do ser humano como ser natural, pertencente ao meio, ao cosmos.

- "Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia" - De Gabi Wucher, o livro aborda, de forma pioneira no Brasil, o tratamento da questão das minorias no âmbito da Organização das Nações Unidas. O livro situa o assunto nos anos 90, já superado o bipolarismo nas relações internacionais e com a emergência do tema minorias. A autora sintetiza questões de definição e conceitos de minorias, aspectos do princípio de não-discriminação e medidas de discriminação positiva, titularidade individual de direitos e identidade coletiva de grupos. A obra é prefaciada pelo jurista Antonio Augusto Cançado Trindade, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sua autora, a alemã Gabi Wucher, é radicada em Brasília desde 1992, onde trabalha como consultora de relações internacionais.

Adquira o CD-ROM Enciclopédia Digital Direitos Humanos II

O maior acervo sobre DH em língua portuguesa, revisto e atualizado

